

**Universidade Federal da Grande Dourados**

**Daiana Perogil**

**UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA NA  
COMUNIDADE FURNAS DO DIONÍSIO – JARAGUARI/MS:  
POLÍTICA DE TERRITÓRIO E IDENTIDADE**

**Dourados-MS**

**2012**

**Universidade Federal da Grande Dourados**

**Daiana Perogil**

**UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA NA  
COMUNIDADE FURNAS DO DIONÍSIO – JARAGUARI/MS:  
POLÍTICA DE TERRITÓRIO E IDENTIDADE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
a obtenção do título de Mestre em Geografia da  
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Abreu

**Dourados-MS**

**2012**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD**

305.098171 Perogil, Daiana.  
P453a Uma análise do Programa Brasil Quilombola na  
Comunidade Furnas do Dionísio – Jaraguari/MS :  
política de território e identidade.  
225 f.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana de Abreu.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) –  
Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Quilombos – Campo Grande. 2. Negros. 3.  
Comunidade Furnas do Dionísio. 4. Política  
governamental. I. Título.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Daiana Perogil**

### **UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA NA COMUNIDADE FURNAS DO DIONÍSIO – JARAGUARI/MS: POLÍTICA DE TERRITÓRIO E IDENTIDADE**

Comissão Julgadora

Dissertação para a obtenção do título de Mestre

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana de Abreu  
Departamento de Geografia - UFGD

Prof. Dr. Jones Dari Göettert  
Departamento de Geografia – UFGD

Prof. Dr. Márcio Mucedula Aguiar  
Departamento de Ciências Sociais - UFGD



## **AGRADECIMENTOS**

No desenvolver da pesquisa contamos com a presença de familiares, amigos e conhecidos que nos auxiliou nessa caminhada, tornando a realização desse trabalho possível.

Primeiramente, agradeço aos meus pais e irmão que com sua paciência e carinho nos deram apoio e incentivo.

Aos meus colegas do mestrado, que juntos compartilhamos momentos de discussão, saberes, diálogos, brincadeiras, angústias e preocupações.

Duas pessoas foram essenciais nessa caminhada. Minha grande amiga, companheira de todas as horas, Jaqueline Alves da Silva, com quem pude contar nos momentos de alegria e dificuldades; agradeço o carinho e a compreensão. E a Juliana Simczak Treuhez, minha terapeuta, sem a qual a realização desse trabalho não seria possível, agradeço a ela a paciência e as orientações para estarmos descobrindo novos caminhos na pesquisa e na vida.

Em especial, agradeço aos técnicos da AGRAER, Queila Maria Hardoim e Altair Luiz da Silva, que proporcionaram o acesso à comunidade tornando possível a realização das entrevistas com os moradores da comunidade de Furnas do Dionísio, além de nos auxiliarem com seu conhecimento e experiência. E a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeire Aparecida de Almeida, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus Três Lagoas, que proporcionou o primeiro contato com a comunidade através de uma aula de campo conduzida por ela, da qual participamos.

Também agradeço a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), pelo auxílio financeiro fornecido para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço a todos os entrevistados, que nos auxiliou na compreensão do tema. Principalmente aos moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, os meus sinceros agradecimentos, a todos que, direta e indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho, pois sem a contribuição deles o trabalho não teria se concretizado.

E a Silvana de Abreu, orientadora. Agradeço pela paciência e dedicação que disponibilizou ao trabalho, ajudando no desenvolver da pesquisa com o seu conhecimento e experiência, nos orientando nessa caminhada que em muitos momentos se mostrou desafiadora.

“Para uma teoria cega, a prática social é invisível;  
para uma prática cega, a teoria social é irrelevante.”

(Boaventura de Souza Santos)

**Resumo:** A proposta da pesquisa foi de analisar o processo de implantação do Programa Brasil Quilombola (PBQ) na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, localizada no município de Jaraguari/MS, na tentativa de compreendermos a relação entre teoria e prática do Programa, bem como os desdobramentos trazidos para a comunidade devido com a implantação dessa política de governo. O PBQ foi criado em de 2004, com o objetivo de promover a regularização fundiária dessas comunidades “remanescentes de quilombo” e fomentar a melhoria na qualidade de vida das populações quilombolas, a partir do acesso a educação, saneamento, energia elétrica, construção de casas, melhorias na renda, para que ocorra a permanência desses sujeitos em seus territórios de origem. Essas comunidades apresentam um processo histórico de exclusão e marginalização por parte da sociedade e do Estado brasileiro, ficando desprovidos de políticas públicas e governamentais. Somente no ano de 2004 é que os remanescentes de quilombo vão poder fazer uso de uma política de governo, o PBQ. Partindo desse pressuposto, buscamos analisar a política e suas ações geradas no território, entre elas a construção da identidade quilombola.

**Palavras Chaves** – Programa Brasil Quilombola; Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio; Política de Governo.

**Resumen:** La propuesta de la investigación es analizar el proceso de implementación del Programa de Brasil Quilombola (PBQ) en la Comunidad de Furnas do Dionísio Quilombo, ubicado en el municipio de Jaraguari / MS en un intento de entender la relación entre teoría y práctica del Programa, y desarrollos llevados a la comunidad debido a la implementación de la política gubernamental. El PBQ fue creada en 2004, con el objetivo de promover la regularización de estas comunidades "remanentes de quilombo" y fomentar la mejora de la calidad de vida de las poblaciones de quilombolas, de acceso a la educación, saneamiento, electricidad, construcción de hogares, las mejoras en la renta, para que ocurra la permanencia de estas personas en sus territorios de origen. Estas comunidades tienen un proceso histórico de exclusión y marginación de la sociedad y del Estado brasileño, siendo desprovistas de políticas públicas y acciones gubernamentales. Sólo en el año 2004 es que los remanentes de Quilombo será capaz de hacer uso de una política de gobierno, la PBQ. Con base en este supuesto, buscamos analizar la política y las acciones que se generan en el territorio, incluyendo la construcción de la identidad quilombola.

**Palabras clave** – Programa Brasil Quilombola; Quilombolas de la Comunidad de Furnas do Dionísio; La política estatal.

## Lista de Figuras

<b>Foto 1</b> - “Tacho” para a Produção de Rapadura .....	94
<b>Foto 2</b> - Moagem Artesanal da Cana-de-açúcar para a Produção de Rapadura .....	94
<b>Foto3</b> - Aspectos da Comunidade de Furnas do Dionísio e seu entorno “montanhoso” – 01 .....	104
<b>Foto 4</b> Aspectos da Comunidade de Furnas do Dionísio e seu entorno “montanhoso” – 02 .....	105
<b>Foto 5</b> - Córrego Ribeirão – Aspectos Internos da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio .....	106
<b>Foto 6</b> - Registro de Reunião do INCRA na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio - 01 .....	113
<b>Foto 7</b> - Registro de Reunião do INCRA na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio – 02 .....	113
<b>Foto 8</b> – Vista Parcial do Galpão da Associação da Comunidade de Furnas do Dionísio .....	122
<b>Foto 9</b> - Equipamentos para a Produção dos Derivados de Cana de Açúcar Instalados no Galpão da Associação - 01 .....	122
<b>Foto 10</b> - Equipamentos para a Produção dos Derivados de Cana de Açúcar Instalados no Galpão da Associação – 02 .....	123

<b>Foto 11</b> - Equipamentos para a Produção dos Derivados de Cana de Açúcar Instalados no Galpão da Associação - 03 .....	123
<b>Foto 12</b> - Produção de Pepino na Comunidade de Furnas do Dionísio .....	124
<b>Foto 13</b> - Produção de Abóbora na Comunidade de Furnas do Dionísio .....	125
<b>Foto 14</b> - Reservatório de Água – FUNASA – Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio/ MS - 01 .....	133
<b>Foto 15</b> - Reservatório de Água – FUNASA – Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio/ MS - 02 .....	134
<b>Foto 16</b> - Casas em Construção – PBQ – Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio/MS – 01 .....	137
<b>Foto 17</b> - Casas em Construção – PBQ – Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio/MS - 02 .....	138
<b>Foto 18</b> - Casas Entregues – PBQ – Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio/MS – 01 .....	138
<b>Foto 19</b> - Casas Entregues – PBQ – Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio/MS – 02 .....	139
<b>Foto 20</b> - Dança do Engenho Novo – Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio/MS .....	140
<b>Foto 21</b> - Único Orelhão da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio/MS .....	147
<b>Foto 22</b> - Banner Sobre as Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul – CONERQ/MS .....	156

<b>Foto 23</b> - Desfile da Beleza Negra – Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio .....	167
<b>Foto 24</b> - Mulheres Fazendo Trança de Rastafári – Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio .....	167
<b>Foto 25</b> - Livro - Flor do Quilombo: Lendas e Narrativas de Furnas do Dionísio .....	168

### **Lista de Mapas**

<b>Mapa 1</b> - Localização das Comunidades Quilombolas no Mato Grosso do Sul .....	89
<b>Mapa 2</b> - Localização da Comunidade de Furnas do Dionísio .....	103

### **Lista de Gráficos**

<b>Gráfico 1</b> - Percentual de Recursos Contingenciados .....	79
<b>Gráfico 2</b> - Percentual dos Recursos Empenhados .....	80
<b>Gráfico 3</b> - Percentual de Recursos Não Empenhados .....	81
<b>Gráfico 4</b> - Percentual de Renda Gerada .....	119
<b>Gráfico 5</b> - Percentual de Renda Gerada .....	119
<b>Gráfico 6</b> - O Programa Brasil Quilombola .....	143
<b>Gráfico 7</b> - Ações Governamentais .....	145
<b>Gráfico 8</b> - Reconhecimento Quilombola .....	149

### **Lista de Quadros**

<b>Quadro 1</b> - Análise do Governo de José Sarney em relação à população negra .....	40
<b>Quadro 2</b> - Análise do Governo de Fernando Henrique Cardoso em relação à população negra .....	44
<b>Quadro 3</b> - Análise do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva em relação à população negra .....	52
<b>Quadro 4</b> - Processo de Titulação das Áreas Quilombolas - Lei 4.887/03 .....	74
<b>Quadro 5</b> - Orçamento do Programa Brasil Quilombola (2004-2011) .....	78
<b>Quadro 6</b> - Regularização de Áreas Quilombolas: ações realizadas (2003-2010) .....	85
<b>Quadro 7</b> - Programa MS Cidadão – Casa da Gente Subprograma meu Lar – Quilombo .....	92
<b>Quadro 8</b> - Ações do Programa Brasil Quilombola (PBQ) na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio/MS .....	128
<b>Quadro 9</b> - Questionário PBQ – Comunidade Furnas do Dionísio/MS .....	142
<b>Quadro 10</b> - Questionário PBQ – Entrevistas Indiretas .....	143
<b>Quadro 11</b> - O PBQ: Entrevistas com os Presidentes da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Furnas do Dionísio – Jaraguari/MS .....	151

### **Lista de Tabelas**

<b>Tabela 10</b> - Entrevistas Indiretas – Resultados .....	213
---	-----

### **Lista de Abreviaturas e Siglas**



**PBQ** – Programa Brasil Quilombola

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**FNB** – Frente Negra Brasileira

**MNU** – Movimento Negro Unificado

**CUT** – Central Única dos Trabalhadores

**ONGs** – Organizações Não Governamentais

**GTI** – Grupo de Trabalho Interministerial

**CONAQ** - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

**SEPPIR** - Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial

**CONAPIR** - Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

**ABA** – Associação Brasileira de Antropologia

**PPA** – Plano Plurianual

**FCP** – Fundação Cultural Palmares

**PDE** – Plano de Desenvolvimento e Educação

**PAC** – Programa de Aceleração de Crescimento

**SubCom** – Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SEHAC/MS** – Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades

**FUNASA** – Fundação Nacional de Saúde

**CONERQ/MS** - Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul

**RTID** – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

**ICAAB** – Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira

**AGRAER** – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social

**MME** – Ministério de Minas e Energia

**APP** – Área de Preservação Permanente

**FIS** – Fundo de Investimento Social

**ENERSUL** – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul

**MDS** – Melhorias Sanitárias Domiciliares

**AA** – Ações Afirmativas

**DPU** – Defensoria Pública da União

**INSS** – Instituto Nacional de Seguridade Social  
**MC** – Ministério das Cidades  
**MC** – Ministério da Comunicação  
**ME** – Ministério do Esporte  
**MEC** – Ministério da Educação  
**MI** – Ministério da Integração Nacional  
**MinC** – Ministério da Cultura  
**MD** – Ministério da Defesa  
**MMA** – Ministério do Meio Ambiente  
**MME** – Ministério de Minas e Energia  
**MPS** – Ministério da Previdência Social  
**MS** – Ministério da Saúde  
**MTE** – Ministério do Trabalho e do Emprego  
**MTur** – Ministério do Turismo  
**SEAP** – Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca  
**SEDH** – Secretaria Especial dos Direitos Humanos  
**SEPM** – Secretaria Especial de Política para Mulheres  
**INESC** – Instituto de Estudos Socioeconômicos  
**INTERPI** – Instituto de Terras Piauí  
**SPU** – Secretária do Patrimônio da União  
**ITERPA** – Instituto de Terras do Pará  
**ITERMA** – Instituto de Colonização e Terra do Maranhão  
**ITESP** – Instituto de Terras do Estado de São Paulo  
**IDATERRA** – Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – MS.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>16</b>
<b>Capítulo 1 - A Questão Quilombola no Brasil: processo histórico contemporâneo .....</b>	<b>21</b>
1.1 - Contextualizando a problemática: a existência quilombola .....	22
1.2 - O Estado e as Políticas para a População Negra .....	36
1.3 - Refletindo o Quilombo .....	55
<b>Capítulo 2 - O Programa Brasil Quilombola: contexto nacional e estadual .....</b>	<b>63</b>
2.1 - O Programa Brasil Quilombola (PBQ) .....	64
2.2 – As Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul e o PBQ .....	87
<b>Capítulo 3 – A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio e o Programa Brasil Quilombola .....</b>	<b>102</b>
3.1- Comunidade de Furnas do Dionísio – Jaraguari/MS.....	103
3.2 – O Perfil Socioeconômico da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio..	117
3.3 - O Programa Brasil Quilombola na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.....	127

3.3.1 – Pensando o (des)conhecer do PBQ .....	154
3.4 – A questão da identidade: a identidade quilombola na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio .....	158
<b>4 - Considerações Finais .....</b>	<b>170</b>
<b>5 - Referências Bibliográficas .....</b>	<b>177</b>
<b>6 – ANEXOS .....</b>	<b>186</b>

## **Introdução**

As comunidades quilombolas no Brasil ficaram ausentes do cenário político durante cem anos. De 1888, com a Lei Áurea até 1988, ano da aprovação da Constituição Federal.

Após a abolição da escravatura, em 1888, acreditou-se que essas comunidades haviam se extinguido, já que a formação das mesmas resultava da fuga e resistência do trabalho escravo, uma ideia que perdura até os dias atuais devido a falta de informação e conhecimento a respeito da realidade desses sujeitos na contemporaneidade. Acontece que o termo quilombo sofreu ressemantização, mas a forma de organização permaneceu em constante movimento de modo que a população negra que estava no meio rural, organizados em comunidades, tornou-se “invisível” para a sociedade, o Estado e para o próprio Movimento Negro.

Assim, tratar a questão quilombola, fundamentalmente a partir da “leitura” geográfica do Programa Brasil Quilombola, instituído no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), demonstra que esses sujeitos, “remanescentes de quilombos” existem.

Nesse sentido, nos propomos analisar o PBQ como política de governo, que tem como objetivo garantir o direito da posse dos territórios quilombolas e até promover a identidade quilombola, analisando o modo como interfere nas comunidades identificadas especialmente a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio em Mato Grosso do Sul.

É mister destacar que o estudo da temática nos acompanha desde o período de realização da monografia, durante a graduação, no ano de 2009, quando analisamos a Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira - “Picadinha”, localizada no distrito da Picadinha no município de Dourados – MS.

Na ocasião, a situação da comunidade em questão estava envolta em relações de poder e de enfrentamentos com frações da classe dominante do lugar: fazendeiros, especialmente, mas também gerou repúdio nos diversos setores da sociedade, arredios a

possibilidade da demarcação e legalização definitiva de terras para essas trabalhadores rurais, “remanescentes de quilombo”.

Entre as conclusões do trabalho pudemos constatar que, se aquela comunidade era mesmo quilombola, como afirmava os relatórios técnicos e os pesquisadores, essa era uma condição com a qual até mesmo parte dos moradores tinha dificuldades de conviver.

O interesse, em muitos casos, pautava-se na “oportunidade” que o PBQ significava para a comunidade. Aspectos contraditórios das relações que envolvem os sujeitos, o Programa e os “outros” sujeitos, permeadas pela ideologia racista da sociedade vivida nesse princípio de século XXI.

A etapa atual, envolvendo o mesmo Programa, está voltada para a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, no município de Jaraguari – MS, que já está reconhecida e encontra em fase de desintrusão dos não-quilombolas da área para a titulação como terra coletiva, ou seja, como quilombo.

Certamente, uma situação diferente da comunidade da “Picadinha”, analisada em 2009, pois os moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio não querem que os não-quilombolas saiam da área do quilombo, devido a relações já estabelecidas, não havendo conflito fundiário como ocorreu com a comunidade da “Picadinha” em Dourados –MS.

Para realizar a pesquisa nos debruçamos nas bibliografias com o objetivo de entender o papel do Estado no contexto da sociedade capitalista, bem como dos governos nas definições de suas políticas. Para tanto encontramos em Poulantzas (1985) grande contribuição.

Da mesma forma buscamos compreender os territórios quilombolas no contexto histórico, no Brasil, a partir do reconhecimento da identidade dessas populações espalhadas por todo o território nacional.

Além disso, fez parte da análise as pesquisas e levantamentos nos *sites* de governo federal e estadual, principalmente no que diz respeito aos dados orçamentários. E na publicação da imprensa local, buscando notícias referentes à comunidade de Furnas do Dionísio, que contribuíssem para a análise.

Também nos dedicamos a buscar o dizer dos envolvidos, contemplados com o Programa ou participantes no processo de execução das ações do PBQ.

Foram realizadas entrevistas com a atual presidente e os ex-presidentes da Associação, 32 moradores da comunidade de Furnas do Dionísio e os representantes das

comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul no INCRA, na CONERQ/MS e CONAQ. Esses sujeitos nos permitiram conhecer a prática da implantação do Programa, vantagens e percalços que muito contribuiu para a nossa análise.

Como nosso grande objetivo passa pela importante análise do dizer dos contemplados sobre as ações do PBQ, nos dedicamos a buscar o acesso à comunidade, condição não facilmente realizável, já que encontramos muitas barreiras.

A princípio, apenas as pessoas que haviam passado pela presidência da Associação se dispuseram a fazer as entrevistas; foram cinco.

Contudo, apesar da importância e qualidade das informações prestadas, entendemos que era preciso conversar com outros sujeitos, moradores da comunidade.

Assim, em virtude da resistência, nos propomos a fazer conversas informais, em grupo, mas devidamente autorizadas. Com isso realizamos 30 entrevistas indiretas, em que as pessoas se manifestavam sobre o PBQ e a situação da política na comunidade.

Certamente que não seria possível a qualidade da análise sem a participação da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, ainda que de forma indireta e algumas vezes coletiva, em que nem todos autorizavam a identificação. Sob essas considerações passa-se a seguir a apresentar o presente trabalho.

No primeiro capítulo nos propusemos a contextualizar, desde o processo de escravidão até o surgimento do Programa Brasil Quilombola (PBQ), em 2004. Uma política de governo voltada especificamente para as comunidades “remanescentes de quilombo”. É preciso registrar que houve todo um processo histórico de luta e mobilização até se chegar à instituição de uma política de governo para esse segmento social, que contou com a participação do Movimento Negro e de outros movimentos sociais, como o movimento de luta pela terra. O Movimento Negro é resultado da articulação da população negra, na sua maioria urbana, em busca de reconhecimento, igualdade e direitos, uma vez que os negros na sociedade brasileira sofrem os impactos da sua história de escravidão. Com o tempo foram levados a organização e articulação na tentativa de ocuparem os espaços na sociedade, de modo que o Movimento Negro tem um papel importante para a incorporação e aprovação dos artigos 68, 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, em que reaparece o termo “remanescentes de quilombo”, trazendo em cena as discussões acadêmicas e políticas a respeito do (re)surgimento desses sujeitos.

É essa visibilidade e retomada que vimos ser construída desde então e que culmina com as ações e políticas estatais voltadas para as comunidades quilombolas, a partir de 2004. O PBQ é, sem dúvida, a mais expressiva.

Ainda, nesse primeiro capítulo, discutimos e apresentamos o “conceito” de quilombo, como ele surgiu e veio seguindo ao longo dos anos até a atualidade, sofrendo modificações não somente na terminologia, mas na organização do território dessas comunidades, que é o meio de sobrevivência simbólica e material desses sujeitos.

O segundo capítulo traz a análise do Programa Brasil Quilombola (2004), sua criação, objetivos e ações para as comunidades quilombolas, em nível nacional e estadual, o estado de Mato Grosso do Sul, no sentido de compreendermos teoria e prática do PBQ, que prevê em seus objetivos a garantia e legalização da posse dos territórios das comunidades quilombolas, bem como, infra-estrutura e o acesso a políticas públicas, por parte das populações rurais de descendentes de “remanescentes de quilombo”.

No Mato Grosso do Sul, até o ano de 2012, tem catalogado 21 comunidades quilombolas, e apenas uma possui o título de posse da terra definitivo como quilombo, pelo INCRA: a Comunidade Quilombola Colônia São Miguel, localizada no município de Maracajú. As outras 20 comunidades possuem apenas o título de reconhecimento como quilombola emitido pela Fundação Cultural Palmares.

O fato é que mesmo com o reconhecimento, apenas é possível afirmar que a vida nessas comunidades sob muitos aspectos sofreu mudanças.

Em se tratando de uma comunidade quilombola, diversos outros aspectos necessitam ser abordados, com isso, no terceiro capítulo contextualizamos a formação da comunidade, sua localização geográfica e as ações governamentais que foram implantadas na comunidade advindas do Governo Federal e Estadual.

O foco da pesquisa é o PBQ, portanto, discutimos as ações e a materialização do Programa na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, na tentativa de entendermos essa política, específica para “remanescentes de quilombo”, buscando a opinião dos moradores a respeito do PBQ. Desse procedimento metodológico chegamos à conclusão que o Programa em si, é pouco conhecido. Há muitas dificuldades na sua implementação e em função das “parcerias” com o município, o estado e outros órgãos, existindo em boa parte das realizações a omissão do PBQ, apenas tratado como “recursos federais”. Ocasionalmente assim muita desconfiança e divergência de opiniões sobre a titulação coletiva, como quilombo, e o próprio questionamento da identidade



quilombola, em que alguns querem e assumem; outros querem para retomar o direito de terra e também há os que não querem e não reconhecem essa condição.

Ao discutirmos o PBQ, observamos que mesmo indiretamente impõe a essas comunidades uma identidade quilombola, devido que, para ter acesso ao PBQ e a ações governamentais esses sujeitos têm que se auto-reconhecerem como quilombolas.

O primeiro quesito para que o Programa atue nas comunidades é o título de reconhecimento emitido pela Fundação Cultural Palmares, para tanto, observamos que muitos sujeitos não se identificam com essa identidade quilombola, assumindo-a apenas coletivamente para poderem ter o mínimo de acesso a ações governamentais; essa discussão a respeito da identidade quilombola trazemos no capítulo três.

Podemos identificar que o PBQ tem realizado ações na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, porém, ainda tem apresentado falhas e lacunas. É possível afirmar que após o ano de 2009, nenhuma ação do Programa foi realizada. Tal situação ocorre devido ao desconhecimento desses sujeitos em relação ao PBQ, como já foi apontado, e a dificuldade de acessá-lo, não apenas por parte dos moradores de Furnas do Dionísio, mas também por parte dos “órgãos parceiros” que são responsáveis pela execução dos recursos destinados ao Programa.

Finalizamos com as considerações finais, abarcando os resultados da análise proposta. Entendemos que o trabalho tem um papel importante por que permite a análise de uma política que é de governo, mas que se pretende a tornar-se uma política pública, condição que precisa ser conquistada para que se perpetue, reconhecendo que há uma dívida histórica com esses “remanescentes de quilombo”.

Não pretendemos esgotar o tema, mas apenas sinalizar para a necessária avaliação de um Programa que pela simples existência tem colocado em discussão na pauta política e social, a existência e o reconhecimento dos quilombolas, que até pouco tempo eram sujeitos invisibilizados.

**Capítulo 1 – A Questão Quilombola no Brasil: processo histórico  
contemporâneo**

## **1.1 – Contextualizando a problemática: a existência quilombola**

Ao pensarmos os negros na história brasileira, vemos que estes sujeitos possuem um passado marcado por preconceitos, discriminações, violência física e moral, sendo vistos como escória da sociedade. Por um período de quase cem anos, estiveram fora das preocupações do Estado brasileiro, as questões que dizem respeito a população negra e principalmente às comunidades “remanescentes de quilombos”.

Neste período, de 1530 a 1888, viu-se chegar ao Brasil africanos cativos, transportados nos navios negreiros em péssimas condições, passando fome, sendo constantemente maltratados e muitos nem chegavam ao litoral brasileiro: “[...] 1,6 a 2 milhões de seres humanos africanos, desaparecem no Oceano Atlântico” (Anjos, 2009, p. 29). Os que conseguiam chegar ao Brasil eram submetidos à exploração do trabalho.

[...] as técnicas de controle dos escravizados no Brasil colonial e imperial se resumiam a três “P”: pão, pano e pau. Esses termos sintetizam as condições inadequadas de alimentação, as precárias vestimentas usadas e os cruéis castigos físicos aos quais eram constantemente submetidos. A jornada média de trabalho dos escravizados variava de 14 a 18 horas, sua alimentação resumia-se a uma por dia – geralmente feijão, milho e farinha de mandioca. Dormiam amontoados nos ambientes insalubres das senzalas. Eram constantes as torturas físicas por meio de chicotes de couro cru, peças de ferro de tamanhos variados presas às mãos e aos pés, colares de ferro atados aos pescoços, mascaras de ferro cobrindo os rostos, quebra de dentes, amputações e condenações à morte (PAIXÃO, 2006, p. 30)

Cabe ressaltar que “muitos negros e negras já chegavam aqui alfabetizados, como era o caso dos praticantes do islamismo” (Paixão, 2006, p.30). Desconstrói-se assim, essa idéia de que os africanos escravizados eram de tribos primitivas, sem padrões culturais e técnicos. Esse ideário já é construído com o intuito de representarmos a população negra como inferiores aos demais sujeitos da sociedade. Aspectos necessários, à época, para justificar a utilização do trabalho escravo e

historicamente, para fundamentar essa condição imposta que ainda promove práticas racistas no nosso cotidiano.

A estrutura básica da sociedade da época era composta por senhores, escravos, indígenas e “homens livres”, que evidentemente não era harmoniosa. Nas relações de opressão e trabalho em que viviam interpõe-se a resistência que veio através de luta e organização de movimentos, em busca em primeiro lugar de liberdade, mas também de melhorar as condições de vida, para produzir a sua existência. É o que expressa Paixão (2006, p. 32):

[...] ampliar seus espaços de autonomia, pelo boicote aos instrumentos de trabalho e ao ritmo da produção [...] os escravizados encontravam fugas e na formação de quilombos e mocambos nos meios rurais e nas cidades notáveis formas de resistência.

Com isso, começam a surgir os primeiros quilombos, nessa busca por liberdade e resistência. Não há uma data exata que confirme quando os primeiros quilombos surgiram, mas o fato é que com o tempo esses quilombos vão ganhando cada vez mais escravos fugitivos adquirindo assim força e até certa autonomia, pelo menos do ponto de vista da garantia de sobrevivência.

O quilombo não era apenas defensivo, como também não era totalmente isolado. Havia alianças, apoio e articulação com outros quilombos de outras regiões, bem como com os escravos que ainda estavam nas senzalas, em fazendas dos arredores, como destaca Moura (1981, p. 28):

[...] segmentos econômicos e sociais que, embora constitutivos da sociedade civil escravista, com eles mantinham relações econômicas e algumas vezes, prestavam-lhe serviços. Quando o quilombo era pequeno, móvel, quase que em permanente movimento, esses contatos se restringiam a simples trocas esporádicas de objetos roubados ou a um escambo rudimentar. No entanto, quando o quilombo conseguia manter-se, ampliar-se, estender-se geograficamente numa região capaz de permiti-lhe uma agricultura permanente intensiva, esses contatos mudavam de conteúdo e adquiriam importância maior.

Os quilombos eram considerados, pela fração de classes dominantes da época, como uma organização ilegal, não como sobrevivência, resistência e busca pela liberdade. A ideia é que o quilombo fosse então uma estrutura instalada para abrigar

negros fugitivos e por isso eram isolados e distantes das cidades. Essa construção contribuiu para a consolidação de um pensar sobre os quilombos que os isolou, sendo considerados fundamentalmente espaços de “esconderijo” para fugirem das perseguições. O imaginário sobre o quilombo era de distanciamento e dificuldade de acesso. Porém, de acordo com o mesmo autor:

O quilombo, como vemos, nada tinha de semelhante a um quesito, ou grupo fechado, mas pelo contrário, constituía-se em pólo de resistência que fazia convergir para o seu centro os diversos níveis de descontentamento e opressão de uma sociedade que tinha como forma de trabalho fundamental a escravidão (MOURA, 1981, p.31)

A organização de um quilombo nesse período se baseava na existência de choques políticos. A policultura era forma de produção com lavouras abundantes, famílias poligâmicas, não havia um chefe religioso, até se misturavam o catolicismo com elementos africanos. Os quilombos eram alvo de constantes ataques, para tanto, necessitavam se defender da repressão dos seus senhores e dos aparelhos de Estado, promovendo então a formação de exércitos nos médios e grandes quilombos com o objetivo de garantir e defender a tranquilidade do quilombo.

Um dos quilombos mais importantes que marcou a história brasileira e se tornou símbolo de luta para os negros foi o Quilombo de Palmares. O referido quilombo surgiu na Serra da Barriga, no estado de Alagoas, a 100 km de Maceió hoje capital do estado, possuindo as primeiras referências de quilombo naquela região, por volta de 1580, onde começou a se estabelecer escravos fugitivos, como afirma Freitas (1984).

No século XVII, começou a migração maciça de escravos fugitivos para a Serra da Barriga. Palmares nasceu com perfil africano, porém, abrigava negros, índios, mestiços e brancos, (Freitas 1984). A sobrevivência desses homens e mulheres estava pautada na caça, pesca e no plantio de alimentos e tudo era socializado, pois a economia estava assentada em um sistema de propriedade social e coletiva. Palmares foi crescendo e tomando dimensões políticas que preocupavam os governantes da época, com isso torna-se alvo de constantes perseguições.<sup>1</sup>

Até que, por fim, em 6 de fevereiro de 1694, Domingos Jorge Velho atingiu Palmares, destruindo o quilombo. O líder Zumbi conseguiu fugir com vida, porém, em novembro de 1694 foi capturado, morto e degolado, sendo a sua cabeça colocada em

---

<sup>1</sup> Os autores Freitas (1984) e Siqueira (2007) tratam de forma ímpar sobre o Quilombo dos Palmares, nos deixando clara a sua importância como símbolo de resistência para os demais quilombos da época e os contemporâneos, declarando também a organização política e social do Quilombo dos Palmares.

praça pública, no alto do mastro para servir de exemplo aos demais escravos (Freitas, 1984).

Embora seja o mais famoso e aquele que teria se tornado um marco na história do Brasil oficial, pela forma como foi formado e dizimado, muitos outros quilombos se formaram no território brasileiro e certamente não são menos importantes que Palmares, por representarem resistência e luta contra o sistema escravista e as péssimas condições de vida as quais eram submetidos.

É claro, portanto, que os quilombos se formaram ao mesmo tempo da chegada dos escravos no Brasil. As fugas e organizações de outros espaços, com outras formas de viver e produzir conviviam com a soberania colonial sob o domínio português. Já nos anos oitocentos esse motivo é intensificado e está atrelado a outro, os abolicionistas.

No ano de 1850 é proibido o tráfico negreiro, com a instituição da Lei Eusébio de Queirós, que se dá devido à pressão da Coroa Britânica. Ao mesmo tempo, é um ano que está fortemente marcado por transformações no espaço agrário brasileiro.

A abolição do tráfico de africanos, os investimentos e os empréstimos ingleses, a difusão das idéias liberais entre políticos, profissionais liberais, jornalistas, novos empresários, além de outros fatos, indicam a progressiva influência inglesa, essencialmente a antiescravista. [...] Pouco a pouco, a partir dos anos de 1850, foram-se delineando os contornos das duas formações sociais diversas e progressivamente antagônicas: a escravista, cada vez menos dinâmica e a capitalista, ganhando dinamismo crescente (IANNI, 1978, p. 25).

A partir da Lei Eusébio de Queirós o preço do escravo ficava cada vez mais alto. No ano de 1871, instituiu-se a Lei do Ventre Livre, declarando que todo o filho nascido de escravos, a partir de 28 de setembro de 1871, era considerado livre, tornando a mão-de-obra negra, escrava, cada vez mais escassa. Segundo Moreira (1990), em 1870 já se inicia a imigração européia para o Brasil, período em que há mudança na utilização da mão-de-obra.

Ainda no ano de 1850, institui-se a Lei de Terras, que veio substituir a Lei de Sesmaria, que regulava juridicamente a repartição da propriedade fundiária: “[...] segundo essa lei, o acesso a terra deve ser proporcional ao número de escravos de propriedade de cada senhor” (Moreira 1990, p.11). Ou seja, o acesso a terra era um direito dado pela Coroa Portuguesa e restrito a poucos, ficando uma grande maioria sem acesso a terra.

A Lei de Terras não promoveria mudanças no quadro de concentração de terra, mas tem fundamentalmente o papel de declarar a terra como mercadoria. Após a lei somente se adquire a posse da terra mediante a compra. O seu surgimento não foi uma coincidência. De acordo com Moreira (1990, p. 36):

Dessa forma, embora seja um instrumento de regulamentação mercantil da circulação da terra, a Lei de Terras combina com a lei de regulamentação do mercado de trabalho uma vez que exclui automaticamente do acesso a terra quase totalidade da população colonial, à qual só resta oferecer-se em trabalho aos proprietários fundiários. A um só tempo, a Lei de Terras preserva o latifúndio e organiza a nova relação de trabalho.

Como nos referimos, à segunda metade dos anos oitocentos precisa ser analisada, sob o ponto de vista da conjuntura vivenciada pela população escrava e quilombola, também considerando o grupo denominado de “abolicionista”.

Os abolicionistas, com as exceções que veremos depois, se desejavam o fim da escravidão lenta, de um lado, temiam, de outro, aquela “vingança bárbara” e selvagem [...] (MOURA, 1981, p. 81).

A concepção dos abolicionistas tradicionais a respeito do negro era de seres incapazes de executar ações políticas contra o sistema que os oprimia.

O negro deveria ser excluído, como agente histórico, pelos próprios abolicionistas. Esta atitude tem continuidade nos nossos dias, com o discurso liberal, que ainda não aceita as lutas dos escravos como um fato político, mas como simples manifestação de homens que, “mantidos até hoje a nível de animais”, jamais poderiam participar do processo de mudança social no qual eram os principais interessados (MOURA, 1981, p. 80).

Com isso, observa-se que os próprios negros não participaram das discussões vindas por parte do Estado, as quais refletiriam em suas vidas, como exemplo: a Lei Eusébio de Queirós e a Lei do Ventre Livre, ações que foram tomadas pelo próprio Estado, sem ouvir esses sujeitos, até por que o negro escravo não era cidadão e não tinha direito algum perante o Estado. Era uma mercadoria. E o negro quilombola da mesma forma também “não existia”, enquanto cidadão, para o Estado. A população interessada não participou dessas discussões formais, devido à condição que a sociedade

dominante da época lhes impunha. Os negros escravizados eram considerados como inferiores pela sociedade dominante da época, e como tal, necessitavam que outros decidissem por eles, esse era o cenário da sociedade escravista. O quadro, nos dias atuais, não é muito animador no que diz respeito a ações políticas para a população negra, que ainda, na sua grande maioria, não tem participado de decisões e ações tomadas por parte do Estado e de governos.

Os “protestos de negros” não correspondiam com os interesses dos abolicionistas. Porém, havia uma ala de abolicionistas mais “radical”, que pregava a participação do negro no processo de abolição, no entanto, eles não tinham força significativa no parlamento, com isso, “[...] os abolicionistas radicais recorrem a outros meios, como a imprensa, o discurso em praça pública e a ligação com os próprios escravos” (Moura, 1981, p. 83).

Em 1888, institui-se a Lei Áurea, uma decisão tomada pela Coroa passando então os escravos a serem “livres”, e o sistema escravista encontra seu “fim”, na própria inexistência das condições legais e formais para se manter. São tempos de “liberdade” e trabalho assalariado e/ou remunerado.

Abolição da escravatura no Brasil, em 1888, realizou-se com um atraso de, no mínimo 66 anos, período transcorrido desde a independência do Brasil, em 1822. A demora quanto à eliminação do sistema escravista evidenciou um traço marcante da elite brasileira no país: a adoção de processos lentos e graduais para a realização de mudanças sociais (PAIXÃO, 2006, p. 35).

Certamente está nas novas relações de produção e trabalho a clareza para compreender que, embora “livres”, não serviam como mão-de-obra assalariada. Essa negação colocada diante dos senhores de terras, de que o negro não servia para o trabalho assalariado está calcado em diversos argumentos ideológicos da época que criaram um estereótipo de “preguiça” e incapacidade, fomentando o racismo e representações sobre o negro, que ainda prevalecem até os dias atuais.

Sobre este aspecto Goetttert (2002, p. 264) destaca que:

A condição de escravo retira do negro uma possível condição de trabalhador, na representação do trabalho como enobrecimento dos sujeitos nele envolvidos. De sujeito indispensável para o trabalho durante mais de três séculos, o negro escravo passou a ser representado



justamente por práticas que assumiu nesse longo tempo enquanto resistência à compulsoriedade do trabalho: o negro é lento no trabalho, indolente, sabotador e mais afeito à festa. Desprovido de hábitos de disciplina ao trabalho, pouco afeito ao mando e à ordem [...] o negro escravo passa a ser atrasado e inapto para o trabalho livre.

A Lei Áurea que permitiu a libertação dos escravos deixou uma maciça população de ex-escravos sem apoio do Estado, nem mesmo o mínimo de amparo.

O fim do sistema escravista no Brasil impôs a alteração do regime jurídico dos antigos escravizados, abrindo caminho para a construção do reconhecimento da sua igualdade formal diante dos demais cidadãos. Entretanto, a abolição da escravatura no Brasil foi um verdadeiro golpe às aspirações da população afro-descendentes. [...] a abolição não trouxe consigo a perspectiva da plena incorporação dos descendentes de escravos ao mercado de trabalho, ao sistema educacional, ao acesso a moradia digna e a posse da terra (PAIXÃO, 2006, p. 37)

A questão é que não poderia ser mesmo diferente. Reconhecer o negro como sujeito e cidadão seria assumir que tudo o que havia sido feito, principalmente o comércio de seres humanos era crime, como considerar animais como seres humanos. A melhor solução encontrada pelas classes dominantes da época era promover a libertação desses escravos, até por que o ideário estava já construído, era reconhecer a necessária liberdade, como medida econômica, fundamentalmente.

Como afirma Paixão (2006), o Estado não inseriu essa população no mercado de trabalho, na educação, não lhe deu moradia e cuidados da saúde, ficando os mesmos marginalizados na sociedade em que ainda os valores eram julgados pela cor da pele. Nesse contexto muitos quilombos permaneceram como forma de sobrevivência diante de um sistema tão excludente. Os negros permanecem nos quilombos, alternativos à sobrevivência.

Constatamos que mesmo após a abolição da escravatura houve a formação de quilombos por todo o território nacional, pois segundo Ratts (2006, p. 312), “[...] inúmeros quilombos se constituíram no século XIX, notoriamente nas décadas finais do período escravista.” Os habitantes eram chamados de quilombolas, mocambeiros ou calhambolas. Contudo, muitos dos quilombos já existentes deram continuidade a sua manutenção e sobrevivência, não sendo dizimados ou abandonados pela população

negra que neles habitavam, pois os mesmos não tinham para onde ir e nas cidades não havia nada para ampará-los.

Estes quilombos que se formaram após a abolição da escravatura, como a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, formada no início do século XX, mais precisamente em 1901, fundada por Dionísio Antonio de Vieira “ex-escravo oriundo de Minas Gerais que se deslocou com a sua família na expectativa de encontrar solos produtivos.” (Oliveira & Marinho, 2005, p. 04). Essas terras eram chamadas de “terras de pretos”, que Almeida (apud Ratts, 2006, p. 315) define como:

As denominadas *terras de pretos* compreendem aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, a famílias de ex-escravos a partir da desagregação de grandes propriedades monoculturas. Os descendentes de tais famílias permanecem nessas terras sem proceder ao processo formal de partilha e sem deles se apoderarem individualmente. [...] São também alcançadas pela expressão *terra de pretos* aqueles domínios ou extensões correspondentes aos quilombos que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de direito consuetudinário que orientava uma apropriação comum dos recursos.

Os quilombos que se formaram após a abolição da escravatura, foram formados a partir da doação de terras, pelos senhores das fazendas, uma vez que as mesmas se encontravam falidas, outros adquiriam as terras como posseiros ou por meio de terras devolutas.

Leite (1994, p. 25) nos afirma que, no então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, havia grandes extensões de terras devolutas, atraindo assim ex-escravos soldados que lutaram na Guerra contra o Paraguai, entre outros sujeitos.

Furnas do Dionísio se constitui sob terras devolutas e posteriormente Dionísio vai requerer o título de posse de suas terras. O título primitivo chegou em 1917 (Junges & Almeida, 2005).

Remetemos a essa análise, para pensamos sobre a formação de quilombos após a abolição da escravatura, tomando Furnas do Dionísio como exemplo devido à proposta da pesquisa. O mesmo aconteceu com inúmeras comunidades em todo território nacional, pois nesse período a maioria dessas comunidades não eram reconhecidas como quilombos. Essa terminologia havia ficado para traz com a escravidão.

O conceito de quilombo, até o ano de 1988, não se fazia consensual entre os pesquisadores, governantes e militante do Movimento Negro, principalmente no que diz respeito às comunidades cuja origem vem de fazendas falidas e aquisições de terras. Estes só serão reconhecidos após a Constituição Federal de 1988, através de mobilizações políticas do Movimento Negro e da classe política. Nesse processo foram configurados como novos sujeitos políticos: os “remanescentes de quilombos”.

Por volta de 1890 surgia a preocupação de uma “nação” brasileira que não poderia ser constituída por índios, negros e mestiços. População considerada não-civilizados, “indolentes”, perigosos, surgindo assim o processo de imigração européia que vinha a servir tanto como mão-de-obra livre e assalariada, como para o “branqueamento” da população, promovendo uma nação branca que possivelmente ocasionaria no desaparecimento das demais raças a partir da miscigenação.<sup>2</sup>

O projeto de branqueamento do povo brasileiro foi a solução encontrada pela elite eurodescendente para diminuir o peso da presença negra na população. Assim, atendendo as demandas das elites cafeicultoras, o Estado brasileiro, entre 1884 e 1913, estimou o ingresso de 2,7 milhões de europeus no Brasil; ou seja, em 29 anos, a quantidade de europeus que entraram no Brasil representou cerca de 70% do total de africanos que haviam ingressados como escravos entre 1500 e 1850 (PAIXÃO, 2006, p. 39).

O ano de 1890 é marcado pelas discussões a respeito do que ocorreria com os negros libertos, pois até então a temática racial no Brasil estava polarizada pela temática da escravidão, após esse período a elite eurodescendente, como nomeia Paixão (2006), passou a preocupar-se com a “possibilidade de revoltas e demandas em torno de reparações aos danos ocasionados no período da escravidão” (Paixão, 2006, p. 37).

Para tanto, a elite da época ainda passou a formular estratégias para promover o controle mais rígido sobre o modo de vida da população negra, com isso instituem o Código Penal de 1890, que se mostra bastante hostil às manifestações religiosas, como o

---

<sup>2</sup> Os escravos, bem como os negros libertos, eram interpretados diante da sociedade branca da época colonial como inferiores, sem alma, animais e por isso deveriam se submeter ao branco “superior” e cristão. Para sustentar o ideário de superioridade imposto pelos colonizadores europeus diante dos demais seres humanos do planeta, cria-se na Europa, baseado na filosofia e na ciência o conceito de “raça”, “[...] a idéia de “raça” nasce com a “América” e originalmente se refere às diferenças entre “índios” e conquistadores [...]. As primeiras pessoas dominadas a que os futuros europeus aplicam a idéia de “cor” não são sem dúvida, os “índios”. São os escravos seqüestrados e negociados desde as costas do que agora se conhece como África, e aos quais se chamará “negros” (Quijano, 2007, p. 47).

candomblé e outras religiões de matriz africana, manifestações culturais como a capoeira e qualquer variação de batuque, através disso são visíveis medidas racistas, etnocêntricas e autoritárias que foram tomadas, na época, com o objetivo de reprimir essa população ao invés de buscarem reparar os danos promovidos pela escravidão.

Como alternativa para reduzir numericamente as populações negras e indígenas do país, que significavam um atraso para o “progresso” da nação brasileira, a elite eurocêntrica então se utiliza do projeto de branqueamento, ou seja, “deveriam ser eliminados com o próprio processo de modernização brasileira” (Paixão, 2006, p. 40), em que nos tornaríamos mais ocidentais e brancos, sendo argumentado pela classe dominante da época que quando o Brasil estivesse livre do “problema negro” é que estaríamos avançando para o “progresso” e ao desenvolvimento econômicos: discursos ideológicos de caráter autoritário, preconceituosos e racistas.

Fatores que alimentaram o racismo. Com isso, a própria população negra sentia vergonha de admitir a sua negritude, devido a todo esse processo histórico e de preconceito gerado em torno da população negra. Essa população não reduziu biologicamente, mas representativamente na sociedade brasileira.

Durante o período republicano o termo quilombo não desaparece, mas sofre fortes ressemantizações, quando passa da ordem repressiva para a ordem semântica, referindo-se à resistência, como afirma Arruti (2008).

A população negra, diante dessa situação de exclusão e marginalização a qual foram submetidos, ficando a margem da sociedade, sem o mínimo de amparo estatal, não permaneceu imóvel, procurou se organizar e se mobilizar em prol das causas afro-descendentes, iniciando esse processo através da chamada imprensa negra<sup>3</sup>, que também é considerada como a ação precursora para o surgimento do Movimento Negro.

A história do Movimento Negro no Brasil caracteriza-se pela luta pelo reconhecimento da existência do racismo e da discriminação. Tornar as pessoas conscientes dessa situação e a partir disso organizá-las tem sido os grandes objetivos dos grupos do Movimento Negro (AGUIAR, 2009, p. 37).

Segundo Domingues (2007, p. 103), para reverter esse quadro de marginalização por parte da população negra, logo no início da República, os ex-escravos libertos e seus

---

<sup>3</sup> Petrônio Domingues (2007, 104) denomina imprensa negra como: “Simultaneamente, apareceu o que se denomina imprensa negra: jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões.”

descendentes instituíram movimentos de mobilização racial negra no Brasil criando inicialmente dezenas de grupos, grêmios e associações, como exemplo: o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915) (Domingues 2007, p. 103), entre outros. Diversos foram os grêmios e grupos fundados na época, todos em forma de articular a população negra para que assim pudessem adquirir o seu reconhecimento e direitos: “[...] de 1870 a 1930 contabilizou-se cerca de 85 associações negras funcionando na cidade de São Paulo [...]” (Domingues 2008, p. 520).

Começaram a partir de então surgir jornais informativos, em diversas partes do país, o que Domingues (2007 p. 103) chama de imprensa negra, que eram jornais elaborados por negros para tratar das questões que envolviam as populações negras. O primeiro jornal surgiu em 1889. Foi o “A Pátria”, depois deste surgiram outros como: “O Combate” (1912), “O Bandeirante” (1918), “O Alfinete” (1918), entre outros. O foco desses jornais informativos era o de empreender a batalha contra a discriminação racial, porém, abrangia também temáticas no âmbito do trabalho, da habitação, da saúde e da educação, como alega Domingues (2007, p. 105), sendo verdadeiros informativos denunciando a discriminação e segregação que se fazia no território brasileiro.

[...] observa que a imprensa negra foi marcada pela busca da criação de um protesto, mas não um protesto que visava ao desenvolvimento de uma cultura específica negra, mas buscava a integração da população negra na sociedade em pé de igualdade com a branca (AGUIAR, 2009, p. 38).

O objetivo inicialmente era o de denunciar a discriminação e segregação que ocorria no território nacional buscando um integracionismo, pois a população negra sempre esteve em grande desvantagem em relação à população considerada “branca”. Como já afirmamos, a mesma ficou a mercê da sua própria sorte, pois com a abolição da escravidão nenhuma estrutura foi oferecida para esta população, “o novo sistema político, entretanto, não garantiu significativos ganhos materiais ou simbólicos para a população negra” (Domingues, 2008, p. 102).

A respeito dos jornais informativos Domingues (2007, p. 103) declara que:

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma

tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de "segregação racial" que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou freqüentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. Nesta etapa, o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo.

Em 1931, o Movimento Negro teve um salto positivo, com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) <sup>4</sup>, sendo esta a primeira manifestação negra com reivindicações políticas deliberadas (Domingues, 2007, p. 106). Posteriormente, em 1936, a FNB transformou-se em partido político, com isso conseguiu transformar o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa, porém com a ditadura de Getúlio Vargas, em 1937, e a instalação do Estado Novo, há o fechamento da FNB e o Movimento Negro fica na clandestinidade.

Um dos maiores projetos da FNB era o de promover a educação para essa população negra marginalizada, acreditando que através da educação dessa população, poderia ocorrer uma integração dos mesmos na sociedade, considerando a educação como um dos meios de acabar com o “preconceito de cor”, sendo a FNB de caráter integracionista, criando a mesma uma “série de símbolos identitários (como bandeira, hino, carteira de associado) [...]” (Domingues 2008, p. 522), para promover a auto-estima desses negros e negras que se encontravam incluídos de forma bastante precária na nossa sociedade.

A despeito do papel importante e de resistência, a FNB, do ponto de vista político, defendia um projeto nacionalista a partir de um viés autoritário, que chegou a condição de “simpatizantes” do fascismo italiano. Mesmo assim foi uma das maiores expressões de luta dos negros até aquele momento, pois em 1936 já havia notícias que a FNB já era formada por mais de 60 delegações.

---

<sup>4</sup> Em 16 de setembro de 1931, nascia em São Paulo uma das maiores entidades negras, na qual participavam negros e brancos que se mobilizavam com a causa, do século XX: a Frente Negra Brasileira. Vinha na esteira de diversas entidades que se formaram no início do século passado. Sua missão era a de integrar o povo afro-descendente à sociedade. Autodenominada "órgão político e social da raça", a Frente atingiu dimensões inusitadas, chegando, inclusive, a tornar-se partido político. Se pensarmos na situação social da época, em que o desemprego entre os homens era alto (as mulheres negras eram o pilar das famílias, pois o emprego de doméstica lhes dava algum salário), em que as condições de educação eram precárias, a Frente realizou feitos espantosos. **Frente Negra Brasileira**. In: Fundação Cultural Palmares [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br)

O golpe militar de 1964 representou uma derrota para a luta dos movimentos sociais organizados, assim como os movimentos vinculados a população negra no Brasil, marcados por uma forte desarticulação já que os seus militantes eram constantemente acusados de lutarem por uma causa que não existia no Brasil: o racismo. Esse ideário dominante de convívio pacífico contribuiu para a desmobilização das lideranças negras, inclusive pela repressão instalada contribuindo para que o movimento existente fosse mergulhado na clandestinidade. Cabe ressaltar, que mesmo nessa condição o movimento procurou articular algumas ações nesse período.

Domingues (2007, p. 112), afirma: “que reorganização política da pugna anti-racista aconteceu no final da década de 1970 [...]”, época em que ressurgem os movimentos sociais, sindicais, estudantis e agrários.

Há registros, como afirma Domingues (2007), de que em 1974 o Movimento Negro voltou novamente a se rearticular, através dos sindicatos, movimentos estudantis, agrário populares, mas constantemente era alvo de críticas.

Para além do enfrentamento da negação, do preconceito racial, sempre presente para desqualificar os motivos e as diversas conquistas atingidas, deu-se a criação de um Instituto de Pesquisas da Cultura Negra, em 1976. Em 1978, ocorre a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), voltando à cena política um movimento negro organizado.

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, por que entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racista em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político no movimento negro. Nessa nova fase, a estratégia que prevaleceu no movimento foi a de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade (DOMINGUES, 2007, p. 16).

Esses movimentos organizados foram responsáveis por pautas temáticas que vieram a promover mudanças na legislação, como é o caso da inserção da história da África, como base curricular nas escolas de nível fundamental. Conquista que o Movimento Negro veio alcançar somente no ano de 2003, com a sanção da Lei nº. 10639/2003, que torna obrigatório o ensino da África, negros e quilombolas, tanto nas escolas quanto no ensino superior.

As duas últimas décadas do século XX, foram de muita luta e conquistas significativas para o MNU, como o dia 13 de maio, que era considerado dia da libertação dos escravos, tendo passado a ser reconhecido o Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. A data de celebração do MNU passou a ser dia 20 de novembro que também passou a ser o dia da consciência negra, devido ser considerada a possível data da morte de Zumbi dos Palmares. Investiu-se no terreno educacional, permitindo assim uma revisão dos livros didáticos, pois os mesmos apresentavam conteúdos preconceituosos.

O Movimento Negro contemporâneo ainda tem muitos desafios pela frente na luta por ações e políticas afirmativas<sup>5</sup>. O primeiro desses desafios está calcado no projeto que vem sendo estrategicamente usado pelo Movimento ao longo da sua história, no que diz respeito às práticas culturais, na tentativa de reforçar a diferença. Através disso Domingues (2008, p. 114) declara que:

[...] o setor majoritário do movimento negro, historicamente, transformou as práticas culturais não em meios, mas em fins em si mesmo, na principal estratégia na luta anti-racista. Como resultado as conquistas simbólicas não foram revertidas em benefícios concretos à população negra em termos de direitos civis. [...] Nas práticas culturalistas, os símbolos e artefatos afro-brasileiro e afro-dispóricos são retificados e transformados em mercadoria; a cultura se transforma em coisa, e não em processo profundamente político.

Com a afirmação de Domingues (2008), podemos entender que o Movimento Negro se preocupou demasiado com as questões culturais, não tendo investido em ações que viesse pressionar o Estado e a sociedade em relação aos direitos econômicos, políticos e sociais dessa população negra. Todavia, entendemos que as questões culturais, foi o caminho encontrado pelo Movimento Negro para alcançar a visibilidade do Estado nos assuntos que diz respeito à população negra. Quanto aos “remanescentes de quilombo”, “mocambos”, “terras de pretos”, pouco se discutia, ficando a população negra rural marginalizada pela sociedade “branca”, o Estado e pelo próprio Movimento Negro organizado da época, pois como podemos observar que as ações desse movimento, não contemplavam a população que se encontrava no meio rural. Entretanto

---

<sup>5</sup> Segundo Petrônio Domingues (2008, p.166) as ações afirmativas “foi criada pelo presidente dos Estados Unidos J.F. Kennedy, em 1963, significando um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas no combate a discriminação de raça; gênero e etc. bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado.”



levamos em consideração que o MNU não se tratava de um grupo homogêneo. Os “remanescentes de quilombos”, ao longo do tempo, também foram incluídos na luta contra o racismo e discriminação socioeconômica, cultural e racial, já que os mesmos se encontravam invisíveis na sociedade. Contudo, não era o foco do Movimento Negro e do Estado naquele momento, mesmo após a Constituição Federal de 1988, pois a Constituição trará em seu contexto os Artigos 68, 215 e 216 que fará menção a titulação e regularização das terras dos “remanescentes de quilombo”, bem como, as suas manifestações culturais que se tornará patrimônio histórico, entretanto poucas ações serão feitas em prol das necessidades dessa população negra rural.

## **1.2 – O Estado e as Políticas para a População Negra**

Os quilombos surgem no Brasil no período da escravidão, significando resistência e luta perante o sistema escravista, em defesa da liberdade e de uma condição de vida melhor.

O processo de escravidão durou mais de 300 anos no Brasil, que aboliu a escravidão somente em 1888, “[...] através de uma lei que atirou os ex-escravos numa sociedade na qual eles não tinham condições mínimas de sobrevivência [...]” (Siqueira, 2007, p. 03), permitindo assim que a população negra no Brasil igualasse, em números, a países africanos. Ainda sobre este aspecto, Santos (2000, p. 01) afirma:

[...] o fato de que o trabalho do negro tenha sido, desde os inícios da história econômica, essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes deu-lhe um papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária. Os interesses cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais. Por isso, talvez ironicamente, a ascensão, por menor que seja, dos negros na escala social sempre deu lugar a expressões veladas ou ostensivas de ressentimentos (paradoxalmente contra as vítimas).

Do acontecimento da abolição da escravatura em 1888, até a Constituição Federal de 1988, os quilombos foram interpretados como extintos, pois a nomeação de “remanescentes de quilombo” não existia. Nos dias atuais, ainda perdura no imaginário social a não existência desses quilombos, devido à falta de conhecimento sobre a

realidade dessas comunidades na atualidade. Porém, materialmente os quilombos continuaram existindo e o termo quilombo que sofreu ressemantizações ao longo da história.

Os anos de 1980 no Brasil e no mundo são marcados por mudanças significativas, que serão causadas por fatores internos e externos. É o período em que ocorrem sucessivas crises políticas, sociais e econômicas, que mudaram a estrutura da sociedade brasileira.

No meio de crises, recessões e desemprego, há um fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil, na busca pela cidadania, liberdade de expressão e melhores condições de vida. No ano de 1985 encerra-se oficialmente a ditadura militar no Brasil, todavia ainda sobraram resquícios da mesma durante anos.

Um exemplo disso foi a própria anistia, um movimento político tratado como benefício para os exilados, mas que foi um instrumento de legalidade ou perdão para os muitos crimes cometidos pelos algozes do sistema.

Entretanto, há uma linha tênue entre o processo de democratização, pautado no movimento de crise dos anos 80 no Brasil e no mundo, que conduziu ao discurso do “Bem Estar Social”<sup>6</sup>, em ruptura com as idéias liberalizantes e socialistas na Europa, fundamentalmente, esse movimento foi forte e influenciou o resto do mundo. Sendo este um movimento do próprio capitalismo.

O autor Oliveira (1998, p. 19) define o Estado do Bem Estar Social como:

Nas ultimas cinco décadas, acelerada e abrangente o que se chama de Welfare State, como consequência das políticas originalmente anticíclicas de teorização keynesiana, constitui-se no padrão de financiamento público da economia capitalista. Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação do capital [...].

Esse movimento e seus ideais repercutiram também nas idéias e decisões do Estado brasileiro, que será notória nos anos 80 e início dos anos 90. Anos de articulação

---

<sup>6</sup> Esse modelo estava associado ao que Oliveira (1998), vem chamando de Estado Providência, pois desde 1960, aumentou a demanda do Estado, em relação às despesas públicas, como educação, saúde, pensões e outros programas que cresciam consideravelmente, associando o Estado Providência a produção de bens sociais públicos e de fundos públicos na estruturação e reprodução do capital, todavia, esse modelo entrou em crise devido à nova dinâmica da economia que “sem controles institucionais, a nova dinâmica pode exarcebar o que é uma das características do oligopólio [...]” (Oliveira, 1998, p. 44).

dos movimentos sociais e suas conquistas, como a Constituição Federal de 1988. Todavia, esse movimento não foi longe, embora já tenha chegado atrasado ao Brasil. No início dos anos 90 no Brasil, as conquistas da Constituição de 1988, foram se desmoronando perante o discurso do Estado mínimo (Neoliberal) <sup>7</sup>.

Segundo Castro (2005), os anos 80 do século XX são marcados pela democracia e fortalecimento dos movimentos sociais, acarretando ao Estado o compromisso com a participação da sociedade.

Foi aberto um leque variado de atribuições do Estado *vis-à-vis* a sociedade, assegurando os direitos de proteção social como uma obrigação formal, que em muitos Estados consta na constituição. Nesse sentido o crescimento das obrigações do Estado aumentou os custos da sua administração e estendeu o campo das disputas até o interior do seu aparato burocrático visando à obtenção de alocações de políticas públicas favoráveis aos interesses organizados (CASTRO 2005, p. 119).

No final dos anos 80, especificamente no ano de 1988, é instituída a nova Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã, ficando a partir de então o Estado responsável pela diminuição das desigualdades sociais, como destaca o artigo 3º da Constituição.

Art. 3 – Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

---

<sup>7</sup> O Neoliberalismo vem substituir o ideário desenvolvimentista nos anos 90, propondo o crescimento ilimitado da economia de mercado. Segundo Rattner (2000, p.17), “o modelo neoliberal, caracterizado pela abertura e desregulamentação dos mercados e a privatização das empresas públicas e a precarização das relações de trabalho [...]”. Após o Conselho de Washington em 1989 no EUA, há mudanças na postura dos Estados nacionais com a implementação dos modelos neoliberais e a hegemonia norte americana com o fim da Guerra Fria. Diante desse contexto que se perfaz na década de noventa Acsehrad (2000, p. 88) destaca que: “[...] uma nova ortodoxia do desenvolvimento incorporou ao longo dos anos 90 um conjunto de inovações discursivas que procuraram redistribuir legitimidade e poder no que se refere ao governo dos homens e das coisas [...] A questão colocada era: como “ajudar” o desenvolvimento desses países sem ferir a soberania política de seus governos, e respeito aos próprios estatutos do Banco Mundial? A solução discursiva encontrada foi a de separar as funções propriamente políticas – mantidas na órbita dos governos nacionais – das funções ditas “de governança”, entendidas como de corte estritamente gerencial, passível, portanto de serem assumidas pelos organismos multilaterais.”

O fato é que até 1988 as políticas de cunho social estavam direcionadas às áreas de previdência, legislação trabalhista, saúde, educação, saneamento básico e transporte, sob a lógica paternalista do Estado. Não negamos a importância dessas ações para as frações mais desfavorecidas da sociedade, mas nunca se constituíram efetivamente como políticas sociais, o que deve implicar em mudanças de condição social do sujeito contemplado. Porém, a população negra, quilombola ou não-quilombola, não participou de forma efetiva dessas ações, principalmente no que diz respeito à questão racial e quilombola, que nos anos de 1980 nem era discutida no âmbito político partidário.

Assim, após a Constituição Federal de 1988, o Estado possui a responsabilidade de atuar contra as desigualdades raciais e sociais no Brasil, declarando o racismo como crime. O Estado brasileiro se encontrava despreparado para lidar com as questões, no que diz respeito à população negra. É o que apresenta Rodrigues (2010, p. 05):

A incapacidade e/ou o fracasso estatal na promoção da equidade, só muito recentemente, por volta dos anos noventa, teve no conceito de “racismo institucional” uma ferramenta de análise no campo das desigualdades sociorraciais. A incorporação conceitual suscitou uma travessia entre a análise que, geralmente, focava o racismo no nível das relações interpessoais para uma análise, e também a intervenção, no plano institucional. Isso acarretou envolver o Estado, suas instituições e todo o aparato que o sustenta numa leitura mais abrangente do cenário político brasileiro.

É nos anos de 1990 que o Movimento Negro vai entrar em uma nova fase, no que diz respeito a sua atuação política, passando da fase da denúncia para investir na proposição e formulação de políticas públicas para a população negra. Tal movimento é impulsionado por debates e discussões em níveis mundiais, como por exemplo, os crimes contra Nelson Mandela, a luta pelo fim da segregação racial no Estado Unidos, o fim do *apartheid* na África do Sul, entre outros. No Brasil, nos anos 90 o debate da questão racial será forte, estando conectado com os problemas de racismo pautados pelos direitos humanos, que é uma discussão mundial.

Também esse período é marcado pelo fortalecimento e organização do movimento pela terra, que terá parceria nas discussões raciais no que diz respeito as comunidades negras rurais. Esta parceria resultou na incorporação da temática pela luta da terra e permanência, permitindo assim a instituição do artigo 68 da Constituição de 1988, por que os negros que estavam no campo, não sabiam que eram quilombolas.

Resultando assim no “ressignificado” do quilombo, como espaço de vida e não apenas de esconderijo e/ou liberdade.<sup>8</sup>

Essa dinâmica entre o movimento negro e o Estado, é marcada por avanços e recuos nas propostas governamentais, que serão visíveis nos governos dos seguintes ex-presidentes: José Sarney (1985 – 1990); Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) e (1999-2003); Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007) e (2007-2011). As ações dos respectivos governos, em relação à população negra, estão representadas nos quadros 1, 2 e 3.

### **Quadro 1 – Análise do Governo de José Sarney em relação à população negra.**

Governo José Sarney (1985-1990)			
Ações Governamentais		Demandas do Movimento Negro	Contexto Nacional e Internacional
Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura.		Reivindicações por avanços entre igualdade formal e substancial.	Centenário da
Criação da Fundação Cultural Palmares.			Abolição da
Artigo 68 da Constituição Federal: Reconhecimento dos direitos das comunidades“ remanescentes de quilombo”			Escravidão no Brasil.

\*Fonte: texto da autora Vera Rodrigues (2010) e organizado por Perogil (2012).

O Governo de José Sarney é marcado por fortes manifestações dos movimentos sociais, dentre eles o Movimento Negro, que contou com a ajuda de intelectuais “militantes” da causa, como Abdias Nascimento, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e outros que se encontravam em grande parte na academia, mas também militantes e parlamentaristas negros e não-negros e os defensores da reforma agrária. Esse

<sup>8</sup> O termo quilombo sofreu ressignificação ao longo dos anos. Após a Lei Áurea em 1888, que aboliu a escravidão, os quilombos deixou de significar fuga do trabalho escravo e dos maus tratos, não sendo vistos mais como esconderijos e sim como espaço para a reprodução de suas vidas e tradições, denominadas de “terras de pretos” e “mocambos”, como coloca Ratts (2006).

movimento foi importante para a instituição do Artigo 215 (Inciso I. § 1º), 216. (Inciso V. § 5) e o Artigo 68, da Constituição Federal de 1988, que faz emergir os “remanescentes de quilombos”.

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (**Art. 68**, p. 189).

O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. (**Art. 215**. Inciso I. § 1º, p. 141)

Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscência histórica dos antigos quilombos. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988, **Art. 216**. Inciso V. § 5ª, p. 142.)

Segundo Arruti (1997), a instituição desses artigos está relacionada com a dívida social que o Estado brasileiro tem para com a população negra do país, surgindo no sentido de reparar essa dívida. Contudo, houve uma ligação do Movimento Negro e os movimentos sociais ligados à reforma agrária fazendo com que as comunidades negras que se encontravam no meio rural viessem a ter visibilidade política não só para o Estado, mas para o próprio Movimento Negro. Arruti (2008, p. 09) nos declara que:

Quando, por fim, o texto da Constituição foi aprovado, prevaleceram os termos da formulação inicial, mas em uma redação extremamente sucinta, que não avançou sobre os poucos debates realizados. Fala-se em propriedade da terra e dispensa-se a ênfase na historicidade dos remanescentes, que seria, de fato, uma limitação. Por outro lado, inverte-se a formulação inicial que falava de “comunidades remanescentes”, para se falar em “remanescentes das comunidades”, sem que isso tivesse debate ou justificativa registrados. A falta de uma explicitação dos critérios que definiriam estes sujeitos abriria espaço para interpretações que, como veremos adiante, insistem em não reconhecer o caráter coletivo do novo dispositivo de direito assim estabelecido. Por fim, é importante observar ainda que a proposta inicial foi desmembrada, fazendo com que a parte relativa ao tombamento dos documentos relativo à história dos quilombos coubesse no corpo permanente da Constituição, no capítulo da Cultura (CF, art. 215 e 216), enquanto a parte relativa à questão fundiária fosse exilada no corpo dito “transitório”, evidenciando o campo da cultura como o limite do reconhecimento público e político da “questão negra”. Não há, por fim, em sua

redação final, uma avaliação dos possíveis desdobramentos práticos da constitucionalização do termo na forma de demandas fundiárias. Segundo um representante do Fórum Estadual de Comunidades Negras de São Paulo, a militância negra à época tinha, de fato, mais dúvidas que certezas com relação ao artigo e o seu texto final foi mais resultado de um esgotamento das referências e do tempo de debate, do que de qualquer consenso.

Concordamos com o autor. Essa tomada de decisão para a formulação dos Artigos 68, 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 não é resultado da unidade e convivência da população negra que se encontrava no meio rural com o Movimento Negro. É resultante do debate acerca do Estado e do próprio Movimento Negro, mesmo o Movimento não se conformando com o termo “remanescente de quilombo”, pois era um termo ambíguo, que dificultava o reconhecimento. Ocasionalmente assim mais dúvidas do que certeza como afirma Arruti (2008) essas dúvidas do Movimento Negro repercutirão em suas ações em relação aos “remanescentes de quilombo”.

Os movimentos sociais pela democracia e luta da terra impõem um Estado menos opressor e que reconhece sujeitos, anistia os participantes de conflitos e prolifera direitos individuais e coletivos.

E esse é o movimento em que é criada a Fundação Cultural Palmares, no ano de 1988, ligada ao Ministério da Cultura. Embora a Fundação Cultural Palmares devesse atuar como interlocutora importante entre o governo de transição do Presidente José Sarney e o Movimento Negro, a mesma não possuía força institucional para atender as demandas sociais. Tal fato se dá devido a condição limitada colocada pelo Estado de direito e conhecimento da população negra apenas como formação cultural.

Nesse mesmo período, diversas foram as agências criadas, todavia; “[...] não possuíam autoridade junto aos outros órgãos do Estado, ou mesmo para conseguir fazer cumprir decretos executivos ou legislação na área racial” (Paula, 2010, p. 26).

A Fundação Cultural Palmares começou a ganhar espaço em relação às ações governamentais a partir do ano de 1999, em que passa a articular com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com as comunidades quilombolas, para adquirirem a certidão de auto-reconhecimento e os seus direitos de posse da terra.

O fortalecimento das raízes quilombolas tem afirmação na crítica que o Movimento Negro efetuou contra a comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil em 1988, demonstrando que 100 anos após a abolição da

escravatura poucas foram as mudanças do modo de viver dos negros na nossa sociedade, reivindicando ações concretas de igualdade.

É possível afirmar que a pobreza, em relação à população negra vai além dos marcos econômicos, devido ao preconceito que sofrem e pela invisibilidade de sua condição histórica.

No Brasil, onde a cidadania é, geralmente, mutilada, o caso dos negros é emblemático. Os interesses cristalizados, que produziram convicções escravocratas arraigadas, mantêm os estereótipos, que não ficam no limite do simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais [...] A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá em baixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta (SANTOS, 2000, p. 03).

Ao final do período transitório, apesar de todo avanço dos movimentos sociais, a primeira eleição direta elegeu para Presidente da República Fernando Collor de Mello (1990-1992), que veio com o “compromisso” de acabar com os marajás. Porém, o *impeachment* do Presidente foi solicitado “pelo povo”. O então presidente renunciou em 1992 em meio a uma crise econômica, sendo substituído passivamente pelo seu vice Itamar Augusto Cautieiro Franco (1992-1994).

Diante do ocorrido, o país mergulhado em crises, recessões, instabilidade da economia e desemprego, causados pelo movimento global de liberalização do discurso sobre o Estado mínimo, o Brasil viverá o movimento de combate à inflação, de arrefecimento dos movimentos sociais, e a crise de ressignificação dos direitos dos trabalhadores e da estabilização da moeda. Tudo isso conduziu para a eleição de Fernando Henrique Cardoso, ministro do governo Itamar Franco. Foram quatro anos em um primeiro mandato (1995-1998) e ainda a revalidação do seu governo, para o segundo mandato de 1999 a 2002.

Sem dúvida, durante todo o tempo que vai desde o fortalecimento do Movimento Negro e do reconhecimento dos “remanescentes de quilombos”, 1988 até 2002, por três mandatos presidenciais pouco se avançou em termos de ações concretas para as comunidades quilombolas e também para a população negra, no que diz respeito à norma constitucional.



**Quadro 2 – Análise do Governo de Fernando Henrique Cardoso em relação à população negra.**

<b>Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e (1999-2003)</b>		
<b>Ações Governamentais</b>	<b>Demanda do Movimento Negro</b>	<b>Contexto Nacional e Internacional</b>
Programa Nacional de Direitos Humanos.  Grupo de Trabalho Interministerial.  Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e Ocupação.  Conselho Nacional de Combate à Discriminação.  Programa Diversidade na Universidade.  Programa Nacional de Ações Afirmativas.  Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.  Títulos de posse entregues pelo INCRA – 46.	Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial.	Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e pela Vida (1995).  Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo – Durban (2001).

\*Fonte: texto da autora Vera Rodrigues (2010) e organização Perogil (2012).

Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso é assumida a existência da discriminação racial no país. A ideologia da democracia racial ainda participava do cotidiano e do Estado brasileiro, a afirmação do referido ex-presidente FHC, está baseada na sua vida acadêmica, na qual realizou estudos referentes à escravidão no Brasil e as suas consequências.

Como afirma Rodrigues (2010, p. 09), os anos de 1990 apresentam um diferencial marcante foi a “[...] fala presidencial assumindo o racismo como um problema pertinente ao Brasil”, fazendo referência a fala presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

Sobre este aspecto Paula (2010, p. 45) destaca que:

Podemos apontar dois traços prevalecentes no discurso de posse do Presidente em relação ao nosso tema: a pluralidade cultural e racial brasileira era um valor nacional, que deveria ser utilizado para desenvolvimento da nação e a sinalização de fim do mito da democracia racial, ao reconhecer as desigualdades raciais.

O mito da democracia racial propaga-se com maior intensidade, na década de 1930<sup>9</sup>, como afirma Adesky (2001). Nos anos de 1940 a 1950, o mito da democracia racial ganha espaço no meio acadêmico sob as tendências dos EUA que enxergava o Brasil como um “paraíso racial”. Segundo Paixão (2006, p. 49): “O preconceito racial era um instrumento da sociedade tradicional utilizado pela elite branca em nome da manutenção de históricos padrões de hierarquização racial.”

Nesse período, o Estado e as classes dominantes da época acreditavam que a mestiçagem seria a solução para dissolver essas populações “não brancas” (negros e índios), “[...] que, no entanto, precisavam ser assimilados ou absorvidos, pela nação brasileira” (Arruti 1997, p. 09).

Nos anos cinquenta começam a surgir no meio acadêmico críticas<sup>10</sup> à ideologia da democracia racial, porém, somente nos anos oitenta essas críticas irão repercutir de

---

<sup>9</sup> Vemos nesse período se propagarem a ideologia da democracia racial, que tem como objetivo o ideal de branqueamento, considerado como um fator de alienação por Adesky (2001), que vem trazendo a discussão a respeito desse ideal de branqueamento, sendo o mesmo produto de um racismo assimilacionista. Esse discurso se sustentava nos argumentos “[...] daqueles que acreditavam que a mistura total de todas as raças resolverá as tensões e os conflitos entre os grupos” (Adesky, 2011, p. 173), tais argumentos era para promover o branqueamento da população e o dissolver os demais grupos que não eram brancos, como os negros. Através disso surgem as expressões racistas como coloca Adesky (2001), “limpeza de sangue”, “barriga limpa”, “cabelo bom”, “cor no ponto”, promovendo que tornar-se mestiço seria o intermediário para chegar a tornar-se branco.

<sup>10</sup> A respeito da crítica sobre a democracia racial no meio acadêmico, Paixão (2006, p. 48) declara que: “No plano acadêmico, na década de 1950, a democracia racial receberia críticas como, por exemplo, no ciclo de pesquisa promovido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) acerca dos marcos das relações raciais no Brasil. Assim, autores como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz Aguiar da Costa Pinto, Oracy Nogueira, René Ribeiro e Thales de Azevedo, apesar de algumas contradições e lacunas teóricas contidas em suas obras, conseguiram analisar de forma consistente que a imagem construída do Brasil como paraíso racial era distante da realidade.”

forma mais sólida, pois até então as mesmas ficavam restritas ao meio acadêmico e político nos movimentos de resistência.

O fato é que embora não houvesse “*apartheid*” ou mesmo legislação estabelecendo limites de direitos orientados pela “cor”, o racismo se expressava na discriminação de oportunidades e na pobreza que se submetia a maioria dos negros brasileiros.

Segundo Paula (2010), no governo de Fernando Henrique Cardoso o desfalque com a população negra é reconhecido no contexto das desigualdades socioeconômicas e culturais. A partir de 1995 começam a ser implantadas políticas específicas chamadas ações afirmativas para a população negra. Marlene de Paula (2010, p. 18) faz uma definição das Ações Afirmativas, que a autora chamará de “AA”.

[...] as AA podem ser vistas como um leque amplo de ações voltadas para mulheres, negros, pessoas portadoras de deficiência, idosos, indígenas, LGBTs, ou seja, grupos discriminados (historicamente ou não), com dificuldades no acesso aos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos; que tenham comprometida sua possibilidade de desfrutar de uma vida com plena dignidade e direitos. Com isso vários grupos na sociedade contemporânea são elegíveis para uma política de AA. Porém na prática, historicamente, tais políticas são orientadas quase sempre para membros de um grupo, cujas características sejam físicas ou culturais, os coloquem em situação de desvantagem social e/ou econômica. As políticas de AA não são de caráter perpétuo, e sim, serão utilizadas como um recurso temporário para abrir brechas em espaços onde grupos discriminados, social e politicamente, estejam sub-representados.

As políticas de ações afirmativas são conquistas dos movimentos sociais e vão começar a surgir na arena política brasileira, após a Marcha Zumbi dos Palmares Pela Cidadania e Pela Vida. A referida marcha aconteceu em 20 de novembro de 1995, possuindo como marco histórico os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

A Marcha, de acordo com a autora, resultou da articulação entre as principais centrais sindicais como, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, ONGs<sup>11</sup>, setores da igreja e representantes de outros movimentos sociais, como declara Paula (2010).

---

<sup>11</sup> Observamos o crescimento de Organizações Não Governamentais – ONGs em prol da população negra, essa tendência se cristalizará dentro do Movimento Negro. As primeiras ONGs surgiram na década de

O objetivo da Marcha Zumbi dos Palmares foi protestar contra as desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais e raciais que envolviam a sociedade negra tanto no setor urbano como rural. Com essas reivindicações, membros da Marcha conseguiram entregar um documento<sup>12</sup> em que se expressava a problemática vivida pelos afro-descendentes ao então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ao analisarmos o documento elaborado pelos militantes do Movimento Negro, observamos que o foco, naquele momento, era combater o racismo e as questões que o permeia, como: a exclusão dos negros e negras do acesso à educação, saúde e ao mercado de trabalho. Na tentativa de que as questões raciais fizessem parte das agendas do Estado, tornando uma prioridade do mesmo, já que essa questão era considerada de menor importância.

O documento elaborado pela Marcha apresenta fortes argumentos, explanando a situação vivida pela população negra e está organizado em oito artigos principais: I- Democratização da Informação; II – Mercado de Trabalho; III – Educação; IV – Cultura e Comunicação; V – Saúde; VI – Violência Racial; VII – Religião e VIII – Terra, declarando assim a situação de preconceito e diferenças sociais e econômicas que a população negra vivenciava naquele momento.

A respeito das comunidades “remanescentes de quilombo”, o documento faz menção apenas no artigo VIII, que discute a questão da terra, declarando:

Apesar de ter garantido o seu reconhecimento na Constituição, através do Art. 68 das Disposições Transitórias, até hoje nenhuma comunidade negra rural quilombola recebeu o título definitivo de propriedade de suas terras, onde vivem há séculos. Portanto, impõe-se a emissão imediata dos títulos de propriedade das terras destas comunidades (MARCHA ZUMBI, 1995, p.18).

Ao fazer a análise do documento observamos um dado que nos chamou atenção, quando o mesmo declara que 56% da população negra, na época, encontravam-se no

---

1980 e tinham como principal objetivo garantir a cidadania da população afro-brasileira e a saúde da mulher negra, atualmente vemos uma proliferação de ONGs a favor de assistência jurídica, educação, saúde, mulheres e comunidades remanescentes de quilombo, todavia essas ONGs tornam-se vulneráveis politicamente, pois como afirma Domingues (2008, p.110), muitas dessas organizações ficam subordinadas as linhas de financiamento de governos ou agencias estrangeiras, perdendo assim a autonomia e mudanças nas suas prioridades. Petrónio Domingues (2008) ainda declara que: “Em uma perspectiva global, as ONGs (...) mantêm uma política assistencialista de substituição do poder público, oferecendo serviços que a rigor são obrigações do Estado e direito do cidadão.” (p. 110)

<sup>12</sup> O referido documento está disponível no site. Acessado em 16/06/2011.

[www.leliagonzalez.org.br/material/Marcha\\_Zumbi\\_1995\\_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf](http://www.leliagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf).

meio rural, entretanto não reconhecem, nem mencionam que são quilombolas ou não, até por que nem todos os negros que residem no meio rural se reconhecem como quilombolas. Concluímos que o fato de haver um único artigo relacionado a comunidades quilombolas é por que até aquele momento o conceito e a representação a respeito dessas comunidades ainda era difuso para o Estado, para os movimentos sociais e para os próprios negros, que se encontravam no meio rural, pois o termo quilombo sofreu ressemantização.

Ainda em 2012, dezessete anos após a realização da Marcha, inúmeras comunidades quilombolas em todo o território nacional não possuem o título definitivo como quilombo. Essa é a realidade da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, que pesquisamos, e de outras comunidades “remanescentes de quilombo”. Uma avaliação possível é que as “incertezas” que o Movimento Negro demonstrou com a instituição do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, se refletem nesse documento da Marcha Zumbi (1995). O texto do documento tratou somente do quesito territorial, que é evidentemente de suma importância, já que a existência desses sujeitos está ligada ao território, porém, não é a única luta dessas comunidades.

De qualquer forma não é possível negar a importância do evento, Marcha Zumbi (1995), que contribuiu para derrubar o mito da democracia racial por parte da sociedade brasileira. Com certeza, as manifestações por parte do Movimento Negro, promoveram pressão social e o Governo brasileiro acabou por criar o “Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra” (G.T.I)<sup>13</sup>.

Assim, ratifica-se a intenção do governo em “empurrar” o debate, dividindo as discussões, o que colaborou para a manutenção de tudo como está.

---

<sup>13</sup> O G.T.I tinha como finalidade propor ações integradas no combate ao racismo e a desigualdade racial a partir de políticas públicas específicas. Sua criação foi uma resposta a Marcha, porém, como afirma Paula (2010), o grupo já vinha sendo construído politicamente dentro do governo, pois o governo queria criar um órgão ligado diretamente às questões raciais e que possuísse funções distintas da Fundação Cultural Palmares, ou seja, tivesse um mecanismo mais institucional e abrangente que pudesse dialogar com todas as áreas relevantes para a elaboração e implementação de políticas públicas. O G.T.I dividiu-se em dezesseis áreas por grupos temáticos, ocasionando uma certa fragilidade do grupo devido a sua grande demanda de funções. “A partir do conjunto das ações realizadas o que se destaca são eventos de sensibilização quanto à questão racial, elaboração de publicações informativas e analíticas e articulações dentro dos ministérios para implantação de programas ou mesmo legislação específica. Foi dado ao desempenhado: propor ações aos ministérios e órgãos da gestão pública, com vistas à implantação de políticas, necessitava inegavelmente de vontade política e apoio dos centros reais de decisão do governo, o que nos parece não ter sido conseguido” (PAULA, 2010, p. 55).

Para compreender a complexidade do Estado nos reportamos a Poulantzas (1985), quando declara que o Estado<sup>14</sup> reflete a luta de classes expressa na organização das diferentes frações de classe da sociedade. Com isso, podemos afirmar que as questões raciais e quilombolas não eram prioridades do governo, naquele momento, muito menos dos interesses das frações de classes dominantes, por isso barreiras se instalam e se refletem na capacidade maior ou menor de desenvolvimento de ações afirmativas.

A ideologia não é algo neutro na sociedade, só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante. Desse modo, a ideologia dominante invade os aparelhos de Estado, os quais igualmente têm por função elaborar, apregoar e reproduzir essa ideologia, fato que é importante na constituição e reprodução da divisão social, das classes sociais e do domínio de classe (POULANTZAS, 1985, p. 33).

A discussão de Poulantzas (1985) a respeito dos aparelhos de Estado que são responsáveis por reproduzir a ideologia dominante, nos remete a pensarmos acerca dos próprios órgãos que tem objetivos em comum com o Movimento Negro.

É perceptível a quantidade de órgãos que são criados nesse período e o são por que o governo permite, através do Estado democrático. Todavia, não ficam isentos da relação de poder exercida pelas frações das classes dominantes, não são órgãos de tomada de decisão do Movimento Negro, mas sim fóruns do aparelho de Estado, como afirma Adesky (2001), operando esses órgãos segundo a orientação oficial e ideológica do bloco no poder, o que causa impedimentos para uma realização efetiva de políticas públicas e ações afirmativas para alguns segmentos da sociedade, no caso, a população negra. Na prática, permite-se o debate e participação, mas pouco há de avanço efetivo em ações afirmativas para segmentos menos favorecidos.

Assim, entendemos como Poulantzas (1985, p. 161):

Os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de

---

<sup>14</sup> Poulantzas (1985) declara que, há dificuldades em relação a uma teoria do Estado, nos remetendo a seguinte definição do mesmo: “O Estado é compreendido como uma condensação de uma relação: O Estado, sua política, suas formas, suas estruturas, traduzem, portanto os interesses da classe dominante, não de modo mecânico, mas através de uma relação de força que faz dele uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento” (POULANTZAS, 1985, P. 149).

compromissos provisórios entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas. Os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas.

Em 1996, é instituída a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a partir de reivindicações que ocorreram no I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado em novembro de 1995.

Os objetivos da CONAQ, segundo o site da própria coordenação<sup>15</sup>, são: luta pela garantia do direito a terra e pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável nas comunidades; preservação dos costumes da cultura e da tradição entre as gerações das populações quilombolas; proposições políticas levando em consideração a organização pré-existente das comunidades de quilombo, tais como o uso comum da terra e dos recursos naturais, sua história e cultura, em harmonia com o meio ambiente, que são as referências de vida; zelar pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes como continuadoras da cultura e tradição quilombola; combater toda e qualquer discriminação racial e intolerância religiosa; lutar pela garantia do direito a terra e pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável das comunidades.

Ainda segundo informações do site, a coordenadoria se constituiu como um movimento político “[...] para alterar as relações desiguais historicamente estabelecidas, em defesa do povo negro, no meio rural” (CONAQ, 1996).

A CONAQ surge diante da manifestação desses “remanescentes de quilombo”, ainda que por parte de alguns representantes, pois como já alegamos, o termo quilombo ficou ausente das discussões políticas e acadêmicas quase 100 anos, reaparecendo somente no final dos anos oitenta, sofrendo ressemantização em seu conceito, entretanto as comunidades negras rurais pouco participaram dessa discussão, por que desconheciam que eram quilombolas.

Após a Constituição Federal de 1988, o Movimento Negro ficou encarregado de conscientizar essas comunidades de que poderiam se auto-reconhecerem como quilombolas, entretanto esse é um processo recente e que ainda se encontra em construção. A CONAQ parte da iniciativa desses representantes do Movimento Negro e das comunidades quilombolas que estavam surgindo naquele momento, sendo um

---

<sup>15</sup> In: [www.conaq.org.br](http://www.conaq.org.br). Acessado dia 16/06/2011

desejo manifestado pelos mesmos, na busca pelo reconhecimento da sua identidade e a legalidade de seus territórios, pois o artigo 68 da Constituição Federal de 1988 ainda não havia se cumprido. Esse processo foi iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a titulação de áreas quilombolas no ano de 1995, como fica expressa na fala do ex-coordenador da CONAQ de Mato Grosso do Sul:

[...] foi alguns quilombolas na reunião e viram a necessidade de criar uma entidade por que as políticas públicas pro Quilombo praticamente não chegavam, e também por que tinham a dificuldade de lidar com o processo territorial que é a base das comunidades, se não tem terra não tem nada. [...] E a CONAQ é hoje uma entidade que representa as comunidades do Brasil, mas nós mesmos ainda não sabemos quantas pessoas representamos, nós formamos mais de cinco mil comunidades sendo que o governo reconhece três mil e alguma coisa. [...] hoje nós temos o papel de dialogar com o serviço público não só na área de infra-estrutura mais dialogar com a agenda social quilombola, assim como nas outras políticas públicas. (Jhonny Martins de Jesus – Entrevista 09/02/2011)

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1995, passa a ficar encarregado pela demarcação e titulação das terras das comunidades que se auto-identificam como “remanescente de quilombo”. Por conta disso, podemos avaliar que somente as terras públicas federais ou obtidas por processo de desapropriação prévia, foram avaliadas e reconhecidas. Isso ocorre para que as propriedades privadas não fossem atingidas. É o que afirma Peres (2009, p. 06).

Esse processo de demarcação das terras quilombolas acontecia de forma gradual. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, do ano de 1995 a 2002<sup>16</sup>, foram emitidos 46 títulos, beneficiando 91 comunidades quilombolas, correspondendo a 6.853 famílias, equivalendo a 780.861,57 hectares.

Podemos analisar que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, as ações estavam voltadas para a defesa dos direitos humanos, o que favorece a valorização das demandas do Movimento Negro, manifestadas através da Marcha Zumbi dos Palmares (1995) e outros eventos que decorreram da marcha.

---

<sup>16</sup> In: Fundação Cultural Palmares [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br)



Embora houvesse morosidade nos encaminhamentos é preciso reconhecer que mudanças aconteceram. Mesmo diante desses impasses, é possível notar que houve mudanças como as políticas e ações afirmativas, cotas nas universidades, demarcação de algumas áreas quilombolas, permitindo a formação de uma Coordenação (CONAQ) que promovesse os interesses dos “remanescentes de quilombo”, bem como, reduzir a “invisibilidade” dessa população no que diz respeito às desigualdades raciais.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva é possível afirmar que ocorreu significativos avanços no que tange à complexidade dos fenômenos que envolvem a questão racial e o reconhecimento dos quilombolas no Brasil.

### **Quadro 3 – Análise do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva em relação à população negra.**

<b>Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007) e (2007-2011)</b>		
<b>Ações Governamentais</b>	<b>Demanda do Movimento Negro</b>	<b>Contexto Nacional e Internacional</b>
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.	Concretização do programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial.	Conferência Regional para América Latina e Caribe.
Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.	Cumprimento do Programa de Ação da Conferência Mundial das Nações Unidas e contra o Racismo.	Preparatória para a Conferência de Revisão de Durban (2008).
Programa Brasil Quilombola.		2ª Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo. Revisão de Durban (2009).
Decreto nº 4.887 referente à regularização fundiária das comunidades quilombolas.		
Lei nº 10.639/03, obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira.		
I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) – 2005.		
Títulos de posse entregues pelo INCRA – 105.		

\*Dados extraídos do texto da autora Vera Rodrigues (2010), organização Perogil (2012).

No primeiro mandato do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2007) criou a Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial da Presidência

da República (SEPPIR), estando ligada ao Gabinete da Presidência. A sua criação se deu em 21 de março de 2003, através do Decreto 4.651 e da Lei 10.678, dia da celebração internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. A Secretaria, segundo o Governo, tem como finalidade:

O reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro, procurando estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no país, articulando através dessa secretaria políticas públicas na área da educação, saúde, trabalho, geração de renda, terras de quilombos, mulheres negras, juventude. Reafirmando o compromisso que o Governo Federal, tem com a construção de políticas públicas para a população negra e outros segmentos discriminados.<sup>17</sup>

Através da SEPPIR, muitas ações foram realizadas ao longo dos mandados do ex-presidente Lula, mesmo encontrando dificuldades e impasses, devido a jogos políticos e de poder, pois ainda persiste a idéia de paraíso racial no Brasil e o não reconhecimento das consequências da escravidão, que historicamente colocou a população negra em um patamar inferior na nossa sociedade, no âmbito econômico, social e político.

Durante esse período também foi cobrado do governo, por parte do Movimento Negro, o cumprimento do Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial e as propostas de políticas colocadas na Conferência de Durban (2001)<sup>18</sup>.

No dia 20 de novembro de 2003, o governo lançaria a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial por meio do Decreto nº. 4.886/03. Essa política

---

<sup>17</sup> Secretária Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial - Seppir. In: [www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)

<sup>18</sup> A III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorreu em 31 de agosto de 2001, na cidade de Durban na África do Sul, segundo Paula (2010, p. 104), o surgimento da conferência se deu devido “[...] aos novos surtos de violência, xenofobia e discriminação presentes nas agressões a imigrantes na Europa, nos massacres por “limpeza étnica” em países africanos, como Ruanda, Serra Leoa e Libéria, na proliferação mundial de grupos neo-nazistas perpetrando violência e vandalismo, nos conflitos étnico-raciais na Europa do Leste, no final dos anos 1990 cresceu a necessidade de realização de uma conferência mundial da ONU para tratar desses temas. O multilateralismo era visto como positivo, pois criava a possibilidade de discussão de temas globais em fóruns que conjugavam um espaço de debate entre as demandas da sociedade civil e o comprometimento dos Estados-parte, além de conchamar os atores nos países a se organizarem em torno desse momento. As conferências eram também, um importante espaço de elaboração de diretrizes para políticas públicas para os países, que teriam posteriormente o monitoramento da ONU.” Embora mundialmente o insucesso da Conferência, que se deu em nível mundial, sendo necessária outras Conferências para a revisão da Conferência de Durban, que ocorreram em 2008 e 2009, Paula (2010) afirma que houve resultados positivos após a Conferência de Durban como: Programa de cotas para o ingresso de alunos negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e na Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF (2000), Programa Nacional de Ação Afirmativa (2002) e o segundo Programa Nacional de Direitos Humanos (2002), e posteriormente, da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial - SEPPIR (2003).

estruturava-se a partir de seis programas: Implementação de um modelo de gestão das políticas de promoção da igualdade racial; Apoio as comunidades remanescentes de quilombo; Ações Afirmativas; Desenvolvimento e Inclusão Social; Relações internacionais e Produção do Conhecimento, sendo a concentração das ações da SEPPIR do período de 2004-2007 relacionados com esses programas.<sup>19</sup>

O desafio da SEPPIR seria o de promover a incorporação da questão racial, nos estados e municípios, para que adotem programas de promoção da igualdade racial, instituídos em decreto, pois se não fossem, a SEPPIR encontraria dificuldades em incorporar os valores presentes na política.

Também foi promulgada em 9 de janeiro de 2003, a Lei nº 10.639, instituindo a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira, uma ação que pode ser um avanço para a população negra, no sentido de desmistificar o processo ideológico e impor a história oficial, “sobre” esses sujeitos, que não foram escravos por desejo ou “irracionalidade”, mas por interesses econômicos, subjugação e opressão. Crimes não julgados e resistência reconhecida. Condição que favorece e fortalece reconhecer o quilombo como locus de sobrevivência e modo de vida desse povo.

No ano de 2005, através da SEPPIR, realizou-se a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), que foi realizada em Brasília entre os dias 30 de junho a 2 de julho de 2005. Os eixos temáticos da I CONAPIR foram construídos no sentido de orientar e fomentar debates que apontaram as diretrizes para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Foram 12 eixos temáticos: trabalho e desenvolvimento para a população negra; direitos humanos e segurança pública; juventude negra; educação; comunidades remanescentes de quilombo (O Programa Brasil Quilombola); mulheres negras; saúde; população indígena; fortalecimento das organizações anti-racismo; diversidade cultural; religião de matriz africana (comunidade de terreiro e política internacional).

É possível afirmar que no governo do presidente Luiz Inácio Lula das Silva se deu vazão às reivindicações das comunidades “remanescentes de quilombo”, que desde os anos de 1980 vem se manifestando, no sentido de pleitear o reconhecimento da sua identidade e a posse de seus territórios.

O governo Lula cria um Programa especificamente voltado para os “remanescentes de quilombos”, com o objetivo de proporcionar a essa população

---

<sup>19</sup> In: Fórum da Igualdade Racial: articulação entre estados e municípios, 2005.

melhorias na qualidade de vida, desenvolvimento social e econômico, a partir de investimentos em infra-estrutura para as comunidades. Além disso, principalmente, um Programa para promover a regularização das terras quilombolas em todo o país, conhecido como Programa Brasil Quilombola (PBQ), instituído em 12 de março de 2004, tem sido implantado desde então. No estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, está presente nas 21 comunidades quilombolas reconhecidas até o ano de 2011, sendo elas: Furnas dos Baianos, no município de Aquidauana; Furnas dos Malaquias e Santa Tereza, no município de Camapuã; as comunidades Chácara do Buriti, Jabaguara, São João Batista, localizada no município de Campo Grande, a capital do estado; Furnas da Boa Sorte, no município de Corguinho; Furnas do Dionísio, no município de Jaraguari; as comunidades Boa Vista, São Miguel, Vista Alegre e Família Cardoso, no município de Maracajú; São Miguel e São Miguel II, no município de Nioaque; Quintino, no município de Pedro Gomes; Ouro-lândia, no município de Rio Negro; Dezidério Felipe de Oliveira (Picadinha), no município de Dourados; Bispo e Família Bispo, no município de Sonora; Dos Pretos, no município de Terenos.

O Programa, assim como outras ações ligadas à SEPPIR/Presidência da República, tem sido importante para a busca da Igualdade Racial e erradicação da pobreza. As comunidades “remanescentes de quilombo” se enquadram nesses parâmetros, possuindo um histórico de luta, opressão e resistência, além da invisibilidade pelo Estado brasileiro. Por tudo isso essas populações viveram sempre à margem do direito e do acesso “às oportunidades”.

### **1.3 –Refletindo o Quilombo**

O termo *Kilombo* é originário da África, advindo do povo *ovimbundo*, que segundo Ratts (2006) diz respeito a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central. Na América houve formação de quilombos em quase todo o seu território, pois onde se deu o processo de escravidão negra, houve resistência e formação de quilombos.

Os primeiros quilombos no Brasil surgem com a escravidão negra, por volta do século XVII, com o objetivo de fuga e de se rebelarem contra o trabalho escravo. Com a fuga de muitos escravos das fazendas evidentemente que se coloca como desafio o controle e a devida ação dos aparelhos de Estado para proteger o patrimônio, a propriedade privada e os interesses da fração hegemônica representada pelos

fazendeiros. O negro, na condição de escravo era uma mercadoria, e suas fugas além de ameaçar a ordem estabelecida incentivando todos os escravos à fuga, coloca em discussão o sentido das organizações e territórios quilombolas. O Conselho Ultramarino (1740), que era o órgão colonial responsável pelo controle central patrimonial, definiu quilombo como:

Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se acham pilões nele (SCHMITT et. al, 2002, p.03).

Essa definição se perpetuou e influenciou até o final dos anos 70 estudos sobre populações negras rurais. No imaginário social, esse conceito se faz valer até os dias atuais, pois ainda é escasso o conhecimento a respeito da realidade das comunidades quilombolas, “remanescentes de quilombos”. Ainda impera essa ideia que está muito ligada à escravidão e fuga, condição que não está colocada somente no imaginário dos não-quilombolas, os próprios quilombolas reafirmam esse ideário, resultado de contradições da identidade desses sujeitos. O fato é que nem todo quilombo reconhecido na atualidade é necessariamente remanescente de quilombo que surgiram com a escravidão.

Para tanto, esse conceito elaborado em 1740 permanece até os dias atuais como representação do conceito de quilombo no imaginário social, essa representação que está construída sobre os quilombos, é reforçada pelos meios de comunicação e principalmente pela escola, como lócus do conhecimento, que ensina sua condição cultural, sua inserção no território brasileiro e sua luta pela sobrevivência. Os negros são estudados enquanto escravos e o Quilombo dos Palmares apenas como território que abrigava fugitivos do trabalho escravo, não sendo apresentada a sua força política de luta e resistência contra o sistema escravista. Da mesma forma, não ensina a realidade de um quilombo na atualidade, reforçando assim a representação<sup>20</sup> que está construída “sobre” os quilombos distante e isolados da vida social, colocados como algo que ficou no passado, que abrigava apenas escravos, a partir disso, construindo e reconstruindo esse conceito no imaginário social. Pensamos como Anjos (2007, p. 27), que afirma:

---

<sup>20</sup> Sobre representação Roger Chartier (2002, p. 74 e 75) destaca que: “Na primeira acepção a representação é o instrumento de um conhecimento imediato que revela um objeto ausente, substituindo o por uma “imagem” capaz de trazê-lo a memória e “pintá-lo” tal como é. [...] A relação de representação é assim turvada pela fragilidade da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que se consideram os sinais visíveis [...] de uma realidade que não existe. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão [...]”

A educação é uma referência concreta para alterar o quadro de desinformação da população brasileira no que se refere ao lugar insignificante com que os contextos afro-brasileiros têm sido tratados em quase todos os sistemas de níveis de ensino.

Com a abolição da escravidão, na Lei Áurea em 1888, como já destacamos, o negro, ex-escravo, ficou jogado à própria sorte sem aparato estatal. Muitos foram para a cidade em busca de empregos, outros buscavam abrigos nesses quilombos já consolidados pela escravidão ou permaneciam nas terras em que estavam. Alguns, saíram em busca de novas terras, pois embora houvesse a Lei de Terras de 1850, em que a posse da mesma só era dada por intermédio da compra e venda, ainda havia uma vasta quantidade de terra em território nacional que eram devolutas, despertando assim o interesse desses sujeitos negros em se estabelecerem em uma terra para dar continuidade a sua existência. É o que aconteceu com Dionísio Antonio Vieira, o ancestral da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio da pesquisa em questão.

Passam então a surgir núcleos urbanos e rurais formados apenas por famílias negras, onde todos os entes do local possuem laços de parentescos, despertando assim o interesse da comunidade acadêmica, como coloca Arruti (1997, p. 13):

[...] a partir da década de 70 houve uma mudança – talvez a própria fundação enquanto “questão” – na abordagem da identidade negra, assumida pelo grupo ou pelo pesquisador, entre populações eminentemente camponesas. No primeiro momento, que poderíamos pensar como aquele de estudo sobre comunidades rurais que apresentavam a particularidade de serem negras, aparecem como exemplo institucionalmente isolados [...].

Isso nos permite pensar a respeito da definição *a priori* de quilombo, pois como coloca Arruti (1997), na década de 70 os estudos realizados com essas comunidades rurais estavam voltados para a formação de um campesinato, as mesmas eram vistas como camponeses negros e não como “remanescentes de quilombo”, pois perdurava no imaginário social a idéia de que os quilombos estavam extintos a partir da Lei Áurea. É o que se chama de perda de significado uma vez que durante o período republicano em 1889, o significado de quilombo sofreu ressemantização, passando a serem reconhecidos apenas como comunidades negras rurais.

Em meados dos anos de 1970 há o fortalecimento do Movimento Negro e dos demais movimentos sociais, entre eles o movimento que defendia a reforma agrária no país. O final dos anos 70 e início dos anos 80 são conturbados e conflituosos na esfera política, econômica e social no Brasil, pois o país encontrava-se em vias de processos de reabertura da democracia que ficou sufocada durante mais de 20 anos, desde 1964. Os movimentos sociais massacrados até então pela ditadura começam a reivindicar o Estado e direitos no cenário político. Mediante a pressão popular e a reabertura da democracia, nasce então a Constituição Federal de 1988, considerada na história brasileira a constituição mais cidadã e democrática, inclusive porque carrega o reconhecimento e garante o direito a propriedade para as comunidades “remanescentes de quilombos”.

Esperança dos movimentos sociais e seus representantes. Cedência dos “donos” de terra representado pelos ruralistas, que certamente não enxergaram o “tamanho” do problema para o futuro, o fato é, demorou para o termo “remanescente de quilombo” provocar debate e conflito.

É basicamente nesse contexto “ao apagar das luzes” em que é instituído então na Constituição Federal de 1988 o artigo 68: Existia um acordo claro em torno da idéia de que o "artigo 68" deveria ter um sentido de reparação dos prejuízos trazidos pelo processo de escravidão e por uma abolição que não foi acompanhada de nenhuma forma de compensação, como o acesso a terra, mas a partir daí, tudo estava em discussão (ARUTTI, 2008, p. 08).

Como afirma Arruti (2008), o artigo 68 da Constituição Federal de 1988 surge para reparar danos causados pela escravidão. Para o autor, a primeira genealogia do Art. 68 da Constituição de 1988 está centrada no seu agenciamento enquanto símbolo, metáfora, significando “resistência negra”, razão de afirmação e de reparação para com essas populações. A segunda genealogia do Art. 68 da Constituição de 1988: nasce no campo da militância pela reforma agrária.

Ainda segundo Arruti (2008, p.10):

Essa militância havia tentado fazer com que a Constituição de 1988 avançasse não só na direção de mecanismos gerais de reforma agrária, mas também no reconhecimento destas modalidades específicas de direito

a terra, fundamentais para a manutenção dos modelos de vida tradicionais encontrados nas regiões estudadas.

Essa ação do parlamento brasileiro em meio ao processo de redemocratização permitiu que ocorresse o questionamento, tanto no meio acadêmico, político e social, quanto aos moradores das comunidades negras rurais: o que seria um quilombo? Após um silêncio centenário por parte do Estado brasileiro, “[...] abre um espaço mínimo para as comunidades negras rurais sob uma denominação questionável: “remanescentes das comunidades de quilombos” (Ratts, 2006, p. 317). O que se tinha era aquela representação de 1740 sobre quilombos, ou seja, reduto de escravos fugitivos. Surgiu então à necessidade por parte dos antropólogos e outros teóricos em rever o conceito e definir o termo “remanescentes de quilombo”.

No ano de 1994, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) define o termo “remanescentes de quilombo”. No meio acadêmico e político estava havendo diversas discussões a respeito do termo colocado na Constituição Federal de 1988. Um entendimento era que o termo estava relacionado com a fuga de escravos e formação de quilombos, mas na prática não era necessariamente assim que ocorria, pois muitas famílias se estabeleceram em terras devolutas, doadas, emprestadas e compradas por seus ancestrais, como destaca Anjos (2007, p.123):

Referente às principais estruturas sócio-históricas-territoriais de formação e origem das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos destacamos os seguintes contextos: 1) ocupação de fazendas falidas e/ou abandonadas; 2) compras de propriedade por escravos alforriados; 3) doações de terras para ex-escravos por proprietários; 4) Pagamento por prestação de serviços em guerras oficiais; 5) terrenos de ordem religiosa deixadas para ex-escravos; 6) ocupações de terras sobre o controle da Marinha do Brasil e 7) extensões de terrenos da união não devidamente cadastrados.

Por meio, dos diversos questionamentos levantados por acadêmicos, políticos e por parte das comunidades rurais, até então conhecidas como “mocambos”, “terras de pretos”, “terreiros”, a ABA define “remanescentes de quilombo” da seguinte maneira:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente



homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (SÁ & AMARAL, 2009, p.02).

Quilombo, para a ABA seria então o território que representa o modo de viver dessas comunidades e que se constituíram historicamente, a partir da organização de grupos na produção da sua existência física e cultural.

Através dos acontecimentos que culminaram o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, os anos seguintes foram para conscientizarem essa população negra rural de que elas eram “remanescentes de quilombo”, cabendo esse papel ao Movimento Negro, por meio de congressos e seminários discutindo a questão e se mobilizando de comunidade em comunidade, em todo o território brasileiro, enfatizando que elas eram quilombolas e se desejavam possuir o título de reconhecimento como “remanescentes de quilombo”. Essa situação fica muito nítida nas falas dos entrevistados na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, pois sempre que perguntamos o que entenderiam ou pensavam por quilombo, as respostas foram parecidas, estando ligadas àquilo que vem de fora, como demonstra a fala de Joana Carlos dos Santos, moradora da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio e professora de alfabetização na referida comunidade:

Olha, vieram sim as pessoas conversar, mas apesar da comunidade é alfabetizada então a gente tinha muito dificuldade sobre isso, então eles falam, falam, falam e a gente não entendia, aí foi esclarecendo por que cada um falava de uma maneira diferente, ia ser bom por causa disso, ia ser ruim por causa daquilo, tudo de maneira diferente e aí pela falta de entendimento as pessoas acabaram ficando assim.... e hoje ainda é muito assim, existe muito resistência por falta de um não esclarecimento melhor (Entrevista – 03/03/2012).

A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio apresenta fortes conflitos internos, entre os próprios parentes, pois tornar Furnas do Dionísio um quilombo, não foi uma decisão tomada pela maioria. Foi uma decisão das lideranças ficando a comunidade dividida. Tal condição reflete na identidade: *ser* ou *não ser*.

Como vimos na fala de Joana, a questão do quilombo ainda é bastante confusa para eles, por que ser quilombola ou não a partir do estabelecido na lei passou a ser uma condição pautada em interesses.

Ser quilombola pode ser um problema a mais. Daí a necessidade de convencimento. Muitas vezes esse processo, como deixa claro a fala da professora, passa mais pelas vantagens de recursos e propriedade do que pela identidade reconhecida.

Aspectos contraditórios do movimento de resistência que reuniu os ancestrais desses grupos, reconhecidos depois de 1988, como “remanescentes de quilombos”.

Com isso vemos que o conceito de quilombo, nesse começo do século XXI, está ligado ao território, juntamente com o sentimento de pertencimento ao mesmo, aos laços de parentescos e a ancestralidade desses sujeitos, que através disso vão construindo sua territorialidade. Segundo Sack (1986, p. 05), a territorialidade é o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados, “[...] ela é usada em relações cotidianas e em organizações complexas”, estando relacionada ao controle de uma área, no caso do quilombo não somente ao controle, mas ao pertencimento àquele determinado território.

Acerca do território, Haesbaert (2000) nos apresenta a diversidade de posições e definições, contudo, para a análise e compressão no que diz respeito às comunidades “remanescentes de quilombos”, acreditamos que a definição se enquadra na discussão:

Denominaremos “território” a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente e as condições e os meios materiais de sua existência (GODELIER<sup>21</sup> apud HAESBAERT, 2000, p. 47).

Ainda, sobre território, Haesbaert (2000, p. 49) nos aponta que:

[...] possibilitando também a incorporação de uma dimensão ideal ou “apropriação simbólica”, pois “o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles próprio quanto a dos recursos dos quais dependem.

---

<sup>21</sup> GODELIER, M. 1984. *L' idéal et Le materiel*. Paris: Fayard.

Através da definição de Haesbaert (2000) sobre o território, pensamos nessa territorialidade quilombola, que é marcante, pois sem o território os mesmos perdem a identidade quilombola, por que identidade e território estão intrinsecamente relacionados.

Também nos reportamos a Anjos (2009, p. 08), que apresenta argumentos importantes para a compreensão do território quilombola.

O território é na sua essência, um fator espacial e social; secularmente atrelado a uma dimensão política; permeado de identidade; possível de categorização e de dimensionamento e onde estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população do grupo ou da comunidade. Dessa forma o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente a sua população tem um traço de origem em comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante que tem imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma auto-affirmação política-social-econômica-territorial.

Concordamos com o autor. Para entender a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio é preciso destacar a condição dos sujeitos que ali habitam e compartilham o território por apresentarem traços de origem em comum. Essa é a definição quando falamos de comunidades “remanescentes de quilombo”, bem como de seus territórios e sua territorialidade, sendo o território o elemento chave para a permanência e existência desses sujeitos.

Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer esse princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder o seu território é desaparecer (HAESBAERT, 2000, p. 51).

A partir da colocação de Haesbaert (2000), pensamos nesses sujeitos que possuem uma relação intrínseca com o seu território para a sua manutenção e vivência, dando continuidade a sua identidade que ainda se encontra em construção, já que a mesma nem sempre vem dos próprios sujeitos, às vezes é necessário assumir

determinadas identidades para garantirem os seus territórios, pois como deixa claro Haesbaert (2000) na citação a cima, “perder o seu território é desaparecer”, desaparecer não no sentido físico, material, mas sim a sua identidade coletiva, o simbólico.

Ratifica-se assim não apenas essa pesquisa, mas fundamentalmente a luta impressa pelo Movimento Negro e que levou para a norma magna do país o reconhecimento quilombola, que era de poucos, mas que é de fato direito de todos os sujeitos quilombolas, mesmo os que nem sabiam que o eram.

A seguir, discutiremos a respeito da atuação do Programa Brasil Quilombola (PBQ), em nível federal, no estado de Mato Grosso do Sul, na tentativa de compreendermos as suas ações e consequências para as comunidades quilombolas, entre elas, a legalização do território e a construção da identidade quilombola na comunidade de Furnas do Dionísio.

## **Capítulo 2 – O Programa Brasil Quilombola: contexto nacional e estadual**

## **2.1 - O Programa Brasil Quilombola (PBQ)**

O Programa Brasil Quilombola foi instituído em 12 de março de 2004, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com os objetivos fundantes de estabelecer a regularização fundiária; fornecer infra-estrutura e serviços; promover o desenvolvimento econômico e social, controle e participação social das comunidades remanescentes de quilombo.<sup>22</sup>

O Programa está assentado na Promoção da Igualdade Racial que aparece como desafio do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para amenizar as desigualdades raciais e socioeconômicas no país.

No Plano Plurianual 2004-2007, chamado “Brasil de Todos – Participação e Inclusão”, aparece em seus artigos o “Mega Objetivo I - Dimensão Social”, no qual está expresso claramente: “Promover a redução das desigualdades raciais.”

Trata-se, em princípio, de políticas para a erradicação da discriminação e promoção de políticas afirmativas e de conscientização. Tal condição, inclusive justificaria a proposição do Programa Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial e a criação da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) como ação institucional. É nesse contexto em que as comunidades “remanescentes de quilombo” passam a ser incluídas de forma mais efetiva nas ações do Estado, por meio

---

<sup>22</sup> Programa Brasil Quilombola. In: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

de um Programa específico – Programa Brasil Quilombola (PBQ). Tal Programa, além de compor o PPA – Brasil de Todos, teria continuidade no PPA 2008-2011.

Na avaliação do Governo<sup>23</sup> está expresso que se definiu “[...] como prioridade o investimento em políticas públicas para as comunidades quilombolas [...]” e ainda, que: “A criação do Programa Brasil Quilombola é uma resposta a demanda de uma população que sempre viveu a margem da sociedade brasileira, desprovida da atenção do Estado e sem acesso a políticas públicas.”

O PBQ recebe os seus recursos através dos Planos Plurianuais de Investimentos aprovados pelo governo Lula, em seus dois mandatos (PPA – 2004/2007 e PPA – 2008/2011), que segundo o discurso de governo, foi instituído para planejar o novo Brasil, priorizando o desenvolvimento e a inclusão social, buscando uma combinação entre planejamento nacional com desenvolvimento regional.<sup>24</sup>

O Programa instituído já na metade do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teve como ponto de partida localizar e avaliar as várias comunidades “remanescentes de quilombo”. Além disso, também conseguiu levar até o ano de 2006, 31 títulos de posse da terra aos “remanescentes de quilombo” e 809 títulos de reconhecimento emitidos pela Fundação Cultural Palmares.<sup>25</sup>

A estratégia é decomposta em três mega objetivos que espelham o seu conjunto: 1) Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais; 2) Crescimento com Geração de Emprego e Renda, Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Regionais e 3) Promoção e Expansão da Cidadania e Fortalecimento da Democracia. Estes mega objetivos foram decompostos em desafios, que expressam grandes alvos que levam à superação de obstáculos à implementação da Estratégia de Desenvolvimento (PPA 2004-2007, p. 05).

Como já foi dito, as discussões a respeito da população negra que engloba também os “remanescentes de quilombo”, entram no “I Mega Objetivo”, o da Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais. A ideia é que haja a promoção da inclusão social através da educação e a melhoria de renda da população brasileira, na tentativa de ampliar a cidadania, de modo articulado e integrado como forma de garantir a

---

<sup>23</sup> Balanço de Governo 2003/2010. In: [www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/cidadania-e-inclusaosocial/5cidadania-e-direitos-humanos/a-igualdade-racial](http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/cidadania-e-inclusaosocial/5cidadania-e-direitos-humanos/a-igualdade-racial).

<sup>24</sup> “Plano Brasil de Todos – Desenvolvimento, participação e inclusão” In: [www.sigplan.gov.br](http://www.sigplan.gov.br)

<sup>25</sup> Dados encontrados no Relatório de Gestão 2003-2006 da Promoção da Igualdade Racial. In: [www.seppir.gov.br/publicacoes/relatorio\\_gestao\\_2003\\_2006.pdf](http://www.seppir.gov.br/publicacoes/relatorio_gestao_2003_2006.pdf)

universalização dos direitos sociais básicos e, simultaneamente, atender às demandas diferenciadas dos grupos socialmente mais vulneráveis da população.<sup>26</sup> Foram investidos nos três anos finais desse governo cerca de R\$ 678.307.553,67 direcionados para regularização fundiária; certificação; Luz para Todos; Bolsa Família; desenvolvimento local e desenvolvimento agrário, em todo território nacional.

Diante deste quadro marcado pela desigualdade, uma iniciativa governamental importante foi à criação do Programa Brasil Quilombola, que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável das 3.524 comunidades remanescentes de quilombos identificadas no Território Nacional, em concordância com as suas especificidades históricas e culturais. O Programa procura garantir o pleno exercício dos direitos da população quilombola à titulação e à permanência na terra, à documentação básica, à alimentação, à saúde, aos serviços de infraestrutura e à Previdência Social. Estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) 1.170 comunidades remanescentes de quilombos. Entre os anos de 2003 e 2006, 31 territórios quilombolas receberam seus títulos, conferindo a 38 comunidades o direito de posse e domínio sobre a terra. Outro importante resultado foi à inclusão, até novembro de 2006, de 6.391 famílias quilombolas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, das quais 4.150 passaram a receber o benefício do Programa Bolsa Família (PPA 2008-2011, p. 87).

Com a finalização temporal do Plano Plurianual “Brasil de Todos” – 2004–2007, no ano de 2007, recursos não mais vinham sendo repassados ao PBQ. Com o novo Plano Plurianual de Investimentos (2008 - 2011), o Programa se estendeu até 2011, buscando articular e integrar as principais políticas e dar continuidade à estratégia de longo prazo do governo, injetando verbas para dar continuidade nas ações do PBQ.

O PPA 2008-2011 é dividido em três agendas prioritárias: Agenda Social, Plano de Desenvolvimento e Educação (PDE) e Plano de Aceleração de Crescimento (PAC). O Programa Brasil Quilombola participa das ações da Agenda Social e algumas ações do PAC, que segundo o discurso de governo, compreende um conjunto de ações prioritárias condicionadas à melhoria de renda, na busca pelo fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos na cultura e na segurança pública, sendo prioridade a

---

<sup>26</sup> In: <sup>26</sup> “Plano Brasil de Todos – Desenvolvimento, participação e inclusão” In: [www.sigplan.gov.br](http://www.sigplan.gov.br) - PPA-2004-2007.

parcela da sociedade mais vulnerável.<sup>27</sup> É nesse contexto que se insere o PBQ no Plano Plurianual 2008-2011.

As políticas públicas para quilombolas serão priorizadas no âmbito da Agenda Social com o objetivo de articular as ações existentes por meio do Programa Brasil Quilombola, com o intuito de melhorar a condição de vida das comunidades quilombolas. As ações previstas abrangem iniciativas voltadas para a ampliação do acesso à terra; o registro civil e a documentação básica; o desenvolvimento e a assistência social, o fortalecimento institucional e controle social; o acesso a saúde; à educação e à cultura; a melhoria da infra-estrutura habitacional, de transporte e energia (PPA 2008-2011, p. 16).

O PBQ é coordenado pela SEPPIR, juntamente com a Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (SubCom) e conta com o apoio de 21 órgãos da administração pública, sendo eles: Defensoria Pública da União (DPU); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); Ministério das Cidades (MC); Ministério das Comunicações (MC); Ministério de Ciência e Tecnologia; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Ministério do Esporte (ME); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Integração Nacional (MI); Ministério da Cultura (MinC); Ministério da Defesa (MD); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério da Previdência Social (MPS); Ministério da Saúde (MS); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério do Turismo (MTur); Secretária Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP); Secretária Especial de Direitos Humanos (SEDH) e Secretária Especial de Políticas para Mulheres (SEPM).

O Programa mantém articulações com órgãos federais nos estados da federação, com o intuito de descentralizar e promover ações imediatas as respostas do governo, segundo o discurso de governo. Os governos municipais ficam responsáveis em última instância pela política em cada localidade. A atuação municipal é de grande importância para a efetivação do PBQ nas comunidades, devido à necessidade de autorização da prefeitura para que ocorra a ação do Programa, sendo o mesmo obrigado a participar financeiramente com 10% do valor empenhado pelo Governo Federal, caso a prefeitura

---

<sup>27</sup> Plano Plurianual 2008-2011. In: [www.singaplan.gov.br](http://www.singaplan.gov.br)



se recuse, não há execução do Programa, o que tem gerado impedimento e conflitos em algumas comunidades.

Segundo o plano de governo algumas ações estratégicas são planejadas pelo Programa Brasil Quilombola. São elas:

- Apoio Institucional sistemático ao trabalho desenvolvido pelo MDA/INCRA para a regularização das terras quilombolas seja no escritório nacional ou nos regionais deste instituto;
- Incrementar os processos de formação do gestor público em todas as áreas afins à política do governo, para as comunidades remanescentes de quilombo.
- Superar a atual carência de informações, dados e conhecimentos sobre a realidade das comunidades remanescentes de quilombo.
- Buscar direcionar as políticas universais para todas as comunidades quilombolas do país.<sup>28</sup>

As bases legais do PBQ estão baseadas no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e nos artigos nº 215 e 216, ambos da Constituição Federal de 1988, na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Decreto nº 4.887/2003, na Instrução Normativa nº 56 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário), nas Portarias nº 127 e nº 342 de 2008, e na portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98/2007.<sup>29</sup>

Também inclui o Artigo 6, Portaria nº 6, de 1º de março de 2004, da Fundação Cultural Palmares, declarando que as terras quilombolas devem ser consideradas como “Território Cultural Afro-Brasileiro” e o Decreto 4.887/03 que define a competência dos órgãos envolvidos na implementação da política pública e ainda:

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ([www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)).

---

<sup>28</sup> Programa Brasil Quilombola. In: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

<sup>29</sup> Comunidades Quilombolas do Brasil 2011 – In: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)

O Decreto 4.887/03 foi criado para atender a demanda em relação à demarcação dos territórios quilombolas, pois o Artigo 68 não estava sendo cumprido devidamente. O Decreto vem definindo as ações dos órgãos e ministérios envolvidos, o INCRA/MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) ficaria responsável pela identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por “remanescentes de quilombo”. A Fundação Cultural Palmares tem como objetivo acompanhar o INCRA/MDA no processo de titulação das terras, para que a identidade seja garantida, bem como subsidiar, caso houver contestação do procedimento de identificação e reconhecimento. A SEPPIR coordena políticas dos diferentes ministérios e/ou órgãos do governo brasileiro, colocando a igualdade racial como premissa a ser considerada e elaborada, em todas as políticas de governos federais, estaduais e municipais.

Assim sendo o Decreto nº 4.887, editado em 20 de novembro de 2003, veicula normas procedimentais necessárias à implementação dos atos instrutores do processo administrativo ajuizado pelas comunidades quilombolas ou outros interessados junto ao INCRA, tais como, a confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. Essa peça é fundamental para levantamento de dados cartográficos, antropológicos.” (COMUNIDADES QUILOMBOLAS BRASILEIRAS, 2011 p. 17)

O PBQ trabalha no sentido de garantir a posse da terra para essas comunidades “remanescentes de quilombo” e permanência dos mesmos em seu território de origem, para tanto, os gestores públicos se dividem em quatro eixos para o delineamento de suas ações, sendo eles: **Regularização Fundiária:** implica na resolução dos problemas relativos à emissão do título de posse da terra; **Infra-Estrutura e Serviços:** propicia obras de infra-estrutura e construção de equipamentos sociais destinados a atender a demanda das comunidades “remanescentes de quilombo”; **Desenvolvimento Econômico e Social:** implica na consolidação de um desenvolvimento sustentável, baseado nas características sociais e na identidade coletiva; **Controle e Participação Social:** promove o estímulo da participação ativa dos representantes das comunidades quilombolas nos fóruns locais e nacionais de políticas públicas, bem como, o monitoramento dessas políticas.<sup>30</sup>

As metas e diretrizes do Programa são instituídas com o intuito de alcançarem significativos avanços no que diz respeito às comunidades “remanescentes de

---

<sup>30</sup> In: Programa Brasil Quilombola. [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)

quilombo”. É o que está expresso no Programa. As diretrizes estabelecidas, segundo o discurso de governo, buscam a valorização da diversidade, sem preconceitos, promovendo a equidade e igualdade de gênero.

O referido Programa se utiliza de uma gestão que busca a **transversalidade**, no sentido de articular o envolvimento de vários órgãos que participam da gestão e execução do PBQ para promover uma **gestão descentralizada e democrática**, estabelecendo uma interlocução com as associações representativas das comunidades quilombolas e os demais parceiros não governamentais, considerando agentes ativos para o monitoramento da política.

Devido à realidade multifacetada das comunidades quilombolas e dos diversos órgãos públicos envolvidos, é fato que, no desenho transversalizado e descentralizado da gestão da política pública, formou-se uma interdependência entre esses órgãos, o que possibilita a apropriação e consolidação das políticas (COMUNIDADES QUILOMBOLAS BRASILERIAS, 2011 p. 08).

A transversalidade, proposta pelo PBQ, vem na tentativa de dialogar com demais programas e políticas, no sentido de promover a participação das comunidades “remanescentes de quilombo” nas ações governamentais, não tem sido uma condição simples. Há impedimentos e dificuldades para que, de fato, ocorra a efetivação dessas políticas. Na maioria dos casos a comunidade não participa democraticamente das decisões do Programa, como declara o ex-coordenador da CONAQ, no Mato Grosso do Sul:

É, eu acho que as ações do governo elas são pouco coordenadas, são como chuva de verão, cai em um lugar e não cai em outro, então recentemente nós temos as casas e a FUNASA ta fazendo um projeto para instalar o MDS que é módulo sanitário, e então a gente não consegue entender como vai instalar água sem as casas (Jhonny Martins de Jesus – Entrevista 09/02/2011).

O entrevistado faz menção à construção de casas populares do PBQ em parceria com a Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades (SEHAC – MS) e a instalação de saneamento básico pela FUNASA nessas respectivas casas, observando contradições nas ações governamentais.

Podemos destacar ainda que no dia 20 de novembro de 2007, dia e ano em que se consolidou o dia nacional da Consciência Negra, o governo federal por meio do Decreto nº 6.261/2007 lançou a Agenda Social Quilombola.

O esforço para combater o racismo e a discriminação racial mobiliza vários setores governamentais e da sociedade civil. Com a convicção de que esta política inovadora precisa ser ampliada, o Governo Federal – sob a coordenação da SEPPIR e da Casa Civil – criou a Agenda Social Quilombola para melhorar as condições de vida e garantir o acesso aos direitos da cidadania a homens, mulheres, crianças e adultos quilombolas. (SEPPIR, 2008)

A Agenda Social Quilombola busca consolidar as ações do Programa Brasil Quilombola, articulando-se com o Governo Federal por meio do PBQ, trabalhando sobre quatro eixos: acesso a terra; infra-estrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania, eixos dos quais são parâmetros que define o orçamento do PBQ.

Por meio da Agenda Social Quilombola, as comunidades quilombolas são inseridas em outros programas do Governo Federal, como o Programa Territórios da Cidadania, que prevê inúmeras ações em regiões com baixos índices de desenvolvimento humano, sendo esta uma ação focada para uma melhoria na condição de vida dos brasileiros que historicamente se encontram à margem do acesso a terra, educação, saúde e cultura.

São atendidas 1.739 comunidades quilombolas, localizadas em 330 municípios de 22 estados brasileiros. O investimento total da Agenda Social Quilombola, no período de 2008-2011, é de R\$ 2.003.296.542,00.<sup>31</sup>

A partir da transversalidade do PBQ, observamos a sua parceria com diversos programas e comitês gestores para que se materializem suas ações, entretanto, é possível observar a existência de investimentos importantes no PBQ, quer seja através dos diversos ministérios, quer seja através da Agenda Social Quilombola. Há recursos, mas poucas ações. Observa-se que a concretização do PBQ, em Mato Grosso do Sul e na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, tem deixado a desejar.

---

<sup>31</sup> Comunidades Quilombolas Brasileiras: Regularização Fundiária e Políticas Públicas. In: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)

Embora tenha recursos disponíveis, a execução é difícil, fundamentalmente por que a utilização desses recursos depende da capacidade de realização de projetos e processos, dentro das regras da administração pública, o que não é uma situação facilitada pela legislação e todos os rigores necessários, que os setores envolvidos não dominam e/ou não têm pessoas para realizar, ou ainda, não tem clareza sobre o que fazer.

Outro aspecto está relacionado com a anuidade do orçamento da União. Se os processos e projetos não são realizados, os recursos disponibilizados para os órgãos e não “empenhados” voltam para o tesouro, na entrada do novo exercício/ano. Nesse caso, o órgão perde o recurso.

Como já foi expresso, o território é a base da existência e manutenção dessas comunidades. O mesmo se constitui na reprodução física e social, construindo uma representação para além dos limites físicos e geográficos do território, sendo o mesmo mantenedor da historicidade dessas populações.

Entendendo o território nesse sentido amplo, veremos que essa “necessidade territorial” pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, abrigo para repousar) até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados do poder da representação e da imaginação e que todo instante re-significam o seu meio e se expressam através dele), incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião, língua etc (HAESBAERT, 2004, p. 180).

Ainda sobre isso, podemos destacar que:

Terra e identidade, para essas comunidades, estão intimamente relacionadas. A partir da terra se constituem as relações sociais, econômicas, culturais e são transmitidos bens materiais e imateriais. (COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BRASIL, 2011, p. 05)

Privados da sua territorialidade, muitos quilombolas buscam o caminho da periferia das grandes cidades. Para tanto o PBQ vem trabalhando para que esses sujeitos possuam legalmente a posse de seus territórios, garantindo a permanência dessa população no meio rural.

Para promover a regularização fundiária é necessária uma série de etapas administrativas e burocráticas que estão previstas no Decreto 4.887/03 e na Instrução Normativa 56/2009 do INCRA: procedimentos previstos em lei do qual o PBQ faz uso para promover a regularização fundiária, juntamente com o INCRA.

Primeiramente, a Fundação Cultural Palmares deve ir até as comunidades e reconhecer as mesmas como quilombo, emitindo o título de reconhecimento, após isso os representantes da comunidade apresentam esse título no INCRA, abrindo-se assim o processo devidamente autuado. O mesmo é protocolado e numerado.

No ano de 2012 há 831 processos abertos em todas as Superintendências Regionais, com exceção de Roraima e Acre.

Segundo: ocorre a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. Esse é um relatório técnico produzido por uma equipe multidisciplinar do INCRA. Sua finalidade é delimitar as terras reivindicadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Existem também 85 editais de RTID publicados, totalizando 1.289, são 5.490 hectares reconhecidos em benefício de 11.107 famílias, segundo dados do INCRA<sup>32</sup>. Em terceiro lugar é publicada a Portaria de Reconhecimento do Território, sendo publicada no Diário Oficial da União ou do Estado. Até o ano de 2011 existiam 44 Portarias publicadas, totalizando 223.384,7336 hectares em benefício de 3.929 famílias. Após a publicação da Portaria, os trabalhos do INCRA podem sofrer a incidência de contestações judiciais; um dos entraves para avançar os processos de regularização fundiária.

E por último, ocorre o Processo de Desintrusão do Território. O processo de desintrusão está prescrito na Instrução Normativa nº56 de 07/10/2009 do INCRA que nos declara a finalidade da normativa.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes de quilombo de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. (INCRA, 2009)<sup>33</sup>

O processo de desintrusão ocorre para os não-quilombolas que estão sob a área do quilombo. Após o reconhecimento da terra como quilombo, os não-quilombolas

---

<sup>32</sup> INCRA – In: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

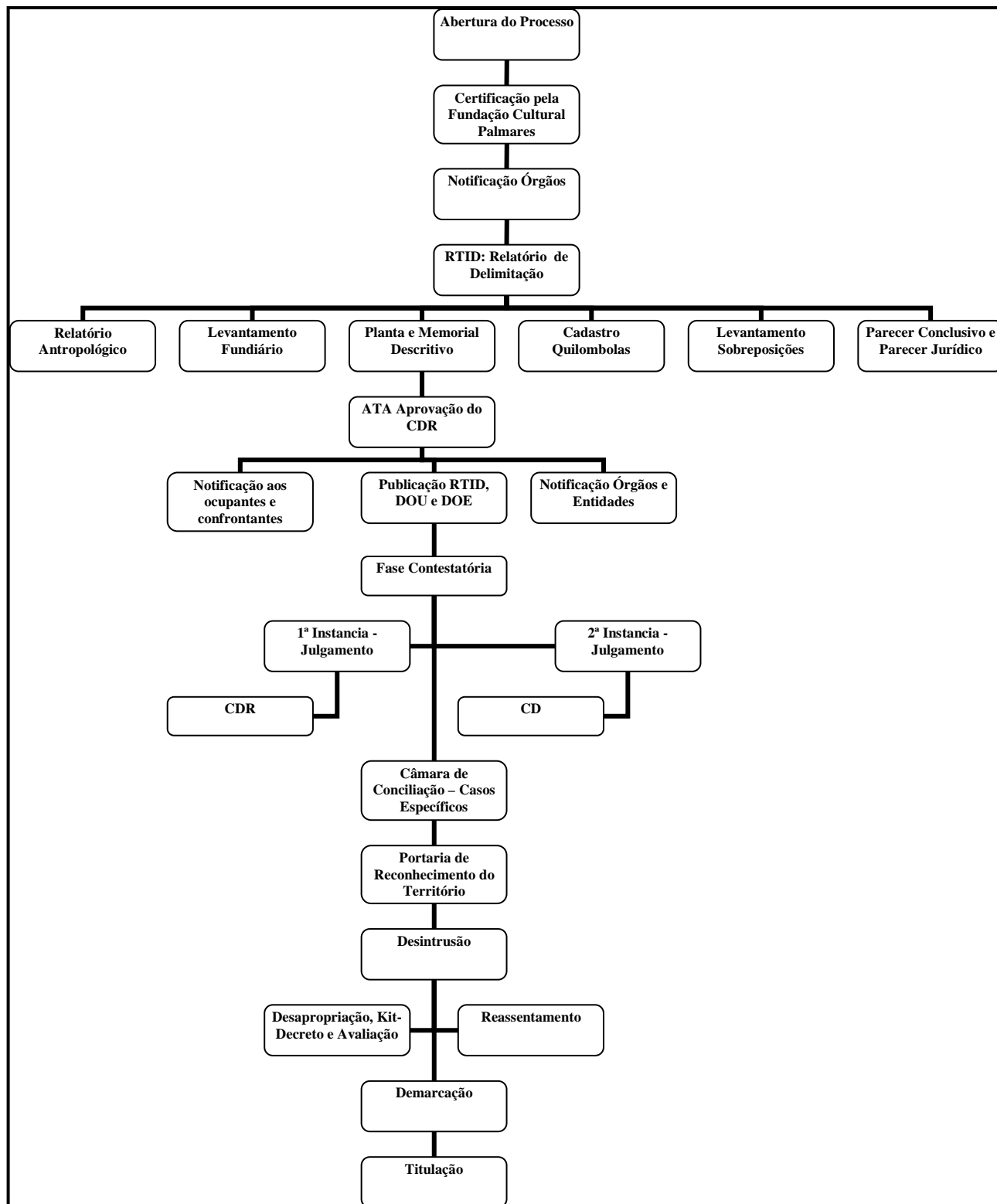
<sup>33</sup> INCRA – In: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acessado em 09/07/2012.

devem ser retirados da área, sendo os mesmos indenizados recebendo uma propriedade com o mesmo tamanho e valor a qual possuía, porém em outra localidade, além de incentivos para o desenvolvimento agrário.

É de suma importância compreendermos a relevância da Instrução Normativa 56, do INCRA, pois sem a desintrusão, ou seja, retirada dos não-quilombolas do quilombo, os “remanescentes de quilombo” não recebem o título definitivo de posse coletiva em nome da Associação. O Processo previsto na Lei 4.887/03 é apresentado de forma detalhada no quadro 4.

#### **Quadro 4 – Processo de Titulação das Áreas Quilombolas - Lei 4.887/03**

\*Dados do INCRA, organização Perogil 2012.





O título da terra é coletivo, pró-indiviso e em nome das associações que legalmente representam as comunidades quilombolas. É fundamental fazer uma ampliação e fortalecimento dos procedimentos de regularização fundiária, pois ainda existem muitos conflitos fundiários, jurídicos e políticos, entre outros desafios que necessitam ser superados para uma implementação mais efetiva desse direito, fundamental às comunidades quilombolas brasileiras.

Todo esse processo é atravessado por normas legais referentes a prazos para interposição de recursos judiciais, publicações de editais, bem como procedimentos de desapropriação e indenização de proprietários, quando for o caso. Além do previsível, também ocorrem mandados de segurança, impugnações ao RTID, ações judiciais contrárias à legislação pertinente à regularização fundiária quilombola, entre outras ações de cunho político e midiático que trazem à tona interesses e tensões múltiplas (RODRIGUES, 2010, p. 10).

Como destaca Rodrigues (2010), há um longo caminho a ser percorrido para que as comunidades, de fato, adquiram o título de posse de suas terras. Diversos são os jogos de poder e interesses envolvidos que interferem na efetivação desse processo, entraves que vão desde a escala judiciária até conflitos internos dentro das próprias comunidades quilombolas.

Até o ano de 2002 haviam sido identificados 743 quilombos no território nacional, devido ao auto-reconhecimento desses sujeitos como quilombolas. Após a criação do Programa Brasil Quilombola, os “remanescentes de quilombo” passaram a ter uma maior visibilidade, proporcionando assim o crescimento no auto-reconhecimento dessas comunidades. Até o ano de 2011 havia 3.524 comunidades identificadas, sendo 1.342 certificadas pela Fundação Cultural Palmares e 120 títulos de posse coletiva de áreas quilombolas expedidos pelo INCRA<sup>34</sup>. É visível que o número de titulação é menor que o de reconhecimento, devido a problemas que já colocamos.

O PBQ recebe orçamento próprio advindo da SEPPIR, que posteriormente repassa os valores necessários aos ministérios que fazem parceria com o Programa e as suas respectivas ações referentes a comunidades quilombolas. Os parâmetros que definem a dotação inicial desse orçamento estão baseados nos quatro eixos de delineamento de suas ações, previstos na criação do Programa, sendo eles:

---

<sup>34</sup> INCRA - In: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

Regularização Fundiária; Infra-Estrutura e Serviços; Desenvolvimento Econômico e Social; Controle e Participação Social.

O orçamento destinado ao PBQ foi sofrendo um aumento gradativo ao longo dos anos. Em 2004, quando o PBQ foi criado, não houve dotação orçamentária. Em 2005, os recursos somaram R\$ 7.029.000,00. Em 2006, o valor foi ampliado para R\$ 13.397.968,00<sup>35</sup>. No período 2007/2009, o investimento em comunidades quilombolas, através de ações articuladas no âmbito do Governo Federal, alcançou a marca de R\$ 678.307.553,67<sup>36</sup>. Esses recursos orçamentários foram investidos de acordo com as prioridades do PBQ, que promoveu as seguintes ações:

- **Regularização fundiária** – Desde 2005, 81 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTDI) foram publicados, totalizando uma área de 516 mil hectares e beneficiando 10.625 famílias quilombolas. No mesmo período outras 3.755 famílias foram beneficiadas por meio da publicação de 40 Portarias de reconhecimento, totalizando 216 mil hectares reconhecidos.
- **Certificação** – Entre 2004 e 2008, 1.342 comunidades foram certificadas como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares.
- **Luz para Todos** – O programa de eletrificação coordenado pelo Ministério de Minas e Energia chegou à marca de 19.821 domicílios atendidos em áreas quilombolas, investindo R\$ 99 milhões no período entre 2004 e 2008.
- **Bolsa Família** – O programa de renda mínima, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, alcançou 19 mil famílias quilombolas ao final de 2008.
- **Desenvolvimento local** – Projetos de desenvolvimento local fruto de parcerias entre SEPPIR, Eletrobrás, Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Fundação Universidade de Brasília e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome destinaram R\$ 13 milhões a projetos de desenvolvimento econômico sustentável em comunidades quilombolas de oito estados brasileiros.
- **Desenvolvimento agrário** – Através do Programa Territórios da Cidadania, o Ministério do Desenvolvimento Agrário destinou, em 2008, R\$ 82 milhões para ações específicas de desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais em comunidades

---

<sup>35</sup> Dados encontrados no Relatório de Gestão 2003-2006 da Promoção da Igualdade Racial. In: [www.seppir.gov.br/publicacoes/relatorio\\_gestao\\_2003\\_2006.pdf](http://www.seppir.gov.br/publicacoes/relatorio_gestao_2003_2006.pdf)

<sup>36</sup> Dados encontrados no Relatório de Gestão 2009 do Programa Brasil Quilombola. In: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)

quilombolas. Também em 2008, outros 12 projetos de desenvolvimento agrário foram apoiados com R\$ 1,9 milhão, beneficiando 59 comunidades em nove estados.<sup>37</sup>

As demandas dentro das comunidades remanescentes de quilombo são inúmeras, envolvendo titulação da terra, educação, saúde, infra-estrutura, desenvolvimento econômico e social, levando em consideração que cada comunidade tem uma realidade e apresentam necessidades diferentes. O PBQ se utiliza dessa transversalidade para com a política, o que no dizer do governo, permite atender as demandas das comunidades quilombolas do país. Na prática, a realidade se apresenta de outra forma, as comunidades não estão sendo atendidas no que diz respeito as suas reais necessidades, além do processo burocrático e dificultoso para acessar o Programa e seus referidos recursos.

Para tanto, sintetizamos o valor repassado ao Programa Brasil Quilombola deste 2004 até 2011, no quadro 5, para demonstrarmos os recursos disponibilizados para a execução do PBQ.

Cabe ressaltar que as comunidades quilombolas são beneficiadas por uma gama de outros programas que se enquadram no chamado Orçamento Quilombola, como: Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial; Cultura Afro-Brasileira - Ministério da Cultura; Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – Ministério do Desenvolvimento Agrário; Comunidades Tradicionais – Ministério do Meio Ambiente. Analisamos apenas os gastos e investimentos do PBQ devido ser este o objeto de análise, mas também, por que não é fácil separar no interior das outras políticas, aquilo que é destinado a “remanescentes quilombolas”.

---

<sup>37</sup> Dados encontrados no Relatório de Gestão 2009 do Programa Brasil Quilombola. In: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)

**Quadro 5 – Orçamento do Programa Brasil Quilombola (2004-2011)**

<b>Ano</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Recursos Autorizados</b>	<b>Recursos Contingenciados</b>	<b>Recursos Empenhados</b>	<b>Recursos Devolvidos</b>
<b>2004</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2005</b>	R\$ 30.462.763,00	R\$ 28.619.104,00	R\$ 1.843.659,00	R\$ 9.852.137,00	R\$ 18.766.967,00
<b>2006</b>	R\$ 52.034.263,00	R\$ 52.324.263,00	R\$ 290.000,00	R\$ 18.976.546,00	R\$ 33.347.717,00
<b>2007</b>	R\$ 51.171.234,00	R\$ 45.397.474,00	R\$ 5.773.760,00	R\$ 14.539.876,00	R\$ 30.857.598,00
<b>2008</b>	R\$ 71.660.952,00	R\$ 53.403.042,00	R\$ 18.257.910,00	R\$ 12.370.838,00	R\$ 41.032.204,00
<b>2009</b>	R\$ 55.871.846,00	R\$ 56.467.282,00	R\$ 595.436,00	R\$ 13.278.026,00	R\$ 43.189.256,00
<b>2010</b>	R\$ 83.860.371,00	R\$ 73.219.371,00	R\$ 10.641.000,00	R\$ 43.678.362,00	R\$ 29.541.009,00
<b>2011</b>	R\$ 55.723.757,00	R\$ 55.723.757,00	R\$ 0,00	R\$ 26.879.690,00	R\$ 28.844.067,00
<b>Total</b>	R\$ 400.785.186,00	R\$ 365.154.293,00	R\$ 35.630.893,00	R\$ 139.575.475,00	R\$ 225.578.818,00

\*Dados Execução Orçamentária da LOA – Orçamento Quilombola – Senado Federal,<sup>38</sup> organização Perogil (2012)

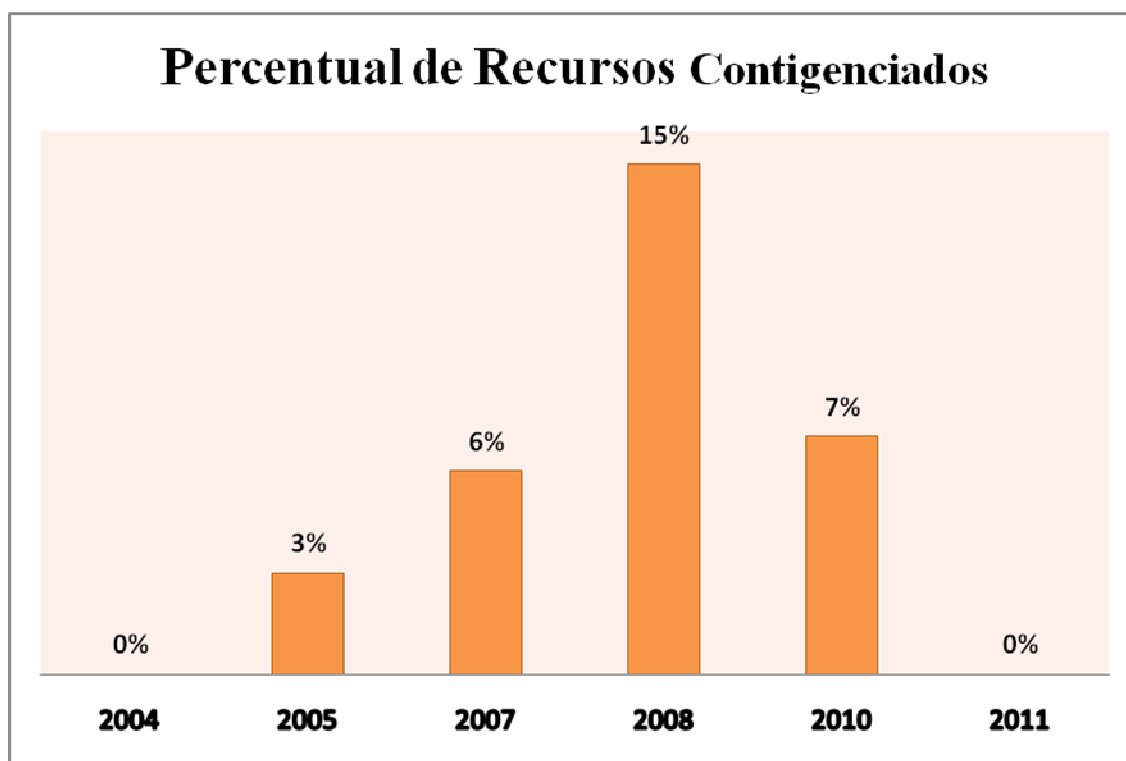
O quadro 5 mostra um orçamento definido Anual – LOA do PBQ, Orçamento de 2004 a 2011. Ao analisarmos os dados, observa-se que há aumento dos investimentos do Programa, desde 2005, mas não de forma constante. Também é possível perceber que houve contingenciamento nos anos de 2005, 2007, 2008 e 2010, respectivamente 3%, 6%, 15% e 7% (gráfico 1).

O contingenciamento significa que o governo, durante o ano de execução, “bloqueia” parte do orçamento autorizado em lei, podendo ser “desbloqueado” durante o ano de exercício, ou não.

Os anos de 2006 e 2009 apresentam recursos autorizados um pouco maiores que a dotação inicial, ou seja, não foram contingenciados e sim ampliados recebendo um aumento de quase 1% para realizar a execução do Programa, como demonstra o quadro 5. Essa é uma situação para qual não encontramos explicação.

<sup>38</sup> Portal Orçamento – Senado Federal. In: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acessado em 11/07/2012.

**Gráfico 1 – Percentual de Recursos Contingenciados**



\* Dados Execução Orçamentária da LOA – Orçamento Quilombola – Senado Federal,<sup>39</sup> organização Perogil (2012).

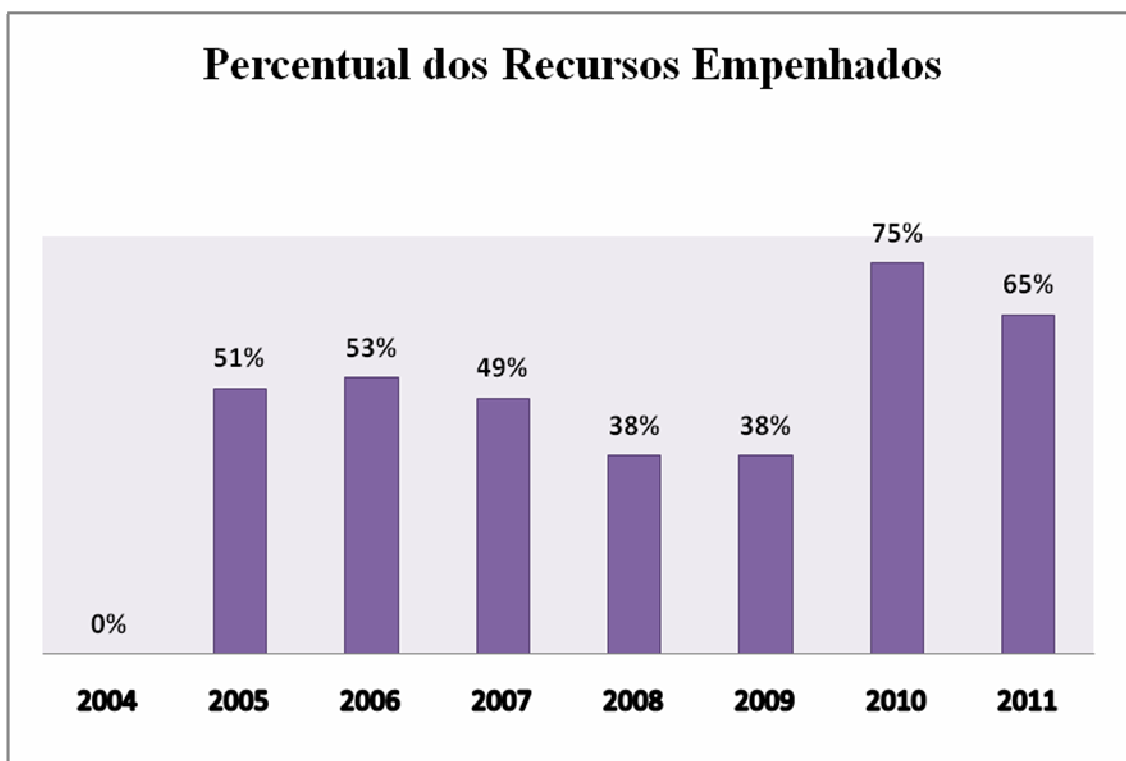
O gráfico 1 demonstra os percentuais de recursos contingenciados, relativos aos valores em moedas representados no quadro 5, entretanto, observamos que valores significativos foram cortados, principalmente no ano de 2008, que apresenta o maior índice, com 15%, correspondendo a R\$ 18.257.910,00. Pensamos que tal fator se justifique pelo expressivo valor, em quase todos os anos, por conta da falta de planejamento e capacidade para efetiva execução do orçamento, podendo ser essa uma justificativa para cortes no Orçamento Quilombola. É mister observar que mesmo com cortes ainda se devolveu muito orçamento ao tesouro, de R\$ 365.154.293,00 autorizados para a execução foram devolvidos R\$ 225.578.067,00.

Após observamos o quadro 5 e os valores dos Recursos Empenhados, que numericamente são significativos, se os expressamos percentualmente ano a ano no gráfico 2.

É importante destacar que o empenho é a confirmação do valor real de orçamento executado.

<sup>39</sup> Portal Orçamento – Senado Federal. In: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acessado em 11/07/2012.

**Gráfico 2 – Percentual dos Recursos Empenhados**



\* Dados Execução Orçamentária da LOA – Orçamento Quilombola – Senado Federal,<sup>40</sup> organização Perogil (2012).

No gráfico 2 é possível observar que em nenhum ano executou-se 100% dos recursos que foram autorizados, apenas o ano de 2010 apresentou o maior percentual de recursos empenhados com 75% correspondendo a R\$ 43.678,362, de um orçamento autorizado de R\$ 73.219.371,00.

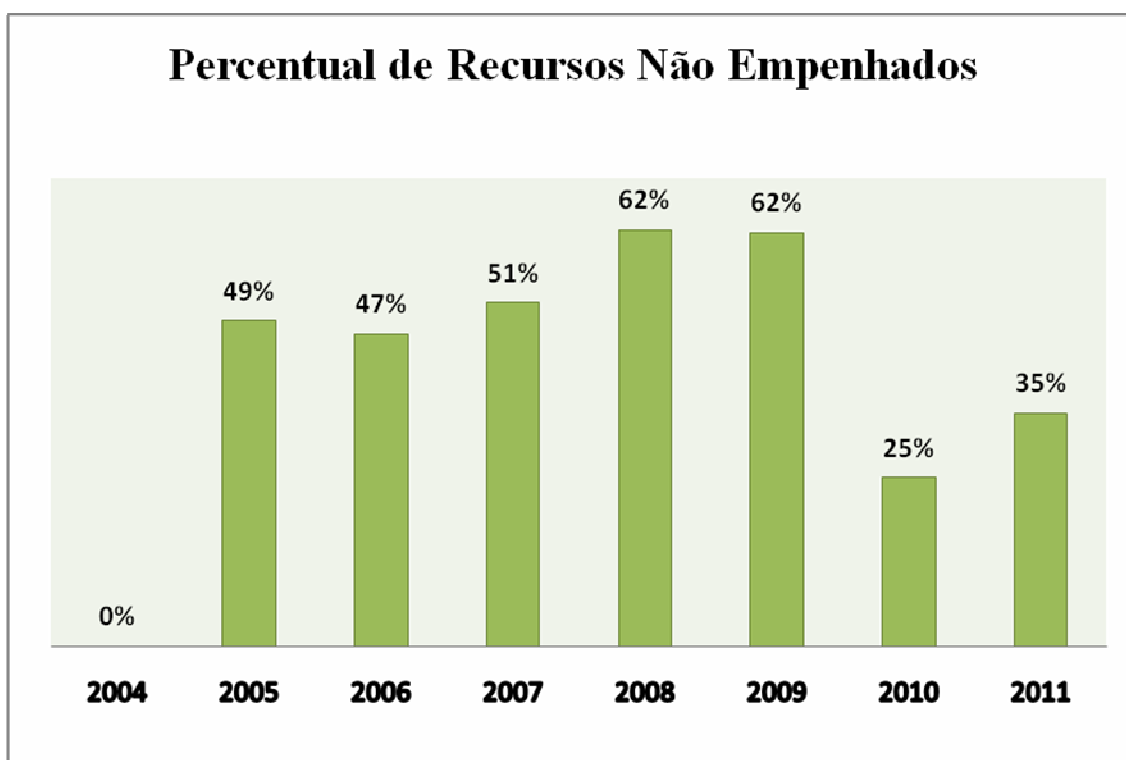
Já é notório que há problemas quanto à execução desse orçamento, pois como demonstra o quadro 5, quantias significativas são autorizadas para o atendimento das necessidades dessa população, no âmbito da educação, saúde, desenvolvimento social e econômico e a titulação de terra. Entretanto, através do gráfico 2, vemos que pouco desses recursos vem sendo executado. Nas falas dos moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, ouvimos queixas no sentido de que, pessoas ouvem falar sobre muitos recursos vindos para quilombolas, contudo, não vêem a execução desses recursos na comunidade, como expressa a fala do ex-presidente da Associação Eugênio Martins da Silva: “[...] eu sei que existe por que direto o povo fala

<sup>40</sup> Portal Orçamento – Senado Federal. In: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acessado em 11/07/2012.

que vem dinheiro pra Jaraguari através da comunidade quilombola, só que até agora não chegaram benefício nenhum” (Entrevista – 03/03/2012).

Os recursos que não foram executados são devolvidos para o tesouro. Como o PBQ trabalha com uma dotação anual, os recursos não empenhados também foram devolvidos durante todos esses anos, como podemos ver no quadro 5. Expressamos no gráfico 3 esse percentual de recursos não empenhados, que são devolvidos para o tesouro.

**Gráfico 3 – Percentual de Recursos Não Empenhados**



\* Dados Execução Orçamentária da LOA – Orçamento Quilombola – Senado Federal,<sup>41</sup> organização Perogil (2012).

Os valores devolvidos são significativos e isso nos remete a pensar os problemas que permeiam essa questão, porque as comunidades não reconhecem o PBQ como uma política válida. Efetivamente, poucas estão sendo realizadas e dados de empenho do PBQ é a comprovação da fragilidade da política.

Não dá para avançar nos objetivos traçados, sem capacidade de executar os investimentos disponibilizados.

<sup>41</sup> Portal Orçamento – Senado Federal. In: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acessado em 11/07/2012.

Aspectos que frustram e nos remete ao debate sobre a capacidade de implantação, por Decreto, e também por força da política de governo, de mudanças estruturais na sociedade, como “obrigar” municípios, por exemplo, a participarem efetivamente e não apenas de modo formal para a execução das ações propostas?

Certamente que a baixa execução do PBQ deve dificultar o debate político em torno da definição e aprovação do orçamento da União, por um lado, e a definição do Programa como uma política pública e não apenas de governo.

O trabalho de campo que realizamos junto à Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio nos trouxe certa clareza sobre essa questão. Vimos que há falta de planejamento, tanto por parte do Governo Estadual como Municipal, pois as comunidades necessitam desse amparo para receber as ações e os recursos advindos dela, mas há fortes entraves políticos principalmente na esfera municipal, pois para que de fato o PBQ seja executado é necessário que as prefeituras participem com 10% nos investimentos, o que muitas tem se negado a fazer. Tal fato é declarado na fala do Sr. José Roberto, advogado e representante das comunidades quilombolas do estado de Mato Grosso do Sul, no INCRA.

O Programa depende muito dos ministérios, da aplicação de recursos, os recursos são contingenciados pela prefeitura, do governo do estado e federal [...] às vezes por falta de projetos o Programa Brasil Quilombola manda muitos recursos, mas há falta de projeto dos ministérios, falta de projetos de casas [...]. Por isso que nós procuramos fazer o eficiente para as comunidades quilombolas, por que elas não estavam preparadas para isso [...] – (José Roberto Camargo de Souza – Entrevista 02/11/2011).

Observamos também a falta da elaboração de projetos por parte da Associação da comunidade, por falta de informações necessária e auxílio por parte dos órgãos que as representam, além de problemas relacionados com a documentação, fazendo com que muitos recursos voltem, mesmo havendo inúmeras necessidades nas comunidades. Vejamos a fala do Sr. Antônio Borges dos Santos, Coordenador da Coordenação de Comunidade Negras Rurais de Mato Grosso do Sul - CONERQ/MS.

Os recursos do Brasil quilombola tem muitas vírgulas, ele é muito difícil de ser acessado, é complicado, por exemplo, volta muito recurso por falta ainda de informação e isso é novo, começou a partir do Governo



Lula, e até para nós da coordenação tem coisas que ainda geram muitas dúvidas. Então agente tenta orientar as comunidades de como elas vão alcançar o Brasil Quilombola (Entrevista 24/08/2011).

Os dados do quadro 5 representam a necessidade de avaliação do modelo de gestão para a implementação do PBQ, por meio do fortalecimento das suas instâncias de gestão nacional, estaduais e municipais. Embora haja um discurso de governo que permite a participação democrática das comunidades, há diferenciação das ações e prioridades. Observamos, através do trabalho de campo, que os quilombolas são ouvidos, entretanto há distorções no entendimento, já que as suas reais necessidades não estão sendo atendidas. Um exemplo foi a vinda para comunidades de projetos e maquinários que a comunidade não necessita. Alguns equipamentos, inclusive, estão sem uso. Permitindo assim conflitos em relação às ações governamentais e ao PBQ.

Para além da constatação da baixa execução do orçamento, que envolve entraves constitucionais, burocráticos e disputa de poder, pois como o Programa trabalha nas três esferas, federais, estaduais e municipais, muitas vezes esses recursos não são repassados e as ações não são desenvolvidas, existem aspectos também de ordem prática e até mesmo de consciência dos envolvidos sobre o Programa em si e as suas possibilidades. Vejamos a entrevista:

A gente dialoga diretamente com o Programa, a gente tem dificuldade com o Programa por não ter uma pessoa que gerencie o Programa, mais a gente tem também essa dificuldade como eu disse pra você do município, todos os meses nós devolvemos milhões de reais aos cofres públicos, porque não são acessados muitas vezes por incapacidade de algum prefeito, então a gente não consegue acessar. (Jhonny Martins de Jesus – 09/02/2011)

O ex-coordenador da CONAQ – MS, afirma a dificuldade encontrada nas esferas de poder, principalmente na esfera municipal, como já declaramos, pela falta de interesse ou embate com proprietários rurais, deixando de investir nas comunidades quilombolas, que na maioria das vezes são vistas como atraso para o “desenvolvimento”. Em Furnas do Dionísio – MS, essas ações acontecem, pois a comunidade apresenta diversas demandas como: asfalto, melhorias para o posto de saúde, aquisição de maquinários agrícolas e transporte para escoamento da produção, investimentos para a melhoria da renda familiar, entre outros. Isso demonstra a ação

mais efetiva dessa comunidade, contudo, há problemas com a administração municipal e estadual, que não tem dado vazão às demandas apresentadas com a realização de projetos e ações para utilização dos créditos disponíveis, por que isso significa fomentar essas comunidades e permitir que os objetivos do PBQ se realize e evidentemente, reconhecer a validade da política, o que fere interesses locais e regionais das frações dominantes, principalmente os ruralistas.

Em matéria orçamentária, a maior parte do orçamento do PBQ é para que haja o reconhecimento e titulação das terras quilombolas, contudo vemos um grande número de processos abertos, para a regularização fundiária quilombola, como demonstra o quadro 6 porém, poucas são as terras tituladas devido a entraves políticos e de poder, em disputa pela terra. Isso é certamente um elemento a ser considerado para entender a baixa execução.

Segundo dados do INCRA, que foram atualizados no dia 14/06/2011, no período de 1995 a 2002 foram expedidos 45 títulos, regularizando 775.321,1193 hectares em benefício de 42 territórios, 90 comunidades e 6.771 famílias quilombolas. Estes títulos foram expedidos por: FCP (13), FCP/INTERBA/CDA-BA (2), INCRA (6), ITERPA (16), ITERMA (4), ITESP (3) e SEHAF-RJ (1). Destes, 2 títulos do ITERPA foram expedidos a partir de parceria (técnica e/ou financeira) com o INCRA/MDA.<sup>42</sup>

Já no período de 2003 a 2010 foram expedidos 75 títulos regularizando 212.614,8680 hectares em benefício de 66 territórios, 99 comunidades e 5.147 famílias quilombolas. Estes títulos foram expedidos por: INCRA (15), INTERPI/INCRA (5), SPU (2), ITERPA (30), ITERMA (19), ITESP (3) e IDATERRA-MS (1). Destes, 16 títulos do ITERPA e 14 do ITERMA foram expedidos a partir de parceria (técnica e/ou financeira) com o INCRA/MDA.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> INTERPI – Instituto de Terras Piauí; SPU – Secretária do Patrimônio da União; ITERPA – Instituto de Terras do Pará; ITERMA – Instituto de Colonização e Terra do Maranhão; ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo; IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – MS.

<sup>43</sup> In: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br) 14/06/2011.

**Quadro 6 – Regularização de Áreas Quilombolas: ações realizadas (2003-2010)**

<b>Processos de regularização instaurados</b>	996
<b>RTID publicados</b>	129
<b>Portarias de reconhecimento expedidas</b>	60
<b>Processos abertos em todas as Superintendências Regionais</b>	1.067
<b>Decreto de desapropriação por interesse social</b>	41
<b>Territórios decretados</b>	41
<b>Títulos entregues</b>	75

\*Dados do INCRA, organização Perogil (2011).

A partir dos dados observa-se que durante o mandato do ex-presidente Lula, por meio do PBQ, houve um maior número de terras tituladas, demonstrando avanço por parte do governo em relação à causa das comunidades quilombolas, bem como, da política, que embora não tenha titulado 100% dos territórios em todo país apresentou um avanço significativo, pois há poucos anos essas comunidades nem reconhecidas eram.

Desde a criação do Programa Brasil Quilombola, no que concerne à regularização fundiária, houve significativo avanço na base legal, além de ações para estruturar os órgãos responsáveis pela sua implementação, como a realização de concursos para funções voltadas à regularização de territórios quilombolas. Todavia, para a demanda existente, a estrutura atual desse órgão ainda é insuficiente. Outro ponto que já traz resultados positivos, mas necessita de ampliação, é a articulação com os entes estaduais responsáveis pela regularização de territórios estaduais. Destaca-se, também, a ainda frágil conjuntura de conflitos nas instâncias legislativas e do judiciário, conforme pontuado anteriormente (COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BRASIL 2011 p. 35).

Houve significativos avanços, no tocante às comunidades quilombolas, porém observamos que ainda é grande o número de processos em andamento no INCRA (996) e baixo o processo de titulação (75). Isso ocorre, devido à morosidade com que os processos relacionados à terra são vistos e analisados no país, assim como os processos burocráticos, disputas de poder e interesses que permeiam a questão da terra. As

comunidades quilombolas são vistas como impedimento ao “progresso local”, por não participarem dessa lógica “macro” de produção e na maioria das vezes estão reivindicando suas terras em algumas propriedades privadas e outras em terras devolutas. Trata-se de uma política voltada para segmentos discriminados da sociedade, que se choca com os interesses dos proprietários de terras, dos latifundiários, que são os que prevalecem na disputa pelo poder e pela terra. Como destaca Poulantzas (1985), as estruturas do Estado já são formadas pelos interesses da classe dominante.

Podemos observar ainda que a maioria dos títulos não foram expedidos pelo INCRA e sim por institutos de terras estaduais, que segundo Verdum<sup>44</sup> (2010), ocorre devido à burocratização do procedimento estabelecido pelo Governo Federal.

Assim, se de um lado, o Governo Lula da Silva aprovou o Decreto 4.887/2003, um marco importante para o reconhecimento da territorialidade quilombola, por outro, ao longo dos anos, foi introduzindo exigências em normas inferiores que tornaram o processo mais moroso e custoso e, conseqüentemente, mais difícil de ser concluído (VERDUM, 2010, p. 04).

Como demonstramos no quadro 4 (p. 74), todo o processo necessário para efetivar a titulação das áreas quilombolas, segundo o Decreto 4.887/03 e a normativa 56/2009 do INCRA, observamos os diversos processos e etapas apresentando avanços e retrocessos, dificultando o processo de titulação, tornando o mesmo mais demorado e burocrático.

Portanto, os dados oficiais representam uma amostra do universo total, considerando que, pela própria dinâmica de reconhecimentos e demandas, trata-se de um fenômeno em expansão. Cabe ressaltar que não se trata de atestar ineficiência deste ou daquele órgão governamental, mas demonstrar onde está o gargalo da questão (RODRIGUES, 2010, p. 11).

Uma questão importante que a autora coloca é a de pensarmos “onde está o gargalo da questão”. Com a pesquisa observamos que há muitas lacunas no PBQ, no que diz respeito às suas ações, advindas desde os altos escalões do governo até as comunidades quilombolas.

---

<sup>44</sup> Entrevista com Ricardo Verdum acessada dia 23/11/2011. In: <http://www.cipamericas.org/pt-br/archives/2831>.

Primeiramente, vemos a baixa execução do orçamento do Programa, como um problema a ser destacado, pela dependência com as prefeituras que não contribuem para a execução do PBQ nas comunidades, se recusando a disponibilizarem os 10% necessários para a efetivação da política, com isso, faltando incentivo por parte dos governos estaduais e municipais em investirem no PBQ. Além da falta de projetos por parte das comunidades, como já dissemos anteriormente, muitos recursos voltam por falta de projetos vindo das comunidades e das coordenações que os representa. Sendo estes, os principais impedimentos para o desenvolver da política.

Segundo, há problemas concernentes aos ministérios, órgãos e coordenações que representam essas comunidades, faltando técnicos e veículos disponíveis para executar as ações necessárias nas comunidades quilombolas, como: o monitoramento do PBQ evitando que prevaleça e desinformação sobre a realidade e necessidades das comunidades, fazendo com que as ações ao serem desenvolvidas sejam condizentes com a realidade daquela comunidade; outra questão que já apresentamos é a dificuldade encontrada pelas coordenações em acessar o PBQ. Pensamos que tal fator está relacionado com a transversalidade do Programa, que tem parceria com outras políticas e ministérios, sendo burocrático e ineficiente. Além disso, falta informação sobre o PBQ, que está apresentado como um Programa que leva apenas a regularização fundiária para as comunidades. Certamente esse é o seu principal objetivo, porém o mesmo garante o acesso à infra-estrutura e desenvolvimento social e econômico das comunidades.

Essas questões têm dificultado o acesso das comunidades quilombolas ao PBQ, além de ocasionarem o impedimento do desenvolvimento da política. A relação entre as comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul e o PBQ se colocam nessa mesma situação, que passaremos agora a analisar.

## **2.2 – As Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul e o PBQ**

As comunidades quilombolas estão presentes em todo o território nacional, somando-se cerca de 3.524 comunidades distribuídos por todas as unidades políticas do país, exceto nos estados do Acre e Roraima.

O Estado de Mato Grosso do Sul conta com 21 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, segundo os dados de Rafael Sanzio

Araujo (2009), no seu trabalho com Georreferenciamento das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Brasil, sendo 20 comunidades rurais e uma urbana.

As comunidades quilombolas rurais de Mato Grosso do Sul são: Furnas dos Baianos, no município de Aquidauana; Furnas dos Malaquias e Santa Tereza no município de Camapuã; as comunidades Chácara do Buriti, Jabaguara, São João Batista localizada no município de Campo Grande capital do estado; Furnas da Boa Sorte, no município de Corguinho; Furnas do Dionísio, no município de Jaraguari; as comunidades Boa Vista, São Miguel, Vista Alegre e Família Cardoso, no município de Maracaju; São Miguel e São Miguel II, no município de Nioaque; Quintino, no município de Pedro Gomes; Ouro-lândia, no município de Rio Negro; Dezidério Felipe de Oliveira (Picadinha), no município de Dourados; Bispo e Família Bispo, no município de Sonora; Dos Pretos, no município de Terenos. Há uma comunidade quilombola urbana a Tia Eva, localizada no município de Campo Grande (Mapa 01).

Ao observarmos o mapa 1, podemos observar que maioria das comunidades quilombolas estão localizadas ao centro do mapa, região de serras no estado, apresentando um relevo acidentado e escarpado, o que dificulta o acesso a essas comunidades, mas também explica a permanência dessas comunidades pelo desinteresse em produzir em relevos escarpados.

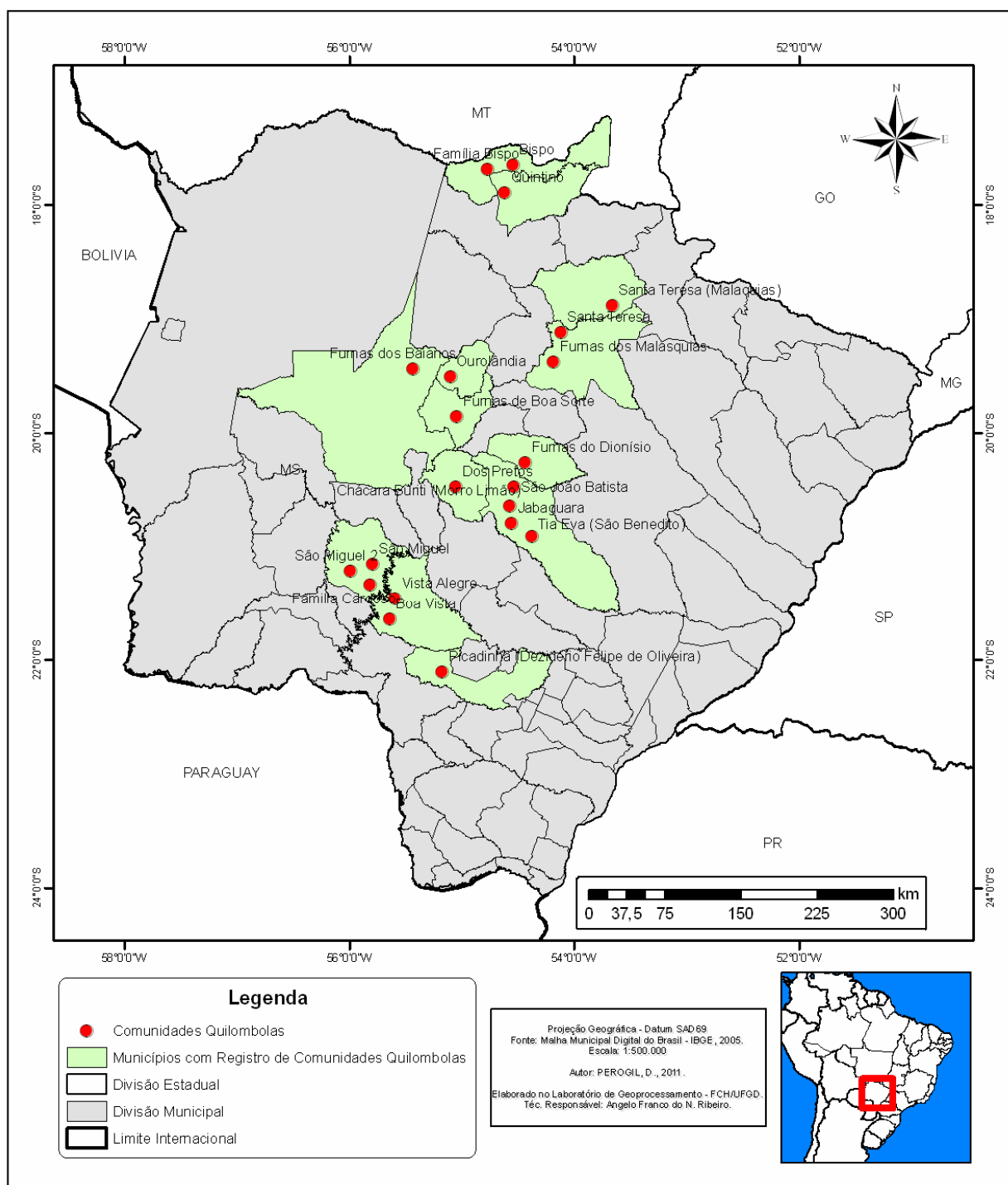
Cada uma das comunidades quilombolas, do Mato Grosso do Sul, apresenta suas peculiaridades e dificuldades, não sendo homogêneas, como se acredita no imaginário social<sup>45</sup>, muito menos apresentando características dos quilombos da escravidão.

A realidade desses remanescentes de quilombo é bem distinta da que está construída socialmente. A falta de informação e conhecimento a respeito dessas comunidades faz com que se acredite e se construa no imaginário social um ideário a respeito da organização social desses sujeitos, que muitas vezes não são verdadeiros, pois muitos acreditam que elas nem existem mais e se existem possui uma organização igual aos quilombos da escravidão.

---

<sup>45</sup> Sobre o imaginário social a autora Pesavento (1995, p. 15) nos alega que: “O imaginário faz parte de um campo de representação, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade.”

**Mapa 1 – Localização das Comunidades Quilombolas no Mato Grosso do Sul**



Não é possível traçar um perfil único para as comunidades quilombolas no Brasil e no Mato Grosso do Sul, pois algumas possuem características semelhantes, mas cada uma possui sua organização, perfil socioeconômico e cultural próprio, provando a não homogeneidade dessas comunidades quilombolas. Diferenças que devem ser respeitadas e levadas em consideração ao se implantarem ou projetarem políticas governamentais para essa população.

Cada grupo tem a sua origem peculiar, ainda que, em alguns casos tenham certa proximidade de parentesco. Ao longo da vivência em um espaço físico, tais grupos acabaram por desenvolver formas de organização e convivência próprias, e o que pode apresentar ser bom para um referido grupo pode não sê-lo para outro (PROGRAMA ILE-ÈGBÉ, 2010, p. 04).

Ao analisamos a “Coletânea Sobre as Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul”, uma cartilha elaborada pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), no ano de 2009, observamos que a cartilha faz análise apenas de 14 comunidades quilombolas, pois era esse o número de comunidades reconhecidas até o ano de 2009. Atualmente são reconhecidas 21 comunidades.

A cartilha demonstra que as 14 comunidades quilombolas do estado analisadas, apresentam baixo índice de analfabetismo, sendo apenas a Comunidades Furnas da Boa Sorte com 25,43 %, as demais comunidades apresentam índices favoráveis de escolaridade, principalmente no ensino fundamental e médio, embora o número de quilombolas com nível superior ainda seja baixo.

Pensamos que deveria haver um maior incentivo por parte dos programas de governo no sentido de incentivar essas populações a dar continuidade aos estudos no ensino superior e formar profissionais que carecem dentro da comunidade para que as mesmas possam ser melhor atendidas.

Outro fator que nos chama a atenção é em relação à condição de moradia. Todas as comunidades apresentam casas de alvenaria, embora haja ainda casas de madeira e adobe<sup>46</sup> ou sape, demonstrando uma condição econômica favorável dessas comunidades, além de desconstruir do imaginário social, a ideia de quilombo que está colocada como sujeitos miseráveis e analfabetos.

---

<sup>46</sup> Material de construção utilizado milenarmente na confecção de tijolos agregando terra, fibras vegetais e água. (FUNASA)



Levamos em consideração também que o Programa Brasil Quilombola em parceria com a Secretária Estadual de Habitação e das Cidades (Seach), através do Programa MS Cidadão Casa da Gente – Subprograma Meu Lar – Quilombo, construiu 300 casas para as comunidades quilombolas do estado de Mato Grosso do Sul, fator que tem contribuído para o acesso à casa de alvenaria para alguns moradores dessas comunidades.

Segundo informação do secretário de Estado de Habitação e das Cidades, Carlos Marun, o Projeto Casa Quilombola consiste no atendimento da população negra em situação de vulnerabilidade social, moradores em diversas comunidades quilombolas do Estado, além de fortalecer a sua capacidade organizativa. As obras realizadas pelo governo do Estado em parceria com a União e as prefeituras viabilizaram recursos superiores a R\$ 1,9 milhão investidos na construção de 300 unidades habitacionais em 13 comunidades quilombolas localizados em 12 municípios do Estado. As moradias são de 32 metros quadrados, distribuídos em sala/cozinha, dois quartos e banheiro. O fortalecimento da organização comunitária é realizado pelo Conselho Estadual do Negro que acompanha as ações da administração estadual (Pantanal News – 14/05/2011).

Nem todas as comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul foram contempladas com o Programa MS Cidadão Casa da Gente – Subprograma Meu Lar – Quilombo, Programa este advindo da Secretaria do Estado de Habitação e das Cidades – MS (SEHAC) em parceria com o Programa Brasil Quilombola.

Como podemos observar no noticiário, foram apenas 13 comunidades contempladas com esse Programa, pois, no ano de 2007 em Mato Grosso do Sul, eram reconhecidas apenas 13 comunidades quilombolas. Em 2012 contamos com a presença de 21 comunidades quilombolas em todo o estado.

As respectivas comunidades quilombolas contemplada pelo Programa MS Cidadão Casa da Gente – Subprograma Meu Lar – Quilombo, estão expostas no quadro 7.

<b>Quadro 7 - PROGRAMA MS CIDADÃO – CASA DA GENTE SUBPROGRAMA MEU LAR – QUILOMBO</b>				
<b><u>Município</u></b>	<b><u>Ano Contrato</u></b>	<b><u>Número de Unidades</u></b>	<b><u>Situação</u></b>	<b><u>Endereço da Obra</u></b>
<b>Aquidauana</b>	2008	5	Inauguradas em 15/08/2010	Comunidade Quilombola Furnas dos Baianos
<b>Campo Grande</b>	2008	11	Entregue em 27/07/2010	Comunidade Quilombola Chácara Buriti
	2009	12	Entregue em 27/07/2010	Comunidade Quilombola Família Cardoso e Chácara Buriti
<b>Corguinho</b>	2008	12	Em Andamento	Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte
	2009	19	Em Andamento	
<b>Dourados</b>	2008	6	Entregue em 03/08/2010	Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira –Picadinha
<b>Figueirão</b>	2008	10	Inaugurada em 15/12/2009	Comunidade Quilombola Santa Tereza – Família Malaquias
<b>Jaraguari</b>	2008	31	Entregue em 28/07/2010	Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio
	2009	51	Em Andamento	
<b>Maracajú</b>	2008	7	Entregue em 30/07/2010	Comunidade Quilombola São Miguel
	2009	25	Inaugurada em 11/06/2010	Comunidade Quilombola Colônia São Miguel
<b>Nioaque</b>	2008	12	Inaugurada em 15/05/2009	Comunidade Quilombola Família Araújo e Ribeiro
	2008	16	Inaugurada em 17/07/2009	Comunidade Quilombola Família Cardoso
	2009	29	Entregue em 01/02/2011	Comunidade Quilombola Família Cardoso (17un) e Família Araújo e Ribeiro (12un)
<b>Pedro Gomes</b>	2008	13	Em andamento	Comunidade Quilombola Família Quintino
	2009	15	Entregue em 30/07/2010	
<b>Rio Negro</b>	2008	9	Entregue em 24/06/2010	Comunidade Quilombola Ourolândia
<b>Terenos</b>	2008	14	Entregue em 28/07/2010	Comunidade Quilombola Família dos Pretos
<b>TOTAL</b>		300 Casas		

\*Dados extraídos da Secretaria do Estado de Habitação e das Cidades – MS (SEHAC).

Como podemos observar no quadro 7, foram entregues 300 casas para 13 comunidades quilombolas, em Mato Grosso do Sul. Para efetuar tal projeto foi necessária a parceria com o Governo Estadual, que entrou com uma soma de recursos de aproximadamente R\$ 1.939.500,00 e o Governo Federal que investiu cerca de R\$ 1.950.000,00<sup>47</sup> para a efetivação do projeto. Como já salientamos os recursos investidos por parte do Governo Federal neste projeto, vieram do PBQ com o intuito de levar melhores condições de moradia para as comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul.

A informação é que o projeto veio por meio da manifestação dos quilombolas. Até então a maioria das moradias eram precárias, havia percevejos e riscos para a saúde.

Notamos, através da cartilha e da pesquisa, que a maioria da população das comunidades de Mato Grosso do Sul estão na faixa etária de 16 a 45 anos, idade considerada produtiva. Outro fator que desmitifica o ideário de migração, pois é comum ouvirmos que os jovens migram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Essa situação ocorre sim, não apenas entre os jovens, mas entre adultos e idosos também. Contudo, não é com frequência essa migração, principalmente após o reconhecimento das terras, o que tem permitido a permanência desses jovens em seu território de origem, um dos objetivos alcançados do PBQ.

Devido à grande diversidade cultural e econômica que se encontra nas comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul, também observamos que há uma grande diversidade produtiva e de geração de renda. As atividades produtivas variam de acordo com o perfil de cada comunidade, sendo estas as atividades produtivas das comunidades: agropecuária de subsistência, pecuária de leite, agroindústria, olericultura e atividades de subsistência. Como demonstra as Fotos 1 e 2 da Comunidade Quilombola de Ouroândia, no município de Rio Negro – MS.

---

<sup>47</sup> Dados fornecidos pela Secretaria do Estado de Habitação e das Cidades – MS (SEHAC).

**Foto 1 – “Tacho” para a Produção de Rapadura – Comunidade Ouroândia/MS**



Foto: Daiana Perogil – 12/11/2011.

**Foto 2 – Moagem Artesanal da Cana de Açúcar para a Produção de Rapadura –  
Comunidade Ouroândia/MS**



Foto: Daiana Perogil – 12/11/2011.

As fotos retratam a forma rústica e artesanal que os produtos são produzidos no interior da Comunidade de Ourolândia, e assim acontecem nas demais comunidades do estado, faltando recursos, materiais e maquinários adequados para a produção.

Essas técnicas de produção são passadas de geração em geração e tem apresentado resultados, contudo, os próprios moradores das comunidades declaram a importância de se adquirirem novas técnicas produtivas para melhorar a produção. Diante disso, vemos que se faz necessário a promoção de cursos preparatórios para levar até essas comunidades o conhecimento que as mesmas desejam, sendo este um dos planos de ação do PBQ, que não vem sendo executado.

É visível a falta de equipamento necessário para a produção, para tanto o Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira – ICCAB, de Campo Grande, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER construíram um projeto chamado Programa ILE-ÈGBÉ: Quilombolas produção, desenvolvimento e sustentabilidade, que tem como objetivo:

Promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares pertencentes às comunidades negras rurais, através da implantação de programa de fortalecimento da produção sustentável, visando garantir a geração de renda, bem-estar social, exercício de cidadania e qualidade de vida. (PROGRAMA ILE-ÈGBÉ, 2010, p. 08)

O objetivo desse projeto é o de levar maquinários agrícolas para as comunidades e promover um melhor desempenho na produção agrícola incentivando com sementes, mudas para formação de hortas e pomares para que haja um melhoramento na renda familiar, além de incentivarem a produção leiteira de algumas comunidades que trabalham com essa categoria produtiva.

O Programa ILE-ÈGBÉ trabalha no sentido de permitir o acesso às comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e promover o acesso a recursos de créditos rural. O Projeto não tem parceria com o PBQ, mas não poderíamos deixar de citar o mesmo, pois acompanhamos de forma parcial o desenvolver desse projeto que se encontra em andamento, já apresenta resultados na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio. Após esse incentivo passou a realizar uma feira por mês. Todo segundo sábado de cada mês, onde os moradores vendem os seus produtos agrícolas, rapadura e artesanatos.

Esses avanços foram possíveis devido ao acompanhamento dos técnicos da AGRAER, que através da participação da comunidade e monitoramento das ações fizeram a política caminhar. Observamos, através do trabalho de campo, que tal atitude não é encontrada nas ações do PQB. Não há acompanhamento juntamente com as comunidades para que de fato as ações do Programa aconteça. Na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, segundo os moradores da comunidade, nunca foram técnicos responsáveis pelo Programa avaliar a sua execução e informar a comunidade sobre o mesmo.

Através da análise dos relatórios de governo, **Relatório de Gestão 2003/2006 - Promoção da Igualdade Racial** e do **Relatório de Gestão 2009 - Programa Brasil Quilombola**<sup>48</sup>, podemos observar algumas ações do PBQ para as comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul.

No ano de 2004, fase inicial do PBQ, vemos que se busca o fortalecimento das coordenações estaduais quilombolas, como a CONERQ, processo que contou com a parceria da SEPPIR e Fundação Cultural Palmares.

[...] com destinação de recursos para a organização de seminários estaduais e acompanhamentos de ações posteriores, tendo como meta o fortalecimento ou criação de associações quilombolas nos estado (SEPPIR - RELATÓRIO DE GESTÃO, 2003-2006, p. 38).

Nesse primeiro momento, o objetivo do PBQ era o de formar associações para que as comunidades quilombolas pudessem estar regularizadas e terem acesso a políticas públicas, além de conscientizar essa população negra rural de que eram quilombolas.

O ano de 2005 veio contemplado com o Projeto Ação Quilombola. O Projeto que disponibilizou R\$ 7.00.000,00 formando uma articulação entre a SEPPIR, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Fundação Banco do Brasil. As comunidades quilombolas tiveram que fazer um projeto estando o mesmo sujeito à aprovação, para tanto dos 50 projetos enviados, apenas 33 foram aprovados, a comunidade Furnas da Boa Sorte, de Mato Grosso do Sul, foi a única contemplada no estado.

---

<sup>48</sup> SEPPIR. In: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)

Ainda no ano de 2005, foi realizado um curso de Formadores e Disseminadores em Informações Previdenciárias realizados nos dias 4 e 5 de julho, envolvendo 31 lideranças quilombolas, de 21 estados brasileiros, entre eles Mato Grosso do Sul. O discurso de governo nos aponta que:

O objetivo da capacitação de quilombolas é contribuir para o conhecimento das ações realizadas pelo governo, seus conteúdos e estratégias, para que eles posteriormente possam monitorar o trabalho nas diversas regiões do país com o intuito de fortalecer o controle social das políticas públicas. Em 2005, os recursos investidos somaram R\$ 900.000,00, orientados para três convênios com associações da sociedade civil, o que permitiu a capacitação de 2.694 pessoas. Em 2006, foram selados outros 15 convênios, no montante de R\$ 910.943,00. (SEPPIR – RELATÓRIO DE GESTÃO, 2003-2006, p. 41)

Um dos objetivos do PBQ é de fazer com que as comunidades sejam capazes de monitorar a política. Pensamos ser essa uma tarefa difícil, principalmente no estado de Mato Grosso do Sul, lugar em que as comunidades quilombolas e seus respectivos representantes pouco conhecem sobre o PBQ e muitos nunca ouviram falar a respeito devido à falta de informação e do acesso desses sujeitos aos benefícios da política, por que vemos ações sendo desenvolvidas para as comunidades, mas em contraste, vemos o total desconhecimento, por parte da maioria dos moradores, em relação ao PBQ, ou seja, eles não reconhecem o Programa.

Houve um curso de capacitação para mulheres quilombolas, realizada no ano de 2005, na tentativa de promover o etnodesenvolvimento, com o foco na busca de equidade de gênero. Em Mato Grosso do Sul, apenas a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio foi a beneficiada: “a perspectiva é de que as mulheres em suas comunidades exerçam mais intensamente os papéis de líderes e agentes comunitárias” (SEPPIR – Relatório 2003-2006, p. 42).

Segundo o discurso de governo, o PBQ, através de uma equipe formada por técnicos, realiza visita técnicas às comunidades quilombolas do país, com o intuito de aprofundar conhecimentos e dialogar com representantes das comunidades e monitorar as ações em curso. Tais visitas ocorrem desde o ano de 2004, o estado de Mato Grosso do Sul foi contemplado com uma visita no segundo semestre de 2005: “[...] as visitas às comunidades cumpriram o papel de monitorar as ações do PBQ (Pacote da Cidadania) e

promover o intercâmbio cultural (Quilombo Axé)” (SEPPIR – Relatório 2003-2006, p. 47).

De acordo com o coordenador da CONERQ/MS Sr. Antonio Borges, essa foi a única visita realizada nas comunidades e observamos que nem todas as comunidades foram visitadas, pois através dos relatos dos moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, nenhum representante do PBQ esteve na comunidade para avaliar as ações e dialogar com a comunidade. O que nos leva a pensar a forma como essa política vem sendo monitorada e isso preocupa, por que há investimentos públicos e pouca efetivação. Essas comunidades apresentam grandes necessidades sociais e econômicas que não estão sendo atendidas, para tanto observamos que essa falta de acompanhamento da política tem trazido problemas para as comunidades quilombolas e “invisibilidade” do PBQ.

Em relação à titulação de áreas quilombolas em Mato Grosso do Sul, apenas as comunidades Furnas da Boa Sorte, no município de Corguinho, Furnas do Dionísio, no município de Jaraguari, Chácara do Buriti, no município de Campo Grande e São Miguel, no município de Maracajú, receberam no ano de 2009 os respectivos certificados de reconhecimento de área de interesse social, não sendo ainda este o título de posse definitiva da terra. Apenas a Comunidade Quilombola São Miguel, no município de Maracajú é reconhecida e titulada no estado, sendo entregue o seu título de posse definitivo no dia 12/09/2011.

Com isso, observamos a morosidade e burocratização do processo de legalização das terras em Mato Grosso do Sul, pois são 21 comunidades quilombolas e apenas uma comunidade titulada pelo INCRA. Pensamos que tal fator se dá em função das condições normativas que são colocadas para realizar a regularização de terras quilombolas, como já demonstramos (quadro 4), há uma série de etapas e processos jurídicos que retardam o processo de titulação.

Outro fator importante é o fato do estado de Mato Grosso do Sul se destacar na produção agrícola e pecuária, extremamente ligada ao agronegócio e aos interesses do grande capital, formando assim uma elite com forte representação política, que tem uma visão retrógrada em relação às comunidades quilombolas, vistas como um atraso para o “progresso”.

Por fim, o representante das comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul e advogado no INCRA, Sr. José Roberto Camargo de Souza, analisa a situação fundiária das comunidades quilombolas do estado.



Aqui no Mato Grosso do Sul nós temos 21 comunidades identificadas. Nós temos 15 processos no INCRA e quatro comunidades com ação de desapropriação dos não quilombolas, uma já foi resolvida, que foi São Miguel em Maracajú, que já deu a emissão de posse para o INCRA. Por que para o INCRA? Por que processos quilombolas quando há desapropriação da área, passa primeiro para o INCRA que é o órgão representante, e aí o INCRA faz a titulação para as comunidades quilombola, o título é entregue para a associação. Esse título tem uma pequena diferença, quando a comunidade recebe, ela passa a ter a posse da área coletiva, então fica para a comunidade... não é da união, é da comunidade, só que os quilombolas em 2003 solicitaram que no decreto 4.887 especificasse que esses títulos fossem empenhorados, inalienáveis certo (...) Então as comunidades através da associação tem o título único, ela fica dona da área, no falecimento do pai ou do genitor o herdeiro não precisa fazer inventário pois a terra já passa automaticamente para a pessoa por que é um título diferente para propriedade, não volta para o Estado, nem para a união, é para a comunidade, certo (Entrevista – 02/12/2011).

Na entrevista realizada o Sr. José Roberto, nos deixa claro que há quatro comunidades no estado que não pediram a legalização da posse pelo INCRA, pois as mesmas já possuem título de propriedade privada e o título de reconhecimento como “remanescentes de quilombo” pela Fundação Cultural Palmares.

Ainda tratando-se da análise dos relatórios anuais de gestão, no ano de 2004, iniciaram as obras previstas em saneamento básico para beneficiarem cerca de 2.500 famílias quilombolas, sendo investido nesse primeiro momento cerca de R\$ 3.300.000,00. No estado de Mato Grosso do Sul, a partir dessa parceria entre PBQ e FUNASA apenas as comunidades Furnas do Dionísio e Furnas da Boa Sorte foram beneficiadas. Posteriormente a FUNASA deu continuidade às obras de saneamento básico para as demais comunidades quilombolas.<sup>49</sup>

Para o período de 2007 a 2010, o Governo Federal, em ação conjunta entre a SEPPIR e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), priorizou as ações de saneamento para as comunidades remanescentes de quilombos. Estas ações foram programadas no PAC-Funasa com uma previsão de R\$ 170.000.000,00, para atender a uma meta de 380 comunidades. Em 2007, com uma contratação orçamentária de R\$ 23.305.877,62 foram beneficiadas 92 comunidades; em 2008, foram empenhados recursos na ordem de R\$ 38.815.438,12, beneficiando 118

---

<sup>49</sup> Relatório de Gestão 2003-2006 – SEPPIR – In: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)

comunidades. Em 2009 houve empenho na ordem de R\$ 39.653.942,00 para o beneficiamento de mais 78 comunidades, totalizando 288 comunidades atendidas, representando 75,8% da meta prevista para o PAC, com recursos totais empenhados na ordem de R\$ 101.775.257,74, [...] (RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SEPPIR, p. 18).

O Relatório de Gestão de 2009 não traz especificamente a quantidade de recursos investidos nas comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul, mas segundo os dados na FUNASA algumas comunidades ainda não apresentam o sistema de saneamento básico como, por exemplo, as comunidades: Dezidério Felipe de Oliveira (Picadinha), no município de Dourados; Santa Tereza (Malaquias), no município de Figueirão; São Miguel, no município de Maracajú. A comunidade quilombola Os Preto, no município de Terenos, apresenta o sistema de saneamento básico instalado de forma parcial.

O processo de eletrificação das comunidades quilombolas conta com uma parceria do Ministério de Minas e Energia (MME) através do Programa “Luz Para Todos” e o PBQ. Segundo dados do governo<sup>50</sup> até dezembro de 2006, 9.765 famílias, de 379 comunidades, em 19 estados brasileiros, foram atendidas com eletrificação.

[...] uma em Alagoas, 94 na Bahia, 35 no Espírito Santo, nove em Goiás, 86 no Maranhão, 11 em Minas Gerais, seis no Mato Grosso do Sul, cinco no Mato Grosso, 38 no Pará, sete em Pernambuco, 11 na Paraíba, 17 no Piauí, sete no Paraná, três no Rio de Janeiro, 23 no Rio Grande do Sul, duas em Santa Catarina, três em Sergipe, 19 em São Paulo e duas em Tocantins (RELATÓRIO DE GESTÃO 2003-2006 – SEPPIR, p. 53).

O Relatório de Gestão de 2009 deixa claro que nos anos de 2007 a 2010, o Programa “Luz Para Todos” beneficiou no Centro-Oeste cerca de 360 domicílios quilombolas com eletrificação, porém, não deixa claro os valores, nem a quantidade de comunidades atendidas nos três estados que compõem a referida região.

Com o intuito de incentivar a cultura afro-descendente dentro dos quilombos, no ano de 2009, o PBQ promoveu para as comunidades de Mato Grosso do Sul a capacitação e formação de 90 membros através da dança africana “Jaguedê”.

---

<sup>50</sup> Relatório de Gestão 2003-2006 – SEPPIR – In: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)

[...] capacitação e formação de 90 membros das comunidades remanescentes de quilombos, para difusão e multiplicação do patrimônio imaterial cultural afro-brasileiro de suas comunidades. Houve também uma capacitação específica que procurou ampliar e aprofundar os conhecimentos históricos da resistência quilombola. Foram beneficiadas diretamente comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul [...] (RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SEPPIR, p. 35).

Ao analisarmos esses relatórios de gestão, encontramos dificuldades em relação a dados específicos, normalmente os dados são colocados em nível nacional, não apresentando de forma detalhada por regiões ou estados, dificultando o processo de análise.

Podemos observar através da análise, que há regiões que recebem um número maior de ações e investimentos, como região Norte e Nordeste, pois apresentam um número maior de comunidades quilombolas em situação de vulnerabilidade social e observamos que as comunidades de Mato Grosso do Sul, aparecem em plano secundário nas ações, porém as comunidades apresentam grandes necessidades, como falta de saneamento; escolas nas comunidades. Mato Grosso do Sul apresenta o segundo menor índice de escolas nas comunidades, apresentando apenas seis, perdendo apenas para o estado de Rondônia<sup>51</sup>, o que dificulta o acesso a escolaridade. Vemos também problemas na área da saúde, que não tem ação realizada ou mencionada. A maioria das comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul encontram-se distante do perímetro urbano, o que gera preocupação desses sujeitos, em caso de emergências, sendo necessário posto de saúde dentro das comunidades. Algumas nem dispõem desse recurso, e as que possuem posto de saúde estão em estado de precariedade.

Notamos também que não há incentivo na agricultura por parte do PBQ, sendo este o principal gerador de renda dos moradores das comunidades quilombolas do estado. Pontos importantes que tem ficando fora da pauta de discussão e ação do PBQ para o estado de Mato Grosso do Sul.

A realidade da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio não difere das demais do estado de Mato Grosso do Sul, no que diz respeito as suas necessidades, entretanto apresentam particularidades cabíveis de análise e que possamos a realizar.

---

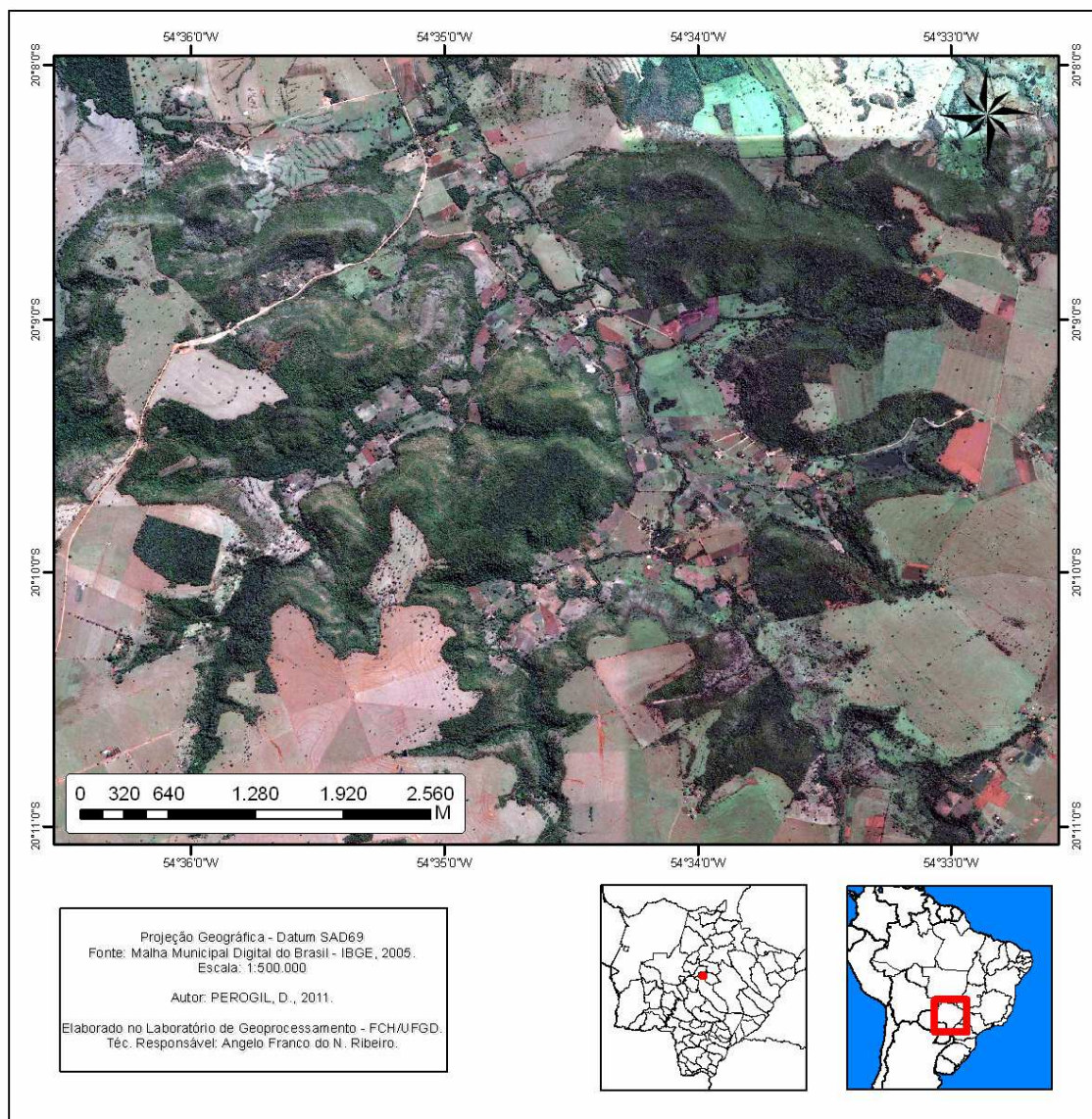
<sup>51</sup> FUNASA – In: [www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)

**Capítulo 3 – A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio e o Programa  
Brasil Quilombola**

### 3.1 - Comunidade de Furnas do Dionísio – Jaraguari/MS

A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio – MS está localizada no município de Jaraguari, a 48 km da capital Campo Grande, sendo grande parte do trajeto sem pavimentação asfáltica, dificultando o acesso, principalmente em dias chuvosos, pois Furnas do Dionísio é cercada por morros.

**Mapa 2 – Localização da Comunidade de Furnas do Dionísio.**





Com o mapa 2 podemos observar que a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio está cercada por morros e serras, encontrando-se encravada na Serra de Maracajú, localizada na latitude – 20°09’49” Sul e longitude – 54°26’32” a oeste como demonstra o mapa 2. A área apresenta solos rasos, com um relevo fortemente ondulado, montanhoso ou escarpado, como demonstram as Fotos 3 e 4.

**Foto 3 – Aspectos da Comunidade de Furnas do Dionísio e seu entorno**  
**“montanhoso” - 01**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010

**Foto 4 – Aspectos da Comunidade de Furnas do Dionísio e seu entorno**  
**“montanhoso” - 02**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010

A partir dessa condição natural de Furnas do Dionísio, ou seja, escarpada, a maior parte da área da comunidade hoje é considerada como Área de Preservação Permanente (APP)<sup>52</sup>, principalmente as áreas localizadas nas encostas dos morros e nas cachoeiras. As demais áreas são para a ocupação da população e para a produção da agricultura, na qual a comunidade se destaca.

A comunidade de Furnas do Dionísio apresenta uma rica hidrografia; é cortada por ribeirões e córregos, que são: Ribeirão Pombal, Lageadinho, Taboquinha, Boa Vista e Gruta Pulador, que deságuam no Rio Aquidauana.<sup>53</sup>

Pelas fotos, observa-se que há dificuldade para o acesso à Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio. Para chegar ou sair da área percorre-se longas

---

<sup>52</sup> Art. 1º A recuperação das APPS, consideradas de interesse social, conforme a alínea “a”, inciso V, do § 2º do art. 1º do Código Florestal, deverá observar metodologia disposta nesta Resolução. Parágrafo único. A recuperação voluntária de APP com espécies nativas do ecossistema onde ela está inserida, respeitada metodologia de recuperação estabelecida nesta Resolução e demais normas aplicáveis, dispensa a autorização do órgão ambiental. CONAMA. In: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br).

<sup>53</sup> Dados extraídos do trabalho de georreferenciamento da área realizado por Junges & Almeida (2005).



distâncias, sem estradas adequadas, com fortes inclinações, ocasionadas pelo relevo, que impede até a mobilização dos próprios moradores. Esse é um dos motivos que tem proporcionado certo isolamento e desconhecimento da realidade dessa comunidade, e entre os moradores, que desconhecem a realidade uns dos outros.

Essa condição natural e estratégica também proporciona à comunidade uma beleza exuberante, como demonstra a Foto 5, que atrai pesquisadores e turistas, com o intuito de conhecer e usufruir dessa beleza natural e ao mesmo tempo viabilizar a incorporação da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio em projetos para desenvolver o turismo dentro da comunidade como fonte de renda para os moradores, mas evidentemente dependendo dos processos de incorporação e ampliação dessa atividade econômica, significa a incorporação à lógica do capital, como ocorre com o município de Bonito-MS, por exemplo.

**Foto 5 – Córrego Ribeirão – Aspectos Internos da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010



A história da comunidade de Furnas do Dionísio se inicia no final do século XIX, quando Dionísio Antonio Viera chegou pela primeira vez nas terras do Sul do então Mato Grosso. Não há relatos concretos de quando aconteceu esse primeiro contato, mas há indícios de que Dionísio veio a essas terras ainda na condição de escravo, segundo Leite (1994, p. 26):

A região de Mato Grosso Sul, tinha grandes extensões de terras devolutas, região com espaços vazios, eram os relatos de soldados escravos que lutaram durante a guerra do Paraguai e retornaram para Minas Gerais entusiasmaram vários mineiros, entre eles José Antônio Pereira [...]. Contam nos “causos” que Dionísio Antonio Vieira tinha vindo com José Antônio Pereira em 1872, sendo ele um dos escravos vindo com a comitiva [...].

Por meio das memórias dos moradores mais antigos da comunidade é que se construiu a história de Furnas do Dionísio, porém passaram várias gerações até que de fato fosse documentada a história desse povo, com isso muita coisa se perdeu.

Os relatos dos antigos moradores, expressado no texto de Bandeira & Dantas (2002), da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, declaram que Dionísio chegou a essas terras através de uma comitiva de gado, em busca de terras produtivas para plantação e não como escravo fugitivo.

Quem começou tudo aqui foi meu avô. Diz que ele veio de Minas no lombo de um burrico. Veio, chegou aqui, gostou do lugar, achou o lugar bom. Foi o primeiro a entrar. Aqui era tudo bruto, brabo. Não tinha viva alma. Tinha muita onça, muito perigo. Fez rancho, cortou árvore, começou tudo. Era um homem de muita coragem, de muito poder (SINHANA<sup>54</sup> apud BANDEIRA & DANTAS 2002, p. 215).

Bandeira & Dantas (2002), afirmam que houve compra e venda de escravos na Região Sul do então Mato Grosso, especificamente nos municípios de Miranda, Corumbá, Nioaque e Paranaíba. No cartório no município de Miranda, encontram-se documentos relativos à escravidão, do ano de 1877 a 1885, apresentando em seu conteúdo “18 cartas de liberdade, e 28 escrituras de compra e venda de 53 escravos” (Bandeira & Dantas 2002, p. 215), sendo a naturalidade desses respectivos escravos do estado de Minas Gerais e Mato Grosso.

---

<sup>54</sup> Moradora mais antiga da comunidade de Furnas do Dionísio.

Podemos afirmar então que houve escravidão no estado de Mato Grosso do Sul, que até 11 de outubro de 1977 <sup>55</sup> fazia parte do território do então estado de Mato Grosso. O que se pode supor é que Dionísio veio para essas terras ainda na condição de escravo e posteriormente, com a abolição da escravatura, retornou e se estabeleceu na região de Furnas do Dionísio. Contudo, não passam de suposições, já que não há relatos concretos de como Dionísio teve os primeiros contatos com essas terras.

A ideia é que foram os rumores de que havia terras devolutas no estado de Mato Grosso, um dos motivos que trouxe Dionísio para estas terras, como relatam os moradores da comunidade.

Segundo fatos documentados, Antonio Dionísio Vieira, instalou-se com a sua família, vindo do estado de Minas Gerais, na região onde hoje se localiza a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio no ano de 1890. O município de Jaraguari ainda não era existente, tendo o mesmo sido reconhecido como município apenas no ano de 1953<sup>56</sup>. Passado seis anos de ocupação, Dionísio decidiu fazer o requerimento definitivo da posse da fazenda intitulada Fazenda Legeadinho, contendo cerca de 914 hectares.

Em 1913 foi realizada demarcação e medição destas, constatando-se que havia um excesso de 654 hectares, perfazendo esta diferença um valor de 850, 200 (oitocentos e cinquenta mil e duzentos réis), no preço de 1,300 (mil e trezentos réis) por hectares, diferença paga por Dionísio. Somente em 1917 o Estado lhe perpetuou o título definitivo da posse das terras, intituando 914 hectares para que pudesse viver com seus descendentes [...] (PAULETTI 2003, p.19)

---

<sup>55</sup> “Afastada das articulações sigilosas ocorridas nos bastidores da divisão, a população do sul de Mato Grosso foi surpreendida com a notícia do desmembramento do estado em 1977. Concluídos os estudos e acertos pela equipe governamental, aprovada a Lei Complementar Nº 31 pelo Congresso Nacional, o presidente Geisel sancionou, em 11 de outubro de 1977, a lei que criou Mato Grosso do Sul. [...] O estado-sonho tornava-se, enfim, estado-realidade. Se o sonho era de todos, porém, não se saberá. A população, privada da participação, mostrou, com o seu silêncio, um misto de indiferença e aprovação. (Bittar, 1997, p. 237/238)

<sup>56</sup> “Esse município possui uma área total de 2.366km<sup>2</sup> e está situado na microrregião de Campo Grande, na área central do estado de Mato Grosso do Sul. Jaraguari faz divisa ao norte com o município de Bandeirantes; ao sul, com os municípios de Campo Grande e Ribas do Rio Pardo; a leste, com o município de Bandeirantes; e a oeste, com o município de Rochedo. Criado0ç pela Lei no 692 de 12 de dezembro de 1953, o município é constituído de dois distritos: o distrito sede e o distrito de Bom Fim. Jaraguari, além do núcleo da sede denominado Jatobá, possui as seguintes localidades: Vila Para-Tudo, Rochedinho, Jaraguari Velho, Mansões Palomar, Boliche, Campo Verde, São Romão e Furnas de Dionísio. O processo de ocupação das terras do município é anterior à sua criação, tendo começado no final do século XIX, quando mineiros e goianos, atraídos pela mineração, se instalaram nas cabeceiras dos ribeirões Marimbondo, Jatobá e Cervo, a nordeste de Campo Grande.” (Bandeiras & Dantas 2002, p. 220)

O Estado emitiu o título de posse da terra para Dionísio no ano de 1917, passando então a área da Fazenda Legeadinho a ser posse definitiva de Dionísio Antonio Vieira e sua família.

Dionísio foi casado com Luiza Joana de Jesus com quem teve onze filhos, sendo dois destes adotivos. Com a morte do patriarca, em 02 de março de 1930 e logo em seguida a sua companheira, em 10 de outubro de 1933, os filhos decidiram inventariar a área e demarcar o território em linhas familiares, “estipulando entre dois e cinquenta hectares dependendo do tamanho da família [...]” (Pauletti, 2003, p. 19).

Após esse processo, alguns dos herdeiros de Dionísio venderam seus lotes e migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida e emprego, reduzindo assim as terras em Furnas do Dionísio.

O processo de legalização da terra como quilombo, estimulou alguns desses familiares que venderam suas terras, à época, a voltar para Furnas do Dionísio, questão que vem sendo estudada e discutida pelos moradores da comunidade, por meio da Associação, mas não se constitui em realização de fácil resolução.

O processo de reconhecimento como comunidade quilombola, em Furnas do Dionísio, se iniciou no ano de 2000, quando alguns moradores da comunidade pediram o reconhecimento como quilombolas para a Fundação Cultural Palmares.

Contudo, essa decisão foi tomada por um número pequeno de pessoas que detinha o poder na época como relata a moradora Ceci Barbosa da Silva (25/11/2011), em entrevista ela informou que houve disputa territorial dentro da própria comunidade, entre os parentes, pois alguns possuíam áreas maiores que outros, devido, inclusive ao processo de venda das terras dos herdeiros de Dionísio, e que na condição de serem quilombolas viram a possibilidade de retornarem a essas terras.

Esse processo, portanto, ocorreu sem o consentimento da maioria dos moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, como afirma a Sr.<sup>a</sup> Ceci. A não concordância da totalidade decorreu do fato de que o reconhecimento e/ou identidade como quilombola não é uma verdade absoluta. Há divergências de interesses, que interferem nas relações de poder, inclusive por que também, internamente se consolidam desigualdades socioeconômicas, na medida em que tem acumulação. Parte importante dos conflitos está retratada na fala do advogado do INCRA representante das comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul:

Em Dionísio era uma comunidade que foi em 2000 titulada pela Fundação Palmares, só que a Palmares pegou a área titulou por que naquele tempo não imaginava que precisava de indenização e nem precisava pagar ninguém pra fazer isso. A Palmares titulou o cartório suscitou dúvida, ou seja, não quis registra, por que o título da Palmares caia sobre vários títulos, o ministério Público Federal entrou com uma ação dizendo que a Palmares era legítima competente para dar o título e o juiz determinou que como resultante que ia sobre vários títulos, sem tirar ninguém da área. Então, o que aconteceu? Esses processos passou para o INCRA. E o que a gente tem que fazer? Tem que fazer o que a gente chama de desintrusão: tirar os reincidentes, que são os não quilombolas de lá de dentro. E é isso que nós estamos fazendo, a partir da abertura do processo em 2004 e somente agora em novembro de 2011 é que nos encontramos com a ação de desapropriação de reincidentes não é por que o INCRA esperou não, é por que a ação é demorada, por que lá são 17 processos de desintrusão. (Entrevista José Roberto Camargo de Souza – 02/12/2011)

A fala do Sr. José Roberto, que vem participando da titulação de Furnas do Dionísio desde o início, relata a dificuldade encontrada desde o ano de 2000 para a titulação de áreas quilombolas. Cabe ressaltar que até o ano de 2003 a Fundação Cultural Palmares podia entregar o título definitivo de posse às comunidades quilombolas, porém, não havia muitos critérios para essa titulação, o que trouxe problemas para a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, já que existiam vários títulos de posse da terra em Furnas e os reincidentes não seriam indenizados.

Essa situação muda no ano de 2003 com o Decreto 4.887/03, sobre o qual o Programa Brasil Quilombola também vem definindo as suas ações, delegando ao INCRA<sup>57</sup> o direito de titular as terras quilombolas indenizando os reincidentes e os próprios moradores da comunidade, por que a terra deixa de ser individual e passa a ser coletiva, ficando a Fundação Cultural Palmares responsável pelo reconhecimento das comunidades como quilombolas através da manifestação dos moradores, entregando-lhes o título de reconhecimento.

A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio recebeu o título de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, com publicação no Diário Oficial da

---

<sup>57</sup> “Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” – Decreto 4.887/03. In. [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br). Acessado em 28/08/2010

União, em 25/05/2005, e ainda encontra-se em andamento o processo de titulação da área de Furnas do Dionísio como quilombo, pelo INCRA.

As terras em Furnas do Dionísio estão divididas em lotes individuais e chácaras pertencentes aos parentes. Alguns desses lotes possuem já o título de posse. Outros não possuem inventário, porque já é uma herança e não foram dados os encaminhamentos formais para tal, diante disso quando o processo de titulação terminar, os proprietários que possuem títulos serão indenizados e os que não possuem inventário regularizarão a sua situação, porém não receberão nenhuma indenização.

A maior parte das terras em Furnas do Dionísio são APPS, o que diminui muito o valor de suas terras na hora de pagar a indenização. Muitas terras na comunidade possuem muito mais um valor sentimental/simbólico do que econômico, o que Claval (1996) chama de “dimensão simbólica do território”, em que o sujeito apresenta forte sentimento de pertencimento àquele território, devido as suas experiências vividas, memórias, laços afetivos, fatores de nascimento ou sepultamento de antepassados e além de fatores econômicos.

São os lugares de memória: o seu valor simbólico é mais ou menos nobre, local, nacional, internacional, mundial ou próprio a uma religião, à uma cultura: eles são freqüentemente fontes de identidade coletiva e também de atividades econômicas (BRUNET et. al apud CLAVAL, 1996, p. 10).

Haesbaert (2006), ao discutir sobre territórios alternativos, nos traz algumas definições acerca do território, tanto na sua representação físico-material, como simbólica. Ao olhamos para a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, observamos que a apropriação do território vai para além dos marcos físicos, havendo um sentimento de pertencimento que é forte, chamado de apropriação simbólica. Para tanto o autor define que:

Assim, ao associar ao controle físico ou à dominação “objetiva” do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social (HAESBAERT, 2006, p. 121).

Em Furnas do Dionísio, o sentimento de pertencimento ao território é forte, pois tudo está intrinsecamente ligado à questão da terra, quando perguntamos aos moradores o que é “bom” na opinião deles na comunidade, os mesmos respondem: “beleza natural”, “as pessoas”, “proximidade com a família”, “liberdade”, “qualidade do solo”, “tranquilidade”, “casas novas”, “energia elétrica”, “escolas que são referência”, entre outros. Vemos que são elementos que participam da organização do território, ou seja, da sua territorialização, pelos sujeitos e para os sujeitos, criando laços afetivos e de pertencimento com o território, garantindo assim permanência dos mesmos. O PBQ tem contribuído para que isso ocorra, através de alguns benefícios como instalação de infraestrutura no território, buscando promover o bem-estar e melhorias sociais, individuais e coletivas.

O processo de titulação coletiva tem trazido preocupação e transtorno para os moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, já que esse processo necessariamente cobra dessa população uma identidade quilombola, para que os mesmos tenham acesso às ações e políticas de governo.

Discutir essa identidade é um processo delicado, pois uma parte dos moradores de Furnas do Dionísio não se reconhece como quilombola, e isso dificulta o processo de titulação da área como quilombo, em que a terra passará de propriedade individual para propriedade coletiva. Tal situação tem gerado dúvidas aos moradores de Furnas. Na lógica do capital significa “abrir mão” da propriedade privada individual da terra.

Estivemos presente em uma reunião entre os moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio com o técnico do INCRA Paulo César e os técnicos da AGRAER, Altair Luiz Da Silva e Queila Maria Hardoim, que trabalham em conjunto com a comunidade. A reunião foi realizada no dia 25/11/2011 na sede da associação da comunidade, como registrado nas Fotos 6 e 7.

**Foto 6 – Registro de Reunião do INCRA na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio – 01**



Foto: Daiana Perogil 25/11/2011

**Foto 7 – Registro de Reunião do INCRA na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio - 02**



Foto: Daiana Perogil 25/11/2011



A referida reunião aconteceu devido à manifestação dos moradores da comunidade juntamente com a Associação, pois manifestaram o desejo de interromper o processo de titulação da área como quilombo e que vem sendo realizado pelo INCRA desde o ano de 2005. A questão é justamente o fato de que a terra se tornará propriedade coletiva, ficando o título sob a responsabilidade da Associação da comunidade.

A partir da reunião pudemos observar o baixo nível de esclarecimento por parte dos moradores de Furnas do Dionísio com relação a esse processo de titulação. Isso demonstra que esse processo tem muitas divergências de interesses e de encaminhamentos.

Muitas dúvidas nesse dia parecem terem sido esclarecidas. As mais frequentes eram a respeito da indenização. Como que ia acontecer esse processo? Também havia preocupação com as casas na comunidade: como seriam divididas após a terra ser coletiva, “e os que estão fora terão direitos a elas quando voltarem?”. Seguiu-se também a pergunta: “A terra vai ser de quem? Do governo?”. Essa pergunta representa o medo de o governo trazer outros sujeitos como assentados ou indígenas para as terras, já que não haveria mais título individual, de propriedade privada. Sem falar na possibilidade da Associação, que teria “posse”, acabar: “E se a associação acabar, como fica?”

Todas essas questões colocadas de forma justa e prudente ratificam uma dificuldade de comunicação entre o INCRA e a comunidade, e também da Associação com a comunidade. Certamente o INCRA (e até os setores do governo que tem a responsabilidade pelo PBQ), trabalha com a ideia de que a Associação é o canal intermediário com a comunidade, mas o fato é que nenhuma instância de representação é da totalidade, muitas vezes inclusive, não é da maioria e mesmo que seja legítima, nas relações com os órgãos e parceiros envolvidos, acabam por se distanciar da base. Parece ser essa a realidade na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.

Aspectos da política e das relações de poder, no âmbito interno, que precisam ser considerados para compreender rupturas, entraves e interferências, também, na realização da ação do Programa que é a mais importante: garantir a posse como quilombola e contribuir para a sua identidade.

O técnico do INCRA, através do diálogo, explicou para os moradores de Furnas do Dionísio que o processo de titulação para a propriedade coletiva não podia ser interrompido, já que o mesmo encontra-se em estágio avançado, estando em processo de desintrusão da área e indenização dos sujeitos. Ainda esclareceu que após a terra ser coletiva eles é que são donos e responsáveis por ela, sendo a organização do território



por conta da comunidade com seu jeito de viver e fazer, que não deve ser alterado, pois o título é coletivo, mas a área não, ficando a critério da comunidade a sua organização, não podendo o Estado interferir nessa organização, muito menos introduzir sujeitos que não são pertencentes ao local. E quanto aos parentes que moravam no quilombo, ficaria a critério dos que estão dentro a decisão se eles voltam ou não.

A existência de problemas internos com a Associação em outras gestões se evidencia como “fábulas” da política que transformaram em implicações tanto para os envolvidos, como para a continuidade do PBQ.

Esses entraves tem efetivamente interferido e não há uma data prevista para a entrega do título de posse da terra para a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio. Certamente ainda será um longo processo, como nos declara Sr. José Roberto advogado do INCRA:

Mas já entrou na fase final já... agora vai mais uns dois ou três anos, mínimo, com audiências, vai chamar todos os reincidentes quem concordar com preço, já vai pagar, quem não concordar entra com uma ação e volta para o processo de avaliação [...] em Furnas do Dionísio o INCRA já entrou com a ação de desapropriação para retirar todos os reincidentes, ou seja, retirar todos os não quilombolas de lá de dentro, tanto os que tem título válido, como os que tem posse né... então aí depois é que o título é entregue (Entrevista dia 02/12/2011).

A fala do entrevistado nos deixa claro que longo será o processo até que de fato a comunidade receba o título de posse definitivo pelo INCRA, devido a fatores jurídicos e burocráticos que podem se arrastar tanto quanto for a capacidade de apaziguamento no interior da comunidade.

A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio apresenta uma característica importante que a difere das demais comunidades que até então tivemos notícias: o processo de posse da terra que vem acontecendo desde o ano de 2000 e, posteriormente, pelo INCRA, em 2005, ocorreu de forma pacífica com os não-quilombolas, ou seja, não houve conflitos agrários. Entretanto, houve conflitos internos, entre os próprios quilombolas, diante dessa tomada de decisão.

Os moradores da comunidade possuem boas relações com os não-quilombolas que estão na área do quilombo, e deixam claro em suas falas que não desejam a saída dos mesmos do seu território, mais um motivo que vem causando o retardamento da

titulação. Além do desejo de que não prossiga o processo de titulação da área coletiva, como demonstra a fala da presidente da Associação:

Por mim parava. Até por que eu acho assim do jeito que estava nós vivia melhor, por que aí unia mais o povo e outra as pessoas que está aqui, ficava mais tranquilo, por que a gente vive bem com eles... convive e ó muito tempo com eles, e qualquer coisa que a gente precisa se nos não temos a condução eles pega a gente [...] (Maria Aparecida Martins da Silva – Entrevista dia 25/02/2012).

Esse foi um momento importante dessa pesquisa. O fato deles não quererem a saída dos não-quilombolas da área do quilombo nos surpreendeu, já que o esperado era que os “estranhos” fossem vistos como intrusos. Em Furnas do Dionísio fica claro que a lógica da organização pós-morte do patriarca foi conduzida a partir da visão da propriedade privada. Por isso quem recebeu e vendeu não foi questionado na época pelo o que fez e quem comprou é visto como vizinho tão possuidor quanto todos os demais. A possibilidade trazida pela Lei, as pesquisas, que identificaram a área e até os interesses de quem quer retornar colocaram em discussão o não direito à terra aos que chegaram depois. Contudo, é preciso reconhecer, e isso é evidente na fala da presidente, que esses sujeitos também têm relação de pertencimento com o território em questão.

Essa questão é importante, por que é mais um fator que leva a uma grande parte dos moradores da comunidade a não se reconhecerem como quilombolas, pois podemos observar as relações que os mesmos possuem com o território e os sujeitos vão pra além das questões econômicas, envolvendo questões pessoais e afetivas, acreditando que tornar-se quilombola romperá convivências e afinidades que já estão estabelecidas. E isso nos remete a pensar sobre a identidade quilombola, que não é homogênea e apresenta conflitos e contradições.

Para compreender essa questão nos remetemos a Hall (2004, p. 108):

Ou seja, um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma “unidade” imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente artificiais. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentada; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplicadamente construída ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando

constantemente em processo de mudança e transformação.

Comungamos com o autor. Não há como dissociar território de identidade já que um está diretamente relacionado com o outro. Hall (2004) deixa claro que há mudanças no processo de identificação, que a mesma não é uma “unidade imutável” e que cada sujeito subjetivamente sente e reproduz a sua identidade de forma diferente, por mais que a mesma seja considerada coletiva. Situação eminente em Furnas do Dionísio.

Entendemos então que não é um problema essa construção identitária com a qual nos deparamos. Também, que não se trata de uma não-identidade, como opositores do Programa e da política podem querer construir um base ideológica. Antes pelo contrário, é o reconhecimento da diversidade inerente aos movimentos e relações que são próprias da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, que tem suas especificidades.

### **3.2 – O Perfil Socioeconômico da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio**

A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes de quilombo em 25/05/2005. Desde então, a comunidade passou a ser inserida nas ações do Programa Brasil Quilombola (PBQ), sendo um dos requisitos do Programa que as comunidades possuam o título de reconhecimento como quilombola expedido pela Fundação Cultural Palmares. Entretanto, antes do PBQ a comunidade recebeu investimentos governamentais, principalmente advindos do governo estadual. É o caso de construção de escolas, algumas instalações elétricas e incentivos para a agricultura que vieram em benefício e melhoria da condição de vida dos moradores.

A comunidade possui uma população de aproximadamente 400 pessoas, com 86 famílias, que na sua maioria descende diretamente de Dionísio. Com o passar do tempo, pessoas de fora da comunidade se estabeleceram ali, por conta de enlace matrimonial. Segundo dados da AGRAER (2011)<sup>58</sup>, cerca de 80% dos moradores moram em Furnas do Dionísio a mais de 10 anos ou nasceram ali e 20% residem no local de 5 a 10 anos.

No local viveram e vive os Dionísio e hoje Abadios, rudes pioneiros que construíram lendas e tradições,

---

<sup>58</sup> AGRAER/MDA Elaboração do plano de ATER 2011.

passando toda espécie de adversidade, eles sobreviveram a todas as dificuldades, buscando resistência e luta na preservação da identidade de seu povo (LEITE, 1994, p. 23).

Diferente do que se acredita, a população de Furnas do Dionísio é composta por jovens e adultos que possuem idade entre 15 e 45 anos. Verifica-se que desde o ano de 2005, houve uma maior permanência desses sujeitos em seu território de origem, principalmente após a chegada de um número maior de investimentos governamentais propiciando melhores condições de vida, moradia e renda, segundo os dados da Elaboração do plano de ATER (2011).

A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio conta com a presença de duas escolas, a Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental Dionísio Antônio Vieira (Pólo) e a Escola Estadual Zumbi dos Palmares. Este é um fator importante e positivo, no sentido de promover a educação formal dentro da comunidade, reduzindo assim o processo migratório para a cidade em busca de melhores condições de estudo, embora no que diz respeito ao ensino superior, tal fator ainda ocorra.

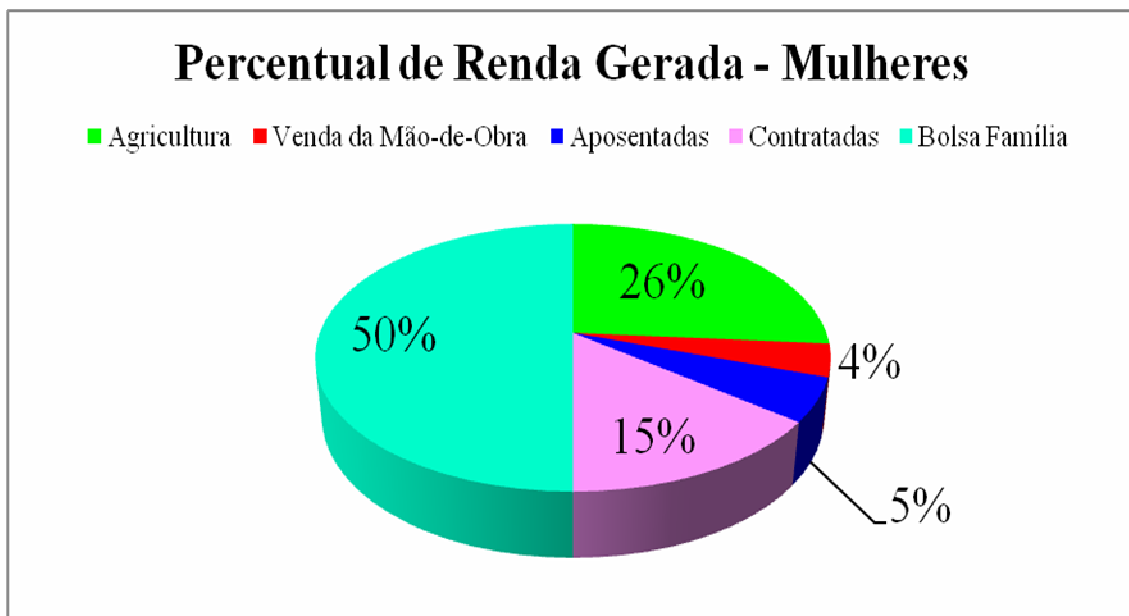
A partir da construção das escolas, é possível afirmar que reduziu o índice de analfabetismo na comunidade. No ano de 2011 apenas 6% dos moradores são considerados analfabetos ou semi-analfabetos; 23% estudaram até a 4ª série; 40,3% estudaram até nono ano; 29% estão cursando o Ensino Médio e 9% possuem Ensino Superior, formados nos cursos de Letras e Biologia, segundo dados da AGRAER<sup>59</sup>.

A renda familiar dos moradores de Furnas do Dionísio é adquirida de diversas formas, como demonstra os gráficos 4 e 5, com base nos dados da AGRAER/MDA Elaboração do Plano de ATER (2011), que organizou o percentual de renda entre homens e mulheres.

---

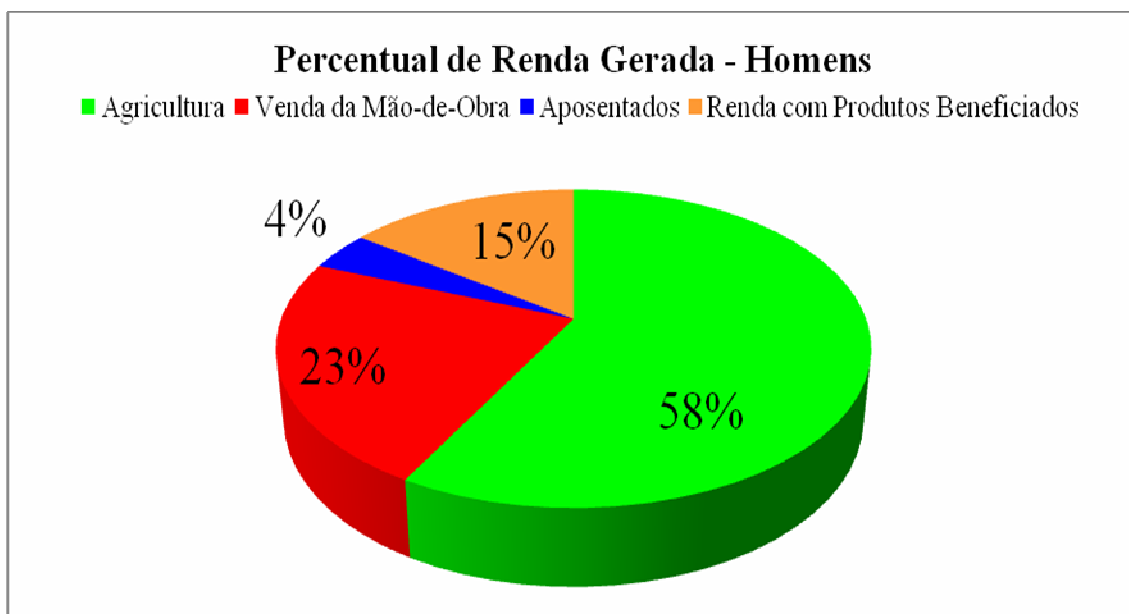
<sup>59</sup> AGRAER/MDA Elaboração do plano de ATER 2011.

**Gráfico 4 – Percentual de Renda Gerada.**



\* Fonte: AGRAER/MDA Elaboração do plano de ATER 2011, organização Perogil 2012.

**Gráfico 5 – Percentual de Renda Gerada.**



\* Fonte: AGRAER/MDA Elaboração do plano de ATER 2011, organização Perogil 2012.

Através dos percentuais ilustrados nos gráficos 4 e 5, vemos que a agricultura e o Bolsa Família<sup>60</sup> são os maiores geradores de renda na comunidade, pois os mesmos não entram como renda complementar das famílias, mas sim como renda principal.

Cabe ressaltar que entre os moradores de Furnas do Dionísio, há diferença de renda. Existe sujeitos que possuem um maior poder aquisitivo, assim como um maior número de lotes e outros com um menor poder aquisitivo, vivendo apenas das formas que destacamos nos gráficos 4 e 5, ou vendendo a sua força de trabalho para os parentes com maior poder aquisitivo e para os não-quilombolas.

Há desigualdades entre os próprios moradores da comunidade, demonstrando que as relações vividas por eles não difere do nosso modo de relações, estando pautadas pela lógica da individualidade, da propriedade privada e das relações de trabalho e produção assalariada.

A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio produz em seu território cerca de 9 hectares de milho, 35 hectares de mandioca, 18 hectares de hortaliça, 1 hectares de banana e 15 hectares de cana de açúcar, segundo dados da AGRAER (2011). A Comunidade conta com a ação e créditos do PRONAF, que juntamente com a AGRAER auxilia no desenvolvimento da agricultura familiar na comunidade.

A produção de mandioca é em sua grande maioria destinado para as seis casas de farinha que existem na comunidade para a produção e comercialização de farinha. Cabe ressaltar que o Programa Brasil Quilombola (PBQ) promoveu para a comunidade os maquinários necessários para a produção de farinha, entretanto, não houve a construção de um galpão adequado para que a comunidade fizesse uso desse maquinário, para tanto, o mesmo não é utilizado pelos produtores de Furnas, ficando o mesmo parado em um galpão improvisado. Ainda há seis casas de farinha em Furnas do Dionísio, que apresentam equipamentos rústicos para a produção de farinha e a mandioca, que também é comercializada *in natura*.

A cana de açúcar é cultivada para a produção e comercialização da rapadura, que é vendida dentro da comunidade durante as festas e reuniões realizadas dentro e fora do espaço comunitário, em mercados e mercearias nas cidades de Jaraguari e Campo

---

<sup>60</sup> O Bolsa Família fica em maior percentual com as mulheres devido que, o cadastro do mesmo são feitos em nome da mulher de cada família. Segundo o discurso de governo o Programa Bolsa Família é: “O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.” Acessado dia 31/01/2012 In: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

Grande. A comunidade de Furnas do Dionísio dispõe de um galpão que foi construído no ano de 2002, com recursos do Fundo de Investimento Social (FIS), para a produção de produtos derivados da cana de açúcar, que teve repercussão na mídia.

O Governo do Estado entrega hoje, às 10h, o prédio e equipamentos da Agroindústria para Processamento de Produtos Derivados da Cana de Açúcar para a Associação de Furnas do Dionísio em Jaraguari. Conforme a Coordenadora Estadual de Políticas Públicas para a Mulher, Sônia Mara Flores Porfírio, a infraestrutura oferecida visa proporcionar condições necessárias para transformar a produção artesanal de açúcar mascavo e seus derivados, em escala industrial. Através de recursos do FIS (Fundo de Investimentos Sociais), o Governo do Estado investiu R\$ 36.250,00 na usina, que é composta, além do galpão, por moenda, tachos, balcões, pás e bateadeiras. “Nosso maior objetivo é a implantação de núcleos de produção e geração de renda para mulheres, que tenham continuidade, com produtos de alta qualidade oferecidos ao mercado de consumo”, afirmou Sônia Mara. O trabalho de capacitação das mulheres da comunidade foi iniciado em fevereiro de 2001, quando foi realizado o Curso de Gestão e Gerenciamento de Açúcar Mascavo, direcionado a 40 homens e mulheres. Em março deste ano, durante a 2ª Feira de Mulheres em Movimento, as participantes da capacitação expuseram produtos como melado, farinha e rapadura. (Governo entrega hoje usina em Furnas do Dionísio – MIDIAMAX 01/08/2002)

O galpão, como demonstra a Foto 8, abriga equipamentos da Agroindústria para Processamento de Produtos Derivados da Cana de Açúcar, como moenda, tacho, balcões, pás e bateadeiras (Fotos 9, 10 e 11). O objetivo é transformar a matéria prima da cana de açúcar em melaço, açúcar mascavo e rapadura.

**Foto 8 – Vista Parcial do Galpão da Associação da Comunidade de Furnas do  
Dionísio**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010

**Foto 9 - Equipamentos para a Produção dos Derivados de Cana de Açúcar  
Instalados no Galpão da Associação - 01**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010



**Foto 10 - Equipamentos para a Produção dos Derivados de Cana de Açúcar**  
**Instalados no Galpão da Associação – 02**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010

**Foto 11 - Equipamentos para a Produção dos Derivados de Cana de Açúcar**  
**Instalados no Galpão da Associação - 03**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010

Embora existam esses equipamentos na comunidade, os produtores ainda dão preferência ao processo artesanal de produção que está montado em seus próprios lotes e residências, seguindo assim as tradições herdadas de seus antepassados, passado de geração em geração.

A agricultura também é destaque no que diz respeito à geração da renda familiar para os moradores de Furnas do Dionísio, em que diversas culturas são cultivadas no local. As hortaliças cultivadas na comunidade são: tomate, pepino, pimenta e abóbora, que são cultivadas para consumo próprio e principalmente para a comercialização nas cidades vizinhas e mesmo dentro da comunidade, como demonstra as Fotos 12 e 13, além de produzirem arroz, milho e feijão em pequena escala.

**Foto 12 – Produção de Pepino na Comunidade de Furnas do Dionísio.**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010



**Foto 13 - Produção de Abóbora na Comunidade de Furnas do Dionísio.**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010

Em Furnas do Dionísio, 88% da produção é para o comércio e apenas 12% para a subsistência<sup>61</sup>. Com isso, vemos a necessidade do incentivo para a produção agrícola na comunidade. O PBQ, em seus respectivos relatórios de gestão, não apresenta relatos para o incentivo da agricultura nas comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul, porém, Furnas do Dionísio vem sendo atendida por outras políticas públicas direcionadas para a produção agrícola como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>62</sup> através da AGRAER e com o Projeto ILE-ÈGBE. Nesse projeto está previsto para a comunidade: patrulha mecanizada com trator; terraceador e sulcador; um centro comunitário com galpão para máquinas e equipamentos; “kit balde cheio” com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva leiteira, já que Furnas do Dionísio produz produtos derivados do leite;

---

<sup>61</sup> AGRAER/MDA Elaboração do plano de ATER 2011.

<sup>62</sup> “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.” PRONAF, acessado dia 31/01/2012 In: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

distribuição de sementes, calcário e combustível, aliada à assistência técnica; veículos e equipamentos como caminhão, resfriador e engenho de cana de açúcar; cursos de capacitação de Associativismo e Cooperativismo e de Olericultura e Fruticultura, Boas Práticas de Agroindústria e Meio Ambiente.

Esses são os quesitos presentes no Projeto ILE-ÈGBE, que tem como objetivo apresentar ao governo estadual e federal as necessidades que a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio tem no que diz respeito à produção agrícola, já que a referida atividade é fonte de renda para esses pequenos produtores.

Para alcançarem tais propósitos necessita-se de muitos recursos, e como já destacamos as políticas de governo tem se mostrado deficientes devido à falta de acompanhamento e monitoramento, além de não expressarem quais são as reais necessidades de cada comunidade: comunicação e participação também ineficientes.

A produção comercializada fora da comunidade de Furnas do Dionísio acontece por meio de terceiros, “atravessadores”. Cerca de 70% dos produtores necessitam de um intermediário para vender e apenas 31% vende por conta própria<sup>63</sup>, o que tem implicado em problemas para esses pequenos produtores, porque os produtos são vendidos por esses intermediários no Ceasa, em Campo Grande a preços insignificantes, desvalorizando assim a mão-de-obra e os produtos advindos da comunidade.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Furnas do Dionísio está trabalhando em busca de solucionar essa questão, que tem trazido prejuízo aos produtores da comunidade. Vimos iniciativas sendo tomadas: é o caso da realização da feira no segundo sábado de cada mês na comunidade. A feira é organizada pelas mulheres, onde são vendidos os produtos dentro da comunidade. A atividade tem funcionado desde novembro de 2011 e tem atraído pessoas do entorno e das cidades.

A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio tem apresentado a necessidade de se obter com urgência um trator. O único existente na comunidade encontra-se quebrado, e também um caminhão para o transporte da produção. Acredita-se que isso tiraria de circulação os “atravessadores”, valorizando assim as suas produções.

Quando estivemos em Furnas, no dia 23/11/2011, participando da reunião promovida pela AGRAER, a presidente da Associação Maria Aparecida Martins da Silva, declarou que o governador do estado de Mato Grosso do Sul, Sr. Andrea

---

<sup>63</sup> Dados AGRAER: AGRAER/MDA Elaboração do plano de ATER 2011

Puccinelli, havia se comprometido a entregar um caminhão ou um trator para a comunidade advindo de recursos estaduais. Assim, a comunidade estava se reunindo para discutir qual escolher, já que não havia a opção de receber os dois.

O fato é que toda discussão de ação a ser realizada pela, comunidade ou pra a comunidade enfrenta, o fato de que apenas 65% dos moradores são associados.

Essas são questões que precisam ser discutidas em conjunto entre os moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, pois somente eles são capazes de identificar quais são as suas reais necessidades e problemas para serem solucionados.

As ações conquistadas pela Associação são para a comunidade, o que significa que os sócios evidentemente se recentem de contribuir para os não sócios (34%) também se beneficiar. Aspectos da política interna que às vezes traz conflitos, seja pelas conquistas, seja pelas dificuldades de coesão discursiva e de interesses.

### **3.3 - O Programa Brasil Quilombola na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.**

O Programa Brasil Quilombola, como já foi relatado, tem como, objetivo garantir o acesso e permanência dos “remanescentes de quilombo” em seus territórios; promover o desenvolvimento econômico, social e ampliação de infra-estruturas para os quilombos, ocasionando assim a queda da migração dos mesmos para a cidade em busca de melhores condições e oportunidades.

No ano de 2005 é que oficialmente as obras do PBQ começam a aparecer nas comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul. É nesse ano que se inicia o processo de reconhecimento das comunidades como “remanescentes de quilombo” pela Fundação Cultural Palmares. Na época somavam 13 comunidades quilombolas. Em 2012, Mato Grosso do Sul conta com a presença de 21 comunidades.

A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio foi reconhecida em 25/05/2005. A partir dessa data investimentos foram destinados à comunidade, recursos do Governo Federal que contou com a participação do PBQ, injetando orçamento em diferentes políticas para que as mesmas atuem nos territórios quilombolas, na tentativa de atender as necessidades de cada comunidade.

Segundo os relatórios do Governo Federal analisados, tais como: **Relatório de Gestão 2003-2006 - Promoção da Igualdade Racial** e o **Relatório de Gestão 2009 -**

**Programa Brasil Quilombola,**<sup>64</sup> a comunidade de Furnas do Dionísio, foi contemplada através do PBQ com os seguintes benefícios:

<b>Quadro 8 - Ações do Programa Brasil Quilombola (PBQ) na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio</b>	
<b>Ano</b>	<b>PBQ</b>
<b>2005</b>	Processo de Titulação da Área
<b>2005</b>	Capacitação Mulheres Quilombolas
<b>2005</b>	Programa Luz Para Todos
<b>2007</b>	PAC FUNASA
<b>2008/2012</b>	Programa MS Cidadão – Casa da Gente Subprograma Meu Lar – Quilombo
<b>2009</b>	Certificado de Reconhecimento da Área de Interesse Social
<b>2009</b>	Curso de Dança Africana – Jeguedê

O primeiro objetivo do Governo foi liberar recursos do Orçamento da SEPPIR para iniciar o processo de titulação definitivo da área como quilombo. Entendemos que essa foi uma ação importante e estratégica do ponto de vista da política. Após o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, o INCRA é quem passa a ser o responsável técnico pela titulação. Houve custos processuais e na contratação de antropólogos. De acordo com o representante das comunidades quilombolas e advogado do INCRA no Mato Grosso do Sul, o Programa Brasil Quilombola, do Governo Federal, funciona a partir da participação de órgãos de governo, como o INCRA, como fizemos referência.

Ele trabalha sim. Ele trabalha com todo custeamento do PPA, e esse é o recurso que vem para a gente aqui pagar condução, pagar os estudos na área, outro Programa que ele trabalha é o Território da Cidadania [...]. (José Roberto Camargo de Souza – Entrevista 02/12/2011)

Para o Sr. José Roberto, a parceria do INCRA com o PBQ fica ratificado para realizar o processo de regularização de áreas quilombolas. O nosso questionamento foi justamente sobre a atuação do Programa nesse processo, de titulação. Também é

<sup>64</sup> SEPPIR – In: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)

perceptível em sua fala a transversalidade do PBQ, que é realizado em conjunto com outras políticas governamentais para ampliar a lógica de permanência das pessoas nas áreas quilombolas, evitando o êxodo rural.

Esse processo que se inicia em 2005 está baseado no Decreto 4.887/03, pois como já relatamos, o processo de titulação da comunidade de Furnas do Dionísio se inicia no ano de 2000, processo esse que não estava amparado por leis específicas. Assim, não haveria indenização para os não-quilombolas que reside na área pertencente ao quilombo, o que causou muitos conflitos e o impedimento da legalização da área na época.

O processo de titulação da área ainda se encontra em andamento, por que os moradores da comunidade não querem que os não-quilombolas saiam de suas propriedades. Há uma relação amistosa entre eles, embora não haja nenhum grau de parentesco, mas há relações afetivas e econômicas com esses vizinhos, fazendo com que ocorra o atraso no processo de titulação da área como quilombo.

Os moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio queriam que interrompesse o processo de titulação da área e a transformação da mesma em terra coletiva, havendo diversas justificativas para que houvesse a interrupção desse processo. Uma delas era essa relação amistosa com os vizinhos, outra questão era em relação aos lotes, pois a comunidade está dividida em lotes e proprietários individuais. Há pessoas com problemas em relação ao inventário, além de que, existe dentro da comunidade pessoas que tem mais terras que as outras. O fato é que, pelo estágio avançado do processo de titulação, não é possível interromper esse processo, de modo que essa parece ser uma condição já dada: a terra será titulada como quilombo.

Outro fator que nos chamou a atenção foi a falta de conhecimento a respeito do processo de titulação e transformação da área em terra coletiva. Há muitas dúvidas entre os moradores de Furnas do Dionísio sobre esse processo. Há o receio de perderem as suas terras após deixar de serem propriedades privadas e se tornar propriedade coletiva. O termo encontra fundamento na desconstrução de uma condição de propriedade que está dada e que é preciso reconhecer as dificuldades para se abrir mão da situação. Ainda que sejam reconhecidos como “remanescentes de quilombos”, essa condição como já apontamos não é para todos, houve entrada de outros sujeitos por venda de alguns lotes, seja por que não há esse reconhecimento de fato, como um todo dentro do território. A vida até então tem sido pautada na idéia de propriedades particulares.

Essa questão de coletividade das terras é colocada pelo Estado e pelo próprio PBQ, não sendo necessariamente uma manifestação espontânea das comunidades, o que estamos chamando de propriedade coletiva, Arruti (2008) chama de “áreas de uso comum”:

[...] a partir daí, como eixo de identificação política em torno de uma reivindicação também comum, as “terras de uso comum” ganharam a capacidade de generalização que permitiu a redução sociológica da grande variedade de casos empíricos em uma mesma categoria (ARRUTI, 2008, p. 16).

Arruti (2008) faz tal apontamento no sentido de que, ao transformar as terras em “uso comum” ou coletivas, tornou-se um critério para a identificação. Observamos que nas comunidades quilombolas, como em Furnas do Dionísio, os sujeitos aceitam tal condição para garantirem a posse de suas terras, sendo em muitos casos esse o único meio deles assegurarem a posse de seus territórios.

No ano de 2009, a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio recebeu por parte do INCRA o Certificado de Reconhecimento de Área de Interesse Social, reconhecendo-a como quilombo, mas não é o título definitivo ainda, apenas uma parte desse processo.

No ano de 2005, no Relatório de Gestão 2003-2006: Promoção da Igualdade Racial, do Governo Federal, está registrado a realização de um curso de Capacitação de Mulheres Quilombola. Segundo o relatório, esse curso tinha como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, considerando as especificidades culturais, étnicas e locais da comunidade na busca pela equidade de gênero<sup>65</sup>. Durante o trabalho de campo que realizamos na área, nada foi mencionado sobre o curso tanto por parte das mulheres, como dos demais entrevistados. Contudo, o relatório faz referência ao curso declarando que o mesmo aconteceu na comunidade.

Ainda no ano de 2005, chega à Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio o Programa “Luz Para Todos”, do Governo Federal. Como já falamos a respeito da transversalidade do PBQ, o mesmo trabalha em parceria com o “Luz Para Todos” para levar energia elétrica às comunidades rurais quilombolas de todo o Brasil. O Programa “Luz Para Todos” é lançado no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

---

<sup>65</sup> Relatório de Gestão 2003-2006: Promoção da Igualdade Racial – In: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)



(2003-2011), que tem como objetivo levar a energia elétrica para toda a população do meio rural e segundo o discurso de governo, tem como principais objetivos:

[...] destinado a propiciar, até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público [...]. No âmbito do Programa “Luz Para Todos”, foram identificadas diversas situações em que o atendimento está condicionado à execução de projetos com características especiais, uma vez que as localidades a serem atendidas encontram-se distantes das redes de distribuição de energia elétrica existentes, de difícil acesso, especialmente para o transporte de materiais e equipamentos e normalmente com baixa densidade populacional.<sup>66</sup>

A cartilha do Programa “Luz Para Todos” faz menção a projetos com características especiais, que vem atendendo a populações em áreas de uso específico de comunidades especiais, tais como minorias raciais, comunidades remanescentes de quilombos e comunidades extrativistas,<sup>67</sup> enquadrando a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio nessa categoria de populações em área de uso específico. No estado de Mato Grosso do Sul, as comunidades quilombolas receberam o Programa “Luz Para Todos” em parceria com o PBQ e a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL).

A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio tem acesso à energia elétrica desde o ano de 1995, quando a prefeitura do município de Jaraguari, juntamente com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, instalou uma rede de energia elétrica que atendia apenas as escolas da comunidade, entretanto, não chegava até as residências. Era o Programa “Luz no Campo”, um Programa do Governo Federal, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que tinha como objetivo a implantação de rede rural de distribuição de energia elétrica em todo o território nacional<sup>68</sup>, trazendo para a comunidade, no ano de 2000, o acesso a energia elétrica para as casas que estavam próximas às escolas. Na época, nem todos os moradores receberam o acesso à energia elétrica, só posteriormente, no ano de 2005, é que o Programa “Luz Para Todos”

---

<sup>66</sup> PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ENERGIA ELÉTRICA 2009, p. 03 – In: [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br).

<sup>67</sup> O Programa “Luz Para Todos” – In: [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)

<sup>68</sup> Avança Brasil – Luz no Campo. In: [www.abrasil.gov.br](http://www.abrasil.gov.br)

em parceria com o PBQ, promoveu o acesso de toda comunidade à energia elétrica, processo que teve o seu término no ano de 2010.

Por meio de entrevistas indiretas com os moradores, constatamos que os mesmos se demonstram satisfeitos com a chegada da energia elétrica em suas residências, principalmente por que alguns anos atrás a mesma não era acessível a todos. Após a chegada da energia elétrica, eles passaram a ter meios para armazenar a produção e produzir os seus artigos, que está ligado ao ramo alimentício, além de terem acesso a informações e aos meios de comunicações eletrônicos.

Já o processo de saneamento básico na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio se inicia no ano de 2004, com planejamentos de obras que se concretizam somente no ano de 2005, segundo o Relatório de Gestão 2003-2006: Promoção da Igualdade Racial, uma parceria entre o Programa Brasil Quilombola (PBQ) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), tendo como objetivo levar saneamento básico para as comunidades quilombolas do Estado de Mato Grosso do Sul.

A FUNASA já realizava trabalhos com as comunidades, desde o ano de 1999, ano em que passa a prestar assistência básica para populações indígenas, ampliando assim para assentamentos, comunidades quilombolas, reservas extrativistas e comunidades ribeirinhas. Segundo a FUNASA os seus objetivos são:

[...] construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares (MDS), melhorias de sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos para controle de agravos, nos municípios com até 50 mil habitantes. Estas ações visam contribuir para a redução da mortalidade e melhorar a qualidade de vida da população em geral (FUNASA, 2009)<sup>69</sup>.

A partir do ano de 2004, a FUNASA passou a obter recursos do Governo Federal advindos do PBQ, criando uma parceria entre PBQ e FUNASA, agregando recursos do Governo Federal e Estadual investidos nas comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul. Em 2004, foram investidos cerca de R\$ 3.300.000,00 em orçamento.

Segundo o Relatório de Gestão da FUNASA – 2005 foram concluídas as obras de sistema de abastecimento de água na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio

---

<sup>69</sup> COLETÂNEA SOBRE AS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DE MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 09.

e da implantação de 30 módulos sanitários na comunidade.<sup>70</sup> No ano de 2007 a FUNASA também contou com a parceria do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, para beneficiar comunidades especiais na qual se enquadra as comunidades quilombolas.

A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, no ano de 2007, através do PAC-FUNASA e do PBQ recebeu R\$ 369.998,44<sup>71</sup> em orçamento, sendo beneficiada com 3.629 metros de rede de distribuição de água, 26 ligações domiciliares, além da construção de dois reservatórios de água. Hoje a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, disponibiliza de quatro reservatórios de água, como demonstra as Fotos 14 e 15.

**Foto 14 – Reservatório de Água – FUNASA – Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio – 01.**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010

<sup>70</sup> Relatório de Gestão FUNASA – 2005. In: [www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)

<sup>71</sup> Relatório de Gestão FUNASA – 2005. In: [www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)

**Foto 15 – Reservatório de Água – FUNASA – Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio – 02.**



Foto: Daiana Perogil 26/11/2011

Como a comunidade já disponibilizava de abastecimento de água, o PAC-FUNASA (2007) em parceria com o PBQ vem com o objetivo de ampliar esse abastecimento.

De acordo com o superintendente Estadual da Funasa de Mato Grosso do Sul, Flavio Britto, a expectativa é de que o sistema de abastecimento de água esteja em funcionamento para todas as famílias de Furnas do Dionísio em 90 dias. “Já fizemos a instalação das quatro caixas d’água, furamos poços e implantamos a canalização para que a água chegue às 95 residências cadastradas da Comunidade. Duas caixas d’água já estão funcionando, garantindo o benefício para mais da metade das famílias que vivem em Furnas do Dionísio e se

sustentam através da agricultura de subsistência”, disse Britto. (CONAQ – 16/08/2011)<sup>72</sup>

Houve empecilhos que impediram a realização total destas propostas previstas, ficando explícito em seus relatórios os problemas enfrentados pela FUNASA, como: número reduzido de engenheiros e arquitetos participando da equipe para atender as áreas quilombolas e carência de viaturas para estarem realizando as visitas técnicas na comunidade, prejudicando assim aprovações de projetos.<sup>73</sup> Ocorreu também empecilhos internos na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio em relação ao andamento das obras, ficando tal situação explícita na fala de uma moradora da comunidade:

Sobre os poços que você falou àquela hora, pra mim aqui vai ficar ótimo quando chegar e terminar a água em cada local [...], por que a verba veio, está tudo aí, tudo começado, mas não está terminado e agora essa verba está voltando, essa verba está aí mais o trabalho começou e parou, vieram aqui, um rapaz veio e levou um pouco para Jaraguari, pegou por que estava faltando, essa obra era daqui, não terminou a obra aqui então não deveria ter saído daqui, tinha que ter terminado ela aqui todinha, concreta aqui, se sobrasse aí sim levasse pra eles em Jaraguari (Entrevista dia 25/11/2011).

A fala da referida moradora, foi expressa durante uma reunião realizada na comunidade, no dia 25/11/2011, promovida pelos técnicos da AGRAER. A partir disso, soubemos que a presidente da Associação, Maria Aparecida Martins da Silva autorizou, para a prefeitura do município de Jaraguari, um empréstimo desses recursos que eram destinados para a obtenção de materiais da obra.

De acordo com a presidente da Associação é evidente que a Prefeitura municipal deu início a realização de obras e serviço de distribuição de água da comunidade, mas não finalizou, ficando parte da população sem o encanamento necessário para a distribuição de água.

Diante de tal situação, observamos as contradições das políticas e das relações de poder, pois na teoria ela se apresenta de uma forma e na prática ela se materializa de outra. Se fôssemos confiar apenas nos dados e relatórios governamentais estaríamos acreditando que toda a comunidade disponibiliza de abastecimento de água, o que ainda na prática não ocorre. Para Santos (2007, p. 20):

---

<sup>72</sup> Agora MS - In: [www.agorams.com.br](http://www.agorams.com.br)

<sup>73</sup> FUNASA – In: [www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)

Hoje vivemos um problema complicado, uma discrepância entre teoria e prática social que é nociva para a teoria e também para a prática. Para uma teoria cega, a prática social é invisível; para uma prática cega, a teoria social é irrelevante.

Sabemos que o autor Boaventura de Souza Santos (2007) não estava falando de políticas de governo, mas de uma reflexão filosófica sobre as teorias, porém, levamos em consideração que as políticas de governo são teorias que vão se materializando aos poucos na prática. Em Furnas do Dionísio vivenciamos essas relações, que são simétricas e assimétricas como o autor coloca, já que na prática, a teoria não se dá de modo a reproduzir linearmente os pressupostos teóricos.

Percebemos que esses sujeitos não estão sendo ouvidos, pois estão indo para comunidade projetos que não foram pactuados com eles, como exemplo, uma cozinha industrial que foi enviada para a escola Zumbi dos Palmares, com recursos federais. Não foi um pedido da comunidade e não está sendo usado por eles, ficando a mesma parada na escola.

Também é perceptível a falta de diálogo interno entre os moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio. Decisões são tomadas sem o consentimento da maioria, causando transtorno e desunião entre os familiares, sem contar a falta de diálogo entre eles, o Estado e os seus respectivos aparelhos e setores. Para compreender essa relação e situação, nos remetemos a Poulantzas (1985, p. 161):

Os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas. Os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas.

No ano de 2008 iniciou-se na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio a construção de casas populares, advindas da parceria entre Governo Federal (com o PBQ) e Estadual (através da SEHAC), promovendo o Programa MS Cidadão – Casa da Gente Subprograma Meu Lar – Quilombo, que beneficiou 13 comunidades quilombolas do estado de Mato Grosso do Sul, estando a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio incluída nesse projeto. A comunidade foi beneficiada ao todo com 82 casas,



sendo que no ano de 2008 iniciou-se a construção de 31 casas que já foram entregues no dia 28/07/2010, e no ano de 2009 iniciou-se a construção de mais 51 casas que ainda se encontra em andamento, como podemos observar nas Fotos 16, 17, 18 e 19 O objetivo do Programa MS Cidadão, segundo o discurso de governo é o de:

Promover a Cidadania com Moradia Digna. Ampliar o atendimento habitacional por meio de programas que beneficiem as populações de menor renda e grupos mais vulneráveis. Atender as necessidades habitacionais de todos os 78 Municípios de Mato Grosso do Sul.<sup>74</sup>

Nos objetivos específicos, vemos que diversas são as categorias beneficiadas com esse Projeto, tais como: famílias oriundas de co-habitações cedidas ou alugadas; famílias que habitem em áreas de risco ou preservação ambiental e os públicos específicos, tais como aldeias indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos rurais, entre outros.<sup>75</sup>

**Foto 16 – Casas em Construção – PBQ – Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio/MS - 01**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010

---

<sup>74</sup> PLANOS DE DESENVOLVIMENTO IMPLEMENTADOS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. In: [www.sehac.ms.gov](http://www.sehac.ms.gov)

<sup>75</sup> Idem 22.

**Foto 17 – Casas em Construção – PBQ – Comunidade Quilombola Furnas do  
Dionísio/MS - 02**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010

**Foto 18 – Casas Entregues – PBQ – Comunidade Quilombola Furnas do  
Dionísio/MS - 01**

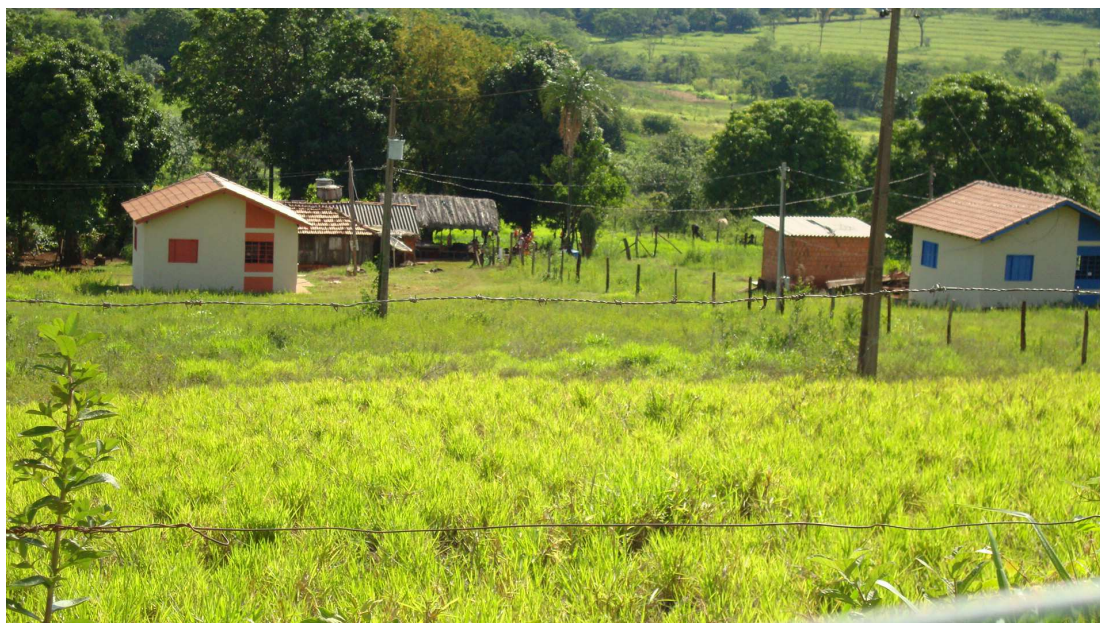


Foto: Daiana Perogil 26/11/2011



**Foto 19 – Casas Entregues – PBQ – Comunidade Quilombola Furnas do  
Dionísio/MS - 02**



Foto: Daiana Perogil 25/02/2012

Como se pode observar, as comunidades quilombolas entram em um plano específico, pois se utiliza de recursos “carimbados” por parte do Governo Federal que atendem as demandas das comunidades quilombolas: o Programa Brasil Quilombola (PBQ).

Os moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio mostram-se satisfeitos com a construção dessas casas, dizendo que melhorou muito a qualidade de vida deles. Com as casas de madeira e sapê, eles estavam constantemente sendo atacados por percevejos. Tal satisfação é expressa na fala da presidente da Associação, quando perguntamos a respeito desse projeto de casas para quilombolas.

Pra mim foi ótimo [...] apesar de que não acabou de erguer tudo e ainda não estão atendendo a toda comunidade, pra mim está ótimo, eu espero mesmo que termine logo essas obras (Maria Aparecida Martins de Souza – 25/11/2011).

Esse sentimento de satisfação foi encontrado também nas demais políticas implementadas em Furnas do Dionísio, que recebe investimentos e projetos não apenas

advindos do PBQ, mas de outros programas também, como expressa a fala do ex-presidente da Associação Nilton Pereira da Silva:

Eu mesmo, a minha avaliação hoje... eu avalio que é positivo, por que através do Brasil Quilombola nos tivemos acesso a várias casas de habitação né, quase entorno aí de umas 100 casas construída que está pra terminar, então nos tivemos vários avanços como o bolsa família, o bolsa escola, então temos vários setores que avançou (Entrevista – 25/11/2011).

Na comunidade há programas e projetos vindos apenas com recursos estaduais, benefícios importantes que auxiliam na manutenção desses sujeitos, entretanto, a população alega que muito ainda precisa ser realizado, além de que essas pessoas precisam ser ouvidas, para compreendemos as suas reais necessidades.

No ano de 2009, segundo o Relatório de Gestão 2009: Programa Brasil Quilombola, foi realizado na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio um Curso de Dança Africana – Jeguedê. De acordo com o relatório de governo, o curso tinha como objetivo resgatar os valores africanos perdidos com o tempo, sendo este um discurso de Estado. Porém, durante as entrevistas tal curso era desconhecido. Há na comunidade um grupo de dança formado pelos estudantes da escola municipal, que dançam o “Engenho Novo” (Foto 20) e tem como objetivo reforçar aos jovens essa identidade quilombola e dar características a mesma.

**Foto 20 – Dança do Engenho Novo – Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio/MS**



Foto: Daiana Perogil 25/11/2011

A dança lembra o movimento do engenho de cana, por isso chama-se Dança do Engenho, já que a produção de derivados da cana de açúcar é uma característica marcante dos produtores da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio. Atualmente, a Dança representa um marco cultural para a comunidade, entretanto, é um projeto recente iniciado pela Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental Dionísio Antônio Vieira – Pólo.

Como já declaramos, existem projetos e ações que não foram pronunciados pela comunidade. Há o desconhecimento por parte da comunidade da existência de alguns projetos, mas os mesmos estão apenas em nome da comunidade e não chegam até eles, como aparece nas falas dos entrevistados. Os recursos para comunidades quilombolas existem, mas eles não usufruem desses recursos como deveriam, levantando a hipótese de que são mal distribuídos e monitorados, ficando a parte interessada de fora do acesso a esses benefícios.

Para realizarmos a análise da atuação do Programa Brasil Quilombola (PBQ) na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, algumas dificuldades foram encontradas. Destaca-se primeiramente a distância do quilombo da área urbana que é de 48 km, dificultando o acesso à comunidade e não há horários favoráveis e disponíveis de ônibus e em dias de chuva esse acesso fica ainda mais difícil. Esse foi um fator que ocasionou o atraso do início das entrevistas com os moradores da comunidade. Quando conseguimos o acesso à comunidade através da contribuição e apoio dos técnicos da AGRAER, encontramos resistência por parte dos moradores em nos receber, pois os mesmos já enfrentaram problema com pesquisadores, o que resultou em resistência. Ao se depararem com os questionários para serem respondidos eles se recusavam, por receio de estarem se envolvendo com coisas que poderiam prejudicá-los e outros resistiam por vergonha de assumir que não sabiam ler nem escrever, o questionário que construímos está representado no quadro 9 e no Anexo 1.

<b>Quadro 9 – Questionário PBQ – Comunidade Furnas do Dionísio/MS</b>
<b>1 - Você conhece o Programa Brasil Quilombola?</b>
<b>2 - Se sim, qual a sua opinião sobre o Programa Brasil Quilombola?</b>
<b>3 - Você mora em Furnas do Dionísio?</b>
<b>4 - Se sim, qual a sua opinião em relação às ações governamentais em Furnas do Dionísio?</b>
<b>5 - Se não, qual o motivo que levou a sua saída da comunidade?</b>
<b>6 - Quais os pontos positivos e negativos que você poderia destacar que ocorreu após a chegada do Programa Brasil Quilombola? E após a comunidade de Furnas do Dionísio ser reconhecida como Quilombo?</b>
<b>7 - Sabemos que ainda existem muitas necessidades dentro da comunidade de Furnas do Dionísio, em sua opinião quais os problemas enfrentados pelos moradores de Furnas? E o que precisa ser mudado para a melhoria de vida da comunidade?</b>
<b>8 - Quais são as atividades econômicas e culturais desenvolvidas na comunidade?</b>
<b>9 – O que é ser quilombola?</b>

Como se pode observar não é um questionário complexo. Contudo, não foi possível obter informações por esse método, já que o público alvo demonstrou resistência às questões. Essa posição, a princípio, foi intrigante, mas depois pudemos compreender.

Foi necessário mudanças nos procedimentos de pesquisa. Manteve-se o diálogo gravado baseado nas perguntas, que foram feitas de modo informalizado, mas consentida. Também encontramos dificuldade e resistência, ao nos declaramos pesquisadora e nem todos se manifestaram. O fato é que com a exposição oral conseguimos realizar com os moradores de Furnas do Dionísio sete entrevistas, em que quatro são de ex-presidentes da Associação: Nilton Pereira da Silva; Admilson Sergio do Carmo; Jhonny Martins de Jesus; Eugênio Martins da Silva e da atual presidente da Associação Maria Aparecida Martins da Silva. Foram realizadas ainda duas entrevistas com moradoras da comunidade: Sr.<sup>a</sup> Ceci Barbosa da Silva e, Joana Carlos dos Santos, professora de alfabetização da comunidade (Anexo 2).

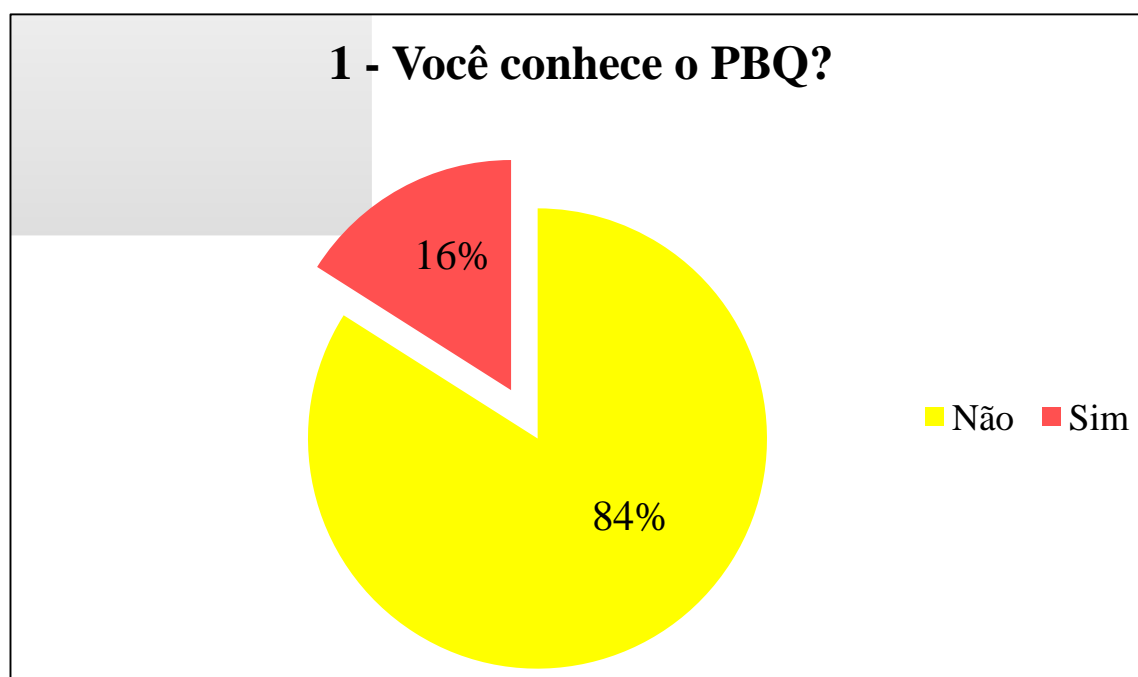
Para ampliar e qualificar a pesquisa decidimos trabalhar com o método de entrevistas indiretas para alcançarmos os resultados que pretendíamos, sem gravador e sem apresentar o questionário. Reduzimos a quantidade de perguntas (Quadro 10), mas continuamos nos atendo às perguntas principais do questionário. Com esse procedimento conseguimos realizar 30 entrevistas durante as visitas que realizamos na comunidade.

<b>Quadro 10 – Questionário PBQ – Entrevistas Indiretas</b>
<b>1 – Você conhece o Programa Brasil Quilombola?</b>
<b>2 - Qual a sua opinião em relação às ações governamentais em Furnas do Dionísio?</b>
<b>3 – O que é ser quilombola?</b>

Através das entrevistas indiretas que foram realizadas com o intuito de conhecermos a opinião dos moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, em relação às políticas públicas, o PBQ e a sua concepção sobre o que é ser quilombola, construímos os gráficos 6, 7 e 8, sintetizando as informações coletadas nas entrevistas, agregando valores percentuais para um maior entendimento a respeito das perguntas realizadas no quadro 10, além de obtermos uma maior dimensão da realidade desses sujeitos.

Para tanto, nos baseamos nas 30 entrevistas indiretas que realizamos, (Anexo 3). Conseguimos conversar com 30 pessoas sem demonstrarmos o questionário e o gravador, apenas em uma conversa aparentemente informal, porém consentida, fomos nos colocando e fazendo questões relacionadas com o questionário que havíamos produzido. Sintetizamos os resultados nos gráficos que se seguem.

**Gráfico 6 – O Programa Brasil Quilombola**

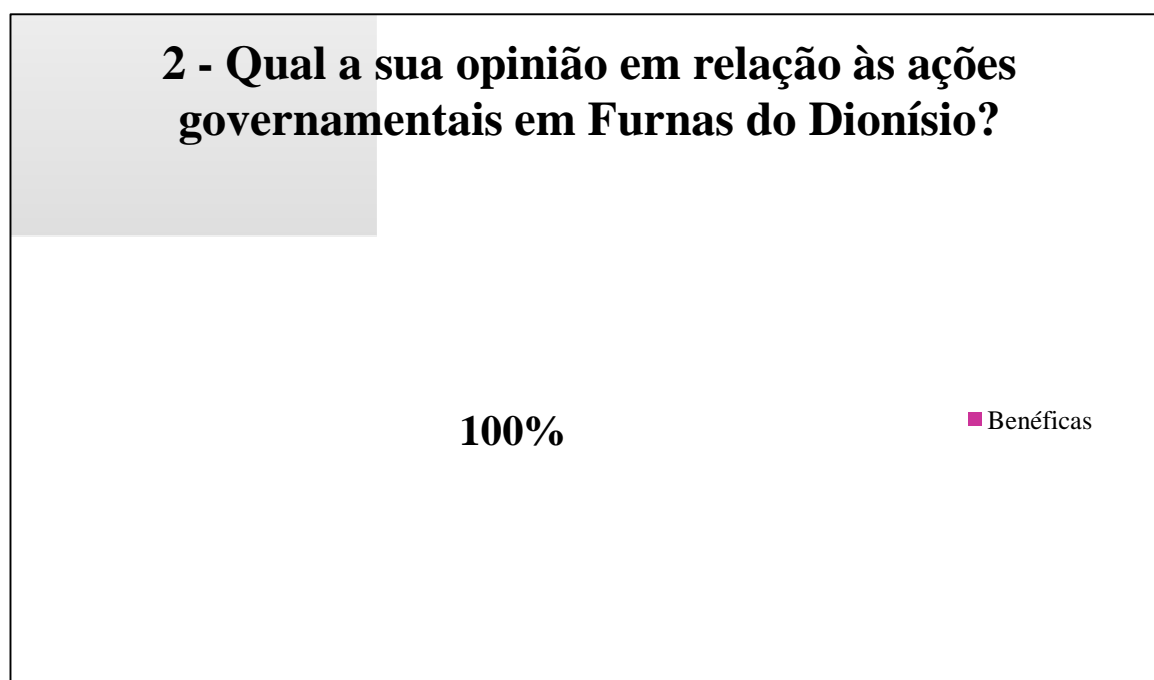


Como podemos observar no gráfico, 84% dos entrevistados alegam não conhecerem o PBQ. Relatando-nos que foi a primeira vez que ouviu falar do Programa. E apenas 16% diziam que o conhecia por que tinham visto na televisão, mas na comunidade não sabiam de nenhuma ação do PBQ. Não desconheciam a existência de obras vindas com recursos do Governo Federal, mas não que o Programa tivesse parceria com tais obras. Para qualificar essa informação procuramos saber, se algum representante/técnico do PBQ tinha ido conversar com eles a respeito da política, os seus benefícios e o como acessá-lo. Mais uma vez a resposta foi negativa. Nenhum representante ou técnico do PBQ foi avaliar as obras do Programa na comunidade. Esse tipo de situação, entendemos, contribui para que os moradores da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio não tenham conhecimento sobre o PBQ. Outro aspecto que se observa é a não divulgação do Programa nas obras. Apenas aparece a instituição estadual que atuou em parceria com o Programa. Não se esconde a existência de recursos do Governo Federal, mas não há a indicação do Programa que originou esses recursos, ficando as ações do PBQ escondidas por trás de interesses políticos, locais e estaduais, fazendo com que a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio não reconheça o PBQ. É o que evidencia a fala de uma moradora da comunidade:

Não, assim pelo Programa não, eu vi e acompanhei um pouco o processo dessas casas por que teve uma outra menina que ela fazia parte da associação, aí quando a Cida virou presidente aí ela tomou conta, aí eu fui com ela em uma reunião, onde o candidato que estavam por trás dessas casas, aí a gente fomos lá aí ele disse que essas casas foram para Furnas através do seu mandato [...] (Joana Carlos dos Santos – Entrevista dia 03/03/2012).

Em muitos casos, para viabilizar votos leva-se a esse tipo de conduta. O problema é que se a política governamental de reconhecimento de “remanescentes de quilombo” não aparece para os sujeitos interessados a dificuldades de adotar uma política de Estado, pública, é maior pela incapacidade de atingir os seus objetivos fundamentais: a construção do imaginário quilombola, da identidade. Com isso observamos o total desconhecimento das ações realizadas através do PBQ na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.

### Gráfico 7 – As Ações Governamentais



No que diz respeito às ações governamentais na comunidade, os entrevistados demonstram satisfeitos, como é expresso no gráfico 7, em que 100% dos entrevistados avalia como benéfica a chegada dessas ações governamentais. Declaram que houve mudanças e melhorias após a chegada das ações governamentais, e se lembram de algumas dificuldades enfrentadas antes desses recursos chegarem. É que a produção com a chegada da energia elétrica mudou profundamente, sem perder as técnicas tradicionais passadas de geração em geração. De acordo com a presidente da Associação, antigamente o arroz era “sacado” no pilão e batido com o cambal, as casas eram de “pau-a-pique”, sapê e de madeira. Após os recursos investidos pelo PBQ, quase todos os moradores da comunidade já possuem casas de alvenaria.

Embora demonstrem satisfeitos com as ações governamentais, quer seja federal, estadual ou municipal, deixam claro que ainda muito falta a ser feito na comunidade. Dos entrevistados, 100% reclamam da situação do posto de saúde existente na comunidade. Há descontentamento com o fato que o médico que visita a comunidade vai apenas uma vez por semana. Em casos de emergência o deslocamento é realizado em veículos comuns. Assim, pelo menos 50% dos entrevistados solicitam a permanência de uma enfermeira na comunidade. Outra reivindicação é a construção de

uma creche. Nas duas escolas instaladas na comunidade não há educação pré-escolar, sendo esta uma questão apresentada.

Isso, esses recursos não tem chegado, nós ta aí com o problema da ampliação... da construção de duas salas lá nas escolas, e paro nisso aí a gente não ta conseguindo, a gente ta correndo atrás de documentos da união, pra ver qual é a possibilidade da gente ta fazendo esse trabalho na comunidade. Tem o posto de saúde da comunidade que está aí parado né... nós temos duas salas de... de... a creche né... nós precisamos na comunidade e eles falam que tem recurso e por que não chega esse recurso? Então eu to muito preocupada com essa questão mesmo... até a questão do quilombo na nossa comunidade até por causa disso mesmo, até por que essa parte aí a gente ficou muito preso nessa questão de quilombo. (Maria Aparecida Martins da Silva – 25/02/2012)

O dizer da Sr.<sup>a</sup> Maria, presidente da Associação, é sinalizadora de que alguns recursos não chegam a comunidade, não se materializam e chega a indicar que o problema poderia passar pela dedicação à questão do “quilombo”, ou seja, a posse coletiva. Parece haver certa condição de “ressentimento”, no sentido de que haveria outras coisas a serem realizadas, não apenas a titulação coletiva. Aspectos contraditórios que encontram respaldo nas divergências entre teoria e prática, como apontamos.

Na comunidade há apenas um único telefone público que fica próximo a Escola Municipal Dionísio Antonio Vieira – Pólo (Foto 21), ficando o mesmo distante da residência de muitos moradores da comunidade.

Segundo os moradores da comunidade, havia um projeto para a instalação de mais telefones públicos, só que nunca foram concretizadas as obras, embora quase todos disponibilizem do uso de celular, nem sempre podem contar com ele, por que não há nenhuma torre de celular na comunidade. Para o aparelho funcionar é necessário que eles comprem, individualmente, adaptadores, esses argumentos levam a uma das reivindicações dos moradores, que é a instalação de uma torre de celular, além da instalação de mais telefones públicos para que haja melhor condição de comunicação da/na comunidade.



**Foto 21 – Único Telefone Público da Comunidade Quilombola Furnas do  
Dionísio/MS.**



Autor: Daiana Perogil 25/02/2012

A Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio tem se dedicado fortemente na produção de hortaliças. O fato é que os moradores sinalizam que existem problemas e necessidades que ainda impedem de obterem maiores resultados na produção. Referem-se à necessidade de: estufa para a horta; trator; construção de um tanque de peixe para o desenvolvimento da piscicultura; caminhão para o escoamento da produção; barracão para armazenar a produção; estudos e análise do solo, já que diferentes “lotes” tem situação de fertilidade e produtividade diferenciada; galpão de comercialização e irrigação.

Nas falas dos moradores, a partir da reunião realizada pela AGRAER e que já fizemos referência, nos dias 25/02/2012 e 03/03/2012, observamos que alguns obstáculos necessitam ser vencidos para que esses produtores obtenham um maior êxito na produção. Em relação ao trator e ao caminhão, como já apontamos, os moradores deverão decidir para ser viabilizada a aquisição com recursos do Governo Estadual. A opção de escolher entre o trator e o caminhão, levou à escolha do trator, segundo a declaração da presidente da Associação, Maria Aparecida Martins da Silva.

A comunidade tem um trator, que tem apresentado constantemente problemas mecânicos, causando queda na produção. Porém nem todos os moradores concordam

com essa decisão. Há quem entenda que o caminhão próprio, da comunidade, seria mais favorável, deixando de serem explorados por atravessadores que comprem os seus produtos por um preço bem desfavorável. O rebatimento desses argumentos está na possibilidade de ter um barracão para a comercialização dentro da comunidade, pois os produtos passarão a ser vendidos dentro da comunidade. A melhoria das condições poderia permitir a organização da comercialização dos produtos, inclusive permitindo a feira funcionar semanalmente.

Observa-se que o PBQ não tem auxiliado no desenvolvimento de projetos de geração de renda. Percebemos que as ações nesse sentido em Furnas do Dionísio têm sido viabilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do PRONAF e também do Projeto ILÉ-ÈGBE. É o que informam os técnicos da AGRAER.

Cabe também ao PBQ esse tipo de ação de incentivo e ampliação da produção nas comunidades quilombolas, por que implica na promoção do aumento da renda familiar, papel que deveria também ser representado pelo PBQ, já que promover o aumento da renda familiar é um dos seus objetivos.

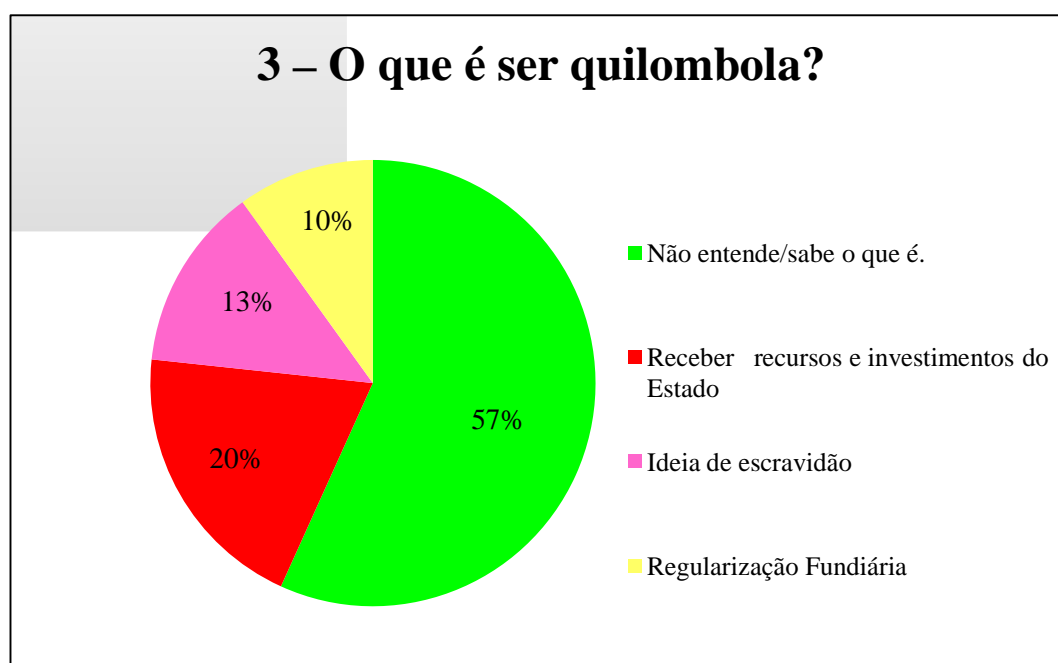
Alguns outros pontos não menos importantes também foram destacados, como a necessidade de dinheiro, ponto destacado principalmente pela presidente da Associação, para que, assim, segundo ela, a Associação possa então adquirir os bens necessários para a comunidade. A idéia implícita é de que assim teriam uma maior autonomia, sem estarem tão dependes das ações governamentais. A união entre os parentes e moradores da comunidade, é outro ponto destacado também pela presidente da Associação, pois com a decisão de se tornarem quilombo/quilombolas, houve uma divisão dentro de Furnas do Dionísio. Vejamos o que diz a presidente da Associação:

Ta difícil por que fica aquele jogo assim sabe, uns quer a maioria não quer, sabe então isso... fica difícil até pra gente querer unir, quando você fala que tem uma reunião aqui na comunidade ninguém quer participar, principalmente quando fala da... reunião do INCRA na comunidade já não quer participar, por que só quer falar de quilombo, de terra... (Maria Aparecida Martins da Silva – 25/02/2012)

Outro ponto interessante que foi destacado durante a reunião do dia 03/03/2012 é o de construir um restaurante dentro da comunidade, já que eles realizam muitas festas durante o ano, além de receberem constantes visitas de turistas e estudantes, os pratos já

são cobrados no valor de cinco reais, mas a comunidade não disponibiliza de uma cozinha preparada especificamente para esse fim, sendo apresentado como uma proposta para arrecadar recursos para Associação por meio do restaurante.

**Gráfico 8 – Reconhecimento Quilombola**



Através do gráfico 8 nos é permitido analisar a questão do reconhecimento desses sujeitos como quilombola. O gráfico nos demonstra que esta é uma questão ainda confusa para esses sujeitos, por que a grande maioria, cerca de 57% dos entrevistados não sabe o que é ou alegam não entender a respeito, nos relatando que foi alguém até a comunidade e disseram que eles eram quilombolas, pois Furnas do Dionísio possuía as características de um quilombo, mas essas pessoas não explicaram para esses sujeitos o que era ser quilombola. Com isso, pensamos que essa identidade e reconhecimento nem sempre partiu da maioria desses sujeitos o que tem gerado conflitos entre os moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.

Dos entrevistados 20% associam ser quilombola com receber recursos do Estado, nos declarando que antes de serem quilombolas poucas ações eram efetivamente concretizadas na comunidade, além da dificuldade de adquirirem recursos. Após ser quilombola, processo que se inicia no ano de 2000, Furnas do Dionísio passou a receber mais investimentos e ações que vieram em benefício das necessidades desses sujeitos,

fazendo assim com que alguns (20%), atribuam esse reconhecimento a benefícios governamentais. Tal pensamento se dá devido à condição que o Estado lhes impõe para que tenham acesso a políticas governamentais.

A questão da escravidão também é mencionada nas entrevistas, 13% dos entrevistados ainda atribuem o reconhecimento quilombola com a escravidão sofrida por seus antepassados, o que é uma contradição, pois os moradores mais antigos da comunidade afirmam que Dionísio Antonio Vieira o fundador, não veio para essas terras como fugitivo do trabalho escravo e sim em busca de terras para se estabelecer, entretanto esses 13% mencionam em suas falas essa questão, já que este é um forte discurso do Movimento Negro e alguns representantes políticos para afirmarem a existência de quilombos na contemporaneidade.

E 10% dos entrevistados alegam que ser quilombola é obter a regularização de suas terras, sendo este o único meio para adquiri-las, já que não dispões de recursos financeiros para isso e há diversos entraves com inventários individuais, vendo em ser quilombola a solução para esse problema, sendo as terras tituladas coletivamente assegurando a essa comunidade o direito de posse do seu território.

O fato é que a condição quilombola lhes foi apresentada por representantes políticos ligados ao Movimento Negro, ou seja, eles se descobriram quilombolas e viventes em um quilombo sem se quer saber o que significava ser quilombola. A pergunta a que não tem resposta é o sentido de tudo isso? O que muda para melhor ou para pior? Sequer compreendem porque o governo estaria interessado nisso? O que tem que fazer, sendo quilombolas?

Certamente que se a condição quilombola traz recursos e melhores condições de vida, é bem vindo. Mas não sentem o histórico construído que possa dar a garantia para aceitarem a mudança.

A pesquisa indicou que o conhecimento a respeito do PBQ está mais claro para aqueles sujeitos que estão à frente da organização social. É uma condição mais de instrução pela via da Associação com os agentes de governo. Essa é a situação dos “remanescentes de quilombo” da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.

A associação da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio foi criada no ano de 1996. De lá pra cá, já contou com sete presidentes até o ano de 2012, em uma sucessão que é anual. Em 2012, com mudança nos termos do Estatuto, tem mandato de três anos. Os referidos presidentes foram: Osmar Ferreira da Silva (1996-1997), já falecido; Floripes Rosa Gomes (1997-1998), já falecido; Nilton Pereira da Silva (1999-

2000 e 2005-2006); Admilson Sergio do Carmo (2001-2002); Jhonny Martins de Jesus (2003-2004); Eugênio Martins da Silva (2007-2009) e a atual presidente Maria Aparecida Martins da Silva (2010-Atual). Foram realizadas entrevistas (gravada) com os ex-presidentes: Nilton, Admilson, Jhonny, Eugênio e com a atual presidente da Maria Aparecida. As perguntas foram baseadas no questionário apresentado no quadro 10, entretanto com o desenvolver da entrevistas outras questões foram surgindo, como por exemplo, se eles haviam trabalhado com o PBQ em sua gestão. A transcrição dessas entrevistas estão no Anexo 2. Para uma maior compreensão nos atemos às duas principais perguntas, por que o objetivo das entrevistas com os ex-presidentes e a atual presidente da Associação, foi para que pudéssemos entender o porquê a comunidade de não reconhece o PBQ e as suas ações. Com isso explanamos no quadro a seguir:

**Quadro 11 – O PBQ: Entrevistas com os Presidentes da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Furnas do Dionísio – Jaraguari/MS.**

<b>Presidente da Associação/ Tempo de Gestão.</b>	<b>Conhece o Programa Brasil Quilombola.</b>	<b>Trabalhou na Gestão com o Programa Brasil Quilombola.</b>
<b>Nilton Pereira da Silva (1999-2000 e 2005-2006)</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>Admilson Sergio do Carmo (2001-2002)</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>Jhonny Martins de Jesus (2003-2004)</b>	<b>Sim</b>	<b>Sim</b>
<b>Eugênio Martins da Silva (2007-2009)</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>Maria Aparecida Martins da Silva (2010 – Atualmente)</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>

Quando questionados sobre o PBQ, se conheciam e qual a sua opinião, curiosamente a única resposta negativa foi a da atual presidente da Associação. Além disso, uma situação curiosa é que embora a maioria afirme conhecer, apenas um

reconhece que durante o ano de sua gestão tenha trabalhado com o PBQ. Isso pode ocorrer por efetiva compreensão das atividades e ações do Governo Federal já que percebemos que muitas delas não são percebidas como resultado do PBQ, pois são “captadas” pela política local. Outro aspecto a se considerar é que os mandados de um ano são curtos e pouco permite realizar ou ver realizar, na relação com o órgãos/setores dos governos, sempre com processos demorados. Através disso, compreendemos a falta de conhecimento dos moradores da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, já que os próprios representantes desconhecem as ações do Programa.

Ocorre que os Relatórios de Gestão 2003-2006 - Promoção da Igualdade Racial e Relatório de Gestão 2009 - Programa Brasil Quilombola<sup>76</sup>, demonstra que houve concretização das ações do PBQ nos anos de 2005, 2007, 2008 e 2009 na comunidade, como representamos no quadro 8, mas quando perguntamos para os respectivos representantes da Associação eles negam terem trabalhado com o PBQ, admitindo que assinaram projetos que vinham com recursos do Governo Federal. Não reconhecem o Programa nessas ações, é o que expressa a fala do entrevistado:

Não, nos meus sete anos não tive acesso ao Programa Brasil Quilombola, por que na época que eu entrei ainda não existia, então trabalhava mesmo com a associação. Eu tinha um envolvimento com o movimento negro, mas independente dos outros, fala de quilombola (Nilton Pereira da Silva (1999-2000 e 2005-2007) – Entrevista 25/11/2012).

No caso do ex-presidente Admilson Sergio do Carmo (2001-2002), de fato ele não trabalhou com PBQ, uma vez que durante a sua gestão o PBQ ainda não existia, o mesmo é instituído no ano de 2004. Ocorreram recursos e ações na comunidade durante a sua gestão, advindos do Governo Federal e Estadual, mas não do PBQ.

Não, eu apenas ouvi falar sobre o Programa. Mas na minha época concretizaram alguns projetos na comunidade, como a vinda de computadores para a escola, na minha época nos tivemos em Brasília com várias comunidades e a gente solicitou assim a necessidade do acesso a comunicação, tipo... antena para ter o acesso a *internet*, então foi na minha época que a gente teve essa luta aí. Na minha gestão eu também consegui uma indústria de doce e açúcar mascavo, eu consegui... eu juntamente com as mulheres, a gente fez

---

<sup>76</sup> SEPPPIR – In: [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br).

um grupo de mulher para gente fazer açúcar... aí a gente conseguiu aquela indústria com os equipamentos tudo (Admilson Sérgio do Carmo (2001-2002) – Entrevista 03-03-2012).

O único ex-presidente que declara ter trabalhado com o PBQ durante a sua gestão foi o Sr. Jhonny Martins de Jesus (2003-2004). Ele alega que durante toda a sua gestão as ações na comunidade estiveram relacionadas com o Programa. Os anos de 2003 e 2004 são os anos em que se iniciam as discussões e conscientização sobre o termo quilombo e o que é ser quilombola dentro das comunidades em todo o país. Inclusive em Furnas do Dionísio. Uma ação do PBQ, nesse período, foi a instalação de obras de saneamento básico em Furnas do Dionísio, uma parceria do PBQ com a FUNASA. Para o ex-presidente, havia dificuldade em dialogar com o PBQ, destacando que:

[...] a gente tem dificuldade com o programa não ter a pessoa que gerencie o programa mais a gente tem também essa dificuldade como eu disse pra você do município [...] (Jhonny Martins de Jesus (2003-2004) – Entrevista 09-02-2011).

O ex-presidente enfatiza um dos principais entraves do PBQ: a falta de gerenciamento do mesmo. A dificuldade com a participação municipal em relação a investimentos nas áreas quilombolas, pois para o PBQ realizar suas ações é necessário que as prefeituras entrem também com recursos, o que muitos governantes municipais tem se recusado a fazer.

Um fator que nos chamou bastante atenção foi o fato da atual presidente da associação, Maria Aparecida Martins da Silva não ter conhecimento algum sobre o PBQ, nem ao menos ter ouvido falar sobre o Programa, quando perguntamos se ela conhecia o PBQ ela nos disse que não e que nem havia trabalhando com ele na sua gestão, nos alegando que “[...] a gente houve falar, sim, que vem muito recurso pra quilombola, só que eu acho que isso aí é uma propaganda enganosa” (Maria Aparecida Martins da Silva (2010-Atual) – Entrevista 25-02-2012).

Certamente o dizer da presidente é preocupante. Poder-se-ia dizer que esses recursos não estão sendo devidamente distribuídos, pois a queixa sobre isso é constante, entretanto constatamos que ações do PBQ vêm sendo realizadas dentro da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio. É o caso da construção das casas na comunidade que ainda encontra-se em andamento e tem parceria do PBQ nessa ação, mas devido à

transversalidade de suas ações outras políticas estão sendo reconhecidas em seu lugar, ficando o mesmo na mais completa invisibilidade para os moradores da comunidade e para os seus respectivos representantes, os presidentes da associação.

### **3.3.1 – Pensando o (des)conhecer do PBQ**

Diante desse desconhecimento sobre o PBQ por parte da maioria dos moradores de Furnas do Dionísio, bem como dos seus representantes, passamos a buscar compreender as causas. Observamos que a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio é a segunda maior comunidade quilombola do estado de Mato Grosso Sul, apresentando uma população numerosa que recebe assistência de diversas políticas. Na maioria das vezes essas políticas vem acompanhadas de recursos advindos de uma parceria entre Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal, diante disso muitos políticos acabam fazendo uso dessas oportunidades para se promoverem, declarando que aquela determinada obra ou ação se concretizou por que “ele(a)” trouxe os benefícios, se promovendo politicamente com isso, mencionando apenas que houve parceria com recursos federais, não expondo para a comunidade a procedência desses recursos, nem a qual política esses mesmos recursos estão vinculados, ficando desconhecido o PBQ para a comunidade.

Pensamos que devido a uma grande gama de políticas que a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio recebe, não há muitas distinções sobre essa ou aquela política, causando o não reconhecimento do PBQ. Tal fato ocorre também pela falta de divulgação do Programa, por que há obras concretizadas advindas pelo PBQ, mas não há divulgação, ficando desconhecido para a comunidade, além do que, nunca esteve na comunidade um monitor ou encarregado do PBQ para avaliar suas ações e realizações, conversando com a comunidade sobre o que é o PBQ, o porquê da existência do mesmo e como a comunidade pode ter acesso a ele, verificamos que são questões completamente desconhecidas por parte dos sujeitos que lá vivem.

Outro fator é a transversalidade do PBQ, já apresentada. O mesmo trabalha em conjunto com outras ações governamentais, para atender as demandas existentes dentro das comunidades quilombolas. Como exemplo, a instalação de energia elétrica em Furnas do Dionísio é parceria do Programa “Luz Para Todos”, do Governo Federal e do PBQ, juntamente com ENERSUL, contudo a comunidade reconhece o “Luz Para Todos”, mas não reconhece a parceria do PBQ. Essa transversalidade do Programa tem



ocasionado a sua invisibilidade e consequentemente o não reconhecimento por parte das comunidades quilombolas, pois não há uma política específica do PBQ, a não ser o trabalho de reconhecimento e titulação. O PBQ usufruiu de outras políticas, injetando verbas para tais políticas atenderem áreas quilombolas e com isso não aparece o seu nome, devido também ao fato de que a coordenação do PBQ, a SEPPIR está ligada ao gabinete da república.

O PBQ não é reconhecido pelas comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul e consequentemente nem pela Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, tal desconhecimento já começa a partir dos órgãos representantes das comunidades quilombolas como a CONERQ/MS, que conhece o Programa, mas não reconhece e nem divulga as suas ações nas comunidades quilombolas, demonstrando o desconhecimento a respeito do acesso ao Programa e de como ele trabalha, acentuando esse não reconhecimento da política, como demonstra a Foto 22.

O banner, Foto 22, foi feito pela CONERQ/MS para uma manifestação que as comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul organizaram para realizar em Brasília, no dia 14/11/2011, com o objetivo de reivindicarem os seus direitos e ações por parte do governo em relação às comunidades quilombolas do estado. Contudo, o referido banner permite constatar o não reconhecimento do PBQ por parte inclusive dos setores que executam os orçamentos. Na parte amarela do banner vemos os benefícios que as comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul receberam por parte do governo: a construção de casas, energia elétrica e até o processo de reconhecimento e titulação das terras. Tais ações foram desenvolvidas com a parceria do PBQ, mas a sigla do Programa não aparece em momento algum reforçando ainda mais o desconhecimento a respeito da política e vai ao encontro das análises que fazemos das entrevistas realizadas na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.

**Foto 22 – Banner Sobre as Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul – CONERQ/MS**



Foto: Daiana Perogil 12/11/2011

As ações do PBQ ainda estão acontecendo, estando o mesmo inserido no PPA 2012-2015, ou seja, darão continuidade as suas obras no governo da atual presidente Dilma Rousseff.

Por ser uma política recente que ainda encontra-se em andamento, há um longo caminho a ser percorrido para que as ações do PBQ se concretizem, pode ser que haja um reconhecimento por parte das comunidades quilombolas em relação ao Programa. Todavia, imaginamos que algumas mudanças deveram ser tomadas por parte da SEPPIR que está na coordenação do Programa. Para além do reconhecimento muitos recursos são investidos, mas poucas obras são concluídas. Há pouco ou quase nenhum monitoramento desses recursos e das obras, abrindo espaço para que interesses pessoais prevaleçam.

Mudanças de postura que deverá partir não apenas da SEPPIR, no processo de definição das ações prioritárias e nos agentes envolvidos, como na própria participação das representações das comunidades. Ocorre que a forma como o Programa libera o recurso para ser executado no âmbito dos municípios, não favorece o acesso das comunidades quilombolas por que não há controle da gestão de recursos.

Os relatórios de gestão demonstram que há inexecução orçamentária e até financeira, em alguns casos. As lideranças das comunidades reconhecem/demonstram que o PBQ estaria apenas vinculado à titulação das terras em áreas coletivas, o que se configura como problema de gestão da política em pauta.

A vinculação da realização do orçamento com recursos do município é mesmo um entrave até por que é recorrente a resistência ao reconhecimento dos quilombos nas bases locais. Um exemplo é O Programa Brasil Quilombola na Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira (Distrito de Picadinha – Dourados/MS) (Perogil, 2009), na Picadinha em Dourados-MS, que pesquisamos.

Além disso, pelas questões político-eleitorais, algumas administrações municipais não têm interesse em executar ações do Governo Federal. Isso pode explicar por que o pouco que existe de realização e ações não explicita a Política Quilombola em processo em Furnas do Dionísio, no município de Jaraguari-MS.

Assim, no campo da disputa por orçamento, a pouca visibilidade e a inexecução orçamentária pode conduzir ao desaparecimento da política, condição do sistema hegemônico, que a resistência promovida pela comunidade não consegue perceber. Nesse caso, as dificuldades colocadas pelos moradores, e que decorre da forma como a política está “amarrada”, no seu processo executivo, colabora com o *status quo*.

Aspectos contraditórios expressos na desconfiança com os governos e com as direções da própria Associação que não querem também ser associadas a essa questão quilombola. É o caso da atual presidente, principalmente.

Ao chamar atenção para o direcionamento de outras necessidades “em excesso” com a titulação em detrimento de outras necessidades é evidente a opção por fazer a crítica institucional (da Associação) aos interesses do Programa, como se ele fosse interesse do Governo e não da comunidade.

É preciso compreender esse processo para entender a chamada identidade “quilombola” na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, que se encontra em construção.

### **3.4 – A questão da identidade: a identidade quilombola na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio**

A identidade quilombola está intrinsecamente relacionada com o território e as relações de parentescos existentes no mesmo. Uma comunidade quilombola é formada pelo agrupamento de pessoas da mesma família, sobre um determinado território que contém símbolos e ancestralidade, fazendo referência a uma cultura e aos costumes dessa determinada família que ora se assemelha a outras comunidades quilombolas, ora se distancia, lembrando que as comunidades quilombolas não são grupos homogêneos.

O território é o elemento chave que define a construção, reconstrução e manutenção dessa identidade, pois sem o território, o sentimento de pertencimento ao mesmo e os graus de parentescos entre os sujeitos, passam a ser reconhecidos apenas como afro-descendentes, perdendo assim a sua identificação enquanto quilombola.

Stuart Hall (2004) vai definir a identificação como um “[...] processo de articulação, saturação, sobre determinação [...] nunca um ajuste completo, uma totalidade” (p. 106), colocando a identificação como um processo dinâmico de perdas e ganhos, estando sujeita ao jogo da diferença, pois a identificação se afirma por meio da diferença.

Acerca do território Raffestin (1993, p.143) nos aponta que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer

nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

Considerando o autor, pode-se dizer que os sujeitos, por meio das suas relações, costumes, identidades, cotidiano, tradições constroem/reconstroem o espaço, se territorializando, formando o território, com as suas trajetórias que se inter-relacionam formando uma “simultaneidade de histórias-até-agora” (Massey, 2008, p. 29).

Assim, é com as comunidades quilombolas que se formaram a partir da apropriação de um determinado território, iniciando a partir da territorialização do ancestral de cada comunidade, dando continuidade a sua vivência com a sua família, que também vão inserindo outras formas de territorialização, construindo e reconstruindo, em constante movimento, o território. Doreen Massey (2008, p 29), ao discutir sobre o espaço, vem contribuindo para pensarmos esse construir e fazer o espaço, bem como, o território, quando a autora destaca que:

[...] compreendemos o espaço como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. [...] Precisamente por que o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está em processo de fazer-se. Jamais está acabado.

Concordamos com a autora. Pensamos na construção desse território quilombola que gera a existência da identidade desses sujeitos, quando a mesma afirma que o espaço é formado por distintas trajetórias e para o mesmo existir necessita da existência da pluralidade. Com isso, vemos a identidade quilombola que ainda se encontra em construção e não é homogênea, mas sim uma construção e junção de distintas trajetórias que dão/darão características a uma determinada identidade. Claval (1996) nos remete a seguinte definição a respeito da identidade:

A identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de

responder a questão: quem sou eu. Ela o faz selecionando certo número de elementos que caracteriza ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepção da natureza e do indivíduo [...] (CLAVAL, 1996, p. 15).

As comunidades quilombolas, como já foi mencionado, passam a ser (re)conhecidas novamente com essa nomenclatura, a de quilombola, após o ano de 1988, com os artigos 68, 215 e 216 da Constituição Federal, que vem fazendo menção aos “remanescentes de quilombo”. Após o ocorrido, as comunidades negras rurais passaram a serem informadas de que eram quilombolas, por serem redutos de escravos. Diante disso, passa a ser colocado para essas comunidades um passado único ligado a escravidão, o que não acontece com todas as comunidades quilombolas existentes. Essa é uma argumentação afirmada pelo Estado, a academia<sup>77</sup> e o Movimento Negro, transmitindo esse ideário para as comunidades, causando mudanças na vida e no cotidiano desses sujeitos, e (re)inventando a tradição para que possam ser reconhecidos como quilombolas.

A respeito da invenção das tradições Hobsbawn (2002, p, 09) nos declara que:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível tenta estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

A afirmação de Hobsbawn (2002) a respeito da invenção das tradições parece vir a calhar. Observamos na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, o quanto é forte essa tentativa de resgatar o passado do ex-escravo que deu origem à comunidade. Essa comunidade parece ser estimulada a buscar em seu passado alguma identificação com essa identidade, buscando em seus territórios símbolos e marcas africanas e escravistas que nem sempre existiu, não sendo uma manifestação da comunidade, mas

---

<sup>77</sup> A academia por ser um aparelho de Estado, também contribuiu para a formação dessa identidade quilombola, pois como no afirma Arruti (1997), desde a década de 70 estudos sobre comunidades negras vem sendo desenvolvidos, mudando o foco nos anos 90 para uma perspectiva “[...] até então apartadas, impondo aos estudos e etnográficos sobre comunidades negras a literatura histórica sobre quilombos” (Arruti, 1997, p.13), abrindo assim um novo campo de investimentos em pesquisas, o que influenciou significativamente na formação da identidade dessas comunidades quilombolas contemporâneas.

sim uma construção, direta ou indiretamente colocada pelo Estado e pelo PBQ, que ao “reconhecer” esses sujeitos, impõe uma certa prática identitária, que acaba sendo construída/resgatada com objetivo de ratificar a ação.

Toda identidade, para ser formada, necessita de uma identificação. O autor Stuart Hall (2004), nos sugere a pensarmos a respeito da identificação, por que o sujeito primeiramente necessita se identificar subjetivamente para transformar essa identidade em coletiva ou social.

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma saturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. [...] Como todas as práticas de significação ela está sujeita ao “jogo” da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção do “efeito de fronteiras” (HALL, 2004, p. 106).

Hall (2004) deixa clara a importância da identificação subjetiva, pois segundo ele, a pós-modernidade tem ocasionado a “existência de um “eu” inevitavelmente performativo” (p. 103), ou seja, tornando sujeitos que não afirmam nem negam suas identidades, declarando ainda a fragmentação das identidades diante dessa sociedade globalizada<sup>78</sup> vivida e que se reflete nos sujeitos, transformando-os em “performativos”<sup>79</sup>. Com isso, refletimos sobre as comunidades “remanescentes de quilombos”, que na sua grande maioria não se reconhecem como quilombolas, assumindo essa identidade apenas coletivamente e sob interesses, em muitos casos, privados:

Ao serem identificadas como “remanescentes”, aquelas comunidades em lugar de representarem os que estão presos as relações arcaicas de produção e reprodução social, aos misticismos e aos ativismos próprios do

---

<sup>78</sup> A forma de fazer, construir e territorializar o espaço no mundo pós-moderno, é marcado pela instantaneidade, rapidez e fluidez do acesso aos fluxos, bem como, a circulação de informações e pessoas, pois nos encontramos na era da globalização, onde o mundo é representado como algo totalmente integrado. “E de certa forma, entender a globalização como uma instantaneidade acabada é ambíguo desde o início. Por um lado, freqüentemente, é alegado que já esta conosco, pelo menos implicitamente. Por outro, é a própria promessa de um futuro-por-vir, que diz que a globalização sustenta. E esta ultima posição permite que aqueles que “ainda” não estão integrados nessa única globalidade sejam descritos como atrasados, ainda, temporariamente, “atrás”. Nesta formulação dupla de temporalidade singular, que é o pressuposto da concepção da diferença espacial enquanto sequência temporal encontrará sua consumação na temporalidade única de um presente global unificado” (Massey 2008, p. 120).

<sup>79</sup> São seres performativos no sentido do reconhecimento, pois devido a pluralidade e multiplicidade podem se reconhecer de diversas maneiras, como: quilombola, negro, trabalhador, estudante, chefe de família, agricultor, etc.

mundo rural, ou ainda os que, na sua ignorância, são incapazes de uma militância efetiva pela causa negra, elas passam a ser reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo de um modelo de luta pela militância negra [...] Com efeito, o uso da noção, em ambos os casos implica para a população que assume (indígena ou negra), a possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com seus vizinhos, na política local, diante dos órgãos e políticas governamentais, no imaginário nacional e, finalmente no seu próprio imaginário (ARRUTI, 1997, p. 22).

Aceitamos a afirmação de Arruti (1997) quando o mesmo coloca que essa população negra rural, até então vista e considerada pela militância do Movimento Negro como inapta para uma mobilização própria a respeito das causas, no que concerne à população negra, após o ano de 1988 e com o (re)aparecimento dessas comunidades “remanescentes de quilombos”, as mesmas passam a ser vistas como símbolo de luta, resistência e cultura, podendo, como afirma Arruti (1997), assumir um novo lugar na sociedade e para si mesmos, por que as mesmas passam a se enxergarem dessa forma, como símbolo cultural, de resistência e luta, visão que até então não cultivavam.

Com isso, observa-se que essa identidade vem de fora para dentro nas comunidades negras rurais, como um “molde”, as quais as mesmas necessitam se encaixar, tendo que apresentar em seu interior resquícios de um passado que nem sempre existiu, como se os quilombos tivessem que ter uma parte da África dentro de si. Não é o que ocorre. Houve mudanças ao longo dos anos construindo, desconstruindo e reconstruindo a identidade de cada comunidade negra rural, formando hoje as suas particularidades e que não são reconhecidas. Focando o retorno a um passado na tentativa de se enquadrar nesse “molde”, imposto pelo Estado e o Movimento Negro, que lhes garantem o acesso a bens e infra-estrutura após o seu auto-reconhecimento como quilombolas. Que deve ser o que é/são e não o que se quer que sejam.

Como já havíamos mencionados, essa identidade em muitos casos não parte das comunidades e sim do Movimento Negro, de estudos antropológicos e do próprio Estado. Tomamos como exemplo o Programa Brasil Quilombola (PBQ), uma política de governo voltada especificamente para comunidades “remanescentes de quilombos”, que exige em seu primeiro momento o auto-reconhecimento por parte das comunidades e que tenha o certificado de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, para as ações do PBQ se concretizarem nessas áreas, fazendo com que muitos sujeitos



coletivamente assumam a identidade quilombola para receber esses investimentos por parte do Governo Federal, que resultaram em melhorias para a comunidade e para as suas vidas, ficando essa questão evidente na fala de um ex-presidente da Associação da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, quando perguntamos ao mesmo o que ele entendia por quilombo. Mas também, aparece esse “contentamento” nas expressões dos sujeitos da comunidade que nem sabem a origem dos recursos, mas reconhecem avanços. Para o Sr. Admilson Sérgio do Carmo:

[...] acho que o quilombo pra nós vem a melhoria nisso e alguns recursos que a gente tem vantagem do Governo Federal que apóia a identidade de quilombo, se a gente não é quilombo a gente não tem acesso a esses recursos, por que hoje já tem muita coisa aqui por causa do quilombo né... a gente tem moradia essas casas que está vindo, a gente já teve 86 casas que veio já, isso depois que registrou quilombo e ta tendo mais... mas ta tendo í muito desafeto, já é coisa que ta vindo sem necessidade... [...] (Entrevista 03/03/2012).

A fala do Sr. Admilson demonstra que ao se reconhecer como quilombola garante a esses sujeitos o acesso a recursos e infra-estrutura. Se eles não são reconhecidos como quilombolas, o governo não garante o acesso desses sujeitos às políticas governamentais vinculadas à questão quilombola ficando os mesmos a mercê desses investimentos. Assim, nesse caso, é possível perceber a existência da interferência de frações da sociedade subjugadas no seio da sociedade capitalista, e que ganha corpo e força na medida em que tem representação no governo e compromissos assumidos com o movimento social e com as comunidades.

Tal fator tem ocasionado contradições dentro das comunidades quilombolas, pois a maioria desses sujeitos não se reconhece como quilombola, mas assumem coletivamente essa condição para alcançarem o acesso a políticas e a garantia de seus territórios, sendo, em muitos casos, o único meio de acesso para garantir a posse da terra.

Na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio a situação é exatamente essa. Isso por que as informações levantadas demonstram que a decisão de transformar Furnas do Dionísio em quilombo, partiu de um grupo minoritário e influente e não da maioria dos moradores da comunidade. O que já gerou e vem gerando conflitos internos dentro da comunidade, pois aqueles que estavam a frente desse processo eram sujeitos que tinham complicações com a regularidade de suas terras e viram nessa possibilidade

um meio de legalizá-las e/ou regularizá-las, não havendo a participação de todos nesse primeiro momento.

Após um longo período de diálogo que se estabelece na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, tem incorporado a discussão quilombola, compreendendo a possibilidade de benefícios trazidos com a formação e reconhecimento da área como quilombo. Porém, vimos que esse é um assunto não devidamente esclarecido, nem resolvido e na maioria das falas os sujeitos deixaram claro essa confusão sobre o que é ser quilombola ou quilombo, como expressa a fala dos respectivos sujeitos:

O que é ser quilombola... quilombola pra mim eu não sei não, fico até meio em dúvida, por que... primeiramente eu acho que é pela gente ser depende de governo, vive em uma comunidade onde a maioria é tudo negro então põem o nome de quilombola, aí através disso que entra o projeto quilombola... e esse é o projeto quilombola que entra nas nossas vidas. [...] Na época pra falar a verdade o povo nem sabia o que era quilombola então com o passar do tempo foi assinado um projeto em Brasília o povo não sabia o que era isso, a partir de uns cinco anos pra cá que foi esclarecido mais ou menos, uns cinco ou até mais, sobre quilombola e hoje fica assim, uns quer outros não quer, não sabe se é bom, não sabe se é ruim (Eugênio Martins da Silva – 03/03/2012).

Olha eu sempre fui quilombola e não sabia... pelo fato da gente ser negro e discriminação a gente nem gostava de falar que era negro. [...] Então... agora a gente tem conhecimento né... que quilombo né é uma união, um agrupamento de pessoas que convive em um lugar deserto, de difícil acesso e com muita dificuldade (Joana Carlos dos Santos – 03/03/2012).

É... eu acho assim que... pra fala que a nossa comunidade é quilombola tem que fala daquela pessoa que veio de lá da escravidão, que foi escravo e que chegou aqui né... é... mas o que a gente vê o meu avô não foi escravo, quando ele veio pra cá ele já tava libertado e outra aqui ele não apossou dessa terra... essa terra aqui ele comprou... entendeu (Maria Aparecida Martins – 25/02/2012).

Pra mim ser quilombo hoje... no meu conhecimento a gente conhece bem pouco né... mas assim, hoje várias coisas na comunidade, tipo área de pé que não é regularizada... por que aqui tem escritura dos antigos, a fazenda tem uma escritura só, aí foi dividindo entre os herdeiros né, só que foi dividido só em folha de INCRA,

não foi dividido documentalmente, como se cada um tivesse feito escritura, não é... a escritura que tem aqui hoje é só a velha (Admilson Sergio do Carmo – 03/03/2012).

É mister registrar que a primeira visita à Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, no ano de 2010, o morador mais velho da comunidade nos disse que ele não era quilombola, alguém foi até ele e disse que Furnas do Dionísio era um quilombo, mas ele afirmava que nunca foi quilombola e agora também não ia ser. Esse é um pequeno retrato da realidade das comunidades quilombolas em todo país, pois há um conflito grande por parte desses sujeitos entre subjetividade e coletividade, estando essa identidade associada ao passado, a benefícios políticos, a posse da terra, como fica expresso nas falas dos sujeitos que transcrevemos a cima. Eles demonstram um desconhecimento sobre o que é ser quilombola, como se fosse uma identidade pronta, a qual deversem assumir. Não se sentem quilombolas e não pensam nisso como construção desse processo e dessa identidade.

Assim, há entendimento de que quilombo é sinônimo de ter acesso à terra e a bens dos quais se não forem quilombolas não teriam, ou ainda, associando quilombo a uma busca por um passado, que como afirma Maria Aparecida Martins, nem sempre existiu. Outra questão que nos chama a atenção é a fala de Joana Carlos do Santos, descrevendo o quilombo a partir de definições. É uma descrição típica das cartilhas de políticas criadas pelo próprio Estado e é reafirmada nas falas dos militantes do Movimento Negro.

Reafirmamos então que essa identidade ainda carece de compreensão. Eles desejam que pessoas do Governo possam explicar a eles o que é um quilombo e como é ser quilombola. Como se fosse um “molde”, a qual eles tivessem que se encaixar. Não enxergam que se trata de algo recente e uma identidade em construção, dependendo apenas de si mesmos e não da definição *a priori*.

É precisamente por que as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formação e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2004, p 109).

A afirmação de Hall (2004) vem do encontro com a análise, pois é perceptível que a formação dessa identidade quilombola, faz parte do discurso do governo.

Observamos a não participação desses sujeitos nesse processo. Tomamos como análise a Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, que no ano de 2011, demonstrou com clareza, através da participação da maioria dos moradores da comunidade, que não queriam mais receber o título de posse coletiva como quilombo emitido pelo INCRA. Porém não é possível mais parar essa identificação pela sua condição constitucional. O processo continua em andamento, ou seja, o governo precisa definir reconhecer e titular as terras dos “remanescentes de quilombo” no Brasil. Ao ser reconhecida como quilombo, definiu-se a condição social e coletiva da terra quilombola. O entendimento é que não cabe a esses sujeitos a escolha, pelo menos não mais nesse momento.

Cabe pensarmos: “quem decidiu?” ou se foram às decisões permeadas por interesses particulares, no interior da comunidade e no enfrentamento político interno, uma vez reconhecidos, a previsão constitucional indica o caminho da “compensação” pela condição histórica que os quilombolas foram submetidos, para além da questão racial, tendo parte as comunidades negras rurais negras, ficando sempre em condição de dificuldades, sem incentivo e investimentos por estarem fora da lógica hegemônica da economia e dos mercados. Certamente tais comunidades são resistentes. O PBQ é uma oportunidade. No caso de Furnas do Dionísio essa resistência é fato, ainda que a lógica interna seja da propriedade privada.

Trata-se de aceitar a condição e tomar para si (a comunidade), a própria construção indetitária. Condição que não é fácil, pois está permeada pela base ideológica dominante da sociedade brasileira.

Segundo a autora Kathyn Woodward (2004), “[...] a identidade é marcada pela diferença” (p. 11), destacando que essas diferenças se fazem através da marcação simbólica, de práticas e relações que apresentam algum sentido para os sujeitos.

Na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, o dia 20 de novembro, considerado o dia da Consciência Negra, celebra uma festa onde ocorre um desfile da beleza negra, em que as crianças desfilam e as mulheres ensinam umas as outras a fazerem traças rastafári nos cabelos, como demonstra as Fotos 23 e 24.

**Foto 23 – Desfile da Beleza Negra – Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010

**Foto 24 – Mulheres Fazendo Trança de Rastafári – Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.**



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010

Certamente, a afirmação da negritude desses sujeitos é valorizada, embora muitos não se reconheçam subjetivamente como quilombolas, mas se reconhecem e afirmam a sua identidade negra.

Uma marca dessa identidade em construção na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio são as Danças do Engenho Novo e do Catira. A Dança do Engenho Novo é recente na comunidade, sendo este um projeto desenvolvido pela Escola Municipal Dionísio Antonio Vieira – Pólo. Esse projeto já permitiu aos alunos que dançam o Engenho Novo se apresentem em outras escolas.

A Dança do Catira é realizada desde a formação de Furnas do Dionísio, uma dança tradicional da comunidade, porém, quase desapareceu ao longo dos anos, sendo praticada apenas por um pequeno grupo formado por moradores mais antigos. Também realizam apresentações fora da comunidade, sendo a Dança do Catira considerada pelos moradores de Furnas do Dionísio como um símbolo de tradição. Essa tradição foi trazida pelos fundadores da comunidade.

A produção de rapadura e farinha também são símbolos materializados na comunidade, não que eles produzam apenas esses produtos, mas são artigos conhecidos e reconhecidos por outros sujeitos, seja na cidade de Jaraguari e nos arredores da comunidade, como uma produção típica que marca simbolicamente esses sujeitos.

A Comunidade de Furnas do Dionísio conta com uma produção literária especial feita pela autora Sirlene Jacque de Paula Silva, uma escritora que residia na comunidade até o falecimento do seu esposo e que se encontra morando em Portugal. Ela escreveu o livro **Flor do Quilombo: Lendas e Narrativas de Furnas do Dionísio** (Foto 25). Segundo a autora, o livro tem como objetivo reunir as lendas de Furnas do Dionísio para que não se percam, pois marcam a história e identidade da comunidade, que precisa resgatar as suas práticas, não de volta ao passado, mas com a construção do presente e do futuro.



**Foto 25 – Livro - Flor do Quilombo: Lendas e Narrativas de Furnas do Dionísio**

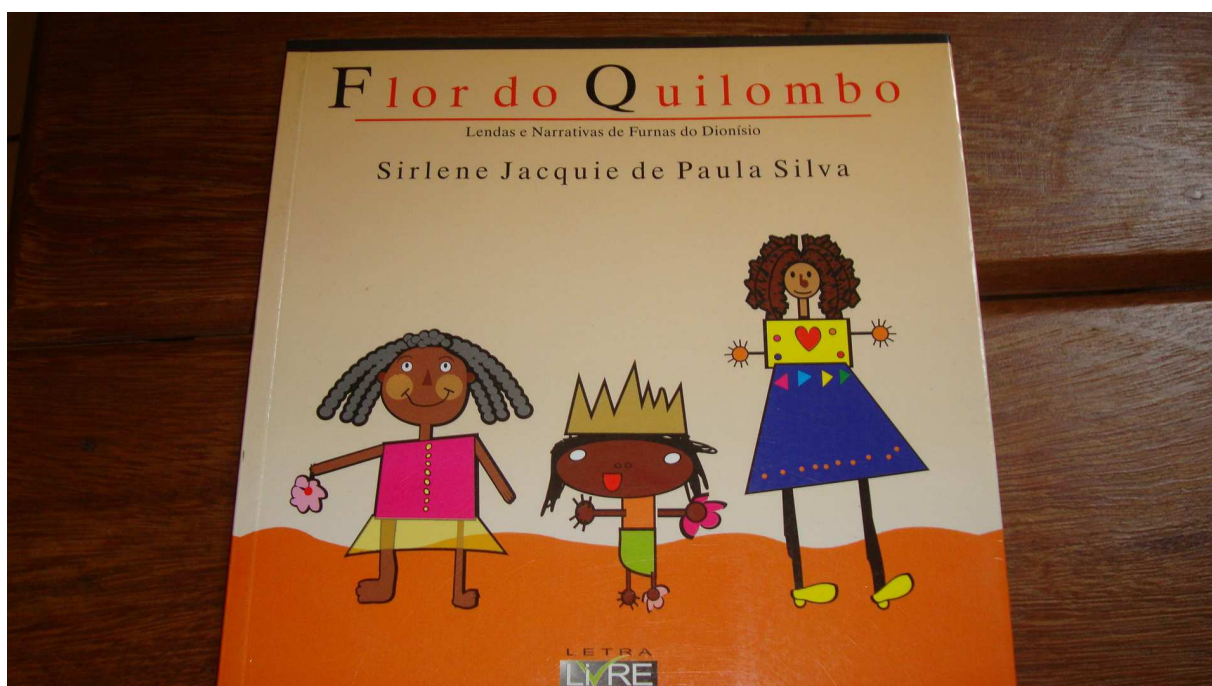


Foto: Daiana Perogil 25/07/2012

A identidade na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio se encontra em construção, entrando em choque com o passado e o presente. O passado dessa comunidade, não é/ou está vinculada a uma condição de reduto de escravos fugitivos, mas não há dúvida que remonta a uma família formada por ex-escravo livres que ocuparam e pagaram pela terra. Isso faz desses sujeitos quilombolas, que lá se territorializaram e produziram a sua subsistência, tendo agregado valor histórico e social ao território e impresso nele um modo de se fazer que é próprio. É preciso reconhecer a sua particularidade pela sua construção histórica e pela resistência de manutenção dessa população negra rural nessas terras herdadas de Dionísio.

A identidade negra rural ali impressa está mesclada pela tradição; incorporação da propriedade privada, como princípio e pela oportunidade que a Constituição Federal de 1988 e o PBQ trouxe para os sujeitos enquanto indivíduos e comunidade.

Aspectos contraditórios e recentes que se inserem no viver dos mais velhos e dos mais novos, trazendo conflitos e possíveis mudanças a serem (re)desenhadas no processo de construção desse viver em um terra coletiva, definida como quilombo e para os quais esses sujeitos poderão se (re)organizar.

## **4 – Considerações Finais**



Durante quase cem anos, as comunidades quilombolas ficaram ausentes do cenário político-social, pois com a abolição da escravidão, em 1888, acreditou-se que os quilombos haviam se extinguido, já que os mesmos eram pensados como redutos de escravos fugitivos. Entretanto, no meio rural, encontrava-se uma população negra, marginalizada e excluída que se agregavam para dar continuidade a sua existência, bem como, as suas tradições e modo de viver.

As comunidades rurais formadas por negros ficaram excluídas das ações estatais e invisíveis para a sociedade e o Estado, até o ano de 1988, com Constituição Federal, que garantiu em seu Artigo 68, o direito da posse da terra aos “remanescentes de quilombo”. Terminologia até então considerada extinta, o termo quilombo sofreu ressemantização.

O território em que se encontrava a população negra do meio rural, era conhecida como “terras de pretos” e “mocambos”. Após a Constituição Federal de 1988, esses sujeitos são (re)conhecidos como quilombolas, entretanto esse não foi um passo dado pelas comunidades, por sua condição identitária e sim pelo Movimento Negro.

A partir de então (re)surgem esses “novos” sujeitos, os quilombolas, na arena política, passando a terem direitos garantidos, entrando nas discussões e ações do Estado. A garantia e o acesso a esses direitos foi um processo lento, pois as primeiras ações estatais que essas comunidades receberam foi no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), em 1995, ou seja, após sete anos desde a Constituição Federal é que deu-se o início ao processo de legalização das terras quilombolas.

Muitas comunidades se encontravam em estado de miserabilidade, sem acesso à educação, saúde, moradia e saneamento básico. Diante dessa situação o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), que tinha como base discursiva um governo popular, lançou em 2004 o Programa Brasil Quilombola (PBQ), elaborado com o objetivo principal de regularizar as terras quilombolas, mas também promover o acesso a políticas governamentais que auxiliem na geração de renda e permanência no campo.

A análise teórica do PBQ nos trouxe a compreensão a respeito da política. Trata-se de uma política de governo, trabalhando com a transversalidade, ou seja, utiliza-se de outras políticas e programas já existentes, injetando recursos para que várias políticas de governo atuem em áreas quilombolas. Sendo assim, a maioria das ações nas

comunidades quilombolas resultam dessa parceria do Programa com políticas de outros ministérios. O resultado dessa transversalidade demonstra que há dificuldades, no modelo, a começar pela invisibilidade que o PBQ assume nas ações realizadas nas comunidades quilombolas.

O trabalho de campo, através de entrevistas diretas e indiretas, na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio – Jaraguari/MS, nos proporcionou o entendimento dessa questão da invisibilidade, pois 86% dos entrevistados alegam que não conhecem o PBQ, fator que nos trouxe espanto, já que os relatórios de governo apresentam ações do Programa na comunidade.

A transversalidade do Programa tem ocasionado a sua invisibilidade e consequentemente o não reconhecimento por parte das comunidades quilombolas, pois não há uma política específica do PBQ, a não ser o processo de titulação. O PBQ usufruiu de outras políticas, injetando verbas para que tais políticas atendam em áreas quilombolas e com isso não aparece o seu nome, devido também ao fato de que a coordenação do PBQ, a SEPPIR, está ligada ao gabinete da república.

Pensamos que, devido à Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio ser a segunda maior comunidade do estado de Mato Grosso do Sul, e consequentemente uma das que mais recebe ações estatais, diversas são as políticas implementadas, o que dificulta o diferenciamento dessa gama de política, um dos fatores que justificam essa invisibilidade também. Várias ações do PBQ aparecem como do Governo do Estado, em parceria com o “Governo Federal”. O PBQ não tem identidade.

Também ocorre a falta de conhecimento sobre o PBQ parte dos próprios sujeitos que representa a comunidade politicamente, no caso dos ex-presidentes da Associação, embora em sua maioria conheçam o Programa, afirmam não terem trabalhado com ele em sua gestão. Apenas um ex-presidente, afirmou ter trabalhado com recursos do PBQ. A atual presidente da Associação, inclusive sequer conhece o PBQ. Sem dúvida isso é uma lacuna da política.

É uma situação contraditória, por que as ações do Programa vêm sendo executadas na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, desde o ano de 2005, como apontam os relatórios de gestão analisados. A nossa visita a campo também nos permitiu comprovar a materialização dessas ações, como por exemplo: a energia elétrica beneficiando a toda comunidade através do Programa “Luz Para Todos”, em parceria com PBQ; a construção de quatro reservatórios de água para um maior abastecimento da comunidade, parceria essa do PBQ com a UNASA; as casas construídas a partir do

Programa MS Cidadão Casa da Gente – Subprograma Meu Lar – Quilombo, parceria entre o PBQ e a Secretaria de Habitação – SEHAC/MS e o custeio para a regularização da área em quilombo através do INCRA, custos assumidos exclusivamente pelo PBQ.

Com isso, podemos afirmar que as ações do PBQ tem sido desenvolvidas na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, embora tenha deixando lacunas, como na área da saúde em que nada foi desenvolvido e na agricultura, fonte de renda e subsistência desses sujeitos, não apoiados pelo Programa.

Essa invisibilidade parte do desconhecimento desses sujeitos sobre o Programa, um reflexo proporcionado pela própria política, pois os moradores da comunidade afirmam que nunca esteve em Furnas do Dionísio um agente/técnico do Programa para lhes informar a respeito das suas ações, seus recursos e como acessá-lo. Dificuldades também dos órgãos que os representam como a CONAQ/MS e a CONERQ/MS, que alegam dificuldade em ter acesso ao Programa, além de demonstrarem desconhecimento em relação a política.

Observamos que é uma reação em cadeia, pois a política não tem visibilidade devido a problemas referentes à execução, monitoramento e divulgação, ficando desconhecida para os órgãos e os sujeitos que representam politicamente essas comunidades, para tanto, os moradores que não estão politicamente envolvidos também vão desconhecer, por que não há divulgação do Programa na comunidade de Furnas do Dionísio, pois os seus representantes não reconhecem as ações do Programa e não há divulgação do nome do PBQ nas obras que já foram realizadas nas comunidades, ficando o Programa desconhecido para essa população, não só em Furnas do Dionísio, mas também nas demais comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul.

Outro ponto importante da análise é o orçamento para o PBQ. Observamos que há uma grande quantidade de recursos liberados para esse segmento e baixa a execução dos recursos empenhados. São inúmeras as necessidades dos “remanescentes de quilombo” e esses recursos não chegam até eles. Encontramos pelo menos duas possíveis respostas para entender essa situação. Primeiro, pode estar relacionada com a não participação da gestão municipal, que não tem interesse em investir nas comunidades, até por que não concordam com essa idéia de quilombo que muitas vezes vai de encontro com os interesses do grande capital. Sem a participação com 10% do investimento obrigatório por parte das prefeituras, não há execução do PBQ.

Uma segunda resposta, que até pode ser juntada à primeira, é a falta de projetos. Essa é uma questão burocrática da qual esses sujeitos não tem conhecimento para

realizar tal elaboração, cabendo esse papel também aos órgãos que os representam, para auxiliar e incentivar essa questão, contudo, como já mencionamos os próprios órgãos não reconhecem as ações do Programa, ou não sabem como ter acesso ao mesmo, o que dificulta a elaboração desses projetos, fazendo com que uma quantidade significativa de recursos seja devolvido para o tesouro, desde o início da instalação do Programa, sendo usado como um forte argumento pelos sujeitos contrário a política.

O discurso de não-participação; de propriedade coletiva x privada e de “aparelhamento” da Associação, seja pelos interesses políticos eleitorais, seja por interesses particulares, são também importantes e colaboram para desclassificar a política e o Programa.

No embate sempre desproporcional, no interior dos governos, mesmo um governo cuja sigla máxima esteja vinculada ao movimento dos trabalhadores, entre as frações dominantes da sociedade, o não-reconhecimento de políticas sociais entre os pares e para os pares, demonstra a razão apontada por Poulantzas (1985), em que fica explícito o modo que se dá a cooptação das frações de classe na organização dos governos, fundamentalmente, os governos chamados populares.

Assim, no campo da disputa por orçamento, a pouca visibilidade e a inexecução orçamentária podem conduzir ao desaparecimento da política.

A identidade quilombola ainda encontra-se em construção. Estando atrelada com o Estado através do PBQ e do Movimento Negro. A partir das entrevistas que realizamos na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, percebemos que esses sujeitos assumem coletivamente essa identidade, mas não subjetivamente, pois desconhecem o que é ser quilombola, deixando claro que houve interferência de pessoas de fora da comunidade para que esse processo de (re)conhecimento acontecesse, ou seja, a manifestação de “ser” quilombola não partiu desses sujeitos.

Em Furnas do Dionísio, ser quilombola tem sido tratado como uma oportunidade de reconhecimento, mas também como possibilidade de acesso a políticas e ações governamentais, e o direito da posse de seus territórios. O PBQ contribui para essa questão, pois para ter acesso as ações do Programa é necessário que as comunidades se auto-reconheçam como quilombolas, possuindo o título expedido pela Fundação Cultural Palmares, ou seja, assumam a identidade quilombola, por que sem o “reconhecimento” não há investimento.

O fato é que a identidade quilombola aconteceu de fora para dentro da comunidade. Nesse sentido, trata-se de uma identidade em construção e que não tem

como ser única, mas sim múltipla, pois ser quilombola carrega em si a multiplicidade, que tem as suas particularidades nos processos vividos e que deram origem às diferentes comunidades “remanescentes de quilombo”.

Ao pensarmos sobre o PBQ, vemos que se faz necessário mudanças na forma de sua execução, seja na sua condição de transversalidade, seja nas parcerias estabelecidas com outros níveis de governos com objetivos de garantir a execução das ações planejadas e necessárias para a demarcação e legalização das terras ocupadas, de modo coletivo além de proporcionar investimentos em serviços essenciais e também na produção, contribuindo para a geração da renda.

O PBQ tem tido baixa execução orçamentária, que pode comprometer a manutenção da política e orçamentos futuros.

Na Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio, o PBQ tem se apresentado deficiente na área da saúde e no desenvolvimento da produção agrícola, entre outras necessidades já mencionadas. Contudo, a política é recente, sendo necessária a continuidade da análise, pois a mesma provoca mudanças no território e na territorialidade dessas comunidades, que se apresentam como avanços e/ou retrocessos.

Essa compreensão não elimina a realidade vivida no interior da comunidade, qual seja que efetivamente se há a intenção expressa pela política de reconhecimento desses sujeitos, eles não participam diretamente das decisões.

São “subalternos”, no dizer de Spivak (2010), em que, subalternos são aqueles sujeitos cuja voz não pode ser ouvida, afirmando que “o subalterno não pode falar” (p. 126). Transferimos essa afirmação para a realidade quilombola, pois esses sujeitos não estão sendo ouvidos. O PBQ é um exemplo disso, seja nos objetivos, seja na forma de sua execução.

Diversas ações tem sido trazidas para essas comunidades, que não condizem com as suas reais necessidades, até por que trata-se as comunidades quilombolas como se todas fossem iguais. Não se leva em consideração as suas particularidades, diferenças e necessidades que variam muito de uma comunidade para outra, de um sujeito para outro. Com a pesquisa, observamos claramente que esses sujeitos não são ouvidos, ficando os mesmos *a mercê* das relações de força do bloco de poder.

É visível que ainda muito se desconhece sobre a realidade dessas comunidades quilombolas, seja pelos setores do governo que originam a política, seja pelos próprios dirigentes do Movimento Negro e que a análise em questão é parcial, todavia, se é possível destacar um aspecto do Programa, pois a partir da sua proposição, como

política governamental, essas populações rurais, abandonadas pela história, invisíveis para a sociedade, passaram a existir como “remanescentes de quilombo”, como sujeitos de uma identidade em construção.

## **5 - Referências Bibliográficas**

ACSELRAD, H. **Sociedade Civil, Democracia e Governabilidade**. In: RATTNER, H. **Brasil no limiar do século XX**. São Paulo. Ed. FAPESP/Edusp, 2000. p. 85-93.

ADESKY, J. **Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Pallas, 2001.

AGUIAR, M. M. **A especificidade da ação afirmativa no Brasil: o caso do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba – MG**. Dourados. Ed. UFGD, 2009.

ANJOS, R. S. A. **Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica Territórios Tradicionais**. Ed. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil**. In: SANTOS, R. E. **Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2007. p. 115-136.

ARRUITI, J. M. A. **A emergência dos “remanescentes”**: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Rio de Janeiro. Revista Mana. Vol.3, 1997. Disponível em: <www.scielo.br>. Acessado: 23/10/2011.

\_\_\_\_\_. **Quilombos**. In: PINHO, O. **Raça: Perspectivas Antropológicas**. Campinas – São Paulo, 2008. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/pos/antropologia/index.php?texto=josearr - 33k>. Acessado: 16/04/2011.

BANDEIRA, M. L. & DANTAS, T. V. S. **Furnas do Dionísio (MS)**. In: O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 213-253.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído**. São Paulo. USP, 2007.

BRASIL. **Avança Brasil – Luz no Campo**. Disponível em: <www.abrasil.gov.br>. Acessado: 23/03/2012.



BRASIL. Constituição (1988). **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:** Art. 68, Art. 215 e Art. 216. Ed. OESP, São Paulo, 1988.

BRASIL. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombola - CONAQ. In: <[www.conaq.org.br](http://www.conaq.org.br)>.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. In: <[www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br)>.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. In: <[www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)>.

BRASIL. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. In: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>.

BRASIL. **Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo pela cidadania e pela vida.** Brasília, 1995. Disponível em: <[www.eliagonzalez.org.br/material/Marcha\\_Zumbi\\_1995\\_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf](http://www.eliagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf)>. Acessado: 16/06/2011.

BRASIL. Portal Orçamento – Senado Federal. Disponível em: <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acessado: 11/07/2012.

BRASIL. O Programa Brasil Quilombola. Disponível em: <[www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)>.

BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPIR – Brasília, 2005. Disponível em: <[www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)>.

BRASIL. **PPA (2004-2007) e PPA (2008-2011)** - Sistemas de Informações Gerenciais e de Planejamento. Disponível em: <[www.sigplan.gov.br](http://www.sigplan.gov.br)>. Acessado: 20/12/2011.

BRASIL. Programa Bolsa Família. Disponível em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acessado: 31/01/2012.

BRASIL. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Disponível em: <[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)>. Acessado: 31/01/2012.

BRASIL. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – “Luz Para Todos”, 2009. Disponível em: <[www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)>.

BRASIL. **RELATÓRIO DE GESTÃO 2003-2006**. Promoção da Igualdade Racial – Brasília, 2007. Disponível: <[www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)>. Acessado: 16/04/2011.

BRASIL. **RELATÓRIO DE GESTÃO DO PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA** 2009. Presidência da República - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. Brasília, 2010. Disponível em: <[www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)>. Acessado: 16/04/2011

BRASIL. **Relatório de Gestão 2005 – FUNASA**. Disponível em: <[www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)>. Acessado: 24/03/2012.

BRASIL. Resolução nº 429, de 28 de fevereiro de 2001. CONAMA define o uso das competências para a recuperação de APPS. 2011, p. 76. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res11/res42911.pdf>>. Acessado: 04/04/2012.

BRASIL. Secretária Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial - Seppir. In: <[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)>.

BRASIL. **SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**. I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial – Relatório Final. Brasília, 2005.

BRASIL. **UM FÓRUM PARA A IGUALDADE RACIAL**: Articulação entre Estados e Municípios. SEPPIR - São Paulo, março de 2005.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política**: território, escala de ações e instituições. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2005.

CHARTIER, R. **A beira da falésia**. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2002.

CLAVAL, P. **O Território na Transição da Pós-Modernidade**. In: Revista *Géographies et Cultures*. Nº 20, Paris, 1996.

DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos históricos. São Paulo, 2007. Disponível em: <[http: www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acessado em: 16/04/2011.

\_\_\_\_\_. **Movimento Negro Brasileiro**: histórias, tendências e dilemas contemporâneos. In: Dimensões: Revista de História da UFES. N. 21. Vitória – ES – PPGHis – UFES, 2008. p. 101-124.

FREITAS, D. **Palmares**: a guerra os escravos. Ed. Mercado Aberto, 5ª edição. Porto Alegre, 1984.

GOETTERT, J. D. **Aos “vadios”, o trabalho**: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. Revista Formação. N. 9. V. 2. Presidente Prudente: PPGG – UNESP, 2002. p.251-286.

HAESBAERT, R. **Concepções de Território para Entender a Desterritorialização**. In: Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Ed. DP&A, Rio de Janeiro, 2000. p. 43-69.

\_\_\_\_\_. **Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização**. In: \_\_\_\_\_. **Século XXI – Por uma nova regionalização?** Niterói – Rio de Janeiro. Ed. Max Limonad, 2004. p. 173-193.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª edição. Ed. Bertand Brasil, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. 2 edição. São Paulo. Ed. Contexto, 2006.

HALL, S. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, T. T. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos Culturais. Petrópolis – Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2004.

HOBSBAWN, E. **Introdução: A Invenção das Tradições**. In: HOBSBAWN, E. & RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. Coleção Pensamento Crítico. V. 55. 2002.

IANNI, O. **Escravidão e Racismo**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1978.

JUNGES I. E. D. & ALMEIDA M. C. **Georreferenciamento fotográfico no quilombo Furnas do Dionísio**. 2005. 60 f. Monografia - Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Campo Grande –MS.

LEITE, C. D. **Memória e História de Furnas do Dionísio**. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro Universitário de Aquidauana/MS – UFMS, 1994.

MASSEY, D. B. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. AGRAER/MDA – Elaboração do Plano de ATER/2011. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER.

MATO GROSSO DO SUL. **Coletânea sobre as comunidades negras rurais quilombolas de Mato Grosso do Sul**. Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Campo Grande, 2009.

MATO GROSSO DO SUL. Coordenadora da CPPIR/MS elogia projeto “Casa Quilombola” do governo estadual. **Pantanal News**. Corumbá, 14/05/2011. Disponível em: <<http://www.pantanalnews.com.br/contents.php?CID=70592>>. Acessado: 18/01/2012.

MATO GROSSO DO SUL. Governo entrega hoje usina em Furnas do Dionísio. **Midiamax**. Campo Grande, 01/08/2002. Disponível em: <[http://www.midiamax.com.br/view.php?mat\\_id=8172](http://www.midiamax.com.br/view.php?mat_id=8172)>. Acessado: 10/11/2011.

MATO GROSSO DO SUL. **PROGRAMA ILE-ÈGBÉ**: Quilombolas produção, desenvolvimento e sustentabilidade. Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira – ICAAB. Campo Grande, 2010.

MATO GROSSO DO SUL. Secretária de Estado de Habitação e das Cidades – SEHAC. In: <www.sehac.ms.gov.br>.

MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1990.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, A. M. & MARINHO, M. **Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio**: manifestações culturais, turismo e desenvolvimento local. In: Instituto Virtual de Turismo. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1154/115416150004.pdf>> – Caderno Virtual de Turismo Vol.5, 2005. Acessado: 10/09/2009.

OLIVEIRA, F. **A Crise da Crise**. In: Os Direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia perfeita. Petrópolis – Rio de Janeiro. Ed: Vozes, 1998, p. 43-48.

PAIXÃO, M. **Manifesto Anti-Racista**: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro. Ed. DP & A/UERJ, 2006.

PAULA, M. **Políticas de ação afirmativa para negros no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 149 f. Mestrado em História, Política e Bens Culturais – Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

PAULETTI, M. S. **Agricultura Familiar de Furnas do Dionísio**: perspectivas de desenvolvimento local. 2003. 100 f. Monografia – Curso de Agronomia – Centro de Ciências Agrárias - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Campo Grande – MS.

PERES, A. D. **Movimento Quilombola e o Capitalismo no Brasil**. Londrina, 2009. Disponível em: <www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal>. Acessado em: 15/10/2009.

PESAVENTO, S. J. **Em busca de uma outra história:** imaginando o imaginário. V. 15 Nº. 29 In: Revista Brasileira de História. São Paulo, 1995. p. 9-27.

POULANTZAS, N. **O Estado, o Poder, Socialismo.** 3ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1985.

QUIJANO, A. **O que é essa tal de raça?** In: SANTOS, R. E. **Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais:** o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2007. p. 43-51.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo. Ed. Átic, 1993.

RATTNER, H. **Brasil no limiar do século XX.** São Paulo. Ed. FAPESP/Edusp, 2000

RATTS, A. J. P. **(Re)Conhecer Quilombos no Território Brasileiro:** estudos e mobilizações. In: FONSECA, M. N. S. **Brasil Afro-Brasileiro.** 2ª edição. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2006. p. 307-326.

RODRIGUES, V. **Programa Brasil Quilombola:** um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombo. In Cadernos de Gestão Pública. V.15. N. 57, São Paulo, 2010. P. 1-16.

SÁ, C. S. & AMARAL, S. T. **As Comunidades Quilombolas no Brasil.** Marília, 2009  
ETIC – ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. Disponível em:  
<[www.eumed.net/rev/cccss/12/dp.htm](http://www.eumed.net/rev/cccss/12/dp.htm) - 62k >. Acessado: 12/02/2012.

SACK, Robert. **Human Territoriality:** in theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo. Ed. Boitempo, 2007.

SANTOS, M. **Ser negro no Brasil hoje**. 2000. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/11/268008.shtml>>. Acessado: 16/04/2011.

SCHIMITT, A; TURATTI, M. C. M. & CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo**: identidade e território nas definições teóricas. Campinas, 2002. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acessado: 28/02/2012.

SIQUEIRA, M. L. **Quilombos no Brasil**: e a singularidade de Palmares. Bahia, 2007. Disponível em: <[www.smec.salvador.ba.gov.br](http://www.smec.salvador.ba.gov.br)>. Acessado: 19/08/2009.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2010.

VERDUM, R. **Brasil**: Governo resiste a reconhecer territorialidade quilombola. Entrevista Disponível em <<http://www.cipamericas.org/pt-br/archives/2831>>. Acessada: 23/11/2011.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis - Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2004.

## **6 - ANEXOS**



## **ANEXO 1 - Questionários**

### **Questionário 1**

Questionário – O Programa Brasil Quilombola.

Pesquisadora: Daiana Perogil – Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFGD.

Nome:

Data:

1 – Você conhece o Programa Brasil Quilombola?

2 - Se sim, qual a sua opinião sobre o Programa Brasil Quilombola?

3 – Você mora em Furnas do Dionísio?

4 – Se sim, qual a sua opinião em relação às ações governamentais em Furnas do Dionísio?

5 – Se não, qual o motivo que levou a sua saída da comunidade?

6 – Quais os pontos positivos e negativos que você poderia destacar que ocorreu após a chegada do Programa Brasil Quilombola? E após a comunidade de Furnas do Dionísio ser reconhecida e legalizada pelo INCRA como Quilombo?

7 – Sabemos que ainda existem muitas necessidades dentro da comunidade de Furnas do Dionísio, em sua opinião quais os problemas enfrentados pelos moradores de Furnas? E o que precisa ser mudado para a melhoria de vida da comunidade?

8 – Quais são as atividades econômicas e culturais desenvolvidas na comunidade?

9 – O que é ser quilombola?

## Questionário 2

Questionário – O Programa Brasil Quilombola.

Pesquisadora: Daiana Perogil – Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFGD.

Nome:

Data:

1 – Você conhece o Programa Brasil Quilombola?

2- Qual a sua opinião em relação as ações governamentais em Furnas do Dionísio?

3- O que é ser quilombola?

## ANEXO 2 – Entrevistas Transcritas

### Entrevistado 1 - Moradora da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio

Nome: Ceci Barbosa da Silva

Data: 25/11/2011

**Entrevistador:** Primeiramente gostaria de saber o seu nome completo.

**Entrevistado:** Ceci Barbosa da Silva

**Entrevistador:** Diversos projetos vindo do governo tem chegado até a comunidade, o que Senhora acha desses investimentos, tem sido bom ou não? E em sua opinião, o que ainda falta na comunidade?

**Entrevistado:** Aqui na comunidade na realidade, olha a gente tem a indústria aqui né...

**Entrevistador:** O que vocês produzem nessa indústria?

**Entrevistado:** Produzem rapadura, açúcar mascavo, tudo o que for derivado de cana né... a gente... eu acho que aqui falta... falta, meio de produção que não adianta ter aí a indústria que está aí parada que vem um moe um tanto, na outra semana o outro moe, não é aquele trabalho efetivo, por que se a gente tivesse matéria prima pra fazer a gente teria assim um lucro muito bom para a comunidade é uma coisa muito ótima né, o trator que nem aí a presidente falou (...) e um caminhão pra puxar né as verdura que o povo planta né que é muito... é muita plantação por que muitos só dependem daquilo pra viver né e o que planta às vezes não tem jeito de ir tudo, as vezes vai não vende e volta pra traz por que o caminhão paga frete, se a gente tiver um da gente da comunidade melhora nas despesas e pode ter um que vai junto daqui que já tem os local de entregar certinho é melhor do que perder né tem um aproveitamento muito melhor então o caminhão é muito importante para nós.

**Entrevistador:** O que você pensa sobre esses investimentos que vieram, melhorou a vida de vocês, eu sei que você está aqui há bastante tempo, o que você pode me dizer a esse respeito?

**Entrevistado:** Ah melhorou sim, melhorou muito... melhorou muito aqui tanto os homens como as mulheres são muitos dispostas pra adquirir a vida, pra poder manter a família né... então é um meio, por que homem pode estar na roça trabalhando e a mulher pode estar com ele atrás, por que aqui todas as mulheres sabe fazer rapadura né, fazer o açúcar mascavo se tivesse matéria prima pra fazer (...) investia nela por que podia vender e exportar né... que a gente logo no começo a gente recebia telefonema de fora de vir carreta pra pegar, mas como a gente não tinha matéria prima, material ficava difícil... fica difícil não é você tem vontade de trabalhar, mas precisa de ter a matéria prima.

**Entrevistador:** E o que mais vocês produzem aqui na comunidade?

**Entrevistado:** É... o que mais planta é a mandioca que vende por taião, por que não tem como levar pra vender a caixa né, por que se vender na caixa fica melhor pra eles, mas aí vende aquele taião e todo mundo fica feliz por que vendeu né, por que essa época... por que além das pessoas que fazem a farinha quando termina o taião dele tem que comprar de outro e pra fazer a farinha pra revender... não é difícil então tinha que ter bastante pra poder manter o trabalho pra não falta, por que agora a farinha... de tudo o trabalho se você tiver efetivo não faz falta, um ta fazendo farinha, outro está fazendo rapadura, mas tem né... agora você vê o tanto de mulher nem todas ajudam... (...)

**Entrevistador:** Os recursos vindos da produção como é que vocês dividem esses recursos?

**Entrevistado:** Olha é... as vezes é individual, a maioria é individual né... mas quando é trabalhado aqui (na associação) aí paga uma mensalidade, uma porcentagem ne pra associação.

**Entrevistador:** E sobre o posto de saúde que eu conversei com algumas pessoas e eles falaram que o posto de saúde não funciona que está faltando algumas coisas, o que a senhora pensa a respeito?

**Entrevistado:** Olha faz até tempo que eu não vou no posto de saúde eu trabalhei lá mais de 20 anos como zeladora hoje eu não sei te falar nada, por que nos aqui, principalmente, por que não adianta a comunidade ter um posto de saúde bom, como nós deveríamos ter, nos precisa ter um médico pra nos manter esse posto de saúde, nos precisa de alguém da nossa comunidade que nem nós já tivemos, que foi embora pra Campo Grande, uma pessoa que goste desse trabalho... não adianta você se formar na sua área se você não gosta daquilo, aí você abandona (...) está vindo um médico aqui uma vez por mês né... mas não é como ter um médico aqui na comunidade.

**Entrevistador:** E mais uma pergunta, você conhece o Programa Brasil Quilombola? Já ouviu falar?

**Entrevistado:** Olha eu não sei por que... teve uma pesquisa aqui do governo federal que envolve essa área, mas eu não entendo direito, não entendo sobre o Brasil Quilombola... não entendo.

**Entrevistador:** Ele é um programa difícil mesmo de entender... mas obrigada pelas informações.

Encerra a entrevista.

**Entrevistado 2 – Moradora e Professora na Comunidade Quilombola de Furnas do  
Dionísio.**

Nome: Joana Carlos dos Santos.

Data: 03/03/2012

**Entrevistador:** Primeiramente seu nome completo, por favor.

**Entrevistado:** Joana Carlos dos Santos.

**Entrevistador:** Joana, você já ouviu falar do Programa Brasil Quilombola?

**Entrevistado:** Não, essa é a primeira vez.

**Entrevistador:** Há vários investimentos na comunidade, essas casas que estão em construção, as instalações de energia elétrica, poços artesianos, você nunca ouviu falar que veio pelo Programa Brasil Quilombola?

**Entrevistado:** Não assim pelo Programa não, eu vi e acompanhei um pouco o processo dessas casas por que teve uma outra menina que ela fazia parte da associação aí quando a Cida virou presidente aí ela tomou conta, aí eu fui com ela em uma reunião, onde o candidato que estavam por trás dessas casas, aí a gente fomos lá aí ele disse que essas casas foram para Furnas através do meu mandato (...)

**Entrevistador:** Então em momento algum eles falaram que foi pelo Programa ou recursos do Governo Federal, ou disseram apenas que veio pelo Governo Estadual?

**Entrevistado:** Não, eles falaram sim dos recursos que vieram, agora eu só não sei te informar de onde foi se é pelo Programa, mas eles afirmaram que veio também pelo Governo Federal.

**Entrevistador:** E como você avalia essa chegada de políticas para Furnas?

**Entrevistado:** Olha pra nos, foi bom... foi muito bom por que tem pessoa aqui que realmente necessita dessas casas, tem umas até que não, mas tem realmente necessitam dessas casas.

**Entrevistador:** E as escolas, o que você diz a respeito da situação das mesmas nesse momento?

**Entrevistado:** As nossas escolas, bom... antigamente a dificuldade era muita agora mudou bastante e a gente quer que melhora mais. Do ano passado pra cá, tivemos um agrupamento das salas do estado, a junção de sala, então isso que não está sendo bom devido à quantidade de aluno. Essa parte não é a parte que está sendo bom pra escola, mas o restante...

**Entrevistador:** E o que você acha que está faltando aqui em Furnas do Dionísio ainda?

**Entrevistado:** Olha é... não é bem uma creche, mas uma creche com a pré-escola os dois juntos, por que nos temos criança de creche, mas temos muito mais crianças na pré-escola.

**Entrevistador:** O que é ser quilombola pra você?

**Entrevistado:** Olha eu sempre fui quilombola e não sabia... pelo fato da gente ser negro e discriminação a gente nem gostava de falar que era negro.

**Entrevistador:** O que é um quilombo pra você? Qual o significado?

**Entrevistado:** Então... agora a gente tem conhecimento né... que quilombo né é uma união, um agrupamento de pessoas que convive em um lugar deserto, de difícil acesso e com muita dificuldade.

**Entrevistador:** Quando iniciou o quilombo aqui, veio algumas pessoas conversarem com vocês a esse respeito?

**Entrevistado:** Olha vieram sim as pessoas conversar, mas apesar da comunidade é... alfabetizada então a gente tinha muito dificuldade sobre isso, então eles falam, falam, falam e a gente não entendia, aí foi esclarecendo por que cada um falava de uma maneira diferente, ia ser bom por causa disso, ia ser ruim por causa daquilo, tudo de maneira diferente e aí pela falta de entendimento as pessoas acabaram ficando assim.... e hoje ainda é muito assim, existe muito resistência por falta de um não esclarecimento melhor.

**Entrevistador:** Mas a maioria assume essa identidade quilombola ou não?

**Entrevistado:** Assume sim a identidade quilombola de boca, mas na hora do papel é muita resistência por que foi mal esclarecido o que ia fazer o que ia melhorar ou piorar, o que eu ia ganha com isso individualmente.

**Entrevistador:** Obrigada pela contribuição Joana.

Encerra a entrevista.

### **Entrevistado 3 – Ex-presidente da Associação da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.**

Nome: Nilton Pereira da Silva

Data: 25/11/2011

**Entrevistador:** Bom primeiramente eu preciso saber o seu nome, por favor.

**Entrevistado:** Nilton Pereira da Silva

**Entrevistador:** Nilton você ficou quantos anos na Associação?

**Entrevistado:** Sete anos

**Entrevistador:** E nesse tempo você trabalhou com o Programa Brasil Quilombola ou você não teve acesso a ele?

**Entrevistado:** Não, nos meus sete anos não tive acesso ao Programa Brasil Quilombola, por que na época que eu entrei ainda não existia, então trabalhava mesmo com a associação. Eu tinha um envolvimento com o movimento negro, mas independente dos outros fala de quilombola.

**Entrevistador:** Mas hoje na sua avaliação o que você acha sobre o Programa Brasil Quilombola? O que você vê, se ele tem feito alguma coisa na comunidade como é que você avalia isso aí?

**Entrevistado:** Eu mesmo, a minha avaliação hoje... eu avalio que é positivo por que através do Brasil Quilombola nos tivemos acesso a várias casas de habitação né, quase entorno aí de umas 100 casas construída que está pra terminar, então nos tivemos vários avanços como o bolsa família, o bolsa escola, então temos vários setores que avançou.

**Entrevistador:** E como você avalia essas políticas você acha que tem sido boa pra comunidade?

**Entrevistado:** Assim, tem sido boa por que, como uma maneira até de atrair nosso povo que estava saindo aqui da comunidade indo pra Campo Grande e a gente está vendo que o pessoal está louco pra retornar pra origem, por que vale a pena viver na comunidade.

**Entrevistador:** Uma das coisas que eu li sobre o Programa era a respeito de uma farinheira e eu sei que ela não está montada. Eu queria saber assim tem os equipamentos e como que ficou isso?

**Entrevistado:** Bom relação a farinheira já foi em uma outra gestão que na época que veio eu não sei... na minha época até inclusive quando ela chegou tava na minha gestão eu não montei por que eu entendi que quando se faz um projeto tem que o dinheiro pra montar, e na época veio a farinheira, mas não veio o dinheiro pra montar ela não chegou... e aí já estava pra assumir outro presidente, aí eu falei que nem ia toca isso aí...

então chegou o material mais o dinheiro que era pra montar, foi feito o valor todinho em contrato... só que eu não sei a onde que ta né...

**Entrevistador:** Conversando com a Cida ela demonstrou que desconhecia o Programa Brasil Quilombola, eu fiquei um pouco preocupada, aí eu pensei bem vou conversar com o pessoal da gestão anteriores para saber como isso está acontecendo... compreendi que tem muita política e fica difícil você definir de onde veio.

**Entrevistado:** É que geralmente o que acontece quando você está no poder fica fácil da gente ver, eu, por exemplo, na minha época de administração que eu mexia com o Movimento Negro (...) tanto é que na minha época a gente construiu essa escola, com o Movimento Negro...

**Entrevistador:** E como você avalia a relação da prefeitura de Jaraguari com a Comunidade?

**Entrevistado:** Olha hoje a administração de Jaraguari melhorou muito em relação a comunidade entrou um prefeito aí agora que ta atuante fazendo várias parcerias né, as vezes a associação solicita estrada, ponte aí né ele tem atendido nós então em visto do que era melhorou bastante.

**Entrevistador:** E a respeito do posto de saúde?

**Entrevistado:** Olha aquele a situação daquele posto de saúde está a desejar né... então essa parte a prefeitura não está atendendo é nessa parte aí... já houve em vários tempos projetos aí de um posto de saúde novo, mas só ta no papel até agora não construíram nada.

**Entrevistador:** Mais assim, vem médico atender ou está realmente desativado?

**Entrevistado:** Vem um médico uma vez por mês, mais posso considerar desativado, por que só vem uma vez por mês, duas vezes no mês. Até mesmo a remodelação do posto aqui só tem um prediozinho lá, que nem pode se chamar de posto... é necessário realmente construir um novo.

**Entrevistador:** E quando começou a construção das casas pelo Programa Brasil Quilombola você lembra?

**Entrevistado:** A construção das casas começou na minha gestão acho que 96 ou 94 assim... começamos com a ação do barbeiro diretamente com a FUNASA devido a questão do bicho barbeiro aí nós pedimos 6 casas no primeiro momento né... aí depois quando entrou o movimento quilombola, o movimento negro essas coisas aí conseguiu mais 27 casas né e tentou o Brasil Quilombola que ampliou mais o acesso a casas...

**Entrevistador:** Muito obrigada pela colaboração.

Encerra a entrevista.



#### **Entrevistado 4 – Ex-presidente da Associação da Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio.**

Nome: Admilson Sergio do Carmo.

Data: 03/03/2012

**Entrevistador:** Primeiramente gostaria de saber o seu nome completo.

**Entrevistado:** Admilson Sergio do Carmo.

**Entrevistador:** E por quanto tempo você ficou na presidência da associação?

**Entrevistado:** Dois anos, de 2001 e 2002.

**Entrevistador:** E nesse tempo você ouviu falar sobre o Programa?

**Entrevistado:** Sim, eu participei também de alguns encontros em Brasília a gente participou daquela conferência que teve no Rio de Janeiro, sobre quilombo.

**Entrevistador:** E na sua gestão você trabalhou com o PBQ?

**Entrevistado:** Não, eu apenas ouvi falar sobre o Programa. Mas na minha época concretizaram alguns projetos na comunidade, como a vinda de computadores para a escola na minha época nos tivemos em Brasília com várias comunidades e a gente solicitou assim a necessidade do acesso a comunicação, tipo... antena para ter o acesso à *internet* então foi na minha época que a gente teve essa luta aí. Na minha gestão eu também consegui uma indústria de doce e açúcar mascavo, eu consegui... eu juntamente com as mulheres, a gente fez um grupo de mulher para gente fazer açúcar... aí a gente conseguiu aquela indústria com os equipamentos tudo.

**Entrevistador:** Mas o pessoal que produz faz uso desses equipamentos ou utilizam equipamentos próprios?

**Entrevistado:** Usa, só que assim não é diariamente. Outra coisa que a gente conseguiu na minha gestão foi a reforma do trator a gente conseguiu reboque novo pra associação. Então, a gente conseguiu reforma pra grade que foi o disco tudo novo, a gente conseguiu várias coisas pra cá. É que quando eu entrei o primeiro ano foi pra pegar conhecimento, depois que eu peguei conhecimento no último ano que eu comecei a trabalhar eu já tive que sair, pois só dava direito há dois anos né.

**Entrevistador:** E o que é ser quilombola pra você?

**Entrevistado:** Pra mim ser quilombo hoje... no meu conhecimento a gente conhece bem pouco né... mas assim, hoje várias coisas na comunidade tipo área de pé que não é regularizada... por que aqui tem escritura dos antigos, a fazenda tem uma escritura só, aí foi dividindo entre os herdeiros né, só que foi dividido só em folha de INCRA, não foi dividido documentalmente, como se cada um tivesse feito escritura, não é... a escritura que tem aqui hoje é só a velha. Então fala que nós não perde essa área de terra... acho que o quilombo pra nós vem a melhoria nisso e alguns recursos que a gente tem

vantagem do Governo Federal que apóia a identidade de quilombo, se a gente não é quilombo a gente não tem acesso a esses recursos, por que hoje já tem muita coisa aqui por causa do quilombo né... a gente tem moradia essas casas que está vindo, a gente já teve 86 casas que veio já, isso depois que registrou quilombo e tá tendo mais... mas tá tendo aí muito desafeto, já é coisa que tá vindo sem necessidade... por que aqui tem umas pessoas que nunca vão vim morar aqui na comunidade né... teve gente daqui da comunidade que foi pra cidade e tá trabalhando lá que não vai vir, então a associação sai pegando nome de gente aí e construindo casa... casa essa que não vai vir gente pra cá (...) aqui não tem emprego lá eles estão empregados né.

**Entrevistador:** Bem, até onde eu sei nem todos os moradores da comunidade receberam essas casas e muitos estão precisando receber uma e como fica essa situação?

**Entrevistado:** O problema foi esse, acho que foi uma falta da associação de está vendo e atende primeiro as pessoas que estão aqui dentro da comunidade, agora um atendimento meio de qualquer tipo que vai pegando os nomes pra construir, as vezes está construindo pra quem não vai precisa e quem precisa não está tendo, tem gente aqui que precisa e só vai ter no outro ano ou na outra etapa e com tanta casa a onde a gente vai plantar roça daqui uns tempo, tem casas aí ocupando as terras e não está tendo um planejamento, estão fazendo dentro da área onde a gente planta.

**Entrevistador:** Quando a associação foi fundada?

**Entrevistado:** Não me lembro, mas antes de ser quilombo já tinha a associação... é por que quem foi em Brasília que assinou o quilombo foi o Nilton, foi na gestão dele aí depois que registrou foi eu, eu registrei em cartório.

**Entrevistador:** E na sua opinião a maioria se reconhece como quilombola?

**Entrevistado:** Bem, na época que a gente registrou sim em 2002 todo mundo, a gente fez um trabalho junto na época com o AGRAER, a gente fez um trabalho de conscientização (...) então a gente fez várias reuniões, a gente teve também um companheiro na época que me ajudou bastante de reuni aqui com o povo e explica pra eles o que era né, a gente só registrou depois que todo mundo ficou consciente o que era né os mais antigo, a gente procurou trabalhar mais naquela época só com os proprietários, nos não trabalhou assim com a juventude, trabalhou com os proprietários e aqueles de maior assim a classe mais velha né, por que até mesmo era classe que era os donos das propriedades. Hoje tem algumas pessoas que fala alguma coisa mas tem gente que fala alguma coisa em entender nada, hoje tem pessoas que tem resistência aqui já pra deixa de ser quilombo por causa do vizinho, do compadre que tem que sair da terra, mas só que eles não entende que a gente hoje não tem condições de fazer isso, esses inventários de terra, nos temos o velho Dionísio que morreu tem que fazer inventário dos nove filho dele que morreu que tem que fazer inventário também, tem os netos dele que já morreu que tem que fazer inventário então... hoje aqui na comunidade se a gente não é quilombo certamente ia ficar vivendo sem reconhecimento de nada.

**Entrevistador:** Quando vocês não eram quilombolas não vinham políticas e recursos para cá?

**Entrevistado:** Sim já tinha investimento, mas era menos do que agora. Essa escola aqui a primeira sala aqui, pois era duas sala de aula e a cozinha aqui né, não era quilombo quando veio, a outra veio quando já era quilombo, veio durante a minha administração. E a gente perdeu vários investimentos aqui por ignorância de algum presidente (...) a gente perdeu que vinha pra cá um auditório, aí por falta de conhecimento dele a gente perdeu... perdemos uma F4 1000 por que os antigos aqui falavam qualquer coisa que vinha e assinava perdia a terra. Então por falta de conhecimento a gente já perdeu muita coisa aqui já e ainda tamo perdendo, teve um projeto de planta de cana, veio uma mulher aqui e pegou os documentos de todo mundo e aí agora a associação comprou um caminhão de lenha no valor de 1.400 reais sem planta cana já pensou, então isso aí é umas coisas que acontece que é difícil de entender, você não plantou a cana veio o projeto pra planta cana a mulher parece que já desviou esse recurso, o óleo que veio 400L de óleo pra planta, para cada pessoa que entrou no curso era meio hectare de terra, e esse óleo acabou e aí não plantou a cana e vai ali e compra lenha pra dizer que não tinha feito nada, está ali pra você ver. E a gente sobre hoje mais sabe com o que é com os intrusos, os negão nossos que estão na cidade que se diz representante das comunidades e é no fundo representante político, onde entrou a campanha corre com os representantes das comunidades aí toma partido pra vir pra comunidade em nome dele (...) mas hoje com uma associação igual a essa nossa a gente não devia estar tento outro lá, a associação tem força pra ter isso tudo, mas aí quando entra um presidente que vai pela cabeça desses caras fica difícil, vai vindo várias coisas e eles vão desviando da comunidade (...) A gente precisa ter aqui hoje um presidente a aonde ele mesmo vai nas secretárias atrás dos recursos, não fica andando aí atrás de quem já ta lá dizendo que se conhece mais que a gente mesmo, aí fica complicado.

**Entrevistador:** Obrigada Admilson pela entrevista e a disponibilidade de nos estar recebendo.

Encerra a Entrevista.

**Entrevistado 5 – Ex-presidente da Associação da Comunidade Quilombola  
de Furnas do Dionísio e ex-coordenador da CONAQ/MS.**

Nome: Jhonny Martins de Jesus.

Data: 09/02/2011

**Entrevistador:** Quando você chegou na coordenação?

**Entrevistado:** Em 2004 se eu não me engano.

**Entrevistador:** Mais ou menos em 2004

**Entrevistado:** É eu já estava antes mais não como coordenador executivo.

**Entrevistador:** Me fala um pouco sobre a CONAQ, como ela atua (...).

**Entrevistado:** Bom, a CONAQ nasceu em 1996 em Bom Jesus da Lapa na Bahia. Partiu da reunião do movimento negro, na qual foi alguns quilombolas na reunião e viram a necessidade de se criar uma entidade porque as políticas públicas pro Quilombo praticamente não chegavam, e também porque tinham a dificuldade de lidar com o processo territorial que é a base das comunidades, se não tem terra não tem nada. Então a CONAQ nasce nesse momento, de lá pra cá a CONAQ realizou alguns encontros em Brasília e depois em 2003 em Pernambuco na qual eu já participei. E a CONAQ hoje é uma entidade que representa as comunidades do Brasil, mas nós mesmos ainda não sabemos quantas pessoas representamos, nós formamos mais de cinco mil comunidades sendo que o governo reconhece três mil e alguma coisa. Então espalhadas pelo território nacional até o Distrito Federal agente tem comunidades que não estão em Brasília mais no entorno. A CONAQ nasce desta necessidade e passa a dialogar com os Estados brasileiros, mais antes disso os Quilombolas já passam a dialogar com a Constituição onde colocam o Artigo 68 que deve garantir o território de Quilombo. E de lá pra cá os desafios foram muitos, o decreto 3.912 do governo do Fernando Henrique, na qual dizia que as comunidades deveriam ser tituladas apenas as comunidades que estariam ocupando suas terras, e até a briga a luta com o decreto 4.887 de 2003 do presidente Lula a qual agente conseguiu mudar o termo do decreto e o Estado deve sim garantir seus territórios de comunidade Quilombola. Na CONAQ hoje nós temos um papel de dialogar com o serviço público não só na área de infra-estrutura mais de dialogar com a agenda social Quilombola, assim como nas outras políticas. Eu sempre digo que as comunidades Quilombolas são as principais políticas públicas, ela acaba tendo que estar em vários locais dentro da política, e isso faz com que a CONAQ tenha um trabalho muito difícil do seu movimento dirigido e gerenciado pelas comunidades Quilombolas. Já esse ano agora em Junho, agente quer fazer o quarto encontro no Rio de Janeiro com mais de mil Quilombolas.

**Entrevistador:** Então, todas essas políticas passam pela CONAQ para chegar à comunidade?

**Entrevistado:** Eu posso dizer que a CONAQ é comunicada e é chamada para discutir essas políticas, seria bom se passasse mais agente em diversos momentos temos nos reunido com o governo, e encaminhado muito claramente como as políticas tem que

caminhar para chegar às comunidades Quilombolas. Sabemos que o Estado é uma máquina muito difícil de lidar e muitas vezes o que se precisa não se consegue. Então acaba que agente tem dificuldade de fazer isso mais respeitando essas políticas.

**Entrevistador:** O trabalho de vocês é o de ser interlocutor entre o Estado e as comunidades. Você poderia me dizer, eu acho que são varias, quais são essas políticas que atendem as comunidades no estado?

**Entrevistado:** Aqui no estado temos a política, eu sou responsável pela política da CONAQ pelas comunidades quilombolas. Nós também temos as políticas de território, que mexe com a parte de titulação de terras que o responsável é o INCRA, que é um trabalho devagar porque mexer com terras no Brasil não é fácil em qualquer canto e então no quilombo é qualquer área. E o Estado de Mato Grosso do Sul é um estado que tem a maioria das políticas voltadas para áreas de Quilombo. Outra política de Estado que agente tem é a política da Educação Quilombola, outra questão que temos aqui também é a de moradia é do programa Minha casa minha vida, mais é um processo que as comunidades não pagam. Agente vem discutindo também á algum tempo e aí também agente obedecer a essas questões municipais onde nossos maiores inimigos são os prefeitos, esses caras são medonhos. Infelizmente nós ficamos reféns dos municípios, a merenda das comunidades quilombolas são inferiores que as da cidade por exemplo.

**Entrevistador:** Eu queria saber também sobre o Programa Brasil Quilombola como a CONAQ trabalha com o programa, e como você enxerga a atuação desse Programa para as comunidades?

**Entrevistado:** Agente dialoga diretamente com o programa, agente tem dificuldade com o programa não ter a pessoa que gerencie o programa mais agente tem também essa dificuldade como eu disse pra você do município, todos os meses nós devolvemos milhões de reais aos cofres públicos, porque não são acessados muitas vezes por incapacidade de algum prefeito, então agente não consegue acessar. O programa foi umas das melhores coisas que aconteceu, porque isso garante que as comunidades quilombolas tenham seu dinheiro, especifico para este povo. O que agente tem que fazer é realmente tentar mudar, convencer nossos gestores municipais administrar e aplicar este recurso. O Programa Brasil Quilombola, a sua primeira política foi o Luz para todos, isso fez com que as comunidades quilombolas tivessem o acesso a informação. Porque com a luz chega, a internet, a telefonia móvel, chega radio, chega vários meios de comunicação, que facilita nossa interlocução com as comunidades quilombolas. Agente tem em Dionísio quatro poços artesanais com sistema de água, a escola de Dionísio é uma das poucas das comunidades deste país que tem até o ensino médio, recentemente nós estamos construindo quase cento e cinquenta casas em Dionísio dentro do Programa Brasil Quilombola e além disso ligado também á agricultura familiar, Dionísio é uma das poucas comunidades de Mato Grosso do Sul que consegue ter acesso ao PRONAF, aos empréstimos do Governo Federal. Por ser umas das comunidades mais antigas e por ter aproximação com a cidade.

**Entrevistador:** E como você enxerga a receptividade deles com relação aos investimentos do Governo, você acha que eles gostam, eles demonstram satisfação diante disso ou se os programas estão sendo falhos (...), como você enxerga isso?

**Entrevistado:** Olha só, eu acho que a comunidade gosta, aprovam que não aprova sou eu mais eles aprovam. É eu acho que as ações do governo elas são pouco coordenadas, são como chuva de verão, cai em um lugar e não cai em outro, então recentemente nós temos as casas e a FUNASA tá fazendo um projeto para instalar o MSD que é módulo sanitário, e então agente não consegue entender como vai instalar água sem as casas. Mais como diz um ditado nosso sul mato-grossense quem nunca comeu melado quando escorre se lambuza.

**Entrevistador:** E assim, quais são as dificuldades que você encontra nesse trabalho de coordenação da CONAQ?

**Entrevistado:** A dificuldade que nós enfrentamos primeiro é enfrentar os Estados Brasileiros que não é tão fácil, é lidar com pessoas racistas, machistas, de não se sentir representativo nesse espaço de poder, tem um amigo meu que diz que o Estado brasileiro é um grande bolo e eu quero saber onde está minha parte e é isso que agente sente também. Então para nós é tudo mais difícil, porque o Estado não reconhece como um bem cultural, material, e até mesmo na agricultura familiar, um povo que faz com que gere renda, um povo que preserva um povo que tem essa cultura muito forte, muito rica e que o Brasil ainda não descobriu. Então agente acaba tendo a dificuldade de implantar isso na cabeça de muitas pessoas, para você que faz parte da universidade e que faz que isso se torne público e que nos ajuda, por isso eu vim até Dourados e te liguei isso nos ajuda bastante quando da publicidade, porque no Estado eles não reconhecem agente. Isso é uma das dificuldades que a CONAQ tem, temos a dificuldade de não ter como chegar mais longe em outras comunidades quilombolas. E as pessoas também nós olham de uma maneira diferente né, quando eu estou em um avião, por exemplo, conversa vai conversa vem e perguntam de onde sou e eu digo que sou quilombola e eles perguntam se isso ainda existe, que como eu falo português ou se eu não ando pelado.

**Entrevistador:** Sobre essa questão da identidade quilombola (...), eu venho lendo sobre isso e até pouco tempo atrás muitas comunidades nem sabia que eram quilombolas, em Furnas isso aconteceu? Como que é?

**Entrevistado:** Em Furnas aconteceu e isso foi muito forte, se você perguntar um monte de coisas eles negam.

**Entrevistador:** Sim, eu estive lá teve um que agora eu não vou me lembrar o nome, mais era um dos mais velhos de lá e ele não se dizia quilombola.

**Entrevistado:** Sim eles negam. Mais isso é culpa do sistema, que dizem assim: Esse “nego” é fugido, mais não é assim, eu nunca fugi, eu nunca fui escravo, então precisa mudar esse conceito. Porque agente sofre muito ainda por as pessoas acharem isso, as pessoas que pensam em Dionísio acham que vão chegar lá e achar aquelas casinhas de paiol, não sabem que já tem escolas e tudo. As pessoas me falam que eu tenho que para com essas coisas de quilombo, mais eu nasci assim e vou morrer assim, então eu acho que tudo isso é muito prejudicial. Em Dionísio e em algumas comunidades do Estado, do meu estado, no estado de São Paulo tem comunidades muito respeitadas, mais aqui no Estado é muito difícil, as pessoas negam suas identidades mesmo, assim como negam ser africanas negam ser quilombolas, isso por causa daquela história né, nunca fui preso, nunca fui escravo. Por exemplo, ainda hoje tem pessoas que andam de cabeça

baixa, tem receio de estar em certos lugares, e até quebrar isso é muito difícil, em Dionísio mesmo quando você pergunta se a pessoa não ia se formar, eu fui padrinho de formatura e eu disse o que você vai ser quando crescer, eu perguntei e ela me disse eu ainda não sei, então eu posso fazer um pedido? , eu quero que você seja advogada, e ela me disse assim: Mais eu? E eu disse que sim que eu ia apoiar, e ela disse que nunca tinha pensado nisso que achava que ia terminar o ensino médio e ficar por aqui, casar e ter filhos. Então a auto-estima do nosso povo ainda é muito baixa e agente precisa resgatar isso. As pessoas negras normalmente acham que são incapazes, e a culpa muitas vezes não é nossa não é do sistema, quando agente coloca o sistema de cotas, e as pessoas ficam sabendo que ele entrou na universidade pelo sistema de cotas começam a criticar. Eu sou vítima disso, eu viajo muito e a Polícia Federal me parou duas vezes na mesma semana no aeroporto e me pediu meus documentos e me disse que eu por ser quilombola tinha muito dinheiro pra viajar tanto. Mais eu acho que a sociedade esta mudando, esta começando a se interessar mais. Hoje eu estava dizendo para um amigo meu, sobre o processo da agroecologia, sobre plantas medicinais e convidei o amigo para jantar comigo e tomar um guaraná, e ele me disse que só tomava captopril, e eu contei para ele que eu não gosto de medico não, só vou ao medico e minha mãe me levar e isso lá nos 45 minutos do segundo tempo, porque eu fui criado assim. Eu fui a Cáceres Mato grosso, visitar uma comunidade de roquianos, pra mim eles são quilombolas mais tudo bem se eles querem ser chamado por outro nome, pois tudo lá era muito parecido com a minha comunidade e eu me senti em casa.

**Entrevistador:** Eu percebi que tem muito isso varias pessoas que não são de lá. Essas pessoas se sentem quilombolas?

**Entrevistado:** Algumas até mais que as pessoas da própria comunidade. Sim, porque elas acabam tendo essa visão também, e acham que é um processo de identidade, eu acho que Dionísio e boa parte aqui do estado foi quem mais sofreu com essa disputa de terra, de ser reconhecido porque o processo foi muito dolorido, então eles não querem mais lembrar.

**Entrevistador:** Obrigada Jhonny pela contribuição.

Encerra a entrevista.



**Entrevistado 6 – Ex-presidente da Associação da Comunidade Quilombola  
de Furnas do Dionísio.**

Nome: Eugenio Martins da Silva

Data: 03/03/2012

**Entrevistador:** Seu nome completo, por favor.

**Entrevistado:** Eugenio Martins da Silva

**Entrevistador:** Eugenio quanto tempo você foi presidente da associação?

**Entrevistado:** Na verdade eu fiquei dois anos e pouco, era pra ter eleição um ano, mas não deu chapa aí fiquei mais um ano, aí depois de um ano resolvemos fazer a chapa aí eu sai.

**Entrevistador:** As eleições aqui acontecem de ano em ano?

**Entrevistado:** Olha... agora mudaram o estatuto, agora é de três em três anos.

**Entrevistador:** E na época que você estava como presidente da associação, você teve acesso ao Programa Brasil Quilombola? Você conhece o Programa Brasil Quilombola?

**Entrevistado:** Conheço sim... eu sei que existe por que direto o povo fala que vem dinheiro pra Jaraguari através da comunidade quilombola só que até agora não chegaram benefício nenhum.

**Entrevistador:** E na sua gestão você trabalhou com o Programa?

**Entrevistado:** Não trabalhei não.

**Entrevistador:** Não veio nenhum projeto ou recursos vindo pelo Programa Brasil Quilombola?

**Entrevistado:** Não, na minha época de mandato não chegou nada não.

**Entrevistador:** E nos demais mandatos, você observou se veio algum recurso através desse Programa?

**Entrevistado:** Olha pra ser bem sincero a você depois que eu sai da associação eu meio que fiquei afastado dessas discussões, não participei de reuniões dessas coisas, talvez teve algum projeto aqui na comunidade mas não veio através desse Programa.

**Entrevistador:** E pra você o que é ser quilombola?

**Entrevistado:** O que é ser quilombola... quilombola pra mim eu não sei não, fico até meio em dúvida, por que... primeiramente eu acho que é pela gente ser depende de governo, vive em uma comunidade onde a maioria é tudo negro então põem o nome de



quilombola, aí através disso que entra o projeto quilombola... e esse é projeto quilombola que entra nas nossas vidas.

**Entrevistador:** E esse projeto chegou aqui quando?

**Entrevistado:** Olha essa proposta aí de quilombola foi decretado no decreto lá desde 1988.

**Entrevistador:** Essa identidade quilombola ela veio de fora ou vocês que pensaram e buscaram essa identidade?

**Entrevistado:** Na época pra falar a verdade o povo nem sabia o que era quilombola então com o passar do tempo foi assinado um projeto em Brasília o povo não sabia o que era isso, a partir de uns cinco anos pra cá que foi esclarecido mais ou menos, uns cinco ou até mais, sobre quilombola e hoje fica assim, uns quer outros não quer, não sabe se é bom não sabe se é ruim.

**Entrevistador:** Mas a maioria quer ou não quer?

**Entrevistado:** A maioria fica em cima do muro, pois não sabe se é bom ou ruim aí fica aquela divisão dentro da comunidade.

**Entrevistador:** E o que é quilombo pra você? A comunidade em si o que ela representa pra você?

**Entrevistado:** Quilombo pra mim eu acho que é meio de viver, não deixa acaba a cultura mesmo pra mim eu acho que isso, por que pela lei do projeto significa resgata a comunidade e permanece assim para que ela seja um quilombo e ninguém vai poder vir e tomar o nosso lugar.

**Entrevistador:** Obrigada pela contribuição.

Encerra a entrevista.

**Entrevistado 7 – Atual presidente da Associação da Comunidade  
Quilombola de Furnas do Dionísio.**

Nome: Maria Aparecida Martins

Data: 25/02/2012

**Entrevistador:** Seu nome completo?

**Entrevistado:** Maria Aparecida Martins.

**Entrevistador:** Você conhece o PBQ?

**Entrevistado:** Não.

**Entrevistador:** Quanto tempo você está na presidência da associação?

**Entrevistado:** Vai fazer três anos em maio.

**Entrevistador:** Durante esse tempo você nunca ouviu falar do Programa? Ninguém veio até a comunidade falar ou apresentar o PBQ? A comunidade recebe vários investimentos, mas ninguém veio comunicar que havia recursos do PBQ?

**Entrevistado:** Não... a gente houve falar sim que vem muito recurso pra quilombola, só que eu acho que isso aí é uma propaganda enganosa...

**Entrevistador:** E esses recursos não têm chegado?

**Entrevistado:** Isso esses recursos não tem chegado, nós ta aí com o problema da ampliação... da construção de duas salas lá nas escolas, e paro nisso aí a gente não ta conseguindo, a gente ta correndo atrás de documentos da união, pra ver qual é a possibilidade da gente ta fazendo esse trabalho na comunidade. Tem o posto de saúde da comunidade que está aí parado né... nós temos o duas salas de... de... a creche né... nós precisamos na comunidade e eles falam que tem recurso e por que não chega esse recurso? Então eu to muito preocupada com essa questão mesmo... até a questão do quilombo na nossa comunidade até por causa disso mesmo, até por que essa parte aí a gente ficou muito preso nessa questão de quilombo.

**Entrevistador:** E o que é ser quilombo pra você? O que é ser quilombola?

**Entrevistado:** É... eu acho assim que... pra fala que a nossa comunidade é quilombola tem que fala daquela pessoa que veio de lá da escravidão, que foi escravo e que chegou aqui né... é... mas o que a gente vê o meu avô não foi escravo, quando ele veio pra cá ele já tava libertado e outra aqui ele não apossou dessa terra... essa terra aqui ele comprou... entendeu.

**Entrevistador:** E como você avalia essa questão?

**Entrevistado:** É tem trazido problemas pra nós até por que a conversa da Fundação Palmares era que viesse aqui pra gente ter reconhecimento da comunidade e se tinha terra grilada ou se tinha alguém branco aqui que viveu posado aqui nessa terra, mas aqui não... na nossa comunidade é bem diferente de outras como Boa Sorte e Picadinha, na nossa comunidade os brancos que moram aqui, todos compraram essas terras... nenhum poso, e vendeu quem quis vender, ninguém foi obrigado vende sabe... vendeu por vontade própria.

**Entrevistador:** E o que você acha de ser quilombola?

**Entrevistado:** ...

**Entrevistador:** Você gosta dessa ideia?

**Entrevistado:** Eu não gosto muito dessa ideia, por que ela trouxe muitos problemas para nós, sabe... até desavença, desunião aqui isso trouxe para a nossa comunidade...

**Entrevistador:** E eu percebo que está difícil essa união?

**Entrevistado:** Tá difícil por que fica aquele jogo assim sabe, uns quer a maioria não quer, sabe então isso... fica difícil até pra gente querer unir, quando você fala que tem uma reunião aqui na comunidade ninguém quer participar, principalmente quando fala da... a... reunião do INCRA na comunidade já não quer participar, por que só quer falar de quilombo, de terra...

**Entrevistador:** Vocês queriam que parasse então o processo do INCRA?

**Entrevistado:** Por mim parava. Até por que eu acho assim do jeito que estava nós vivia melhor, por que aí unia mais o povo e outra as pessoas que está aqui, ficava mais tranquilo, por que a gente vive bem com eles... convive e ó muito tempo com eles, e qualquer coisa que a gente precisa se nos não temos a condução eles pega a gente e vê to aí desde 2009 que eu to com um projeto de um caminhão e um trator aqui cadê que chega? Um projeto do posto de saúde cadê que chega? Então é uma coisa muito complicada sabe, por que não depende só de mim... se dependesse só de mim as coisas já estavam resolvidas.

**Entrevistador:** Obrigada Cida pela colaboração.

Encerra a entrevista.

**Entrevistado 8 - Coordenador da Coordenação das Comunidades Negras  
Rurais Quilombolas do MS – CONERQ.**

**Entrevistador:** Primeiro seu nome completo.

**Entrevistado:** Antonio Borges dos Santos.

**Entrevistador:** Bom senhor Antonio eu gostaria de saber como a CONERQ atua?

**Entrevistado:** Nós estamos agora a três meses na direção geral da CONERQ, estou também na presidência do ICAB (Instituto da Cultura Afro-Brasileira) nós trabalhávamos mais através do ICAB, para conseguir a mobilização das comunidades quilombolas, agora nesses três meses que estamos assumindo a CONERQ que estamos fazendo essa mobilização através da coordenação que representa a comunidade quilombola no Estado.

**Entrevistador:** Então a CONERQ ficou um tempo parada, é isso?

**Entrevistado:** Ela ficou um tempo parada, passou um dois ou três anos meio distante da base, o pessoal vivia mais trabalhando em Brasília, que é função da coordenação nacional, e nisso as comunidades ficaram um pouco abandonadas. Então agora estamos trabalhando uma nova linha mostrando para comunidades seus direitos e deveres.

**Entrevistador:** Como a CONERQ trabalha com o Programa Brasil Quilombola?

**Entrevistado:** É mais mediadora daquilo que é de direito, por exemplo, tem coisas que vai diretamente para as prefeituras, é obrigação da CONERQ mostrar para os órgãos do Governo onde estão essas comunidades, para que eles busquem esse recurso para o Brasil Quilombola. Os recursos do Brasil quilombola são muitas vírgulas, ele é muito difícil de ser acessado, é complicado, por exemplo, muita gente volta muito recurso por falta ainda de informação e isso é novo, começou a partir do Governo Lula, e até para nós da coordenação tem coisas que ainda geram muitas dúvidas. Então agente tenta orientar as comunidades de como elas vão alcançar o Brasil Quilombola. Você imagina que para uma entidade, nós temos 21 no Estado, todas elas têm uma associação, mais nós ainda estamos em fase de orientação para que eles mesmos busquem esse recurso, para que eles façam seus projetos e isso requer muitas coisas como cursos de capacitação, até pra não dar inadimplência, então isso no Brasil Quilombola requer muito. No estado nós tivemos o trabalho, porque o Brasil Quilombola mesmo, ele é a própria comunidade comece ela mesmo a direcionar e apontar o que elas querem. Por isso aqui no estado, nós fizemos associações em todas as comunidades, todas tem seus presidentes, todas tem o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, de remanescentes de Quilombo, então elas mesmo podem estar acessando o recurso, o que precisa é de capacitação para elas, muitas vezes elas se perdem por coisas pequenas, por falta de e-mail para fazer a declaração de isento do imposto de renda. Então essas informações é que estamos passando para eles, para que eles mesmos possam administrar esses recursos.

**Entrevistador:** Me fala um pouco sobre o Instituto Casa da Cultura e a relação do mesmo com as comunidades quilombolas?

**Entrevistado:** O Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira, é uma ONG que existe desde 1994, ela foi formada aqui no Estado quando foi solicitado pelos embaixadores que fosse criada uma ONG cultural, na época quando teve o fórum dos embaixadores. Dentro da linha de trabalho dela esta trabalhar com as comunidades quilombolas, mais como uma ONG de apoio. Então com essa ONG nós conseguimos em 2007 uma parceria, com a Secretaria de Habitação através do Secretario do Governador Carlos Marim, uma parceria para construção de casas na comunidade quilombola. Na época foram destinadas 400 casas para serem construídas nas comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul, a maior contemplada hoje a de Dionísio com 88 casas, e assim por diante, São Miguel 32, e não foi possível a época as 400 casas porque a comunidade tinha seus CPF mais não faziam suas declarações de isento e por isso muita gente deixou de ser contemplada naquela época em 2007. E assim na comunidade isso mudou a ida delas, muitos jovens que ainda moravam com os pais tiveram suas casas, pessoas que queriam sair da comunidade permaneceram, pessoas que tinham saído da comunidade voltaram, então isso já foi um avanço dessa ONG. Hoje estamos tratando também por meio desta ONG um projeto de lei ILE-ÈGBÉ que fornece ferramentas agrícolas como sementes para que possa desenvolver e gerar renda para comunidade. Nós não vamos fazer nenhum projeto que não seja voltado para a comunidade e são elas que tem que nos apontar o caminho. Os dirigentes precisam ter a mente e o coração aberto senão não funciona, a CONERQ não gostava nem de ter relação com o movimento negro que poderia atrapalhar, e nós não vemos assim, temos que estar unidos porque a luta é longa. A outra coordenação tinha que recuar por causa das ameaças ela só ia se tivesse recurso e projeto para apresentar a comunidade. E muitas vezes fizeram muitos projetos que as comunidades nem sabiam, então nós fomos eleitos para fazer um papel diferenciado, para que a comunidade saiba e participe. Como eu disse a você, nós fomos eleitos á três meses, então tem gente que era presidente no papel mais era outro que administrava, então faz três meses que estamos aqui e não conseguimos prestar contas a ninguém, você esta vendo como esta aqui, estamos sem senha de computador, não temos acesso á internet, 20 de novembro esta próximo e nós já deveríamos ter mobilizado alguma coisa. Então essa é a dificuldade que agente tem, até esse trabalho que vocês estão fazendo tinha no site.

**Entrevistador:** Sim... eu estive olhando mas não encontrei atualizações (...) seria muito interessante se tivessem artigos, projetos.

**Entrevistado:** Sim está parado sem atualizar. Eu acho que se esta acontecendo algo na comunidade coloca ali, você como estudante não precisava estar aqui, não que eu não goste ta sendo um prazer receber você. Sim essa transparência só vai aumentar a oportunidade das pessoas nos conhecerem.

**Entrevistador:** O senhor já esteve varias vezes em Furnas do Dionísio, gostaria de saber a sua opinião a respeito dos investimentos do PBQ na comunidade?

**Entrevistado:** Lá em Dionísio se você parar para analisar acho que só houve o investimento do Fome Zero, tem uma farinheira que esta parada lá também, o que tem mais lá é do Governo do Estado isso eu posso dizer pra você, habitação foi do Governo do Estado.

**Entrevistador:** E os poços artesianos também foram um investimento do PBQ, não é?

**Entrevistado:** Foi a FUNASA, não, acho que foi do Brasil Quilombola (...) , isso eu posso até verificar aqui pra você, então, se você for apontar tem duas coisas. Lá em Furnas se você for mesmo procurar projetos do Brasil Quilombola, acessado pela associação não tem. Eu acho que é um programa que precisa avançar, precisa de mais orientação.

**Entrevistador:** Eu queria saber dos interesses que a CONERQ tem no momento para promover a geração de renda nas comunidades?

**Entrevistado:** O interesse mesmo da nossa luta agora é pela defesa do decreto 3.487, esse decreto eu vou te dar uma cópia, que alguns partidos estão querendo derrubar mais essa é a nossa luta porque isso é a vida das comunidades. E levar as titulações das terras de algumas comunidades, por exemplo, dia 12 agora nós estamos entregando uma titulação de terra, aproveito até para te fazer esse convite, que vai ser lá em Maracajú. Dentro do estatuto da coordenação Estadual, o primeiro item é a luta pela terra, pelo reconhecimento das terras Quilombolas no Estado de Mato Grosso do Sul. Então nós vamos trabalhar esse item, hoje nós temos 3 comunidades, que estão já bem avançadas.

**Entrevistador:** Eu pensei que Furnas Dionísio já fosse titulada pelo INCRA.

**Entrevistado:** Eles já tinham os títulos mais as pessoas estão todas lá então não tem.

**Entrevistador:** Mais quem são essas pessoas? São as que não são quilombolas?

**Entrevistado:** Os que não são quilombolas, esses tem que sair de lá. E isso dentro do decreto 3.487 prevê indenização para quem tiver que desocupar, ninguém sai sem ser indenizado.

**Entrevistador:** Antes do decreto de 2003, era só a Constituição Federal, ela não dava essa garantia?

**Entrevistado:** Não, até 1988 ela era um acordo, então o movimento negro achou errado isso, e debateu até criar o decreto 3.487 que prevê essa indenização.

**Entrevistador:** Obrigada senhor Antonio, era basicamente isso.

Encerra a entrevista.

## **Entrevistado 9 – Advogado e representante das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul no INCRA.**

Nome: José Roberto Camargo de Souza

Data: 02/12/2011

**Entrevistador:** Bom, primeiramente preciso saber o seu nome completo, por favor.

**Entrevistado:** José Roberto Camargo de Souza.

**Entrevistador:** Seu Zezão eu gostaria de saber qual é a situação fundiária dos quilombolas hoje aqui no Mato Grosso do Sul?

**Entrevistado:** Aqui no Mato Grosso do Sul nós temos 21 comunidades identificadas. Nós temos 15 processos no INCRA e quatro comunidades com ação de desapropriação dos não quilombolas, uma já foi resolvida, que foi... São Miguel em Maracajú, que já deu a emissão de posse para o INCRA. Por que para o INCRA? Por que processos quilombolas quando há desapropriação da área, passa primeiro para o INCRA que é o órgão representante, e aí o INCRA faz a titulação para as comunidades quilombola com título é entregue para a associação. Esse título tem uma pequena diferença, quando a comunidade recebe ela passa a ter a posse da área coletiva, então fica para a comunidade... não é da união é da comunidade, só que os quilombolas em 2003 solicitaram que no decreto 4.887 especificasse que esses títulos fossem empenhorados, inalienáveis certo... no decreto já era assim no decreto. Então as comunidades através da associação tem o título único, ela fica dona da área, no falecimento do pai ou do genitor o herdeiro não precisa fazer inventário pois a terra já passa automaticamente para a pessoa por que é um título diferente para propriedade, não volta para o Estado, nem para a união é para a comunidade certo...

**Entrevistador:** Mas esse título fica no nome da associação?

**Entrevistado:** Sim da associação, é um título único em nome da associação. As pessoas que tem a área continuam com aquelas áreas certo... continuam com aquelas áreas que eles já habitavam, alguns tem até título da área o INCRA chegou a conclusão que tem que ser indenizado também por que ele está lá, se indenizou os outros reincidentes, ele fica lá indenizado por que ele vai sair da propriedade dele, aí sim ele vai passar para a comunidade. Então o INCRA já estudou e já definiu que esses quilombolas que tem o título válido, por que tem gente que não tem o título válido, esses deveriam ser indenizados.

**Entrevistador:** Então mesmo que a terra se torne coletiva eles vão receber uma indenização?

**Entrevistado:** Por que da propriedade dele, passará a ser propriedade coletiva. Isso já está estabelecido no Decreto 4.887/03, instrução normativa 57/2009 do INCRA. Então a situação fundiária que nós temos é essa 21 comunidades, 4 comunidades não tem processo no INCRA. Em Maracajú já está regularizada a parte da desapropriação falta passar o título para a comunidade, vai unificar os dois títulos, lá acontece que eles tem o título válido, unifica e indeniza os quilombolas e fazer o título único (...)



**Entrevistador:** Eu gostaria de saber como é que está esse processo fundiário em Furnas do Dionísio? Pois trabalho com essa comunidade.

**Entrevistado:** Dionísio era uma comunidade que foi em 2000 titulada pela Fundação Palmares, só que a Palmares pegou a área titulou por que naquele tempo não imaginava que precisava de indenização e nem precisava pagar ninguém pra fazer isso. A Palmares titulou o cartório suscitou duvida, ou seja, não quis registra, por que o título da Palmares caia sobre vários títulos, o ministério público federal entrou com uma ação dizendo que a Palmares era legitima competente para dar o título e o juiz determinou que como resultante que ia sobre vários títulos, sem tirar ninguém da área. Então o que aconteceu esses processos passou para o INCRA. E o que a gente tem que fazer? Tem que fazer o que a gente chama de desintrusão tirar os reincidentes, que são os não quilombolas de lá de dentro. E é isso que nós estamos fazendo, a partir da abertura do processo em 2004 e somente agora em novembro de 2011 é que nos encontramos com a ação de desapropriação de reincidentes não é por que o INCRA esperou não, é por que a ação é demorada, por que lá são 17 processos de desintrusão. Mas já entrou na fase final já... agora vai mais uns dois ou três anos, mínimo, com audiências, vai chamar todos os incidentes quem concordar com preço, já vai pagar, quem não concordar entra com uma ação e volta para o processo de avaliação (...) a Furnas do Dionísio o INCRA já entrou com a ação de desapropriação para retirar todos os reincidentes, ou seja, retirar todos os não quilombolas de lá de dentro, tanto os que tem título válido, como os que tem posse né... então aí depois é que o título é entregue. Dia 17 de novembro agora...

**Entrevistador:** Então não tem uma data prevista para sair o título?

**Entrevistado:** Somente quando tiver concluído todo o processo (...) todos os órgãos federais, estaduais que mexem com terra, tem que comunicar todos os reincidentes cada um com uma intimação, depois tem que ir lá para a Fundação Palmares, para a prefeitura de Jaraguari. É um processo complexo. Mas o principal era entrar com a ação, por que no processo de desapropriação quando nos terminamos a parte administrativa vou em 2008/2009 e mandamos para a presidência da republica, pois para a desapropriação só o presidente assina. O Lula assinou um decreto em 20 de novembro de 2009, e o decreto de desapropriação de interesse social no caso ele dura dois anos, passou dois anos ele prescreve, muda o decreto, aí vai mais dois anos para fazer... Então, nós conseguimos entrar com uma ação dentro do prazo, dois dias antes, mas dentro do prazo. Foi no prazo, tranquilo. Dentro desse prazo, o INCRA agora está pegando todo o valor calculado, colocando em juízo na conta de cada um. Para isso, tem que ir à Caixa, abrir uma conta bancária de cada um, empenhar o dinheiro que vem de Brasília. E tem um determinado tempo, se não os “caras” recolhem a “grana” de novo. Então já foi feito e Furnas do Dionísio está na fase de desapropriação dos incidentes, ou seja dos não quilombolas que estão lá dentro.

**Entrevistador:** Qual seria a parceria do Programa Brasil Quilombola nessa questão fundiária? Ele entra de que forma? Por que lá no Programa ele alega que a prioridade é a regularização fundiária, eu queria saber como é que o Programa atuou nisso?

**Entrevistado:** Ele trabalha sim. Ele trabalha com todo custeamento do PPA, e esse é o recurso que vem para a gente aqui pagar condução, pagar os estudos na área, outro Programa que ele trabalha é o Território da Cidadania que pega toda aquela área de



Maracajú... Então Dionísio está nessa fase o trabalho administrativo já foi feito e agora está na fase jurídica que quem é responsável é o INCRA.

**Entrevistador:** Ok! Eu gostaria de saber sua opinião sobre o Programa Brasil Quilombola, o que o senhor acha?

**Entrevistado:** O Programa depende muito dos ministérios, da aplicação de recursos, os recursos são contingenciados pela prefeitura, do governo do estado e federal (...) as vezes por falta de projetos o Programa Brasil Quilombola manda muitos recursos, mas há falta de projeto dos ministérios, falta de projetos de casas (...) Por isso que nós, procuramos fazer o eficiente para as comunidades quilombolas, por que elas não estavam preparadas para isso (...) Nós montamos em todas as comunidades associações, só falta uma agora, formalizamos a associação, com CNPJ, com estatuto que permite se inscrever nos conselhos municipal de assistência social ou nacional, o estatuto permite também que cadastre a comunidade, independente de terra, cada uma tem o seu estatuto pronto, com cadastro no CICOM, que tem convenio com o governo federal, então nos temos que preparar o pessoal para que eles possam fazer projeto... hoje nos já deixamos pronto. Então, o que a gente queria do Brasil Quilombola, que ele executasse um programa de formação de lideranças, de captação de recursos, de projetos, e também ele fizesse um intercambio com vários ministérios, para que os próprios quilombolas, pudesse, por exemplo, para saber que o nordeste existe, lá as comunidades quilombolas dá um jeito de dois jovens para fazer curso técnico em agricultura, aqui no estado nós não temos, certo. E isso é um problema que deveria ser resolvido pelo Programa Brasil Quilombola, a AGRAER, Secretária da Educação sendo essa uma integração que não há. Nós do INCRA estamos ainda preocupados com a titulação da terra, que a terra é o principal. O Dr. Celso que é o novo superintende, ele quer reunir sobre comunidades quilombolas, para que o INCRA venha participar da terra, do produtor rural, da titulação de terra, de várias outras coisas que o INCRA não está fazendo, mas que estão incluídas no Programa Brasil Quilombolas. Então nos e a CONERQ vamos marca uma reunião com todas as comunidades quilombolas pra gente ver o que a gente pode fazer, por que o processo de titulação é um negocio que a gente pegou OKm, muitos entraves aconteceram e muitas coisas a gente até teve que pegar o caminho mais complicado, depois nós aprendemos a simplificar as coisas, mesmo simplifica ainda é complicada... Então a gente ta andando mais rápido (...) então um processo de titulação em andamento, mas a Buriti e São Miguel já estão com a terra na mão, as mais novas, por que começaram um processo novo, melhor do que ter um processo pela metade por que tem que concertar ele não que houve erro, por que naquela época era assim a nova legislação mudou, e com isso demora muito mais (...) Então é isso que aconteceu e as situação das comunidades é essa, o Programa Brasil Quilombola é importantíssimo, o que a gente precisa é começar a usá-lo. No ministério do planejamento há rumores que eles querem diminuir os valores que estão previstos para o Programa Brasil Quilombola, então é preciso que nós implementemos e não só aqui no Mato Grosso do Sul, mas em todo o Brasil, então é importante que nós tenhamos uma coordenação nacional forte que tenha conhecimento e possa trabalhar junto com as comunidades, além disso nos temos que ter um apoio político muito grande de deputados, nossos senadores para as comunidades quilombolas coisa que não há. Há uma ou outra ação esporádica, não havendo uma atuação organizada, não é que não tem apoio, é que nós lhe damos com uma das maiores forças no Brasil que é o agronegócio. Então, nós não somos pequenininho, nós ainda estamos nos preparando, não estamos nos preparando para a luta, mas para trabalhar em conjunto certo... por que se briga não vai dar certo...

trabalhar em conjunto e o direito quilombola sejam respeitados... tem direito a terra, tem, não tem tudo bem, mas pode trabalhar em conjunto, pode, mas que os quilombolas não percam nenhum direito, ou venham a vir ser surrupiados ou por problemas do Estado “acumunado” com coisa, por tem muitas comunidades que vendeu mesmo a terra, mas vendeu por que na década de 30/40/50 o cara não tinha condições financeiras de sustentar mesmo a terra, não tinha NPS, não tinha SUS não tinha nada ficava um filho doente tinha que vender um pedacinho pra pagar médico, pagar não sei o que, faltava alimentação tinha seca. Hoje os grande latifundiários, os grandes empresários rurais eles necessitam de financiamento como a gente uma comunidade negra rural, analfabeta por que naquele tempo não havia preparo só tinha conhecimento empírico, uma situação daquelas, então todo mundo foram perdendo terra, outros foram grilados e é isso que o Estado brasileiro, que agora esta tentando recuperar essas áreas para as comunidades quilombolas que é um direito delas já, está no decreto 4.887/03, esta previsto na constituição, pelo que está definido na conferencia mundial contra o racismo discriminação e intolerância em Durban eu estive presente foi definido tudo isso aí, nesse sentindo é que agente está trabalhando com as comunidades quilombolas. Eu não sou do INCRA eu fui incluído aqui pelo Movimento Negro para representar as comunidades quilombolas como sou da ordem dos advogados formado eu estava trabalhando em Alagoas, aí me chamaram pra cá, eu nunca tinha trabalhado com INCRA, já trabalhei pela Fundação Palmares, associação comunidade de Brasília, mas nunca tinha trabalhado aqui, era consultor de administração quilombola (...) aí me mandaram pra cá e eu estou aqui desde 2004, primeiro trabalhei na parte administrativa e técnica, agora trabalho aqui na acessoria (...)

**Entrevistador:** Bom seu Zezão, essas eram as minhas perguntas, na tentativa de entender como o Programa trabalhava com o INCRA. Obrigada pela disponibilidade.

Encerra a entrevista.

### ANEXO 3 – Entrevistas Indiretas

<b>Tabela 10 - Entrevistas Indiretas - Resultados</b>			
<b>Entrevistados</b>	<b>Você conhece o PBQ?</b>	<b>Qual a sua opinião em relação às ações governamentais em Furnas do Dionísio?</b>	<b>O que é ser quilombola?</b>
<b>1</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>2</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>3</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>4</b>	Não	Benéfico	<b>Regularização de suas terras.</b>
<b>5</b>	Sim	Benéfico	<b>Ancestrais escravizados no passado.</b>
<b>6</b>	Não	Benéfico	<b>Receber recursos e investimentos do Estado</b>
<b>7</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>8</b>	Não	Benéfico	<b>Receber recursos e investimentos do Estado</b>
<b>9</b>	Não	Benéfico	<b>Ancestrais escravizados no passado.</b>
<b>10</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>11</b>	Não	Benéfico	<b>Ancestrais escravizados no passado.</b>
<b>12</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>13</b>	Não	Benéfico	<b>Receber recursos e investimentos do Estado</b>
<b>14</b>	Sim	Benéfico	<b>Receber recursos e investimentos do Estado</b>
<b>15</b>	Sim	Benéfico	<b>Regularização de suas terras.</b>
<b>16</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>17</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>18</b>	Não	Benéfico	<b>Receber recursos e investimentos do Estado</b>
<b>19</b>	Não	Benéfico	<b>Ancestrais escravizados no passado.</b>
<b>20</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>21</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>22</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>23</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>24</b>	Não	Benéfico	<b>Regularização de suas terras.</b>
<b>25</b>	Sim	Benéfico	<b>Receber recursos e investimentos do Estado</b>
<b>26</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>27</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>28</b>	Sim	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>29</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>
<b>30</b>	Não	Benéfico	<b>Não sabe/entende o que é.</b>



## ANEXO 4 - Iconografias

### 1 – O Território de Furnas do Dionísio.



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010



Foto: Daiana Perogil 20/11/2010





Foto: Daiana Perogil 20/11/2010



Foto: Daiana Perogil 25/02/2012



Foto: Daiana Perogil 25/02/2012



Foto: Daiana Perogil 03/03/2012



## 2 – Espaços de Socialização



Foto: Daiana Perogil 19/11/2010



Foto: Daiana Perogil 19/11/2010





Foto: Daiana Perogil 25/11/2012



Foto: Daiana Perogil 25/11/2011





Foto: Daiana Perogil 25/11/2011



Foto: Daiana Perogil 25/11/2011



Foto: Daiana Perogil 26/11/2011



Foto: Daiana Perogil 25/02/2012



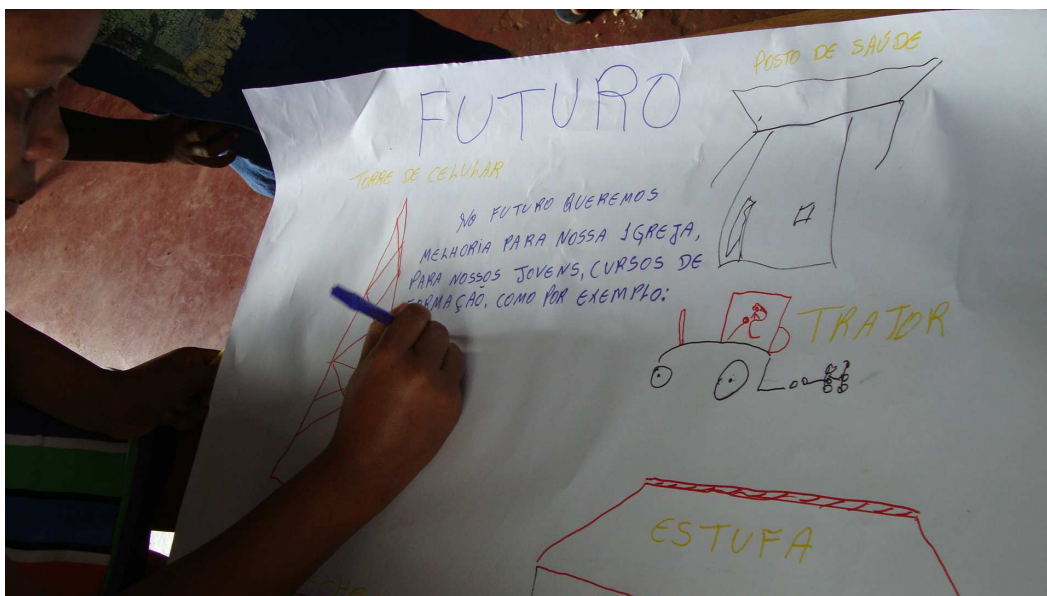


Foto: Daiana Perogil 25/02/2012

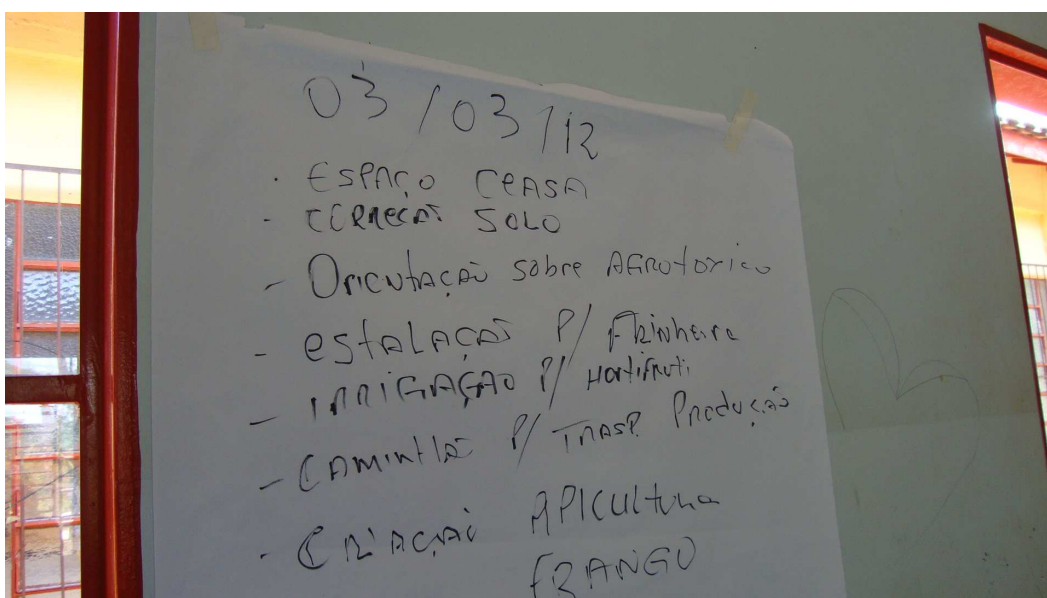


Foto: Daiana Perogil 03/03/2012